

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA  
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Mariana Tereza Diniz Mendonça

**POR UMA “REBELIÃO EPISTEMOLÓGICA”: O TERRITÓRIO DE  
COMUNIDADES TRADICIONAIS EM UM ESTUDO DE CASO À PARTIR DOS  
QUILOMBOS DE UBATUBA/SP**

**TOWARDS AN "EPISTEMOLOGICAL REBELLION": THE TERRITORY OF  
TRADITIONAL COMMUNITIES IN A CASE STUDY OF THE QUILOMBOS OF  
UBATUBA/SP.**

São José dos Campos– SP  
2025

Mariana Tereza Diniz Mendonça

**POR UMA “REBELIÃO EPISTEMOLÓGICA”: O TERRITÓRIO DE  
COMUNIDADES TRADICIONAIS EM UM ESTUDO DE CASO À PARTIR DOS  
QUILOMBOS DE UBATUBA/SP**

Defesa de Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Lidiane Maciel Co-orientadora Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva

São José dos Campos– SP  
2025

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA**

**Ficha catalográfica**

Mendonça, Mariana Tereza Diniz

Por uma "rebelião epistemológica": o território de comunidades tradicionais em um estudo de caso à partir dos Quilombos de Ubatuba/SP / Mariana Tereza Diniz Mendonça; orientadora, Lidiane Maria Maciel; co-orientadora Fabiana Felix do Amaral e Silva. - São José dos Campos, SP, 2025.

1 CD-ROM, 286 p.

Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Comunidades tradicionais. 3. Quilombos. 4. Antropologia. 5. Ubatuba/SP. I. Maciel, Lidiane Maria, orient. II. Silva, Fabiana Felix do Amaral e, co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Mariana Tereza Diniz Mendonça, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 4 de Maio de 2026.

---

Autor(a) da Obra

---

**MARIANA TEREZA DINIZ MENDONÇA**

**POR UMA: “POR UMA “REBELIÃO EPISTEMOLÓGICA”: O TERRITÓRIO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS EM UM ESTUDO DE CASO À PARTIR DOS QUILOMBOS DE UBATUBA/SP.”**

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba - Univap, pela seguinte banca examinadora:

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Lidiane Maria Maciel	<i>Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lidiane Maria Maciel</i>
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Fabiana Felix do Amaral e Silva	<i>Fabiana Felix do Amaral e Silva</i>
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Viviana Mendes de Lima	<i>Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviana Mendes de Lima</i>
Prof. Dr. Bruno Peregrina Puga	<i>Bruno Peregrina Puga</i>
Prof. Dr. Leandro Bonecini de Almeida - Ufscar	<i>Prof. Dr. Leandro Bonecini de Almeida</i>
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Thais Tartalha do Nascimento Lombardi	<i>Thais Tartalha N Lombardi</i>

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Ferreira Strixino  
Diretora do IP&D – Univap  
São José dos Campos, 07 de março de 2025.

## RESUMO

Este trabalho tange as vozes e saberes de lideranças quilombolas para a compreensão do processo de territorialização dos quilombos localizados no município de Ubatuba, região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVALE - LN), no estado de São Paulo. Para alcançar o objetivo, foram utilizadas diferentes metodologias complementares. A análise bibliográfica visou levantar o conhecimento já produzido sobre temas como, comunidades e quilombismo, incluindo estudos históricos, antropológicos, geográficos e sociológicos relevantes. Em seguida foi realizada etnografia para coleta de entrevistas semi estruturadas com lideranças e membros-chave das quatro comunidades quilombolas locais. Buscou-se relatos, percepções e conhecimentos sobre a história, a construção e a gestão destes territórios tradicionais. O tratamento deste material de pesquisa evidencia um conjunto de saberes, práticas e formas de conhecimento advindas da história e vivência concreta das pessoas. Esse conjunto constitui uma "ecologia de saberes" sobre planejamento e gestão territorial das comunidades quilombolas. Ao centralizar esta discussão, a pesquisa contribui para a descolonização do conhecimento e para a construção de um diálogo horizontal entre as diferentes formas de saber. Espera-se que os resultados possam subsidiar políticas públicas e ações do Planejamento Urbano e Regional que reconheçam a importância da valorização das comunidades tradicionais, seus territórios, com suas histórias e culturas, principalmente ao que se refere à autonomia e o bem-viver dessas populações.

**Palavras-chave:** comunidades tradicionais; quilombos; planejamento urbano e regional; território; antropologia; Ubatuba/SP .

## ABSTRACT

This work addresses the voices and knowledge of Quilombola leaders to understand the territorialization process of the Quilombos located in the municipality of Ubatuba, in the metropolitan region of Vale do Paraíba and Litoral Norte (RMVALE-LN), in the state of São Paulo. To achieve this goal, different complementary methodologies were employed. Bibliographic analysis aimed to gather existing knowledge on topics such as communities and Quilombismo, including relevant historical, anthropological, geographical, and sociological studies. Subsequently, ethnography was conducted to collect semi-structured interviews with leaders and key members of the four local Quilombola communities. The research sought narratives, perceptions, and knowledge about the history, construction, and management of these traditional territories. The treatment of this research material reveals a body of knowledge, practices, and forms of understanding stemming from the history and lived experiences of these communities. This body constitutes an "ecology of knowledge" regarding the territorial planning and management of Quilombola communities. By centering this discussion, the research contributes to the decolonization of knowledge and the construction of a horizontal dialogue between different forms of knowledge. It is expected that the results may support public policies and actions in Urban and Regional Planning that recognize the importance of valuing traditional communities, their territories, histories, and cultures—particularly concerning their autonomy and well-being.

**Keywords:** traditional communities; urban and regional planning; anthropology; Ubatuba SP

*Contracolonizar. No dia que as universidades aprenderem que elas não sabem, no dia que as universidades toparem aprender as línguas indígenas - em vez de ensinar -, no dia em que as universidades toparem aprender a arquitetura indígena e toparem aprender para que servem as plantas da caatinga, no dia em que eles dispuserem a aprender conosco como aprendemos um dia com eles, aí teremos uma confluência. Uma confluência entre os saberes. Um processo de equilíbrio entre as civilizações diversas deste lugar. Uma contracolonização. (Antônio Bispo dos Santos, 2023, p. 17)*

*Como um riacho que se forma junto a uma fonte, cresce e corre para chegar ao mar, nós não começamos grandes, profundos e caudalosos como vemos na foz. Nós começamos pequenos, finos e rasos. Mas ali adiante outro rio (outra luta) se incorpora ao nosso rio (nossa luta) e nos fortalece, e nossas águas ficam mais fundas. Depois de muitos afluentes irem se incorporando à nossa luta, então, na foz, somos um rio forte, poderoso, que, por vezes, consegue fazer efeito até nas marés. E nós queremos ser o mar porque o mar é poderoso, é onde todos os rios (lutas) se encontram. É assim que vamos ganhando profundidade até sermos mar de luta (Mestre Joelson Ferreira e Felício Erahsto, 2021, p.38)*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço à Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo apoio imprescindível à realização desta pesquisa. Ao Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IP&D) e ao programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PLUR), junto a todos os professores que tive a oportunidade de convivência, principalmente Viviana Mendes de Lima e Bruno Puga. Destaco a minha orientadora, Lidiane Maria Maciel, sem o seu afeto certamente eu não teria conseguido finalizar esta etapa. À Fabiana Felix do Amaral e Silva pelo incentivo sempre presente ao longo deste caminho. À minha família e amigos, pelo constante apoio e compreensão em momentos de desafio. Agradeço à Douglas Eleutério Barbosa e seus pais Teresinha Godoi Barbosa e Miguel Arcângelo Barbosa pelo amor e parceria de tantos anos. Por fim, aos moradores das comunidades quilombolas de Ubatuba, por compartilharem suas histórias e valiosos conhecimentos, fundamentais para a criação deste trabalho. Meu sincero agradecimento à Santiago Bernardes, Adriana Vieira Leite, Mario Luís Leite, Presciliana dos Santos, Leila Soares, Laura de Jesus Braga, Cristiano de Jesus Braga, Jurandir Cesário do Prado, Isabel dos Santos P. Silva e Dona Rosa Gabriel Penha da Silva.

Este trabalho é dedicado à memória de Laura Mendonça Palomares, Marcelo Pietra Mendonça e Martin Pietra Mendonça. Este texto foi elaborado junto a imensas tristezas e saudades de vocês.

## LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1 - Placa do Itesp no território.....	137
Fotografia 2- Centro Comunitário local .....	138
Fotografia 3 - Interior de uma casa no Quilombo do Sertão de Itamambuca.....	139
Fotografia 4- Placa com informações para TBC .....	140
Fotografia 5- Rio Itamambuca no Quilombo do Sertão de Itamambuca.....	141
Fotografia 6 - Estrada de terra que leva ao sertão do Quilombo da Fazenda .....	144
Fotografia 7- Escola com educação diferenciada do Quilombo da Fazenda.....	145
Fotografia 8- Igreja católica do Quilombo da Fazenda .....	145
Fotografia 9 - Placa no restaurante do Quilombo da Fazenda.....	146
Fotografia 10- Detalhe do cardápio do restaurante do Quilombo da Fazenda .....	147
Fotografia 11 - Ruínas da antiga fazenda do Quilombo da Fazenda.....	148
Fotografia 12 - Quiosques no entorno do restaurante no Quilombo da Fazenda .....	149
Fotografia 13 - Reunião da FCT sobre TBC no Quilombo da Fazenda .....	150
Fotografia 14 - Placa do Quilombo Camburi na BR 101 .....	152
Fotografia 15 - Placa do Itesp no Quilombo Camburi.....	153
Fotografia 16 - Vista a partir de uma casa quilombola em área de encosta no Quilombo do Camburi .....	154
Fotografia 17 - Rua localizada na orla da praia do Camburi.....	155
Fotografia 18- Suíte para aluguel na orla da praia do Camburi em área caiçara.....	156
Fotografia 19 - Restaurante em rua próxima à praia do Camburi .....	157
Fotografia 20 - Evento cultural na praia do Camburi.....	158
Fotografia 21 - Placa na entrada do Quilombo da Caçandoca .....	160
Fotografia 22 - Placa do Itesp no Quilombo da Caçandoca .....	161
Fotografia 23 - Interior de um dos centros comunitários no Quilombo da Caçandoca.....	162
Fotografia 24 - Interior de centro comunitário construído para as aulas da universidade.....	163
Fotografia 25 - Interior de um dos centros comunitários no Quilombo da Caçandoca.....	164
Fotografia 26 - Escola municipal no Quilombo da Caçandoca .....	165
Fotografia 27 - Rua da orla da praia do Quilombo da Caçandoca .....	166
Fotografia 28 - Praia da Caçandoca.....	167
Fotografia 29 - Alimento em mesa ornada para TBC .....	214
Fotografia 30 - 1º Encontro Internacional de Territórios e Saberes .....	220
Fotografia 31 - Inauguração da sede Rede Nhandereko.....	221

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO COM OS QUILOMBOS.....</b>	<b>27</b>
1.1 Conceitos metodológicos aplicados na pesquisa .....	27
1.2 Seleção e caracterização dos participantes das entrevistas em profundidade.....	33
1.3 A história oral no trabalho junto às comunidades tradicionais .....	36
<b>2 INTRODUÇÃO AO LEGADO DO COLONIALISMO NA APROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS NO BRASIL .....</b>	<b>38</b>
2.1 O conceito de território .....	38
2.2 Território e colonialismo no Brasil: das plantations à especulação imobiliária .....	41
2.3 Comunidades tradicionais e a presença de novos colonialismos.....	48
<b>3 SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS E A TENSÃO NA GESTÃO DOS TERRITÓRIOS: A DECOLONIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL .....</b>	<b>52</b>
3.1 A crítica decolonial e contracolonial ao modelo hegemônico de Desenvolvimento e Planejamento Urbano.....	52
3.2 Comunidades: um sobrevoo conceitual e situacional.....	64
3.3 Definição de comunidades tradicionais e sua diversidade no Brasil.....	75
3.4 Movimentos de reconhecimento e resistência das comunidades tradicionais.....	86
<b>4 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL: UM PANORAMA DOS ESTUDOS SOCIAIS EM RELAÇÃO AOS QUILOMBOS E SUAS TERRITORIALIDADES.....</b>	<b>91</b>
4.1 Os quilombos: pensamentos e entrelaçamentos conceituais.....	91
4.2 O Planejamento Urbano e os quilombos: abordagens e tensões .....	100
4.3 Panorama geográfico e socioeconômico da RMVALE-LN.....	106
4.4 Os quilombos da RMVALE-LN.....	111
4.5 Instrumentos de gestão ambiental e territorial presentes no município de Ubatuba que impactam as comunidades quilombolas locais.....	116
4.7 Etnografia sobre a entrada em campo.....	135
<b>5 SOBRE A ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS DOS QUILOMBOS DE UBATUBA .....</b>	<b>168</b>
5.1 A apresentação de si a partir do território e a apresentação do território a partir de si .....	168

<b>5.2 O Território e sua ocupação histórica .....</b>	<b>175</b>
<b>5.3 Narrativas de resistência e sobrevivência cultural: violência estatal, construção e reconstrução dos saberes locais .....</b>	<b>190</b>
<b>5.4 Os discursos das lideranças dos quilombos de Ubatuba sobre o processo de titulação de terras e a segurança territorial.....</b>	<b>199</b>
<b>5.5 A busca por autonomia econômica local: O Turismo de Base Comunitária, seus desafios e possibilidades .....</b>	<b>206</b>
<b>5.6 Acesso a direitos básicos e infraestrutura: Saúde, Educação e Moradia .....</b>	<b>224</b>
<b>5.7 Redes de apoio e solidariedade: Para além das fronteiras comunitárias .....</b>	<b>234</b>
<b>5.8 O Papel das lideranças na negociação com o Estado e outras instituições.....</b>	<b>239</b>
<b>5.9 Desafios e perspectivas para a juventude quilombola.....</b>	<b>242</b>
<b>6 CONCLUSÃO: A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA E O FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO ATRAVÉS DAS PRÁTICAS DE AUTOGESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL .....</b>	<b>248</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>253</b>
<b>ANEXOS A - LEIS E NORMAS SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS REUNIDAS PELA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO .....</b>	<b>265</b>
<b>ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA LIDERANÇAS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE UBATUBA/SP.....</b>	<b>286</b>
<b>ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....</b>	<b>294</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....</b>	<b>300</b>

## APRESENTAÇÃO

Ao ingressar no curso de Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, deparei-me com um universo completamente novo. Minha chegada ao campo de estudo veio sem expectativas definidas sobre a natureza do curso e as disciplinas a serem estudadas. No entanto, o estudo das Ciências Sociais moldou-me intelectual e também como pessoa, com novos valores e ideais, o caminho da epistemologia para a ontologia, tão comum à quem se dedica a disciplina antropológica. Os tópicos, argumentos, objetos de estudo, enredos, temas, afirmações e diretrizes que encontrei ao longo deste percurso transformou minha percepção sobre o mundo e as pessoas que nele habitam.

A principal experiência acadêmica desenvolvida na iniciação científica me levou a uma população caiçara, uma comunidade tradicional de pescadores, cuja característica mais notável é o fato de ser considerada uma “comunidade evangélica”:

A vila Provetá se situa na face sul da Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ. É uma bonita enseada, cercada de costão rochoso e mata atlântica. Possui, mais ou menos, 1.300 habitantes fixos, é a segunda vila mais populosa da Ilha, ficando atrás apenas da vila do Abraão. Provetá é uma localidade cuja sociabilidade, forma de moradia, e de trabalho são orientadas pelos valores aprendidos na Assembleia de Deus local. A Igreja, fundada há mais de 70 anos, detém uma clara hegemonia sobre o modo de vida local há pelo menos três gerações. Seu território é designado e percebido, tanto pelas pessoas dali, quanto pelas pessoas “de fora”, como um lugar regido por preceitos religiosos, cuja moral é predominantemente pentecostal. Faz parte das atividades da Assembleia de Deus local zelar pela natureza evangélica da comunidade, defender suas fronteiras, gerir seu espaço público e ocupar-se da representação da vila diante do governo e da sociedade inclusiva. A aliança com o governo municipal, também tem permitido transformar o princípio comunitário, baseado no monopólio religioso desta Igreja, em algo garantido e cristalizado pelas instituições do Estado (Mendonça, 2011. p 10).

Para chegar a este território, pegava um barco de pesca, fazia uma viagem de duas horas pelo mar de Angra dos Reis e chegava na comunidade<sup>1</sup> de crentes. Ali passei um tempo

---

<sup>1</sup>Patricia Birman (2008) discute o uso do termo "comunidade" em sua pesquisa em Provetá. Ela explica que utiliza o conceito como uma categoria "êmica", ou seja, como uma forma de identificação usada pelos próprios indivíduos pesquisados para se referirem ao seu local de moradia ou ao seu grupo territorial de referência identitária. No entanto, ao longo de sua pesquisa, Birman faz uma análise crítica das concepções sociológicas do termo "comunidade", destacando os desafios que estas podem trazer para o conhecimento antropológico. Segundo a autora, o principal problema relacionado ao uso deste conceito é que ele é permeado por um certo substancialismo cultural. Isso significa que a noção de "comunidade" tende a ser tratada como uma entidade fixa, homogênea e essencializada. Birman argumenta que essa visão substancialista da cultura possibilitou, historicamente, a criação de algumas ficções antropológicas recorrentes. Dentre elas, destacam-se as ideias de "tradição" e "identidade" como fenômenos sociais objetivos e estáticos, bem como a noção de "isolados" culturais, vistos como totalidades de sentido passíveis de uma explicação unificadora. Essas concepções podem ser problemáticas, pois tendem a

considerável entre viagens de final de semana, férias inteiras e alguns feriados, no decorrer de 4 anos que culminaram em um trabalho de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado (Mendonça, 2011). A experiência na vila de pescadores permeada pela presença da Assembleia de Deus desde 1935, fez com que o estranhamento inicial da comunidade e a cultura local se transformasse em um incômodo permanente da minha situação enquanto indivíduo social, “moderno, solitário e livre”. Em contraponto, eles formavam um grupo com características interessantes e contradições permanentes claro, mas que se entendiam como uma coletividade. Faziam parte e construíam cotidianamente algo maior, a comunidade. Carreguei essa experiência com grande respeito pela identidade e o fazer comunitário.

Depois de casar e ter filhos, senti o chamado de fazer a experiência como algo pessoal e não profissional, não mais como uma pesquisadora e espectadora do fazer comunitário, mas mergulhar na experiência de viver em comunidade. Vivi três anos nesta experiência singular em um monastério, junto aos meus filhos ainda pequenos, vivendo uma ruralidade cuja experiência também era nova para mim. Ali a comunidade religiosa ligada ao movimento da Nova Era<sup>2</sup> se desenvolvia há 30 anos, através de um planejamento próprio, sem espera de qualquer auxílio governamental para suas questões de crescimento e desenvolvimento territorial. Segundo o site da Fraternidade - Federação Humanitária Internacional<sup>3</sup>:

A Comunidade-Luz Figueira, situada na área rural de Carmo da Cachoeira, sul de Minas Gerais, Brasil, dedica-se à evolução universal, cultiva a harmonia e favorece a cooperação entre os que buscam transformar-se. Tem como base a vida grupal na comunidade e a vida consagrada nos monastérios da Ordem Graça Misericórdia. É um referencial de serviço abnegado, cujo núcleo de vivência está ativo desde 1987. Em Figueira, aprofunda-se a busca de um novo estado de consciência, seja nas relações grupais, seja no serviço abnegado aos reinos da natureza, seja na ajuda humanitária.

---

simplificar e reificar a complexidade e a dinâmica das realidades culturais estudadas. Em outras palavras, ao tratar a "comunidade" como uma entidade fixa e homogênea, corre-se o risco de ignorar a diversidade, as transformações e as contradições inerentes às experiências sociais dos indivíduos e grupos pesquisados.

<sup>2</sup> No Brasil, segundo Magnani (2000), o que realmente deu o tom para os caminhos da Nova Era, foi a disseminação das chamadas comunidades rurais alternativas. Essas experiências, na linha de uma atitude mais radical de recusa dos valores vigentes, propuseram a adoção de um estilo de vida baseado em outros princípios, frontalmente contrários às distorções da sociedade urbana e de consumo: vida comunitária, frugalidade, espiritualidade em contato com a natureza, produção agrícola sem o emprego de defensivos e fertilizantes químicos, alimentação natural, vegetarianismo, etc. Ainda, segundo o autor, duas experiências de comunidades, ambas fundadas por José Trigueirinho Neto, merecem destaque e continuam como referência, ressaltadas suas diferenças: o Centro de Vivências Nazaré, existente desde 1981, no município de Nazaré Paulista e a Comunidade Luz Figueira, em Carmo da Cachoeira (MG), desde 1987.

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.fraterinternacional.org> em 20 de set de 2022.

Neste território, os residentes discorriam sobre o futuro de uma nova cidade autossustentável, em resposta ao caos social do mundo, cidade que seria implementada pelo grupo, através dos seus ideais e esforços contínuos. A Comunidade Luz Figueira tem suas bases inspiradas em comunidades mais antigas, e também faz parte de uma rede de outras comunidades pelo Brasil e pelo mundo. Isso fez com que eu entendesse que talvez o incômodo de ser “moderno”, “solitário” e “livre” devia ser mais comum do que imaginava; existem grupos de pessoas, formadoras de redes, em todo o mundo, que buscam experiências e acolhimento comunitário de forma intencional, ou seja, saindo da sua realidade e vida cosmopolita, optando por construir novas bases físicas e culturais de vida. A partir dessa constatação iniciei o projeto de pesquisa apresentado nesta tese.

O projeto inicial para o Doutorado em Planejamento Urbano e Regional tinha como objetivo pesquisar exclusivamente comunidades intencionais, ou seja, aquelas desenvolvidas a partir da disposição e ação de um grupo em um território, guiadas por um plano, uma ideia e propósitos próprios, geralmente em contraponto à sociedade vigente na qual seus membros viviam anteriormente.

Contudo, ao revisitar minha experiência científica, percebi a importância de abordar novamente as comunidades tradicionais. Embora estas não tenham sido anteriormente “planejadas”, elas surgiram a partir de acontecimentos históricos e sociais importantes e precisam se reinventar constantemente, configurando meios para manter seu tecido social coeso e fortalecido. Tanto nas comunidades intencionais quanto nas tradicionais, é necessária uma organização social específica para a elaboração do planejamento de suas comunidades, produzindo e elaborando formas peculiares de existência social que lhes permitam persistir e seguir suas trajetórias comunitárias.

Durante o curso do doutorado, enfrentei os desafios impostos pela pandemia, que afetaram as rotinas acadêmicas e pessoais. As aulas on-line e a falta de interação física com colegas, professores e orientadores trouxeram isolamento e atrasos ao desenvolvimento da pesquisa. Mesmo diante das limitações, finalizei as disciplinas, estágios, qualificações, elaboração de artigos e aprovação da pesquisa no Comitê de Ética.

Além das conquistas acadêmicas, atuei no campo da produção cultural, organizando duas edições da Mostra Eu Mais Velha<sup>4</sup> e produzindo os curtas-metragens "Adélia"<sup>5</sup> e "Banhado de Folhas"<sup>6</sup>. Esses projetos ampliaram o debate público e a visibilidade das temáticas sobre comunidades tradicionais, decolonialidade e seus saberes, na cidade de São José dos Campos (SP), enriquecendo a troca de experiências e os debates políticos e culturais que considero importantes e valorosos para mim.

Os últimos anos também trouxeram dificuldades pessoais imensas. Em 2023, lidei com a perda de três pilares em minha vida: meu avô materno, o Professor Diniz, uma inspiração no trabalho e vivências com a arte; meu pai, Marcelo Pietra, cuja leucemia o levou de forma repentina; e meu irmão mais novo, Martin Pietra, cujo falecimento trágico deixou um vazio irremediável. Perdi grandes amores de minha vida. Este trabalho é dedicado a eles, *in*

---

<sup>4</sup> A 2ª Mostra Eu Mais Velha de Audiovisual foi um projeto beneficiado pelo Fundo Municipal de Cultura de São José dos Campos, através da Fundação Cultural Cassiano Ricardo. A mostra tem o intuito de compartilhar registros, memórias e perspectivas de mundo diversas acerca de cura, fé e ancestralidade. Em sua segunda edição, o evento se propôs a construir uma panorâmica desses saberes através da exibição audiovisual e outras vivências e contou com a exibição de filmes documentários, ficção, videoclipes e todas as expressões do audiovisual, assim como rodas de conversa com projetos e realizadoras convidadas. As sessões foram realizadas em diversos pontos culturais da cidade como Parque Vicentina Aranha e Sesc São José dos Campos. Ficha técnica: Direção geral: Bianca Sevcuic, Lais Araújo e Mariana Mendonça / Curadoria: Bianca Sevcuic e Mariana Mendonça/ Produção executiva: Laís Araújo.

<sup>5</sup>Natural de Rio das Flores no estado do Rio de Janeiro, Dona Adélia possui grande relevância cultural por ser detentora de saberes da cultura popular negra e brasileira. Sua vida é um livro de histórias, memórias e vivências que nos ajudam a compreender a história e a cultura de nosso país. Cresceu na zona rural de Rio das Flores, posteriormente mudando-se para Barra do Piraí, para a casa de sua madrinha. Com esta, ela aprendeu a benzer, tornado-se uma benzedeira. Foi lavadeira e viveu muitas mudanças históricas, como a chegada da luz elétrica e de utensílios domésticos com energia elétrica. Acompanhou toda a trajetória do Jongo Mistura da Raça com sua filha, Márcia, Mestre Laudení de Souza e sua família, até a criação do Ponto de Cultural Jongo Mistura da Raça, hoje instalado no bairro Coqueiro em São José dos Campos. Entre jongo e rezas, Adélia une fortaleza e doçura ao apresentar sua memória e religiosidade. Com a benção de São Benedito, este curta metragem nos leva a conhecer a beleza e a força da história de vida de Adélia, matriarca do Grupo de Jongo Mistura da Raça de São José dos Campos. ADELIA. Direção: Bianca Sevcuic, Lais Araújo e Mariana Mendonça. Documentário. São José dos Campos / SP. 2022. Livre. 12' 52''.

<sup>6</sup>O filme nos leva a adentrar em um território híbrido, onde o rural e o urbano se encontram, no Jardim Nova Esperança, mais conhecido como Banhado, na região central da cidade de São José dos Campos. Através de um olhar sensível sobre a história de vida de 3 personagens, o documentário busca destacar os saberes dessa população mediante sua relação com a natureza, expondo as injustiças socioambientais que recaem sobre os moradores, junto às questões fundiárias, questionando a concepção ocidental de preservação ambiental que desconsidera a presença histórica e a relação da comunidade com o território. Kardec, o sanfoneiro que nos embala com sua música; Dona Maria, mulher da terra; e David Moraes, com sua poesia e luta política. Cada um deles nos convida a adentrar um universo de sabedoria e amor pelo território. "Banhado de Folhas" é um filme que nos convida a refletir sobre a importância da preservação ambiental aliada à valorização dos modos de vida e a garantia dos direitos territoriais das comunidades em meio ao avanço da urbanização e aos interesses econômicos. O curta-metragem foi beneficiado pela Lei Paulo Gustavo, no edital LPG001/FCCR/2023 "Fomento audiovisual Lei Paulo Gustavo". BANHADO DE FOLHAS. Direção: Laís Araújo e Mariana Mendonça. Documentário independente. São José dos Campos/SP. Livre. 21'.

*memoriam*, em respeito às suas memórias que continuarão a me nutrir e guiar. Considero a conclusão deste ciclo um verdadeiro milagre, uma vitória pessoal e profissional após tantos eventos desafiadores e transformadores.

## 1 INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais no panorama brasileiro mostram a construção de identidades culturais diversas, engajamento político próprio e a preservação das tradições populares (Lifschitz, 2011), que enriquecem a sociedade com sua diversidade e contribui para a construção de mundos (Escobar, 2014). Possui perspectivas próprias sobre o que seja desenvolvimento e também como o discurso e práticas colonialistas tem afetado suas realidades, e sua relação com a terra.

Assim, o estudo de grupos sociais específicos, como as comunidades quilombolas tradicionais situadas no município de Ubatuba, estado de São Paulo, pode revelar práticas de vida comunitária. Estas práticas se contrapõem aos paradigmas dominantes do sistema capitalista e oferecem respostas alternativas à sua crise endêmica, evidenciando sistemas de ação e vivências empíricas específicas. Este entendimento permite a apreciação da construção social e cultural desses grupos e facilita a análise de como comunidades quilombolas enfrentam o desafio de persistir e resistir no contexto do mundo contemporâneo (Hurtado; Porto Gonçalves, 2022).

Os processos institucionais que desenvolvem políticas públicas nestes territórios influenciam sobremaneira as comunidades tradicionais. A abertura de estradas e as políticas públicas voltadas para o turismo regional têm impactado fortemente as comunidades, bem como as diferenciações de zoneamento, obras de infraestrutura municipal e estadual, a implantação de escolas e postos de saúde, entre outras questões relevantes. Assim, observa-se uma sobreposição e complementaridade entre as atividades locais, como a pesca tradicional e o turismo de temporada, por exemplo. Conseqüentemente, os territórios são marcados por possíveis tensões entre as esferas institucionais e as ações locais consideradas tradicionais.

Atualmente diferentes comunidades tradicionais<sup>7</sup> do Brasil, como aldeias indígenas, quilombos rurais e urbanos, comunidades caiçaras e extrativistas, entre outras, formam parte de uma narrativa contra-hegemônica. É, portanto, recorrente que sejam vistas como verdadeiros problemas ao ordenamento territorial e haja embate entre as comunidades e diferentes setores dos governos (Almeida, 2006; Castro, 1997).

O território é o espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros

---

<sup>7</sup> “Os povos e comunidades tradicionais são grupos sociais culturalmente diferenciados que se identificam como agentes do processo de desenvolvimento sustentável com baixo impacto sobre o meio ambiente e que são vistos desta maneira pelo resto da sociedade. Esses povos são considerados como produtores de saberes e formas de manejo a eles pertinentes, essenciais na preservação da biodiversidade” (Grisa; Schneider, 2015, p. 534).

direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo (...) Mas todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades ditas “tradicionais” e no seio de certos grupos agro-extrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico (...) Esses conhecimentos produzidos enquanto saberes práticos, alimentam, em processo contínuo, suas necessidades cotidianas e podem ser conferidos pelas formas como são classificados diversos campos da natureza (...) recentemente, fortalecidas pelo debate trazido com a questão ecológica e, notadamente, pela associação que a sociedade ocidental construiu entre “desenvolvimento sustentável” e “populações tradicionais” (Castro, 1997, p. 5- 6).

Território, trabalho e conhecimento nas sociedades conceituadas como “tradicionais” não se limitam apenas a um espaço físico, mas abrangem uma dimensão simbólica. A concepção ocidental separa as dimensões econômica e cultural. Mas os saberes práticos produzidos por esses grupos são sustentados pelas necessidades cotidianas e vivência da natureza e assim fazem a reprodução e manutenção das identidades culturais (Castro, 1997).

Este trabalho propõe uma nova interpretação e expansão do conceito de comunidade no âmbito do Planejamento Urbano e destaca a territorialização (Ratzel, 1983; Raffestin, 1993; Machado; Saquet, 2011; Spósito, 2004; Haesbaert, 2005; Heidrich, 2004) a partir das experiências de grupos identificados como comunidades tradicionais, em particular os quilombos. Ao tomarem posse de um território, esses grupos o planejam e o habitam de maneira que reflete sua história, estrutura organizacional, as consequências da presença do planejamento estatal e suas capacidades de engajamento em práticas coletivas.

A relação entre a perspectiva positivista do avanço capitalista e sua propensão em criar novas ordens sociais por meio das soluções mantidas por sujeitos em espaços contra-hegemônicos, convida-nos a compreender as diferentes formas de atuação coletiva na produção social do território. A autogestão praticada nesses territórios é uma forma de intervenção significativa: “Essas práticas alternativas, transformadoras são importantes, pois contribuem para superar o hiato entre olhares e leituras díspares e por vezes equivocados, entre as racionalidades do conhecimento teórico-acadêmico, do saber técnico e do saber popular” (Limonad, 2007, p. 89).

Sobre a produção de conhecimento, Boaventura de Souza Santos (2007) explica a importância de entendermos o pensamento moderno ocidental como um pensamento abissal, em que existe a divisão da realidade social em dois universos distintos o “deste lado da linha”

e o “do outro lado da linha”. O “outro lado da linha” é considerado e produzido como inexistente:

Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. (...) Do outro lado não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas. Assim, a linha visível que separa a ciência de seus “outros” modernos está assente na linha abissal invisível que separa, de um lado, ciência, filosofia e teologia e, de outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem nem aos critérios científicos de verdade nem aos critérios dos conhecimentos reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia” (Santos, 2007, p. 71 e 73)

Respondendo a esta concepção de um desafortunado mundo árido, em que apenas uma visão de mundo é considerada autêntica e factual para o desenvolvimento de teorias e práticas dos diversos sistemas da realidade social. Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem por premissa a ideia da inesgotável diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isso implica renunciar a qualquer epistemologia geral (Santos, 2007, p. 86).

O autor estabelece uma linha divisória entre formas de conhecimento consideradas legítimas (ciência, filosofia, teologia) e outras formas de saber, pois estas seriam marginalizadas e desvalorizadas (como crenças, magia, entendimentos intuitivos ou subjetivos). Esta divisão separa e hierarquiza conhecimentos. O conhecimento do “outro lado” nunca é considerado como um saber válido por si só. O pensamento pós-abissal é uma proposta que visa a ecologia de saberes. A valorização da diversidade epistemológica do mundo mostra a pluralidade das diversas formas de conhecimento (Santos, 2007).

Henri Lefebvre (1986) defende que o espaço deve ser analisado como estando intrinsecamente ligado à vida social, sendo produto dela. Portanto, não serve como um ponto de partida epistemológico, já que, por si só, não existe. Seu conceito de produção do espaço é embasado em três dimensões dialéticas interligadas: a contradição entre o pensamento e a ação social, que é completada pelo ato criativo e poético (Schmid, 2012).

A primeira dessas dimensões é a prática social material, ponto de partida das interações diárias. Denomina-se *Espaço Percebido*, que abrange a dimensão material das atividades sociais, captada através dos sentidos, como visão, audição, olfato, tato e paladar. Essa dimensão perceptiva está diretamente conectada aos elementos físicos que constituem o espaço (Schmid,

2012). Em seguida, temos o *Espaço Concebido*, que está relacionado ao plano das ideias e do conhecimento. O espaço, para ser percebido, deve primeiro ser concebido mentalmente. Isso envolve juntar elementos em um todo, remodelado através da linguagem e do conhecimento, resultando em práticas discursivas e teóricas que definem e controlam o espaço.

O terceiro aspecto é o dos *Espaços de Representação*, onde a poesia e o desejo atuam como forças transcendentais que permitem o prevalecer do viver sobre a morte. Essa é a dimensão simbólica do espaço, definida pela vivência subjetiva e experiência cotidiana, representações que remetem a entidades superiores como o divino, o Estado ou outras formas de logos, englobando o vivido que escorre da simples análise teórica. Assim, Lefebvre conclui que um espaço social é composto de materialidade concreta, conceitos pensados e as experiências sensoriais vividas. Desta forma, sua teoria da produção do espaço destaca três momentos cruciais: a produção material tangível, a produção de conhecimento abstrato e a produção de significados por meio das experiências vividas (Schmid, 2012).

A História demonstra que durante todo o percurso do estabelecimento do projeto capitalista e neoliberal houve também a construção e desenvolvimento de comunidades diversas, como os quilombos no Brasil, e junto com a construção dos territórios, houve também a manutenção e o surgimento de múltiplos saberes:

Como a ideia de que a vida é selvagem poderia incidir sobre a produção do pensamento urbanístico hoje? **É uma convocatória à rebelião do ponto de vista epistemológico<sup>8</sup> de colaborar com a produção da vida.** Quando eu falo que a vida é selvagem, quero chamar atenção para uma potência de existir que tem uma poética esquecida, abandonada pelas escolas que formam os profissionais que perpetuam a lógica de que a civilização é urbana, e tudo que está fora das cidades, é bárbaro, primitivo, - e a gente pode tacar fogo.” (Krenak, 2022, p.64).

Ailton Krenak (2022) propõe uma reflexão sobre como a ideia de que a vida sendo selvagem pode influenciar a produção do pensamento urbanístico contemporâneo. Ele sugere que essa perspectiva seja um **convite à rebelião epistemológica**, que questiona e desafia os paradigmas dominantes que moldam a forma como entendemos e produzimos o espaço urbano. Krenak critica a visão dicotômica que separa a civilização urbana de tudo o que está fora das cidades, considerado bárbaro, primitivo e descartável.

Essa lógica, perpetuada pelas escolas que formam os profissionais do urbanismo, ignora a potência de existir e a poética presente na vida “selvagem”, ou seja, nas formas de vida e conhecimento que não se enquadram nos padrões urbanos hegemônicos. Ao afirmar que a vida

---

<sup>8</sup> Este trecho de Krenak (2022) inspirou a parte inicial do título da tese “Por uma rebelião epistemológica”.

é selvagem, Krenak busca valorizar e reconhecer a diversidade de modos de existência e saberes que foram marginalizados e esquecidos pelo pensamento urbanístico dominante. Ele convida a uma mudança de perspectiva, sugerindo que a incorporação dessa ideia poderia levar a uma produção do espaço urbano mais inclusiva, respeitosa e colaborativa com a multiplicidade de formas de vida existentes.

Como matriz conceitual esta pesquisa tem como principal suporte teórico-metodológico a discussão sobre comunidade tradicional e comunitarismo, associativismo, decolonialismo, história oral e processos de territorialização quilombola.

O objetivo da tese é compreender a territorialização de comunidades quilombolas, identificadas como tradicionais, no território do município de Ubatuba/SP. Acredita-se na existência de **epistemologias experienciais** presentes nessas comunidades. Elas se caracterizam por um pensamento alternativo, oriundo de experiências reais e sugerem uma construção do território marcada por uma identidade histórico-cultural em contraponto às estratégias do planejamento estatal.

A tese busca, portanto, compreender como essas práticas e modos de vida específicos, com seu histórico e vivência do cotidiano, contribuem para a construção de uma territorialidade que reflete e sustenta valores de justiça social e sustentabilidade ambiental próprio, frente aos desafios impostos pelo modelo socioeconômico vigente.

Como hipótese o estudo de grupos sociais que praticam modos de vida comunitários pode revelar respostas alternativas à crise permanente do capitalismo. Esses grupos desenvolvem sistemas de ação e experiências empíricas únicas, baseadas em epistemologias experienciais – ou seja, saberes que surgem de vivências reais e concretas. Essas práticas podem gerar uma produção social do território, seja de forma tradicional ou intencional, que pode (ou não) estar alinhada com justiça social e sustentabilidade ambiental. Ao analisar a história e a representação social dessas comunidades – especialmente pela perspectiva de suas lideranças –, é possível entender como esses grupos atuam para re-existir em seus territórios no mundo contemporâneo (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022).

As bases teóricas que sustentam o estudo começam pelo entendimento do conceito de comunidade que será utilizado na tese, conceito bastante amplo nas Ciências Sociais. Para isso será levantado pensamentos clássicos de Ferdinand Tönnies (1887), Milton Santos (1996) e outros. Serão identificadas também as discussões mais recentes sobre o tema trazendo autores como, Bauman (2003), Boaventura de Souza Santos (2019) e Arturo Escobar (2014). Também serão introduzidos dados sobre os territórios estudados, os quilombos, obtidos por meio de pesquisa bibliográfica sobre as localidades.

O discurso dos pensadores indígenas e quilombolas, como Ailton Krenak (2019; 2020; 2022) e Antônio Bispo dos Santos (2023) e outros irão permear os temas propostos a partir do pensamento contracolonial. Estes pensadores destacam a pluralidade e a capacidade do ser humano de se organizar em coletividades com base em crenças, valores e objetivos compartilhados.

O presente estudo mostra as estratégias de sobrevivência dessas comunidades em face de inúmeras adversidades. Busca-se o reconhecimento e valorização dos saberes e práticas tradicionais como elementos para a construção de alternativas sociais reais e tangíveis, em contraponto ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Pode-se compreender as atividades e intervenções locais que configuram os territórios como formas de realizar planejamento urbano e regional? É importante reconhecer a existência e a extensão do planejamento que ocorre independentemente ou em resposta à atuação das entidades governamentais. Destaca-se a importância de compreender a autogestão comunitária nesses contextos. Para tal, a pesquisa se propõe a estudar as comunidades tradicionais quilombolas do município de Ubatuba/SP, especificamente os quilombos: Caçandoca, Camburi, Sertão de Itamambuca e Fazenda da Caixa.

Através de técnicas pertinentes ao campo da antropologia (Boas, 2004; Radcliffe-Brown, 2013; Mauss, 2015; Malinowski, 1976; Benedict, 2013; Giumbelli, 2006; Campos; Daher, 2013; Lévi-Strauss, 1967; Turner, 2013; Geertz, 2008, 2013; Sahlins, 2011; Clifford, 1998), busca-se encontrar formas de ação referente a construção da produção social do espaço e sua territorialização (em conjunto ou em paralelo às ações estatais) para fomentar uma nova discussão junto às ciências sociais aplicadas.

Este trabalho visa identificar e entender por meio da abordagem das epistemologias decolonias e contracolonias (Santos, 2010; Krenak, 2019; Santos, 2019, Célia Xacriabá, 2023; Oliveira, 2023; Benites, 2023; Tupinambá, 2023; Kidoiale, 2023; Maxakali, 2023 *apud* Carnevalli, 2023) os instrumentos peculiares de apreensão da realidade e ação de re-existência<sup>9</sup> (Hurtado; Porto Gonçalves, 2022), das comunidades e territórios quilombolas do município de Ubatuba, localizados no litoral norte do estado de São Paulo, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVP-LN).

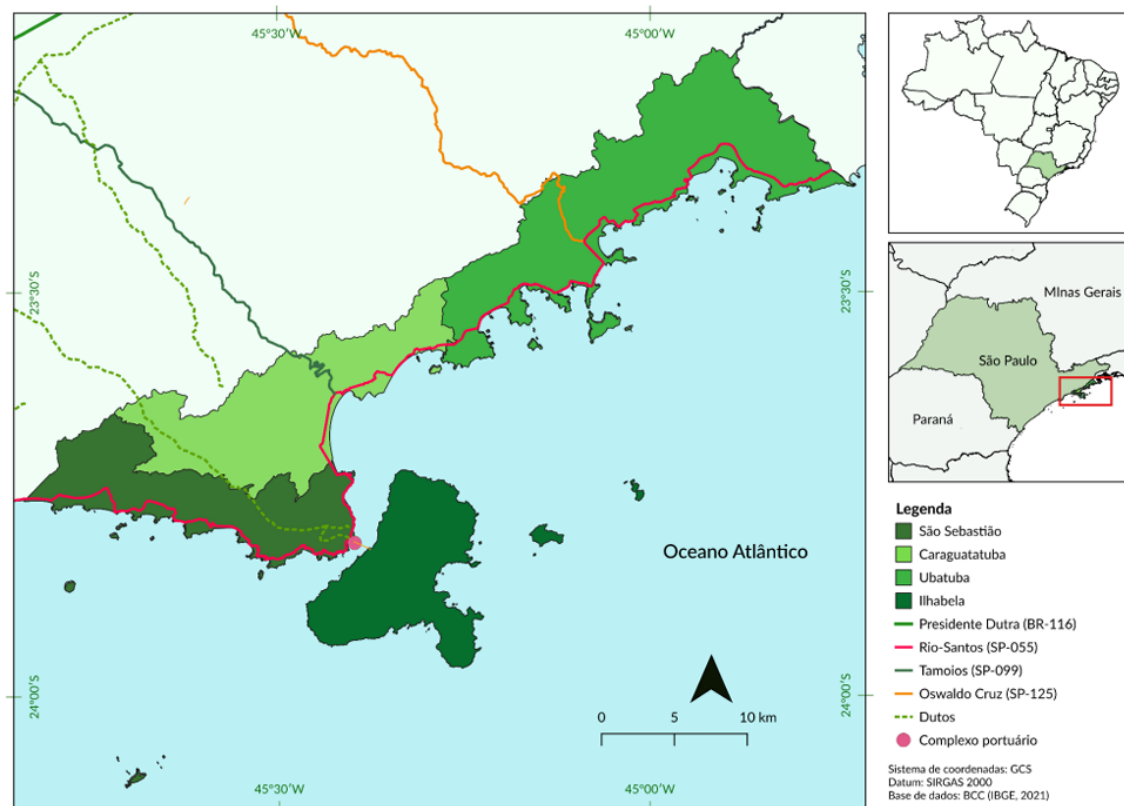
Em resumo, para formação das seções da tese foi necessário:

---

<sup>9</sup> “Discutem-se as diferenças entre re-existência e resistência, mas colocam-se em diálogo para mostrar sua complementaridade. Propõe-se que re-existência e resistência são processos que se acumulam, se sobrepõem, incorporam, e renovam, dando novos sentidos à existência e ao espaço, e, portanto, mudam as estratégias de territorialização, com base no passado/tradição, nas lutas/conflitos presentes e nas projeções/sonhos/imaginações” (Hurtado; Porto Gonçalves, 2022, p. 1).

- Revisitar o conceito de comunidade no campo do Planejamento Urbano e Regional e nas Ciências Sociais.
- Entender a relação das características da sociedade capitalista versus comunidades tradicionais brasileiras e comunidades quilombolas estudadas.
- Revisão bibliográfica em Planejamento Urbano e Regional, Geografia Humana/Cultural e Antropologia com trabalhos sobre comunidades tradicionais e quilombolas.
- Revisão bibliográfica sobre as comunidades quilombolas estudadas.
- Análises das comunidades tradicionais presentes na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVALE-LN).
- Etnografia e análises das entrevistas em profundidade com líderes quilombolas locais.
- Trabalho comparativo dividido em temáticas sobre as quatro comunidades estudadas.

Figura 1 - Mapa de localização



Fonte: Campos (2024)

O litoral norte de São Paulo abrange uma extensa faixa costeira que se estende por municípios como Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. Sua localização estratégica e rica biodiversidade (porção considerável de remanescentes florestais do bioma da Mata Atlântica e ecossistemas associados como mangue, jundu, restinga, junto a cursos d'água)

ocupadas desde tempos pré-coloniais por diversas populações originárias, passou pela sua trajetória colonial junto a consolidação da ocupação caiçara de subsistência, até os dias atuais com uma urbanização em meio ao desenvolvimento de um turismo que serve a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVALE-LN) e também a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) o que a torna uma microrregião de grande interesse estratégico (Santos, 2021).

O grau de preservação da Mata Atlântica e a permanência de comunidades caiçaras em Ubatuba teceram-se principalmente, devido à centralização do comércio colonial e depois imperial de produtos agrícolas no porto de Santos. Quando, por questões políticas, o escoamento de café e cana-de-açúcar, no século XVIII foi centralizado no porto de Santos, deixando os portos de Ubatuba e São Sebastião quase em inatividade, muitos proprietários e comerciantes deixaram o Litoral Norte, que foi povoado, então, por uma população que passou a viver ou no centro da cidade ou na área da orla, onde sobreviviam a partir da agricultura de subsistência, chamada também de agricultura de coivara, por basear-se no rodízio de terras em uso. Esse momento de recomposição da área desmatada e de afirmação de um modo de viver ligado à terra vai sendo interrompido a partir da viabilização de estradas de acesso ao local, as quais irão permitir o uso turístico do território (Barbosa; Formagio; Barbosa, 2010, p. 124).

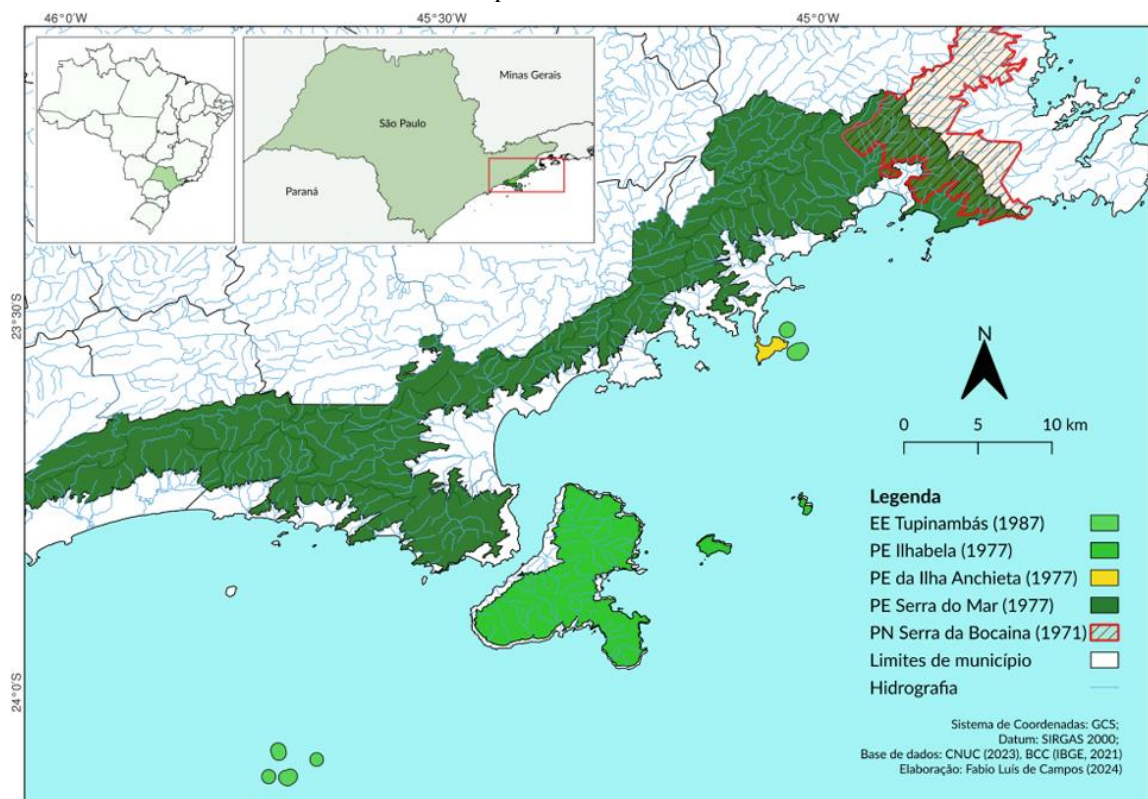
Esta porção do estado de São Paulo permaneceu em certo isolamento, atravessando diversos ciclos de prosperidade e declínio econômico. Estes últimos foram manifestados pela prática da agricultura de subsistência e pela pesca artesanal caiçara até a década de 1950. Posteriormente a esse período, transformações estruturais impactaram tanto o âmbito urbano quanto a economia local, através da criação de vias rodoviárias, desencadeando uma redescoberta da região devido ao fenômeno do veraneio familiar, proveniente majoritariamente da metrópole de São Paulo e do Vale do Paraíba (Santos, 2021), produzindo um efeito em que, mesmo que a maioria dos quilombos não seja caracterizada como urbana, vivem o impacto de vetores de urbanização agressivos:

Ubatuba conta com uma orla de aproximadamente 81 quilômetros, sendo que de sua área mais interior existe uma região de urbanização avançada, que é a região circundante ao centro comercial, sendo o restante Mata Atlântica não habitada, a qual corresponde a 80% do território. O município apresenta contrastes significativos em relação à forma do uso e ocupação do seu espaço e de sua terra e da utilização de seus recursos naturais, sugerindo, desta forma, uma divisão em três áreas: sul; norte; e centro-oeste. Como a primeira região que possui acesso pela rodovia BR-101 é a porção do litoral sul de Ubatuba, é nesse local que a lógica turística e a especulação imobiliária incorporaram-se mais intensamente ao espaço, sendo possível captar mais facilmente através da paisagem as mudanças ocorridas a partir dos anos 1970: surgimento de condomínios fechados, grandes casas de veraneio, restaurantes e hotéis, ao

mesmo tempo em que as vilas e moradias caiçaras decresceram, sendo inexistentes em áreas supervalorizadas. A costa norte do município de Ubatuba por estar mais adiante e não possuir uma infra-estrutura consolidada, as estradas vicinais não são asfaltadas, a energia elétrica chegou somente em 2008, e ainda ser englobada como área de preservação ambiental integral, não passou por uma transformação tão drástica, embora o turismo seja uma presença constante e que exerce uma contínua pressão sobre a área e seus recursos naturais (Raimundo, 2007). Sendo assim, a primeira diferenciação que se faz é entre a área norte e sul, dada a singularidade com que o turismo incorporou-se a essas e acabou por constituir cenários distintos, facilmente notados entre as duas, em comparação (Barbosa; Formagio; Barbosa, 2010, p.125).

(...) a criação de unidades de conservação e áreas de interesse militar não exclui; pelo contrário, combina-se com a expansão das áreas de interesse turístico, que tanto inviabilizam a continuidade das roças, do extrativismo e da pesca, quanto concorrem pelos recursos naturais das comunidades e até mesmo por seus “braços”. A presença de áreas reservadas atuando por meio das proibições de todo tipo e a presença do turismo, atuando por meio da criação de um mercado de trabalho novo e de baixa qualificação, vão substituindo a produção agrícola como principal alternativa de renda, primeiro para os seus jovens e suas mulheres e, depois, diante do declínio da produção local, vão empurrando toda a comunidade para um novo padrão de uso do território e de organização socioeconômica (Arruti, 2016, p. 245).

Figura 2 - Mapa das Unidades de Conservação criadas na região do Litoral Norte de São Paulo durante o período de 1950-1990



Fonte: Campos (2024).

É interessante perceber que este cenário revela ao mesmo tempo paisagens de consumo e a escassez de espaço urbano. Isso é resultado de consequências adversas, que serão analisadas neste trabalho, tais como especulação imobiliária voltada para segundas residências, ocupações irregulares, deterioração da qualidade ambiental, supervalorização do solo e substituição de atividades tradicionais para trabalhos informais (Santos, 2021). Nesse processo, encontram-se inseridos núcleos de comunidades tradicionais que enfrentam cotidianamente a luta pela posse de seus territórios, pelo fortalecimento de sua cultura, acesso a serviços públicos básicos e pelo direito de gerir seus recursos ambientais (Oliveira 2001, Santos, 2021).

Figura 3- Mapa das Comunidades tradicionais de Ubatuba



Fonte: Projeto Povos (2023).

A Seção 1 deste trabalho, explora o arcabouço metodológico adotado para entender as dinâmicas das comunidades quilombolas de Ubatuba/SP. São apresentadas as metodologias utilizadas para construção da análise sobre os quilombos. Esta seção destaca a importância da abordagem metodológica sensível às realidades locais para desvendar as particularidades do planejamento territorial e a luta por direitos entre os quilombolas de Ubatuba.

A Seção 2 mostra a relação entre os conceitos de território e as práticas históricas e contínuas do colonialismo. Aqui, são apresentados os fundamentos teóricos que definem o território como um espaço físico e como uma construção social. Este capítulo oferece uma compreensão sobre como políticas de territorialidade e práticas de sustentabilidade podem

esconder neocolonialismos que desafiam a resistência cultural e existencial dos povos tradicionais. Há uma urgência por justiça ambiental e social que respeite verdadeiramente os direitos e tradições locais.

Na Seção 3 o movimento decolonial e a crítica ao neoliberalismo dominante ilustram a possibilidade de reimaginar o planejamento urbano que incorpora saberes locais e respeita a autonomia dos atores sociais envolvidos. Na exploração de conceitos, históricos, tensões e práticas, busca-se entender a inclusão efetiva das comunidades tradicionais na redefinição das práticas de planejamento. Assim, esta seção aborda a interação entre comunidades tradicionais e a gestão dos territórios. Destaca-se a necessidade de uma abordagem *decolonizada* no Planejamento Urbano e Regional. A sugestão é que haja uma construção dialógica por modelos mais justos de desenvolvimento territorial.

Na Seção 4 é examinado o papel dos quilombos como símbolos de resistência cultural e sociopolítica desde o período colonial até os dias atuais. Estes estudos retratam as complexidades das experiências quilombolas. A seção inclui a análise das metodologias participativas que desafiam representações cartográficas dominantes e mostram os esforços de comunidades locais em resistir à marginalização e promover o desenvolvimento local. Também há uma breve descrição da entrada em campo nos territórios estudados.

Finalmente na quinta seção, apresenta-se a análise das comunidades quilombolas de Ubatuba/SP, a partir das narrativas dos seus líderes comunitários. O estudo decolonial revela as interações históricas e contemporâneas sobre a identidade, território e práticas socioeconômicas. Este enfoque reafirma o protagonismo das comunidades na construção de sua história e na definição de seus próprios caminhos, mesmo enfrentando grandes pressões do capital e do estado como a especulação imobiliária, o diálogo com as unidades de conservação e a protelação nos processos de titulação dos territórios.

## 1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO COM OS QUILOMBOS

Inicia-se esta tese descrevendo as ferramentas de pesquisa aplicadas no trabalho. Esta seção sublinha a importância de uma metodologia sensível às realidades locais para entender o planejamento territorial e a luta por direitos dos quilombolas do município de Ubatuba.

### 1.1 Conceitos metodológicos aplicados na pesquisa

Este trabalho apoia-se em um estudo de caso, exploratório e qualitativo. Serão utilizados dados secundários oriundos de revisão bibliográfica, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também dados primários, levantados por meio de trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas<sup>10</sup>, realizadas a partir da etnografia e observação participante nos territórios quilombolas anteriormente citados.

O termo trabalho de campo é utilizado de maneira ampla na Antropologia para abarcar uma variedade de métodos não estruturados previamente, que inclui a observação participante, entrevistas em profundidade, análise de documentos locais relevantes à pesquisa, ou a combinação destes elementos. Este tipo de pesquisa geralmente se inicia com objetivos pouco claros, permitindo que as ideias sejam moldadas e refinadas a partir de descobertas preliminares e da observação de aspectos inesperados, os quais não teríamos conhecimento para questionar previamente (Becker, 2022).

Tal abordagem flexível favorece a exploração do desconhecido. Contudo, é necessário evitar generalizações apressadas e negligenciar as particularidades históricas e locais dos dados coletados. É possível que as circunstâncias que influenciam o objeto de estudo em questão se manifestem de maneira distinta em outros contextos que, à primeira vista, pareçam semelhantes. É importante identificar e compreender as dimensões subjacentes que diferenciam as organizações locais que, superficialmente, podem parecer comparáveis; cuidado importante quando se está propondo o estudo de quatro localidades denominadas quilombolas em um mesmo município (Becker, 2022).

O trabalho de campo mediante a observação participante do ambiente comunitário é uma metodologia importante neste estudo; pois esta técnica promove interações sociais entre o investigador e os atores sociais e no meio destes recolher dados através de uma vivência:

---

<sup>10</sup> Parecer número 6.696.193 do Comitê de Ética. CAAE: 76317623.1.0000.5503.

A observação participante é uma forma de estudar *com* as pessoas. Não se trata de descrever outras vidas, mas de unir-se a elas na tarefa comum de encontrar formas de viver. Assim, a observação participante não é, absolutamente, um método para coleta de dados. Ela é um compromisso de aprender fazendo, semelhante a um aprendiz ou aluno (Ingold, 2019, p. 22).

Com essa técnica o observador vive um período com as pessoas e partilha as suas atividades, podendo fazer um panorama da estrutura social e suas principais conjunturas e vivências plenas de realidade. Neste trabalho pretendeu-se vivenciar este processo em algumas semanas, em datas diversas, frequentando os espaços coletivos, domiciliares e festividades de acordo com as interações que foram sendo estabelecidas com as pessoas nos territórios.

À etnografia compete fornecer os meios para sondar, questionar, descrever e compreender o pensamento e experiências sociais nos territórios, enquanto práticas culturais fundadas na intersubjetividade dos que ali vivem ou se encontram (Matta, 1981; Ingold, 2019; Becker 2022). Foram realizados relatórios de campo para a descrição/interpretação das realidades comunitárias e ocupação dos territórios estudados.

Os depoimentos orais de residentes das comunidades compõem importante meio de pesquisa através de entrevistas em profundidade semiestruturadas, bem como as conversações ocasionais no terreno, em campo, que auxiliaram na apreensão da história e experiência do lugar com a vitalidade que as histórias pessoais podem trazer para o objeto do estudo.

Em suma, o presente estudo realiza levantamento bibliográfico, teórico e trabalho de campo em comunidades tradicionais do município de Ubatuba/SP, os quilombos, em que foi levantado: a) como o planejamento das políticas públicas entende e organiza as comunidades tradicionais locais; b) trabalhos acadêmicos sobre a memória local (história dos lugares); c) o embasamento sociocultural local (bases filosóficas ou práticas alicerçadas); d) a proposta empírica (como se dá a organização das comunidades); e) o planejamento local (formas de planejamento de construção do espaço social realizada pelos sujeitos em coletividade, incluindo seus processos políticos locais). Desse modo, busca-se o entendimento de como a construção e estruturação desses espaços acontece, dialoga e se relaciona com os discursos e características da sociedade capitalista neoliberal e o Estado.

O intuito é **compreender a territorialização das comunidades tradicionais do município de Ubatuba** e a conseqüente resistência e vivência dessas outras ordens de espaços sociais com **planejamento e autogestão realizado junto ou em paralelo às ações do Estado** e seus planejadores urbanos.

As viagens de trabalho de campo para coleta dos dados foram realizadas nos quilombos no município de Ubatuba/SP, entre os meses de janeiro a dezembro de 2024, em visita a casa dos líderes e vivências no cotidiano, evento de turismo de base comunitária e festas tradicionais locais. O total de participantes diretos da pesquisa foram 9 pessoas das comunidades quilombolas à saber: Caçandoca, Camburi, Sertão de Itamambuca, Fazenda da Caixa. Ao todo foram entrevistadas 7 lideranças comunitárias e 2 idosas consideradas griôs<sup>11</sup> em seus territórios.

Os processos da pesquisa foram, portanto, fundamentados na compreensão e na descoberta, no teste de hipóteses de trabalho, através dos relatórios de campo para a descrição/interpretação das realidades comunitárias e ocupação dos territórios estudados. Os depoimentos orais das lideranças das comunidades compõem o principal meio da pesquisa. Através das entrevistas em profundidade, semi estruturadas, feitas a partir da experiência em campo, foi possível apreender a história e experiência do lugar com a vitalidade que as histórias pessoais trazem para o objeto do estudo.

Todos os participantes da pesquisa tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) entregue ao participante, de forma individual e particular, para leitura e assinatura em duas vias em concordância com a pesquisa. Neste estava descrito a finalidade da pesquisa, das contribuições, riscos para si e ações da pesquisadora para minimizar os impactos, específico por grupo, bem como o contato do executor da pesquisa para esclarecimento de dúvidas e o contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univap para conhecimento dos seus direitos enquanto participante.

Segundo Matta (1981) o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção. Estes seriam os hóspedes não convidados da experiência etnográfica. Tal intrusão da subjetividade e da carga afetiva que vem com ela, dentro da rotina intelectualizada da pesquisa é um dado sistemático da situação. À saber: Cansaço ou aborrecimento ao responder questionários. Desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio. Alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por

---

<sup>11</sup> “A palavra griot é de origem francesa e denota a princípio os genealogistas, contadores de história, músicos e poetas populares dos grupos étnicos africanos Bambaras e Fulas na região do Mali. São etnias que transmitem sua cultura através da tradição oral onde a palavra tem poder e significado divino, possuindo compromisso com a verdade e a ancestralidade. São homens e mulheres que possuem uma imagem social e política determinante no funcionamento das sociedades do noroeste da África. O significado do griô remete a uma sociedade baseada no diálogo entre os indivíduos e na comunicação entre as comunidades ou grupos étnicos (...) Assim o mestre deve possuir em seu perfil, de acordo com a pedagogia griô, as seguintes características: ser reconhecido nas comunidades como líderes espirituais, com a sabedoria da cura ou de iniciação para a vida; conhecedores/as e fazedores/as de conhecimentos, iniciados ou iniciadores/as de um ramo tradicional em artes e ofícios diversos relacionados às ciências da vida; possuir uma história de vida de tradição oral; aquele que se identifique com a figura do/a sábio/a e do/a mestre; ter a idade mínima de 60 anos” (Choe, p. 05 e 06, 2010).

reforços na conscientização sobre uma condição social. Medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas. Exposição das lideranças comunitárias quilombolas, que são grupos em vulnerabilidade frente às espoliações que vivem historicamente e também nos dias atuais, já que alguns territórios enfrentam lutas fundiárias complexas.

No objetivo de minimizar tais riscos, os instrumentos de coleta de dados foram aplicados de forma tranquila, com plena atenção da pesquisadora durante o processo, oferecendo pausas quando necessário, colocando que o participante podia optar por não responder alguma questão apresentada que lhe causasse desconforto.

Outras medidas de prevenção ou minimização dos riscos foram: a escolha de ambiente acolhedor; ambiente privativo; perguntas feitas de forma objetiva; atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; liberdade em interromper a participação; possibilidade de recusa a responder a qualquer pergunta e a não utilização das informações que pudessem causar prejuízo às pessoas e/ou as comunidades tradicionais. Os participantes da pesquisa poderiam a qualquer momento solicitar a retirada da pesquisadora dos ambientes em que esteve presente.

Os dados obtidos através da etnografia e observação participante foram organizados a partir do roteiro estruturado que orientou a pesquisadora nas anotações. Tal roteiro de observação não foi aplicado diretamente aos participantes para que estes respondessem, e sim serviu como um guia metodológico de coleta e organização das informações pela pesquisadora. A etnografia serviu, principalmente, para orientar as entrevistas formais semi estruturadas.

As informações obtidas através das entrevistas formais foram codificadas; categorizadas; tratadas e traçadas algumas inferências; por fim, interpretados os resultados, que foram incluídos no desenvolvimento do texto. Assim, através da escuta e olhar compreensivo e crítico às formas que as pessoas planejam e organizam seus espaços designados como comunidades tradicionais, mais especificamente os quilombos, a disciplina do Planejamento Urbano e Regional pode obter novas perspectivas e ações.

A etapa final de tratamento dos resultados, inferência e interpretação envolveu uma análise dos dados codificados. Realizou-se uma análise quantitativa simples. Observou-se a frequência de certos temas no discurso dos líderes e procedeu-se à análise qualitativa na busca por compreender o contexto e o significado das declarações dos participantes, que serão apresentadas na quinta seção deste trabalho.

A análise das narrativas das lideranças foi dividida em três etapas principais: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A fase de pré-análise iniciou-se com uma imersão no material coletado durante as visitas às comunidades. Realizou-se uma leitura imersiva das transcrições das entrevistas com as sete lideranças comunitárias e as duas idosas griôs, permitindo a familiarização com o conteúdo e a identificação de temas recorrentes.

A seleção dos documentos para análise incluiu as transcrições das entrevistas, as notas de campo da observação participante e os registros etnográficos. Formularam-se então hipóteses iniciais divididas em subtemas. Os objetivos da análise foram alinhados com as questões da pesquisa, focando na compreensão da produção social do espaço e nas práticas de planejamento local.

Os trechos relevantes foram categorizados de acordo com temas emergentes, que construíram as perspectivas analíticas a seguir, tais como:

Tabela 1 - Temas suscitados pelos entrevistados

(continua)

1. Apresentação pessoal e familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Origens familiares</li> <li>- Conexões ancestrais com o território.</li> <li>- Identidade e pertencimento</li> </ul>
2. História e formação do quilombo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação dos quilombos</li> <li>- Dados históricos junto às tradições orais.</li> <li>- Resistência e a resiliência de antepassados</li> <li>- Lutas do passado X desafios atuais da comunidade</li> </ul>
3. Território e ocupação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Caracterização física, espiritual e cultural da terra</li> <li>- Conflitos passados e presentes relacionados à posse e uso do território</li> </ul>
4. Tradições e cultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tradições e cultura</li> <li>- Senso de orgulho e responsabilidade.</li> <li>- Descrição da memória de práticas culturais históricas, festividades, conhecimentos tradicionais e expressões artísticas</li> </ul>

Tabela 1 - Temas suscitados pelos entrevistados

(continua)

5. Narrativas de resistência e sobrevivência cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Histórias de resistência econômicas, sociais ou políticas.</li> <li>- Luta contínua pela preservação da cultura e dos direitos quilombolas</li> </ul>
6. Mudanças ao longo do tempo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contraste do passado com o presente</li> <li>- As transformações ocorridas em suas comunidades</li> <li>- Reconhecimento dos avanços em áreas como educação e saúde, mas</li> <li>- Preocupações com a perda de certos aspectos tradicionais da cultura caçara</li> </ul>
7. Discursos sobre desenvolvimento/envolvimento sustentável e autonomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Equilíbrio do progresso econômico com a preservação cultural e ambiental.</li> <li>- Importância da autonomia comunitária nas decisões sobre seu próprio desenvolvimento</li> </ul>
8. Visões quilombolas sobre conservação ambiental e sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conexão e preocupação ambiental</li> <li>- Visões de conservação enraizadas em práticas tradicionais.</li> <li>- Contraste das abordagens internas com políticas ambientais externas</li> <li>- A eficácia dos métodos ancestrais de manejo ambiental</li> </ul>
9. Autonomia econômica local	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Turismo de Base Comunitária, seus desafios e possibilidades.</li> <li>- Respeito e preservação aos valores e práticas das comunidades</li> </ul>
10. A Luta por direitos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Territorialidade, reconhecimento e justiça social.</li> <li>- Posse da terra, reconhecimento cultural e acesso a direitos básicos</li> </ul>
11. Discursos sobre o processo de titulação de terras e a segurança territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Titulação de terras</li> <li>- Desafios burocráticos, legais e políticos enfrentados</li> <li>- Segurança territorial, sobrevivência e prosperidade</li> </ul>
12. Acesso a direitos básicos e infraestrutura: Saúde, educação e moradia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso a serviços básicos,</li> <li>- Demandas por melhorias em saúde, educação e moradia para o bem-estar</li> </ul>

Tabela 1 - Temas suscitados pelos entrevistados

(conclusão)

13. Redes de apoio e solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conexões inter-comunitárias e aliados externos.</li> <li>- Redes de solidariedade</li> <li>- Alianças para o fortalecimento do movimento quilombola</li> </ul>
14. O papel das lideranças na negociação com o Estado e outras instituições	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interação com entidades externas.</li> <li>- Estratégias de negociação, desafios enfrentados e a integridade cultural frente ao Estado e outras instituições</li> </ul>
15. Desafios e perspectivas para a juventude quilombola	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso à educação</li> <li>- Oportunidades de emprego</li> <li>- Transmissão de valores e conhecimentos tradicionais</li> <li>- Equilíbrio entre a preservação cultural e a adaptação ao mundo contemporâneo</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

## 1.2 Seleção e caracterização dos participantes das entrevistas em profundidade

A escolha geográfica permitiu um estudo das dinâmicas locais e regionais das comunidades tradicionais, em especial atenção aos quilombos da cidade de Ubatuba/SP. O papel dos indivíduos dentro de suas comunidades quilombolas foi o principal critério na seleção. Dos nove participantes, sete são lideranças comunitárias reconhecidas, enquanto duas são idosas consideradas griôs em seus territórios. Esta composição garante certa diversidade de perspectivas, incluindo tanto as visões das lideranças atuais quanto o conhecimento tradicional preservado pelos griôs.

Ao abordar a liderança comunitária, Pigg (1999) enfatiza a importância de focar na comunidade em si, em vez de organizações formais. O autor argumenta que os líderes comunitários não dependem de autoridades ou poder formal, mas sim de redes e influência local, incluindo relações desenvolvidas a partir de extensas interações com os moradores, geralmente representando muitos dos seus pontos de vista e interesses (O'Brien; Hassinger, 1992 *apud* Pigg, 1999, p. 197). Esta perspectiva destaca a natureza orgânica e relacional da liderança comunitária, onde a reciprocidade é uma característica fundamental do seu campo de atuação (Negreiros, 2019).

As lideranças comunitárias<sup>12</sup> enfrentam diversos desafios, principalmente oriundos de forças externas. Pigg (1999, p. 197) enumera esses desafios, que incluem: “Devolução da autoridade por ações e serviços à comunidade; a manutenção da qualidade com poucos recursos; expectativa de compartilhar o poder e responsabilidade; interdependência, diversidade, colaboração e comunicação; e deslocamento do paradigma de desenvolvimento com o paradigma da globalização”. Essas pressões externas exigem que os líderes comunitários sejam adaptáveis, resilientes e capazes de navegar complexas dinâmicas sociais e políticas, equilibrando as necessidades locais com as demandas globais em constante evolução (Negreiros, 2019).

Não é o líder que cria a liderança, mas a liderança que cria o líder. Por meio de influência, compromisso e sacrifício, os membros da comunidade criam a visão de um futuro melhor a partir dos desejos e das necessidades coletivas. [...] o que define os comportamentos padrão, expectativas sobre o papel e compromissos contratuais ligados às metas finais que são perseguidas e concretizadas (Barker, 1994, p. 52 *apud* Pigg, 1999, p. 200) (citação e tradução de Negreiros, 2019, p. 41).

Os indivíduos precisavam saber e poder fornecer informações sobre liderança em comunidades quilombolas, práticas culturais e políticas comunitárias. A experiência vivida nas dinâmicas de liderança, conflitos e desafios enfrentados pela comunidade foi levada em consideração.

A disponibilidade e acessibilidade dos participantes também foram consideradas. Era necessário que estivessem dispostos a receber a pesquisadora em suas casas. O método de amostragem utilizado foi intencional. O foco estava em participantes-chave que pudessem fornecer narrativas sobre o tema da pesquisa.

As perspectivas das lideranças comunitárias devem ser consideradas importantes no contexto do Planejamento Urbano e Regional. Geralmente são os líderes comunitários que

---

<sup>12</sup>A abordagem de entrevistar predominantemente líderes comunitários e membros proeminentes, como os griôs, embora valiosa, apresenta limitações que merecem consideração crítica. Esta estratégia pode inadvertidamente resultar em uma visão parcial e enviesada da realidade comunitária, oferecendo uma perspectiva que se aproxima mais de uma "versão oficial" dos acontecimentos e dinâmicas locais. Ao concentrar-se nas vozes das lideranças, corre-se o risco de negligenciar as experiências, opiniões e críticas dos moradores “comuns”, que podem divergir significativamente das narrativas apresentadas pelos líderes. Esta abordagem com certeza obscurece certas tensões internas, desafios cotidianos e insatisfações que existem dentro da comunidade, até mesmo em relação à própria liderança e sua gestão. Além disso, ao entrevistar membros da mesma família em posições de liderança, pode-se reforçar estruturas de poder existentes e limitar a diversidade de perspectivas. Para uma compreensão mais abrangente e equilibrada da vida comunitária, seria interessante incluir uma gama mais ampla de vozes, incluindo moradores de diferentes estratos sociais, idades e posições dentro da comunidade, permitindo assim uma análise com mais nuances das dinâmicas sociais, dos desafios enfrentados e das percepções variadas sobre a efetividade do trabalho e consideração social da liderança local.

atuam como pontes entre suas comunidades e as instituições oficiais. Seus pensamentos, posturas, narrativas e perspectivas podem ser consideradas a “voz oficial” da comunidade em diálogos com órgãos governamentais, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades externas. Portanto, a compreensão dessas versões auxilia no entendimento de como as comunidades se posicionam “oficialmente” e negociam seus interesses no âmbito do planejamento regional.

Lideranças locais também podem ser consideradas como os principais agentes na articulação, implementação e adaptação das políticas públicas em nível comunitário. Suas interpretações e ações moldam consideravelmente como as iniciativas de planejamento são recebidas, adaptadas e executadas no contexto local.

Pode-se destacar que os líderes comunitários, muitas vezes, possuem uma visão mais ampla e estratégica dos desafios e oportunidades a serem enfrentados. Suas análises buscam incorporar considerações históricas, uma visão de longo prazo e também compreensões mais amplas das dinâmicas regionais que afetam os quilombos. Todos os entrevistados demonstraram vivacidade frente à luta política e parecem estar em processos intensos do que podemos compreender como um estudo político para o “desenvolvimento”<sup>13</sup> do território.

No que pode-se considerar como “planejamento comunitário”, as lideranças atuam certamente como articuladores e representantes dos interesses coletivos. Em suas narrativas é possível ver a articulação entre a priorização de necessidades locais, estratégias de desenvolvimento local, os diálogos com instituições públicas, organizações não governamentais e acadêmicas. A ação estatal no território frequentemente se materializa através de interações com essas lideranças. Portanto, o modo como as lideranças se relacionam com as iniciativas e órgãos governamentais, podem demonstrar a eficácia e o impacto efetivo das políticas públicas nas localidades.

É importante reconhecer as limitações do foco nas perspectivas das lideranças, no entanto, suas visões analíticas e ações práticas no planejamento local podem auxiliar na

---

<sup>13</sup> Nego Bispo dos Santos (2023) propõe uma reflexão pertinente sobre a distinção entre "desenvolvimento" e "envolvimento". Segundo ele, o termo "desenvolvimento" tem sido historicamente associado a uma visão ocidental e linear de progresso, muitas vezes negligenciando e mesmo impondo mudanças às culturas e modos de vida tradicionais em nome do crescimento econômico e da modernização. Por outro lado, ele sugere que "envolvimento" implica uma abordagem mais inclusiva e holística, na qual os próprios indivíduos e comunidades participam ativamente na construção de seu futuro, valorizando suas tradições, conhecimentos ancestrais e identificação cultural. Essa perspectiva ressalta a importância de integrar práticas e saberes locais nos processos de inovação e transformação social, garantindo que as comunidades quilombolas não sejam apenas objetos de políticas desenvolvimentistas, mas sim protagonistas de suas próprias trajetórias e processos de fortalecimento comunitário.

compreensão dos processos comunitários de autogestão e também dão indícios de como as comunidades interagem com estruturas mais amplas de governança e planejamento.

Tabela 2- Lista de lideranças quilombolas entrevistadas

Nome	Tipo de liderança/território	Data da entrevista
Adriana Vieira Leite	Presidente da Associação de Moradores do Quilombo do Sertão de Itamambuca	08/07/2024
Mario Luís Leite	Liderança histórica e política do Quilombo do Sertão de Itamambuca	03/12/2024
Presciliana dos Santos	Griô do Quilombo do Sertão de Itamambuca	17/08/2024
Leila Soares	Presidente da Associação de Moradores do Quilombo do Camburi	02/12/2024
Laura de Jesus Braga	Liderança histórica e política do Quilombo da Fazenda	05/05/2024
Cristiano de Jesus Braga	Presidente da Associação de Moradores do Quilombo da Fazenda	04/12/2024
Jurandir Cesário do Prado	Liderança histórica e política do Quilombo da Caçandoca	05/12/2024
Isabel dos Santos P. Silva	Vice-presidente da Associação de Moradores do Quilombo da Caçandoca	06/12/2024
Rosa Gabriel Penha da Silva	Griô do Quilombo da Caçandoca	07/12/2024

Fonte: Elaborado pela autoria.

### 1.3 A história oral no trabalho junto às comunidades tradicionais

O formato como as histórias das narrativas orais é construída e transmitida - o enredo - oferece uma perspectiva sobre como os membros da comunidade compreendem seu passado, interpretam seu presente e projetam seu futuro. Desse modo, a história oral atua como um método de preservação da memória. Ela proporciona uma visão mais ampliada sobre a relação

dos moradores com o território, a história, as vivências do presente e suas perspectivas futuras (Portelli, 1997).

As narrativas das lideranças quilombolas de Ubatuba ilustram a produção social do espaço através de suas múltiplas dimensões. O espaço percebido é descrito nas práticas cotidianas e materiais que moldam o território. As lideranças sempre inserem em seus relatos como suas comunidades interagem com o ambiente natural para sustentar suas vidas. Isso exemplifica a dimensão sensorial e prática do espaço que Lefebvre (1986) descreve.

O espaço concebido aparece nas narrativas sobre as estratégias de organização comunitária e identitárias. As lideranças quilombolas demonstram possuir uma compreensão coletiva de seu território que vai além da mera ocupação física. Estão bem presentes, as noções de luta, resistência e identidade cultural. Isso reflete a dimensão conceitual do espaço, onde o entendimento e a representação do território são moldados por discursos e conhecimentos compartilhados. Por último, os espaços de representação existentes nas expressões culturais e simbólicas conferem significado ao território. As práticas culturais, as histórias orais e as memórias coletivas são elementos que definem a experiência vivida do espaço. Transformam o território em um espaço carregado de significados sociais e históricos.

As narrativas das lideranças entrevistadas, ricas em referências a histórias e lembranças transmitidas pelos mais velhos, revelam um processo contínuo de passagem de saberes que perpassa gerações. Revelam memórias e significados que transcendem a mera reconstrução do passado. Desse modo, a memória e a história oral desempenham um papel na construção e preservação da identidade quilombola em Ubatuba na transmissão de conhecimentos sobre o território e suas transformações ao longo do tempo.

As histórias das lideranças quilombolas descrevem as transformações físicas dos territórios, mas estas carregam consigo uma carga de significados sobre identidade, pertencimento e mudança. Segundo a história oral, essas **narrativas nos contam menos sobre eventos que sobre significados**. Ao mencionar locais de natureza ou roçados que deram lugar às instalações para o turismo de massa, por exemplo, não evidenciam apenas um registro de mudanças geográficas, mas uma expressão das experiências vividas, das perdas sentidas e das adaptações ao longo do tempo (Portelli, 1997).

## 2 INTRODUÇÃO AO LEGADO DO COLONIALISMO NA APROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS NO BRASIL

Esta seção examina o território como construção social influenciada por relações de poder, dominação, e identidade cultural. Destaca-se o papel histórico da apropriação de terras na criação de estruturas de poder. Desde as *plantations* coloniais até a especulação imobiliária contemporânea, a apropriação e o valor das terras perpetuam desigualdades e tensões econômicas e sociais neste país. No decorrer desta seção, vê-se como as comunidades tradicionais interpretam e defendem seus territórios diante de novas formas de colonialismo.

### 2.1 O conceito de território

*A definição de território presente no “Dicionário de Geografia Humana” (Johnston; Gregory; Smith, 1994), mostra que o mesmo pode ser entendido como um termo geral usado para descrever uma porção do espaço ocupado por uma pessoa, grupo ou Estado. Etimologicamente, a palavra território, “territorium” em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino “terra”. O território, no sentido etológico, é entendido como o ambiente [environment] de um grupo, o ambiente de uma única pessoa (seu ambiente social, seu espaço pessoal de vida ou seus hábitos podem ser vistos como um “território”) no qual a pessoa age ou ao qual recorre (Machado; Saquet, 2011, p. 126).*

O conceito de território<sup>14</sup> na ciência tem Ratzel (1983) como seu precursor no final do século XIX. Influenciado pelo darwinismo social, ele introduz a ideia de território como extensão do organismo estatal. Como os organismos vivos necessitam de espaço, para crescer e prosperar, o território se configura essencial para sua sobrevivência. Assim, sugeria que a expansão territorial era ditada por fatores físicos, como recursos naturais e topografia, e humanos, como a capacidade organizacional (Ratzel, 1983).

No entanto, Raffestin (1993, p. 143), um dos precursores na renovação da geografia e do conceito, destaca que espaço e território não eram termos sinônimos. Segundo ele, o espaço precede o território, visto que o território se desenvolve a partir do espaço. Quando a sociedade se apropria do espaço, ela o transforma em território:

---

<sup>14</sup> Guattari (1985), Raffestin (1993), Sousa (1995), Fernandes (2000; 2008), Oliveira (2001; 2004), Santos; Silveira (2003); Haesbaert (2005) e Moraes (2005) são fundamentais para o entendimento teórico sobre territorialização.

Territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (Raffestin, 1993, p. 158).

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...] (Raffestin, 1993, p.144).

[...] valor bem particular, pois reflete multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas [...] todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (Raffestin, 1993, p. 158-159).

Aqui, territorialidade é vista como a maneira pela qual indivíduos e comunidades interagem e se relacionam com o espaço ao longo do tempo. Com significados culturais e sociais, Raffestin (1993) explora a territorialidade como uma expressão da multidimensionalidade daquilo que é vivido. O território transcende o espaço físico para incorporar aspectos sociais e culturais significativos. Essa perspectiva destaca a importância das experiências e memórias coletivas na construção do território como um fenômeno vivido e não apenas geográfico.

O território é tanto um produto quanto um processo. Ele reflete as interações entre agentes humanos e suas capacidades de influenciar o ambiente. Pode ser entendido como uma arena de dinâmicas de dominação e resistência, onde as relações de poder são constantemente negociadas entre diferentes atores sociais. A produção do espaço é resultado de intervenções humanas, onde trabalho, energia e informação são projetados e revelam essa presença das relações de poder. O autor oferece uma visão do território que é um espaço de identidade e conflito; e as relações de poder são centrais para a sua conformação e dinâmica.

Portanto, o poder é um conceito chave para compreensão de inúmeras relações, presente em escalas e dimensões diversas. Raffestin (1993) argumenta que limitar o entendimento de território ao contexto do Estado Nacional é insuficiente, pois o poder vai além disso. Enquanto seres sociais, somos atores que constroem territórios (p. 153) e o poder surge destas interações sociais (Machado; Saquet, 2011).

Segundo Spósito (2004) a paisagem se assemelha ao território, mas não o é, pois, reflete sua história e evolução. O autor enfatiza que as fronteiras e limites do território são elementos

importantes a serem analisados. Os limites estão relacionados aos objetos materialmente construídos no território, como pontes, estradas e ferrovias. As atividades de exploração e comercialização de recursos existentes, o estabelecimento de novos usos e a substituição dos antigos, também devem ser considerados. Esses objetos fazem parte da paisagem, que é a parte visível e externa do território moldado pela sociedade. Desta forma,

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (Haesbaert, 2005, p. 6774-6775 *apud* Machado; Saquet, 2011,).

Para Haesbaert (1997, p. 39-40), o conceito de território pode ser compreendido por meio de três vertentes principais. Cada uma oferece uma perspectiva sobre a interação entre espaço e poder. A primeira vertente é a jurídico-política e o território é entendido como uma área delimitada e sob controle, sobre a qual uma autoridade exerce poder. Aqui surge uma discussão sobre soberania e jurisdição. Implica em questões sobre quem possui o direito de governar e regular um espaço específico. Aborda as dinâmicas de poder e autoridade dentro dos limites territoriais (Machado; Saquet, 2011).

A segunda vertente é a cultural. O foco aqui está na dimensão simbólica e subjetiva do território. Este pode ser visto como um constructo social e imaginativo. Um espaço que ganha significado por meio da identidade e das memórias coletivas dos grupos que o habitam. Desse modo, identidades culturais e sociais se enraízam em locais específicos e transformam os espaços físicos em territórios marcados por histórias e narrativas locais (Machado; Saquet, 2011).

A vertente econômica analisa como as forças econômicas globais e locais influenciam e podem desestabilizar estruturas territoriais existentes na criação de novas dinâmicas de poder e propriedade. O processo de desterritorialização reflete, portanto, os processos de globalização e as transformações econômicas em uma reconfiguração constante do uso e da apropriação dos espaços (Machado; Saquet, 2011).

As reflexões de Haesbaert compreendem que a noção de território abrange diversas interpretações e concepções, e que este conceito é bastante flexível. Conforme Heidrich (2004), o território é, acima de tudo, uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação e separação. A ocupação é a ação humana mais primordial que

expressa o princípio da territorialidade. O território, portanto, concretiza a fixação e revela as formas de organização (Machado; Saquet, 2011).

## 2.2 Território e colonialismo no Brasil: das plantations à especulação imobiliária

Durante o período do modelo escalável das *plantations* coloniais europeias, entre os séculos XV e XVII, a cultura da cana-de-açúcar portuguesa emergiu como uma atividade econômica central. Esse modelo foi sustentado pelo tráfico transatlântico de africanos escravizados. O estado de isolamento em que essas pessoas eram forçadas, era a estratégia que facilitava o controle dos mesmos pelos proprietários das terras (Tsing, 2019).

Esse modelo produtivo redefiniu as dinâmicas sociais e econômicas das colônias e perpetuou um legado duradouro de desigualdade e exploração. As *plantations* eram organizadas para maximizar a alienação e, com isso, assegurar a submissão dos trabalhadores (Tsing, 2019). Priorizavam a eficiência e o controle à custa de qualquer consideração humanitária, operava-se assim autênticas máquinas de produção em massa. A alienação promovida por esse sistema não se limitava ao isolamento físico. Envolvia a desintegração de identidades culturais e a imposição de novas normas sociais. A escalabilidade das *plantations* molda o desenvolvimento econômico colonial e de fato constroi as estruturas sociais e culturais subsequentes (Tsing, 2019).

Quando as operações de moagem foram iniciadas, todas as atividades tinham de ser executadas no prazo que a usina pedia. Os trabalhadores passaram a ter de cortar a cana o mais rápido que podiam, e com toda atenção, para evitar ferimentos. Sob essas condições, os trabalhadores se tornaram unidades autônomas (...) engrenagens de um projeto que visava à expansão sem alteração (Tsing, 2019, p. 33).

A colonização no Brasil e em grande parte da América Latina, teve um caráter fortemente predatório-comercial, que foi intensificado pelas legislações do século XIX, que institucionalizaram a mercadorização de vastas áreas de terra (Leite; Gasalla, 2010). A Lei de Terras de 1850 é um marco na história agrária do Brasil, cujas implicações reverberam até os dias atuais, pois moldou o cenário socioeconômico do país:

A primeira Lei de Terras de 1850, redigida no evidente contexto de esgarçamento e saturação do sistema escravista, contribuiu substancialmente para tornar invisíveis os africanos e seus descendentes no novo processo de ordenamento jurídico-territorial do país. Ao negar-lhes a

condição de brasileiros, segregando-os através da categoria “libertos” esta lei inaugura um dos mais hábeis e sutis mecanismos de expropriação territorial (Leite; Gasalla, 2010, p. 19).

Houve, portanto, a proibição da obtenção de terras a partir de atos de ocupação, situação que até então vinham ocorrendo desde o início da colonização brasileira. Isso gerou graves consequências para a população escravizada. A possibilidade de uma reforma agrária que distribuísse terras aos libertos, permitindo-lhes construir uma vida independente, foi anulada, pois essa homologação estabelece a compra como o único meio legal de adquirir terras devolutas (Leite; Gasalla, 2010).

Essa concentração fundiária alimenta ciclos de desigualdade e dificulta o surgimento de uma classe média rural. A exclusão sistemática da população livre e escravizada do acesso à terra contribuiu para a perpetuação de um modelo de desenvolvimento rural baseado na grande propriedade e na produção para exportação. Esse cenário desencadeia graves implicações sociais que fez com que não houvesse a possibilidade de uma distribuição de renda que modificasse a estrutura social do país (Graça Filho, 2002).

A legislação favoreceu grandes latifundiários e interesses comerciais. Esses atores sociais buscaram explorar os recursos naturais de forma intensiva, ignorando as populações tradicionais que habitavam essas terras há séculos (Castro, 2020). Estes marcos legais e econômicos permitiram ainda mais o incentivo à apropriação privada dos territórios. Há a exclusão sistemática de nações indígenas, comunidades negras, camponeses e outras categorias marginalizadas no percurso histórico brasileiro.

O Estado atuou como uma verdadeira plataforma de controle. Este serviu para ordenar e regulamentar coletividades e territórios em uma busca incessante para assegurar que as estruturas de poder favorecessem os interesses coloniais. Surge a colonialidade do poder que introduz e solidifica a noção de “raça” como um padrão fundamental de classificação e dominação social. Esse conceito vivido na história latino-americana justifica e naturaliza hierarquias raciais que perduram até hoje (Quijano, 2002).

Para Quijano (2002), a imposição de um modelo de pensamento que marginaliza outras formas de saber e experiências de vida, o eurocentrismo estabelece-se como a forma hegemônica de controle das subjetividades e das intersubjetividades. Neste cenário, a apropriação da terra e a distribuição de produtos foram articuladas em torno do mercado mundial. Criou-se uma rede global de troca que amplia o alcance e a influência das potências

coloniais e a integração das economias locais em uma economia mundial foi concebida unicamente para beneficiar os colonizadores (Quijano, 2002).

Importante salientar as diversas formas de controle e exploração do trabalho que foram integradas ao redor da relação capital-salário e do mercado mundial. Nesse contexto, incluíram-se práticas como escravidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade e trabalho assalariado (Quijano, 2002).

Essas não eram meras continuidades de práticas anteriores, mas sim novas configurações históricas e sociológicas, organizadas intencionalmente para atender ao mercado global. Todas essas formas coexistiam e estavam interligadas com o capital, formando um novo padrão global de controle do trabalho e um novo elemento de poder (Quijano, 2002).

Raça e divisão do trabalho tornaram-se estruturalmente interligados, fortalecendo-se mutuamente, ainda que cada um pudesse existir e se transformar independentemente do outro. Isso culminou na imposição de uma sistemática divisão racial do trabalho (Quijano, 2002). O autor critica o projeto do mundialismo homogeneizador, destacando que os mecanismos de reprodução das desigualdades raciais visam perpetuar a dominação de um grupo sobre outro, através da inferiorização.

A terra, ao longo da história e sob distintas configurações sociais, tem sido um dos mais poderosos símbolos de poder e riqueza, especialmente no contexto brasileiro. Desde as capitânicas hereditárias estabelecidas pelos portugueses, a terra neste país já se figurava como a principal fonte de riqueza e influência. Essa configuração social e econômica perpetuou-se ao longo dos séculos e consolida uma estrutura agrária marcada pela concentração fundiária e pelas desigualdades sociais (Martins, 1994).

A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e pouco a pouco, ele o faz. Só não poderá fazê-lo se adiante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o impeça de ir adiante, a terra é esse obstáculo. Sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura. Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada. A licença para a exploração da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra (Martins, 1994, p. 160-161).

A transformação da terra em mercadoria, acompanhada pela sua compra, venda e aluguel, mostra que o capital deve pagar uma renda ao proprietário para poder utilizá-la. Assim, a terra se configura como uma barreira natural à expansão ilimitada do capital. Este pagamento representa um custo significativo, pois impede que o capital do setor agrícola se expanda

livremente. A terra serve como um recurso econômico, regulador do crescimento do capital, que exige um equilíbrio entre exploração e conservação (Martin, 1994).

Esse processo pode ser denominado como territorialização do capital e ocorre por meio de diversas práticas, como compra e aluguel de terras ou através de desapropriação e grilagem. Ele revela a necessidade de integrar o acesso à terra com a expansão dos setores industrial, comercial e financeiro. A grilagem, tema bastante comum na realidade das comunidades tradicionais, envolve a prática da apropriação ilícita de terras, frequentemente de comunidades vulneráveis, com a manipulação de documentos para legitimar tais atos. Assim, a terra se torna um espaço de disputa econômica e social. Reflete as desigualdades de poder e a luta pelos direitos territoriais.

O Estado atua como o principal fornecedor do capital, pois elabora legislações que facilitam a maximização dos lucros e o aumento da exploração da força de trabalho. O Estado também é responsável por administrar os conflitos inerentes entre capital e trabalho, capital e natureza, capital e cultura, e capital e terra/território (Ianni, 2004).

A transformação da terra em mercadoria baseada na lógica capitalista adotada aqui no Brasil provocou alterações sociais, econômicas e políticas que afetam diretamente os povos e comunidades tradicionais. Essa perspectiva tem cotidianamente intensificado a luta pela terra no nosso país. O crescimento econômico tem gerado aumento na procura de terras consideradas adequadas para plantações e pastos, bem como, o aumento da luta pelas terras devolutas, invadidas, griladas ou ocupadas. Desta forma, também aumentam as tensões e os conflitos entre os povos e comunidades tradicionais e o modo de produção capitalista, já que suas lógicas orientam formas antagônicas de produção da existência (Cunha, 2009, p. 207).

Com o intuito de maximizar o lucro, as pessoas que defendem o modo de produção capitalista – empresárias, fazendeiras, comerciantes, mineradoras, agropecuaristas etc. – defendem a exploração, a grilagem e invasão da terra, o crescimento contínuo da produção e do consumo de mercadorias, a padronização dos produtos, a concentração das redes de coletas e comercialização, a exploração da força de trabalho, o acesso e aumento de financiamentos e créditos destinados ao agronegócio, à mineração, às hidrelétricas, etc. (Cunha, 2009, p. 210).

A lógica capitalista gera alterações sociais, econômicas e políticas que impactam diretamente as comunidades tradicionais. O aumento da demanda por terras, intensifica a disputa por territórios considerados adequados para o agronegócio, como plantações e pastagens. Há uma interação entre a transformação da terra em mercadoria e suas repercussões sobre os povos e comunidades tradicionais no Brasil. No caso de Ubatuba, adequados para o desenvolvimento do turismo. Essa busca eleva o interesse por terras devolutas, invadidas ou

griladas e exacerba os conflitos entre as comunidades tradicionais e o modelo capitalista de produção:

Com o desenvolvimento da indústria automobilística, entre as décadas de 1950 e 1960, junto com a pavimentação de toda a BR 101, e com a procura por lugares calmos com paisagens naturais, houve o estímulo para que a classe média paulista e paulistana tivesse acesso à zona litorânea, ou seja, possibilitaram o movimento turístico no Litoral Norte de São Paulo. De acordo com Luchiari (1999), a Rodovia Rio-Santos (BR 101) foi uma intervenção responsável pela valorização do solo urbano, que resultou na criação de um mercado imobiliário que redefiniu a dinâmica demográfica, pois a cidade recebeu empresários da construção civil, agentes do setor imobiliário, comerciantes e mão de obra relacionada à construção civil e aos serviços. Com isso teve um crescimento acelerado da população e da força de trabalho. Entre os indicadores da urbanização turística, a mão de obra possui um papel importante, pois afinal é ela quem dinamiza o setor e constroem as paisagens atrativas ou repugnantes dos lugares turísticos. Esse processo de urbanização causado pelo turismo e guiado pela especulação imobiliária estimulou uma intensa ocupação das encostas que se encontram na unidade de médias e baixas encostas. Atualmente constata-se que a ocupação em área de encosta encontra-se cada vez mais presente. Ao longo do município de Ubatuba percebe-se nitidamente, na Serra, a construção de casas e condomínios luxuosos. É evidente que estes estão menos sujeitos à ação de escorregamentos, uma vez que são construídos com técnicas apropriadas. Já a intensa ocupação efetuada pela classe mais pobre, também localizada nos chamados sertões, é realizada através da autoconstrução e não se utiliza de técnicas adequadas, tornando-as construções mais vulneráveis à ação dos escorregamentos (Mendes; Pereira, 2004, p. 289).

A partir da década de 1970, destaca-se o papel da melhoria na infraestrutura de transporte, a construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101), como catalisador para a intensificação do turismo e rápida urbanização da região com uma série de mudanças (valorização imobiliária, especulação fundiária, expansão urbana e reconfiguração demográfica).

A pavimentação da rodovia e a procura por áreas naturais conduz tanto a acessibilidade, como o interesse da classe média paulista e paulistana pela a região do litoral norte de São Paulo. A infraestrutura viária, como apontado por Luchiari (1999) facilitou o desenvolvimento do turismo, instigou uma valorização imobiliária significativa e reconfigurou a ocupação e o uso do solo deste município.

A partir dos anos 70, com o asfaltamento das rodovias estaduais, a construção da Rodovia Rio-Santos e a substituição das pontes de madeira por pontes de concretos, intensifica-se o turismo no litoral norte paulista pelo turista. Nos centros urbanos crescem os capitais comerciais e tem-se a penetração do capital monopolista de pequenos investidores, que

aceleraram o processo de urbanização do litoral a partir da valorização dos capitais investidos em imóveis. Formam-se balneários, condomínios fechados e loteamentos e assim os sítios urbanos se expandem a partir das últimas duas décadas do século XX. O turismo torna-se a principal atividade econômica do litoral norte e o recurso paisagístico passa a ser o maior produto econômico da região. Luchiari (1992), relata que a expansão do setor turístico foi o ponto de partida para a urbanização do litoral norte, pois dele resultou um grande fluxo migratório e a intensa especulação imobiliária. Ainda para Luchiari, (1999) o crescimento populacional desta área está ligado ao crescimento das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas. Conclui-se pois, que a população do Litoral Norte é o resultado da junção do caíçara com elementos vinculados os movimentos migratórios do campo para a cidade e do planalto para o litoral (Mendes; Pereira, 2004, p. 285-286).

“Chamada de ‘Estrada do Turismo’, a rodovia Rio – Santos não vai ter o sentido exclusivista que a denominação sugere (nem tampouco foi essa a intenção primeira dos órgãos responsáveis pelo seu projeto). Servirá a uma área de turismo, provavelmente a melhor de todo o Estado, dada a sua localização entre os dois maiores centros urbanos do país. Mas terá importante função no auxílio ao comércio e à indústria” (REINHOLD. W, 1974). E para essa área de turismo, a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), idealizou o projeto Turis, um Plano para o Aproveitamento Turístico: “Populações abandonam periodicamente os ares carregados das cidades e dirigem-se em busca da natureza livre, para respirar ar puro e fresco, para divisar os contornos das montanhas e as diversas formas da paisagem [...] Nesse ponto nos confrontamos com a responsabilidade do Setor Turismo para com a manutenção do capital turístico natural. A necessidade ecológica de preservar a natureza alia-se à preocupação meramente econômica de não dilapidar o patrimônio que motiva a demanda no Setor. Se a oferta de paisagem natural é a condicionante básica da procura, cabe aos responsáveis pelo Turismo a manutenção deste capital” (EMBRATUR, 1975). “Nesse contexto, surgiu a necessidade de equacionar um problema bastante complexo: o interesse em incrementar o Turismo e a tendência de ocupação da região contra a imprescindível conservação da ecologia local [...] Optou-se então por um planejamento normativo global, isto é, o estudo de normas de ocupação que integrassem as construções ao ambiente e às definições das vocações turísticas. Entretanto, a escassez dos recursos e as tradições econômicas brasileiras não permitiram à EMBRATUR o gerenciamento e implantação de tal plano, sendo necessário o capital privado. O Projeto Turis, portanto, um Plano para o Aproveitamento Turístico, inicia suas atividades por meio da empresa francesa SCET INTERNATIONAL” (EMBRATUR, 1975) (Silva; Fantin, 2018, p. 7).

Observa – se que a “clientela” e os “banhistas” são o foco da linguagem e do projeto. Portanto, é visível a intencionalidade em não citar a presença de diversas comunidades tradicionais do Litoral Norte, sejam comunidades indígenas, quilombolas e caíçaras. Nas 19 Zonas Homogêneas estabelecidas ao longo do litoral RIO – SANTOS, em nenhuma se encontra a sinalização dos territórios tradicionais. Nessas, por outro lado, são evidenciadas as “vocações dominantes” de banho, navegação, esportes náuticos, passeio, e “equipamentos possíveis” como centro hípico, aeródromo e praia a aproveitar (Silva; Fantin, 2018, p.7).

O turismo agora é o principal motor econômico e transforma a paisagem natural em um produto econômico, no qual toda essa transformação atrai um significativo fluxo migratório de investidores e trabalhadores. Este desenvolvimento proporcionado pelo capital trouxe consigo consequências, como a estratificação socioespacial. Áreas mais valorizadas, como as áreas planas próximas das praias foram tomadas por condomínios luxuosos e residências de veraneio. As populações de menor renda, como periferias surgidas com o fluxo de migração para a construção civil e também as comunidades tradicionais locais, foram empurradas para áreas do sertão, como encostas (Silva; Fantin, 2018).

Este processo de urbanização não pode ser dissociado da especulação imobiliária. Essa prática atraiu empresários, membros do mercado da construção civil e um grupo diversificado de trabalhadores. Isso, obviamente, estimulou a economia local, mas também segmentou e fragmentou o espaço urbano. Esse tipo de especulação intensifica a valorização da terra, a transforma em uma mercadoria e gera lucros para investidores, ao elaborar um tipo específico de propriedade privada. Diversos tipos de aplicação de capital acabam por moldar a estruturação da geografia econômica e até mesmo a distribuição socioeconômica dos residentes (Yassu, 2022; Fix, 2011).

A estruturação do setor imobiliário local e as práticas financeiras da especulação promoveram uma mudança de paradigma na produção espacial do capital. A financeirização do mercado imobiliário e as estratégias de grandes empreendimentos influenciaram na lógica de urbanização de cidades como Ubatuba. Assim, estabelecem também a disputa territorial como um motor de crescimento e reconfiguração urbana. Essas forças econômicas e políticas estruturam um padrão de habitação que valoriza o lucro acima do bem-estar ambiental e social das comunidades tradicionais. Esse processo mostra o papel da especulação imobiliária na redefinição do espaço urbano e na perpetuação da desigualdade social (Fix, 2011).

Estas tensões decorrem de lógicas de existência e produção opostas. A produção capitalista se centra na mercantilização e no uso intensivo dos recursos naturais para maximizar lucros. As comunidades tradicionais valorizam a terra de forma coletiva, como parte integrante de sua história, ancestralidade, identidade cultural e modo de vida. Essa dicotomia intensifica a luta pela terra e coloca em risco a preservação das culturas e modos de vida tradicionais. É necessário que políticas públicas estejam atentas as especificidades deste cenário. O respeito e a proteção aos direitos territoriais e culturais dessas comunidades é fundamental frente a força da especulação imobiliária em contextos neoliberais como o do litoral norte do estado de São Paulo.

### 2.3 Comunidades tradicionais e a presença de novos colonialismos

*A terra, na perspectiva dos povos e comunidades tradicionais não está relacionada apenas à delimitação espacial, mas também ao espaço de liberdade, à garantia da sobrevivência física coletiva por meio da produção de alimentos, caça, pesca e criação de animais, à dimensão simbólica, identitária e afetiva de mulheres e homens pertencentes a esses povos e comunidades, à relação diferenciada e respeitosa com a natureza, à construção do abrigo, etc. (Cunha, 2009, p. 208)*

A terra transcende a mera delimitação espacial ou a concepção de um recurso econômico para estas populações. Ela é um espaço que assegura a sobrevivência coletiva. O vínculo com a terra é historicamente essencial para a produção de alimentos. A caça, a pesca e a criação de animais são atividades que garantiam a subsistência e a autonomia dessas comunidades, e se apresentam como algo vivo e importante na memória de muitos dos habitantes das comunidades.

Para além da sua existência material, a terra possui uma dimensão simbólica, identitária e afetiva, sendo que para muitas dessas comunidades, ela é um legado ancestral que conecta gerações e reforça laços sociais e culturais. (Cunha, 2009).

No entanto, Cunha (2009) propõe que existem dois mal-entendidos principais sobre o compromisso das populações tradicionais com a conservação ambiental. A complexidade das interações políticas e culturais envolvidas nestes lugares sugerem a necessidade de um entendimento mais cauteloso sobre o papel das populações tradicionais na conservação ambiental:

Escrevemos esta resenha em boa parte como resposta a dois mal-entendidos correntes. O primeiro consiste em questionar os fundamentos do compromisso das populações tradicionais para com a conservação: será que esse compromisso é uma fraude? Ou, para formular a questão de forma mais branda, será que não se trata de um caso de projeção ocidental de preocupações ecológicas sobre um "bom selvagem ecológico construído ad hoc? O segundo mal-entendido, articulado ao primeiro, afirma que as organizações não governamentais e as ideologias "estrangeiras" são responsáveis pela nova conexão entre a conservação da biodiversidade e os povos tradicionais (Cunha, 2009, p. 267).

Do que vimos, já podemos dar alguns passos nessa direção e afirmar que populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (Cunha, 2009, p. 291).

As populações tradicionais são identificadas como grupos que trabalham para construir uma identidade pública voltada à conservação da natureza. Expressam esse compromisso tanto na prática quanto de maneira simbólica. Esses grupos se veem ativamente envolvidos em processos de autoafirmação e reconhecimento público, que valorizam práticas sustentáveis de conservação ambiental. Geralmente são caracterizados como populações que possuem a utilização de técnicas de baixo impacto ambiental, que reduzem os danos ao meio ambiente, e métodos equitativos de organização social. Tudo isso sugere que exista uma distribuição justa de recursos e responsabilidades na condução e sustentação de suas práticas e valores. No entanto:

Deve estar claro agora que a categoria de "populações tradicionais" é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: compromete-se a uma série de práticas conservacionistas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais. Nessa perspectiva, mesmo aquelas sociedades que são culturalmente conservacionistas são, não obstante e em certo sentido neotradicionais ou neoconservacionistas (Cunha, 2009, p. 292).

São atribuídos significados a uma classificação política das comunidades tradicionais por meio de seu engajamento em práticas conservacionistas. Vê-se que estas populações estão dispostas a estabelecer um "pacto" ao se verem comprometidas com ações de preservação ambiental em troca de benefícios. Esses benefícios podem incluir, principalmente, direitos territoriais. Isso sugere que exista uma dinâmica onde **o reconhecimento como "população tradicional" pode ser entendida como uma questão de identidade cultural, mas também de estratégia política e social para acessar recursos e garantir direitos pertinentes à ocupação de terras.**

Estas sociedades estão, de alguma forma, se adaptando ou reafirmando práticas em resposta a novas condições políticas, sociais ou ambientais, independente de suas práticas tradicionais de conservação (Cunha, 2009). Há a necessidade de se alinhar com modelos de conservação que são reconhecidos e valorizados fora de suas comunidades. Esse processo possibilita o acesso a direitos e benefícios que suportam suas reivindicações territoriais e culturais.

Desse modo, um **novo colonialismo** pode ser analisado. As populações tradicionais são incentivadas a adotar e reafirmar práticas conservacionistas de acordo com moldes externos, em troca de benefícios e direitos territoriais. Este fenômeno pode ser interpretado como uma imposição sutil de valores e normas que não são originalmente parte das tradições dessas

populações. São vistas como necessárias para garantir a legitimação e o reconhecimento por parte de entidades governamentais e organizações diversas, como Organizações da Sociedade Civil (OSCs), universidades e grandes empresas que investem em ESG<sup>15</sup>.

Mesmo que pareça uma oportunidade para assegurar direitos e proteção, esse processo pode limitar a agência dessas comunidades. Pode condicionar seu desenvolvimento e reconhecimento à conformidade com modelos de conservação impostos externamente, como os modelos conservacionistas das grandes agências internacionais. Essa dinâmica reproduz padrões históricos do colonialismo. Poder e o controle são mantidos por estruturas externas, enquanto as culturas locais são modificadas e adaptadas para se alinharem a uma visão global de sustentabilidade e conservação na busca por direitos básicos em seus próprios territórios (Cunha, 2009).

Mas até mesmo os territórios que pensávamos que seriam preservados hoje estão sendo atacados pelos parques de energia eólica e energia fotovoltaica. Como podem dizer que os parques de energia eólica são pouco impactantes, que se trata de uma energia renovável, sustentável, ecológica? No município de Queimada Nova, no Piauí, temos cinco comunidades quilombolas atacadas por parques de energia eólica. As serras de Queimada Nova agora têm grandes cataventos. Nem as cobras ficaram por lá. As cobras desceram, os caititus desceram, os porcos-bravos desceram e estão atacando as comunidades e as roças. Há plantações de milho que foram totalmente devastadas por porcos-bravos e caititus, que perderam seus ambientes (Santos, 2023, p. 98).

[...] O que para nós era pasto nativo, alimento para os animais, agora foi substituído por alimento para máquinas. A vegetação local alimenta as máquinas e gera energia para as cidades. O que era alimento para os viventes, para nossas vidas, agora é alimento para as grandes cidades. Trata-se do colonialismo em sua essência. E ainda tem gente que diz que o colonialismo acabou! Levaram o pau-brasil e agora, quando não há mais essa madeira para levar, levam o vento e o sol. Levam o vento sintetizado e o sol sintetizado em forma de energia elétrica. Aqui no Piauí, no Rio Grande do Norte e em outros estados do Nordeste, temos dunas no litoral. Mas no estado do Tocantins existem dunas no Cerrado, no meio do chapadão. Com os enormes cataventos colocados em cima da serra, a direção dos ventos vai mudar. Qual será o impacto disso sobre as dunas? Os cataventos vão alterar as correntes de vento. Em alguns lugares o vento vai ficar mais fraco e em outros, mais forte. Alguns viventes precisam do vento. Sem ele, como vão se movimentar? Qual será o impacto dos ventos sintetizados sobre a movimentação das abelhas? As pessoas certamente não estão atentas a isso. Estão roubando o nosso vento, estão roubando o nosso sol. Isso não é brincadeira (Santos, 2023, p. 99).

---

<sup>15</sup> ESG é uma sigla em inglês que significa environmental, social and governance, e corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. O termo foi cunhado em 2004 em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, chamada Who Cares Wins. <https://www.pactoglobal.org.br/esg/> disponível em 07 de fevereiro de 2025.

Santos (2023) traz uma reflexão ampla sobre o fenômeno do novo colonialismo. Recursos naturais fundamentais para o sustento das comunidades locais são transformados em fontes de energia para abastecer as cidades, a urbanidade. A instalação dos gigantescos cataventos altera o ecossistema, resultando em deslocamentos de fauna que causam danos às plantações e perturbações ao equilíbrio ambiental das comunidades.

Exemplo de um novo colonialismo, Santos (2023) pensa criticamente a implantação de fontes de energia renovável como parques eólicos e solares, em territórios considerados preservados e pertencentes a comunidades tradicionais. Há um paradoxo nestes processos pois enquanto essas fontes de energia são promovidas como soluções ecológicas de baixo impacto, a realidade vivida pelas comunidades, como as quilombolas de Queimada Nova, no Piauí, revela graves impactos.

A narrativa de sustentabilidade frequentemente associada a essas tecnologias devem ser questionadas, pois expõe uma discrepância entre os discursos e as realidades vivenciadas pelas populações afetadas em seus territórios tradicionais, rurais, normalmente distantes da urbe neoliberal.

A crítica é contundente ao apontar que, assim como no passado o pau-brasil foi extraído, hoje o vento e o sol estão sendo “roubados”. Agora são sintetizados em energia elétrica a serviço do desenvolvimento urbano. O autor faz um alerta para os impactos dessas mudanças, como a alteração das correntes de vento que afetam o meio ambiente natural, como dunas e o comportamento de espécies importantes como as abelhas. A própria cultura e modo de vida das comunidades também são afetados. Essas práticas perpetuam antigas lógicas de exploração e dominação sobre os territórios e recursos das populações tradicionais. Todo esse processo descrito reitera a necessidade de um debate sobre o que seja de fato sustentabilidade e justiça ambiental.

Apresentou-se, portanto, duas formas contemporâneas de novo colonialismo. Estes processos permeiam as vidas e os territórios de comunidades tradicionais no Brasil, que vivem continuamente as consequências das práticas de exploração histórica. Essas formas de neocolonialismo desafiam a sobrevivência e integridade cultural das comunidades tradicionais. Também mostram o contínuo desequilíbrio de poder entre agentes externos ligados ao capital e sua relação com comunidades tradicionais.

Ambas as formas de neocolonialismo demandam uma investigação crítica e uma reavaliação das definições do que seja essa tal sustentabilidade, cujo conceito é amplo e disperso. Este modelo que busca **progredir rumo a objetivos globais, sem margem justa para os direitos e as necessidades das populações locais**, necessita ser reavaliado.

### **3 SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS E A TENSÃO NA GESTÃO DOS TERRITÓRIOS: A *DECOLONIZAÇÃO* DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

Na exploração de conceitos, históricos, tensões e práticas, busca-se entender a inclusão efetiva das comunidades tradicionais na redefinição das práticas de planejamento. Esta seção aborda a interação entre comunidades tradicionais e a gestão dos territórios. Destaca-se a necessidade de uma abordagem *decolonizada* no Planejamento Urbano e Regional. A sugestão é que haja uma construção dialógica por modelos mais justos de desenvolvimento territorial.

#### **3.1 A crítica decolonial e *contracolonial* ao modelo hegemônico de Desenvolvimento e Planejamento Urbano**

Segundo Santos (2000), todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se tornou funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história. Cabe ao Planejamento Urbano e Regional a responsabilidade de planejar e formular políticas públicas, diretrizes e planos para o desenvolvimento dos territórios. Para tanto, houve a criação e fortalecimento de instituições e negociação que regulam e orientam o desenvolvimento das cidades e regiões (Piquet; Ribeiro, 2008).

O urbanismo tende a ser controlado pelas empresas, que levam a competitividade das grandes corporações para o planejamento das cidades. O objetivo é torná-las igualmente competitivas, mas, ao mesmo tempo, mais divididas através da concorrência acirrada entre os diferentes lugares (Santos, 1996).

Krenak (2020) também sugere que “a ideia de concentração de riqueza chegou a um clímax. O poder e o capital entraram em um grau de acúmulo que não há mais separação entre gestão política e financeira do mundo (...) Isso porque os governos deixaram de existir, somos governados por grandes corporações” (p. 15). Tal perspectiva revela a influência predominante do poder econômico na configuração das cidades. Os interesses das empresas e agentes hegemônicos da globalização prevalecem sobre o bem-estar e os direitos dos cidadãos, principalmente entre as populações que são compreendidas como menores em importância econômica.

A ideia de cidadania, os direitos e deveres dos homens habitantes da cidade, baseadas no Direito Universal, também tem sido construída segundo uma lógica excludente, apesar dos

esforços do estabelecimento da democracia do país, principalmente a partir da Constituição de 1988. Mas a força do neoliberalismo captura ideias, conceitos e práticas e consegue ressignificá-las para que possam atuar e se desenvolver de acordo com os interesses econômicos sempre presentes na realidade brasileira (Harvey, 2007).

Nesse cenário é importante entender de que forma as agendas da ONU e a aliança com Estados, instituições e corporações em um nível global configuram e mantêm estruturas pouco transformadoras das ações sociais humanas. Essa legitimação e sua perpetuação, por meio da aceitação de suas decisões, muitas vezes se constitui em equívocos e causam perdas sociais. É possível notar, a partir do cruzamento dos discursos econômicos históricos, com as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que estes ainda se vinculam a teorias e visões ortodoxas do campo da Teoria do desenvolvimento. Podemos visualizar e entender a Agenda 2030, por exemplo, como a síntese de uma construção histórica do pensamento econômico e social, em que diversas concepções de desenvolvimento capitalista tentam coexistir rumo a um futuro incerto, como pontua Krenak (2020) ao falar sobre um tal horizonte perpétuo do progresso:

(...) esse clube exclusivo da humanidade - que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições - , foram devastando tudo ao redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade - alguns de nós fazemos parte dela (p. 10).

No entanto, se hoje temos o triunfo do neoliberalismo e toda a sua forma de expressão e formação das sociedades, também existem os espaços de resistência a esse domínio político econômico. Mas esses espaços estão sempre permeados, afetados e em constante diálogo com a lógica capitalista de entendimento e desenvolvimento social, muitas vezes permeados por esta falta de consideração humanitária em sentido basilar, com as populações, habitantes dos espaços heterogêneos sendo consideradas uma sub-humanidade, como pontuou Krenak (2020).

Segundo Sánchez (1999):

(...) compreender a cidade como empresa significa concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Nesse processo a produção de imagens se mostra relevante na formulação de novas estratégias econômicas e urbanas, orientadas para a internacionalização da cidade, mas também voltadas para a obtenção de efeitos internos, particularmente no que se refere à construção de uma ampla adesão social a um

determinado modelo de gestão e administração da cidade (Sánchez, 1999, p. 88).

As imagens construídas pela representação social (Moscovici, 2015) são sempre de alguma coisa (cidade-empresa) e de alguém (cidadãos). As características do sujeito e do objeto terão uma incidência sobre o que ela é. Existe, portanto, símbolos e interpretações sobre esta cidade-empresa capitalista e sua relação com o cidadão que gera uma complementaridade na construção e expressão da realidade neoliberal no viver, sentir e expressar a cidade e suas espoliações.

Com o intuito de promover a coordenação e articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos nas questões territoriais do país e fornecer recursos financeiros e técnicos para projetos e programas de desenvolvimento urbano<sup>16</sup>, o governo federal implementou a fusão do Ministério da Cidade com o Ministério da Integração Nacional e formou o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, em 2019. Sendo este considerado o principal órgão responsável pelo planejamento urbano e regional no Brasil.

Assim, as secretarias de planejamento urbano, nos estados e municípios, são as principais responsáveis por formular e implementar políticas e planos de desenvolvimento. As responsabilidades pelo planejamento variam de acordo com a legislação local. Para promover a participação social e monitoramento da implementação das políticas públicas e planos setoriais, a sociedade civil também conta com as universidades, conselhos e OSC, a partir de seus conhecimentos técnicos. Por vezes, na realidade brasileira, há falta de integração entre os diferentes níveis de governo e demais instituições, o que dificulta a coordenação e a implementação de políticas e planos, principalmente aqueles que demandam um planejamento mais a longo prazo. Além disso, segundo uma visão positivista da área, a capacidade técnica e financeira das transações muitas vezes é limitada, o que prejudica a evolução do planejamento.

(...) o planejamento estatal tende a se fortalecer até final dos anos 1970, fazendo prevalecer um modelo de desenvolvimento alinhado ao plano internacional. Passados os tempos de acirrada afirmação geopolítica, do regime militar e, com este, da planificação de fundo tecnoburocrático (e não participativo), chegou-se de fato a uma integração territorial e produtiva do país, mas sem que se lograsse êxito completo, pois, na busca de modernização, esta se mostra inalcançável e conservadora, mantendo a reprodução do atraso, com um nível de organização socioespacial pouco equilibrado e justo. Em um país em que a atuação do estado “as ideias fora do lugar” e “o lugar fora das ideias” terminaram configurando uma planificação regional e urbana que consagra a institucionalização de um estado forte e planos conduzidos para garantir infraestruturas e uma divisão social de trabalho sustentadora da reprodução do capital internacional (Gomes; Reschilian; Uehara, 2018).

---

<sup>16</sup> Disponível em <https://www.gov.br/mdr/pt-br> em 25/03/2024.

A busca pela modernização revela-se inalcançável e conservadora. Ela perpetua desigualdades socioespaciais e geram um desenvolvimento enviesado, consequências da adoção de um modelo de desenvolvimento alinhado ao plano internacional. Como resultado é possível observar o processo de integração territorial e produtiva do país, mas esta, porém, trouxe consigo uma série de complicações. Essas dificuldades refletem uma planificação que privilegia a reprodução de interesses externos, vinculados à globalização e ao neoliberalismo econômico (Gomes; Reschilian; Uehara, 2018).

É neste cenário que vive grande parte dos habitantes da população brasileira. O neoliberalismo permeia a vida cotidiana das pessoas e a construção dos territórios onde vivem. Através de políticas e práticas que enfatizam a desregulamentação, a privatização e a retirada do Estado de áreas anteriormente sob sua gestão. Essas mudanças são evidentes em diversas dimensões, desde a gestão dos serviços com as crescentes privatizações, até o desigual desenvolvimento imobiliário. Isso afeta diretamente a qualidade de vida, a acessibilidade aos serviços e as dinâmicas socioeconômicas das cidades e ruralidades.

O campo do Planejamento Urbano tem como foco essa realidade e desenvolve seu escopo de teoria e ação levando em consideração as características dessa urbanidade com um viés eminentemente tecnicista (Piquet; Ribeiro, 2008). A epistemologia do campo parece reter seu entendimento daquilo que é considerado como um conhecimento válido e legítimo apenas as informações e formas de fazer dos arquitetos, geógrafos, engenheiros e técnicos em um regime de conhecimento científico bastante circunscrito. Sob essa lente hegemônica, utilizada pelas teorias (neo) desenvolvimentistas e pelo urbanismo, territórios “de ricos” e “de pobres” aparecem como lugares díspares, capturados em um jogo especular que os define como avessos um do outro (Freire; Name, 2019, p. 155). E quem detém a parcela mais efetiva do território, da paisagem da cidade? Qual composição urbana se mostra mais evidente?

Enquanto a cidade-empresa dos territórios ricos persiste em ocupar os locais centrais com seus processos e formatos globais e excludentes, a maior parte da população ainda vive nos territórios entendidos como zonas de exceção, tais como as periferias e comunidades tradicionais (Freire; Name, 2019). Como podem estes espaços serem considerados um desvio das condições normais da urbanidade se possuem prevalência?

A partir da crítica ao estado de desenvolvimento urbano experimentado nas cidades brasileiras, que vêm sendo desenhado pelo estabelecimento de uma política cultural neoliberal desde o processo de redemocratização nas últimas décadas, a visão de intelectuais proveniente

de comunidades tradicionais, vem tensionar e implementar no cenário intelectual brasileiro uma nova abordagem epistêmica que visa romper o “pensamento abissal” (Santos, 2007) em que essas vozes eram consideradas menores em suas considerações intelectuais para análises da realidade social brasileira, estabelecimento de práticas políticas e formas de vida. A partir do olhar de intelectuais indígenas e quilombolas conseguimos acessar um panorama de pensamentos *contracoloniais*<sup>17</sup> sobre o desenvolvimento e gestão do território numa busca à realização de uma “ecologia de saberes” (Santos, 2007) nesta área das Ciências Sociais Aplicadas.

O Planejamento Urbano e Regional necessita, portanto, ampliar seus olhares e considerações nas suas práticas. A compreensão e aceitação das críticas e propostas provenientes dos setores marginalizados pelo processo histórico colonial precisa ganhar força e terreno acadêmico nas áreas disciplinares das Ciências Sociais Aplicadas.

Propondo uma visão decolonial como meio de compreender e atuar contra as persistentes estruturas de poder, saber e ser que definem a colonialidade global, o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), por exemplo, marca uma intervenção crítica significativa na tradição intelectual e política da região da América latina. Este movimento revisita a história do colonialismo e suas ramificações contemporâneas com a elaboração do conceito de “colonialidade do poder” (Ballestrin, 2013).

Este termo busca explicar a continuidade das formas de dominação e exploração que sobrevivem ao fim dos impérios coloniais. Através dessa análise, o M/C desafia as narrativas eurocêntricas da modernidade. Propõe em vez disso um entendimento da modernidade e da colonialidade como processos entrelaçados. Os conceitos trabalhados pelo grupo destacam a maneira pela qual as relações de poder coloniais se manifestam em contextos pós-coloniais e influenciam as identidades, as economias e as estruturas políticas (Ballestrin, 2013).

Críticos apontam para uma tendência à romantização dos sujeitos oprimidos. Segundo eles, há uma simplificação maniqueísta das relações de poder que caracterizam a colonialidade. Pode-se dizer que ao inverter as polaridades sem desconstruir as estruturas de poder, não há como alcançar os objetivos radicais de libertação que o grupo propõe (Ballestrin, 2013).

---

<sup>17</sup> Sobre os conceitos de decolonialidade e contracolonialidade, Antônio Bispo dos Santos diz: “O grande debate hoje é o debate decolonial, que só consigo compreender como a depressão do colonialismo, como a sua deterioração. Compreendo o sufixo “de” como isso: depressão, deterioração, decomposição. Cabe às pessoas decoloniais, em qualquer lugar do mundo, educar sua geração neta. Elas só são necessárias se fizerem isso, porque é isso o que é necessário fazer. E a nós, contracoloniais, cabe inspirar a nossa geração neta para que ela se defenda da geração neta dos decoloniais e dos colonialistas.” (p.33) Ou seja, os dois conceitos não são sinônimos e sim contrapõem aqueles que trabalham para a deterioração do colonialismo e os que estão no território vivenciando modos de vida ligados à sua ancestralidade em comunidades tradicionais.

O movimento decolonial abre caminhos para a reimaginação das sociedades latino-americanas (princípios de justiça, equidade e respeito pela diversidade). A importância do M/C é a de tecer um diálogo crítico sobre o eurocentrismo e o universalismo nas Ciências Sociais. Estas contribuições visam a construção da chamada “teorias e epistemologias do sul”. A valorização das formas de conhecimento marginalizadas ou subalternizadas pelo discurso acadêmico dominante pode oferecer alternativas ao modelo epistemológico imposto pela modernidade colonial (Santos, 2019; Ballestrin, 2013).

Um autor especial que também está ligado ao movimento ao descrever sua jornada histórica e pessoal de mudança de perspectiva de um pequeno território para a experiência em megalópoles é Haesbaert (2021). Ele reflete as implicações sobre a relação - território, corpo e identidade. O autor compreende que a mudança geográfica pode levar a uma mudança de perspectiva. Ele mostra como a geografia, especialmente no contexto dos povos originários e suas lutas contra as imposições coloniais, possui características que estão ligadas à construção da identidade e à resistência territorial contra as estruturas de poder coloniais.

Portanto, sua discussão abrange a importância da geografia e da experiência espacial na formação da identidade. Ele mostra que o espaço não é um mero pano de fundo para a ação humana. E sim, um participante ativo na construção de significados e resistência contra as opressões. Uma característica física que é também uma característica intelectual e emocional própria daquele humano proveniente de um território específico. Isso reflete sobre como os espaços que habitamos, os territórios moldam nossa compreensão do mundo e a nós mesmos (Haesbaert, 2021).

O autor também aponta a ideia de que mesmo que o território tenha sido continuamente utilizado no decorrer da história como uma ferramenta de controle e dominação, este mesmo espaço pode agora se configurar como um espaço de liberação e autoafirmação para grupos subalternos. Existe, portanto, a existência de uma dualidade do território. Opressão e resistência se desenham como conceitos centrais para a compreensão das dinâmicas descoloniais. O reconhecimento e a valorização das epistemologias e práticas espaciais dos povos originários e outros grupos marginalizados se mostram essenciais no contexto das lutas e sociabilidades dos mesmos (Haesbaert, 2021)

Intelectuais contracoloniais brasileiros<sup>18</sup>, como Krenak (2020; 2022), Kopenawa, Albert (2015) e Santos (2023), cada um com sua singularidade, contribuem para debates sobre

---

<sup>18</sup> (Krenak, 2019, 2020, 2023; Kopenawa; Albert, 2015; Santos, 2015).

direitos humanos, ambientalismo, arte, saúde mental e a necessidade urgente de repensar as relações entre sociedade, cultura e natureza. Suas vidas e obras são fontes de inspiração para movimentos sociais, acadêmicos e para aqueles comprometidos com a construção de um novo mundo.

As reflexões de Krenak (2020) sobre a ciência e o urbano buscam um entendimento crítico à forma como a sociedade contemporânea se relaciona com o ambiente natural. Ele compreende que as formas que o homem dito moderno constrói seus espaços de vivência, dominando e explorando os recursos naturais, sem uma profunda reverência a vida destes outros seres vivos é uma característica doentia do modelo de desenvolvimento capitalista. Este modelo percebe e se relaciona com o mundo como uma fonte inesgotável de matéria-prima a ser moldada conforme as necessidades humanas:

Construímos justificativas para incidir sobre o mundo como se fosse uma matéria plástica: podemos fazê-lo ficar quadrado, plano, podemos esticá-lo, puxá-lo. (2020, p.100)

(...) o tal progresso vai comandando a gente, e seguimos no piloto automático, devorando o planeta com fúria. A cidade virou a caixa-preta da civilização. O corpo da Terra não aguenta mais cidades, pelo menos não essas que se configuram como uma continuidade das pólis do mundo antigo, com gente protegida por muros, e o resto do lado de fora - que pode, inclusive, tanto ser bichos selvagens quanto indígenas, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros. (2022, p. 52-53)

Essa perspectiva faz com que tenhamos uma relação destrutiva com o planeta. Portanto, a busca interminável por progresso resulta em uma exploração contínua dos ecossistemas, que culminam em crises ambientais e sociais:

Temos que parar com essa fúria de meter asfalto e cimento em tudo. Nossos córregos estão sem respirar, porque uma mentalidade de catacumba, agravada com a política do marco sanitário, acha que tem que meter uma placa de concreto em cima de qualquer corrego, como se fosse uma vergonha ter água correndo ali. **A sinuosidade do corpo dos rios é insuportável para a mente reta, concreta e ereta de quem planeja o urbano. Hoje, na maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem.** Como reconverter o tecido urbano industrial, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro? (Krenak, 2022, p. 66).

O autor ainda questiona os responsáveis pela atual condição urbana:

Se a gente tivesse que culpar alguém pelas cidades atuais, para quem apontaríamos os canhões de Itanhaém? Para engenheiros, arquitetos e urbanistas? Para incorporadoras, especuladores imobiliários e empreiteiras? Para vereadores com suas emendas e remendos? O que dita a cara da cidade?

A arquitetura moderna ampliou a máxima de que a civilização precisa de cimento e ferro. Esse é um pensamento que se relaciona com o mundo nos termos de consumo de matérias não renováveis. Se você faz um projeto que precisa de cimento, pedra, ferro, vidro e o escambau, isso é a mesma coisa que usar combustível fóssil. Eu não conheço nenhuma montanha que volte a produzir cimento e pedra depois de extraídos do corpo dela. Se a gente devora montanhas e engole o subsolo da Terra para erguer cidades, o que estamos fazendo, como diria Drummond, é animar a maquinação do mundo (Krenak, 2022, p.58-59).

A visão de cidade que Krenak crítica é aquela que se baseia em conceitos de segregação, onde as urbes são construídas de maneira a separar os seres humanos do resto do mundo natural, e até mesmo de outros grupos humanos considerados indesejáveis, como moradores das favelas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, e muitos outros. Ele argumenta que esse modelo de cidade é insustentável em termos ambientais e perpetua desigualdades sociais e culturais.

Aliás, a urbanidade institui um modo de vida que já está sendo chamado de necrocapitalismo, mas a ontologia do sujeito que nasceu na cidade, que tem o pensamento urbano, é tão potente que acaba influenciando as culturas do mundo todo. Assim, a partir dos gestos e da colaboração de cada um - do nenenzinho que já nasce consumidor ao ancião que morre enfiado em algum aparato tecnológico porque não tem coragem de morrer em casa - , a urbe vai se instituindo como único destino possível dos humanos (Krenak, 2022, p. 57).

Krenak sustenta que a economia vigente no sistema capitalista e no mundo urbano visa a exploração da morte, seja de seres humanos, seja do meio ambiente. Para tanto, necessitamos compreender que esse tipo de urbanidade pode ter se tornado um símbolo dessa destruição. Reconhecer e valorizar as diferentes formas de organização urbana que existem ao redor do mundo, tais como as cidades africanas, chinesas e indianas, podem abrir perspectivas e organizações outras, mais integradas à natureza. Ele menciona que a tendência ocidental de julgar essas organizações como inferiores ou inadequadas se baseia em um padrão único de limpeza e ordem, que ignora a riqueza dessas outras formas de urbanidade:

Mas estamos olhando só para a sequência europeia dessa história, não vamos perder de vista as cidades que a África, a China ou a Índia produziram. Como as culturas asiáticas veem a cidade? Da mesma forma que as ocidentais? Tenho a impressão de que eles têm outra gramática para tratar delas. Aliás, os ocidentais reclamam muito da promiscuidade da urbanidade indiana, com animais misturados com pessoas na rua, no rio Ganges, e esculhambam os indianos como se existisse apenas um jeito de viver - o modelo ocidental. **Essas epistemes, produzidas a partir de um lugar específico de pensar o mundo, vão ditando a ideia do que é sujo em oposição ao que é limpo. A cultura sanitarista, que supostamente regula tudo, entra com a seguinte lógica: sanear é urbanizar, urbanizar é sanear** (Krenak, 2022, p. 61).

Há a necessidade de repensar o Planejamento Urbano de forma a integrar elementos naturais nas cidades. Estas precisam promover uma convivência harmônica entre o ambiente construído e o ambiente natural. Isso envolve a preservação de rios e áreas verdes, a criação de espaços urbanos que incentivem principalmente a biodiversidade e o bem-estar coletivo:

Temos que reflorestar nosso imaginário e, assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida, em vez de ficarmos repetindo os gregos e romanos. Vamos erguer bosques, jardins suspensos de urbanidade, onde possa existir um pouco mais de desejo, alegria, vida e prazer, ao invés de lajotas tapando córregos e ribeirões. Afinal, a vida é selvagem e também eclode nas cidades (Krenak, 2022, p. 70).

As ideias citadas induzem a uma profunda reflexão sobre como as sociedades podem reimaginar suas cidades e estilos de vida. A proposta de Krenak para reflorestar nosso imaginário não visa somente uma reintrodução de elementos naturais no tecido urbano, mas sim, como fazer a floresta existir em nós, em nossas casas, em nossos quintais (Krenak, 2022, p. 65).

Nesse sentido, as cidades não são espaços para habitação e trabalho, mas sim lugares de aprendizado. Os espaços precisam ser entendidos como lugares importantes para o encontro entre diferentes formas de conhecimento e de experimentação de novas formas de convivência com o ambiente. Krenak nos exorta à reinvenção das bases culturais e epistemológicas que orientam o planejamento e a vivência nas cidades. Para isso é imprescindível reconhecer e valorizar saberes e práticas não-ocidentais de relação com o ambiente. É necessário incentivar a pluralidade de perspectivas na concepção de espaços urbanos que sejam de fato inclusivos e proponham relações aprofundadas em diversos âmbitos, homem-natureza, natureza-homem.

Repensar o conceito de urbanidade de forma a recuperar o sentido de comunidade e de compartilhamento, nos leva a questionar o modelo de cidade moderna, que não tolera o comum (Krenak, 2022, p. 68). Desafiar a lógica de mercado que hoje domina o planejamento urbano é reconhecer o direito à cidade como um direito coletivo que engloba a habitação e também o acesso a espaços de lazer, cultura e natureza. Erguer bosques e jardins suspensos de urbanidade é a sugestão do autor para uma reconstrução radical das cidades! Arquitetura e urbanismo precisam ser inseridos nos campos de conhecimentos de ecologia, sociologia, antropologia, arte e outras áreas, na busca por soluções inovadoras para os desafios urbanos contemporâneos.

Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) também discutem sobre a dicotomia comunidade tradicional e modernidade:

Todas as mercadorias dos brancos, jamais serão suficientes em troca de todas as suas árvores, frutos, animais e peixes. As peles de papel de seu dinheiro nunca bastarão para compensar o valor de suas árvores queimadas, de seu solo ressequido e de suas águas emporcalhadas. Nada disso jamais poderá ressarcir o valor dos jacarés mortos e dos queixadas desaparecidos. Os rios são caros demais e nada pode pagar o valor dos animais de caça. Tudo o que cresce e se desloca na floresta ou sob as águas e também todos os xapiri e os humanos têm um valor importante demais para todas as mercadorias e os dinheiros dos brancos. Nada é forte o bastante para poder restituir o valor da floresta doente. Nenhuma mercadoria poderá comprar todos os Yanomamis devorados pelas fumaças de epidemia. Nenhum dinheiro poderá devolver aos espíritos o valor de seus pais mortos (p. 355).

O discurso articula uma perspectiva que transcende a mera oposição entre tradição e modernidade. Ele destaca uma crise epistemológica e ética na relação do homem moderno com a natureza. Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) realizam essa crítica à lógica capitalista e à concepção ocidental de modernidade. Os autores expõem a incompatibilidade entre os valores intrínsecos das comunidades tradicionais, especificamente dos Yanomami, e os da sociedade de consumo. Existe uma ênfase dada à insuficiência material e simbólica das mercadorias e do dinheiro, em contraposição à riqueza natural e espiritual representada pela floresta. Neste lugar, também em contraposição ao urbano, há os habitantes não-humanos, os aspectos imateriais da existência humana e espiritual, os "xapiri" (espíritos na cosmologia Yanomami) que são considerados riquezas infinitas, sem mensuração de preço.

A crítica se aprofunda: cita a destruição ambiental (árvores queimadas, solo ressequido, águas emporcalhadas), suas consequências diretas na biodiversidade (jacarés mortos, queixadas desaparecidos) e na saúde das comunidades indígenas (Yanomamis afetados pelas epidemias). Neste discurso também pode-se perceber a construção de uma concepção de interconexão e interdependência entre todos os seres vivos. Elementos da natureza, os espíritos e os animais de caça em um conjunto de relações vivas e sagradas.

Este discurso questiona a supremacia do conhecimento científico moderno. Eles propõem uma epistemologia baseada em uma relação de reciprocidade com a terra e seus habitantes, humanos e não-humanos, fundamentais para a existência e o conhecimento.

Antônio Bispo dos Santos (2023) também se insere no debate:

No debate sobre asfalto e favela, costumam dizer que vivemos isolados nas favelas e nos quilombos. Dizemos, então, que as pessoas estão isoladas nos Alphavilles, mas com uma diferença muito valorosa, e lançamos uma provocação em forma de desafio: que tal o povo dos Alphavilles viver apenas com o que está nos Alphavilles, sem precisar de nada de fora, e que tal nós nos quilombos vivermos apenas com o que está nos quilombos? O povo dos

Alphavilles diz que somos pobres e eles é que tem recursos, mas quem será que vai ter condições de viver por mais tempo, nós ou o povo dos Alphavilles?” (p. 67).

A análise tece uma reflexão para repensar o urbanismo como um todo. Santos (2023) faz reflexões críticas sobre as dinâmicas urbanas (a arquitetura e a relação entre ser humano e meio ambiente). Na visão do autor existe uma dicotomia entre ambientes urbanos e rurais/quilombolas que coloca em oposição práticas modernas X tradicionais. A cidade é compreendida como um espaço de exclusão de vidas que não sejam as humanas, um território artificial e humanizado. Essa visão critica amplamente os modos de fazer e ser da urbanização, um espaço construído para a exclusão da coexistência com outras espécies.

A falta de identificação e pertencimento com o espaço habitado leva a diversas formas de isolamento, como os vividos nos condomínios fechados, por exemplo, e revelam esse contraste com a vivacidade encontrada nas comunidades quilombolas. Assim, o autor questiona qual modo de vida seria mais resiliente e autossuficiente? Essa análise das noções dominantes de riqueza e pobreza valoriza o conhecimento tradicional e sua capacidade de viver em harmonia com o ambiente, características imprescindíveis para o futuro incerto da humanidade.

O que é a cidade? É o contrário da mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade, Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram (p.18).

Para nós, a moradia é o lugar onde vamos passar a maior parte de nossas vidas. A casa tem que ser uma parte de nossos corpos, temos que suar naquele material, temos que sentir nosso cheiro em nossa casa. A arquitetura colonialista, uma arquitetura sintética, não nos permite isso. As pessoas precisam fazer casas com as paredes lisinhas, lineares e planas. Ela elimina a arte, pois é um saber mecanizado, não é artesanal, não tem vida.” (p.61-62).

A descrição das diferenças estruturais e funcionais entre as casas em áreas urbanas e nos quilombos fala sobre questões estéticas ou de design, mas também de adaptação e integração com o ambiente. Essa citação se junta às demais e fornece mais uma análise crítica sobre as práticas de planejamento urbano e da arquitetura. Revelam a tensão existente entre o desenvolvimento urbano contemporâneo e as formas tradicionais de habitação e o uso do espaço.

Os autores *contracoloniais* aqui apresentados tecem uma crítica à urbanização contemporânea e às práticas habitacionais modernas que promovem uma reflexão sobre a

necessidade de abordagens mais integradas, sustentáveis e humanizadas na relação entre seres humanos e o espaço que habitam. Levam o leitor a repensar as noções de progresso e desenvolvimento e destaca a importância de preservar saberes tradicionais ao promover uma convivência mais equilibrada com o meio ambiente.

As reflexões foram levantadas e sistematizadas para compor argumentos que questionam os paradigmas dominantes no planejamento de cidades e na construção de moradias. Tais análises abarcam conceitos de sociologia urbana, geografia humana, ecologia urbana e crítica arquitetônica. Elas apontam para uma necessidade urgente e basilar de reavaliar nossas abordagens em relação ao ambiente construído. Ademais, a ideia de desenvolvimento e sustentabilidade também é questionada. Quais seriam as possibilidades e saídas da ordem urbana e ambiental em colapso? Nos parece necessário avançar na discussão epistemológica sobre comunidades, tradicionais e intencionais, e sua capacidade de propor saídas de emergência.

Nesse sentido, Krenak aponta:

Até o começo do século XX, o mundo do trabalho e da produção se dava com ferramentas e meios que não tinham a potência de exaurir os recursos da Terra como hoje. Desse tempo pra cá, sobraram poucas humanidades espalhadas pelo planeta nessas condições de quase humanos. Como o mundo é todo desigual, acabou ficando gente de fora desse balaio civilizatório, pessoas que não estão engajadas no consumo planetário. Não se tornaram consumidoras no sentido de clientela, eventualmente consomem alguma coisa do mundo industrial, mas não são dependentes disso para continuar existindo. Ainda há ilhas no planeta que se lembram o que estão fazendo aqui. Estão protegidas por essa memória de outras perspectivas de mundo. Essa gente é a cura para a febre do planeta, e acredito que podem nos contagiar positivamente com uma percepção diferente da vida. Ou você ouve a voz de todos os outros seres que habitam o planeta junto com você, ou você faz guerra contra a vida na Terra (Krenak, 2019, p.73).

As comunidades que parecem excluídas possuem a ventura de apontar possibilidades de novos ordenamento(s), planejamento(s) e arquitetura(s). Há uma mudança no mundo do trabalho e da produção ao longo do século XX. Por conta do desenvolvimento tecnológico, hoje se delinea o risco efetivo do esgotamento dos recursos naturais. Essa possibilidade aponta para a existência de algumas poucas humanidades que ainda mantêm modos de vida um pouco mais ou menos distantes da lógica global de consumo e produção.

Por não estarem completamente inseridas no sistema capitalista global, podem representar uma esperança à construção de formas de existência que desafiam as noções convencionais de progresso e desenvolvimento. Não sendo consumidoras, essas ilhas de humanidade parecem conservar memórias e perspectivas de mundo alternativas. Elas seriam,

nas ideias do autor, a cura para as doenças do planeta. No entanto, acredito que elas podem, ou não, oferecer caminhos para superar a crise ecológica atual.

Krenak aponta um dilema: ou aprendemos a ouvir e respeitar as vozes de todos os seres que compartilham o planeta conosco, ou continuamos em um caminho de confronto com a própria vida na Terra. Ao acolher as sabedorias e modos de vida que foram marginalizados ou ignorados pela modernidade, pode-se aprender formas mais equilibradas e respeitosas de habitar o mundo.

### **3.2 Comunidades: um sobrevoo conceitual e situacional**

A modernidade efetuou uma série de transformações econômicas, tecnológicas e sociais. E embora essas transformações tenham proporcionado avanços em diversos aspectos, também houve a geração de tensões e rupturas em diversos formatos da organização social. Práticas, valores e conhecimentos ancestrais são como tesouros que ainda podem ser encontrados e celebrados em algumas comunidades. Em contraponto a modernização e o capitalismo, as comunidades tradicionais podem ser entendidas como potentes núcleos de formação, já que podem ser compreendidas como formadoras cultural e social da história brasileira. Portanto, ao mesmo tempo que enfrentam desafios que ameaçam sua continuidade e integridade, podem salvaguardar sementes importantes para o devir.

Autores clássicos das ciências sociais, como Tönnies (1995), Weber (1977) e Marx (2019) tentaram compreender como se construíram as diferentes relações presentes na modernidade em oposição à vida comunitária, já que expansão das economias capitalistas e a urbanização crescente levaram à fragmentação das estruturas comunitárias. A substituição dos laços sociais profundos por relações mais impessoais e transitórias marcaram essa transição de modo contundente. A mudança dos valores coletivos para uma ênfase maior no individualismo e na racionalidade instrumental, sem dúvida, formam uma das características mais marcantes da sociedade moderna (Lifchitz, 2017).

No entanto, comunidades tradicionais continuam a se adaptar e resistir às pressões externas. Em muitas delas, há uma busca por preservar uma identidade e certa autonomia dos processos neoliberais contemporâneos. Assim, se configuram como espaços de resistência cultural. Práticas são comumente reinterpretadas para responder aos desafios contemporâneos, onde surgem novidades de forma recorrente. O estudo das comunidades tradicionais oferece a possibilidade de um olhar para o passado, mas principalmente apresenta possibilidades de

organização social no presente e no futuro. Sem dúvida, importantes para a presença e celebração da diversidade cultural e justiça social que estão presentes em diversas comunidades tradicionais no mundo (Lifchitz, 2017).

E como as ciências sociais compreendem as comunidades? Segundo Luiz Fernando Dias Duarte<sup>19</sup> do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comunidade é uma palavra que vem do latim, associada à ideia de comunhão e compartilhamento:

Foi largamente utilizada no âmbito da cultura cristã, para significar diferentes níveis de afirmação do ideal de fraternidade terrena cultivado nesse meio. A concepção de unidades territoriais organizadas como congregações religiosas passou aos EUA, sustentando um elemento fundamental da ordem política ainda vigente no país: as “comunidades locais”. A partir do século 19, o termo passou a encarnar a resistência às grandes transformações características da modernidade, como a urbanização, o industrialismo, o desenraizamento da população (incluindo as migrações de força de trabalho), o anonimato, a ruptura das relações de respeito e solidariedade. Ferdinand Tönnies (1887) opôs a comunidade à sociedade, considerando a última característica da modernidade e oposta a uma ordem tradicional, de comunhão coletiva, já então considerada ameaçada.

Comunidade é um dos conceitos das ciências sociais mais controversos. Mesmo depois das mudanças drásticas que transformaram o mundo do século XX, não há ainda uma definição fechada, um consenso efetivo, no debate sobre o conceito, teoria após teoria (Mocellin, 2011).

De acordo com a perspectiva de Tönnies (1995), a comunidade difere diretamente do espaço urbano e representa uma forma de refúgio dentro do caos e da impessoalidade que imperam no cotidiano das cidades. Seria uma proposta de vida cotidiana permeada pelo intimismo cada vez mais distanciada do espaço-público presente na contemporaneidade urbana (Koga, 2003).

Na visão de Tönnies, a comunidade – ou *Gemeinschaft* – é um grupo social demarcado espacialmente anterior ao desenvolvimento da sociedade eminentemente urbana e industrial. Desse modo, grupos considerados comunitários contam com elevado grau de integração afetiva e também com alto grau de coesão – e mesmo de homogeneização – entre seus membros, e isso inclui conhecimentos, objetivos, práticas cotidianas e formas de agir e pensar. As normas ocorrem especificamente por meio dos costumes, hábitos e tradições, e as formas de relacionamento social são predominantemente pessoais, o que significa o compartilhamento de valores e também maior grau de intimidade. Assim, a comunidade constitui uma unidade absoluta que é incompatível com a distinção em partes. Para merecer o nome de comunidade, mesmo se estiver organizado, um grupo não é uma coleção

---

<sup>19</sup> DUARTE, Luiz Fernando Dias. Comunidades: do que se trata? **Ciência Hoje**. 20 out. 2022. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/coluna/comunidades-do-que-se-trata/> em 20/10/2022.

de indivíduos que diferem uns dos outros; é uma massa, indiferenciada e compacta, que só é capaz de se mover em conjunto, e é direcionada pela própria massa, ou por uma de suas partes incumbida da direção (Mocellin, 2011, p. 109-110).

Ferdinand Tönnies, nascido em uma comunidade Frísia na Alemanha, cresceu em um ambiente profundamente enraizado em tradições e laços comunitários. Essa experiência formativa em uma região caracterizada por independência camponesa e fortes vínculos familiares influenciou significativamente seu pensamento. A vida comunitária de sua infância, como descrito por biógrafos como Cahnman e Heberle (1971, p. 15), proporcionou a Tönnies uma perspectiva única sobre as dinâmicas sociais. Ele acabou por incorporar as ideias e vivências em suas teorias sociológicas. Tönnies (1995) tinha um objetivo claro: ele queria elevar o conceito de comunidade a um "tipo puro" dentro da teoria social. Uma categoria universal que pudesse ser aplicada em diversas análises sociológicas.

A distinção entre comunidade e sociedade, conforme elaborada por Tönnies é fundamental para entender sua teoria. Ele utilizou uma metáfora poderosa para descrever essa transição: a comunidade é vista como um organismo vivo, onde as partes estão harmoniosamente integradas, enquanto a sociedade é comparada a uma máquina, com interações mais mecânicas e impessoais.

Na visão de Tönnies, a comunidade representa uma unidade íntima, fisiológica, onde a experiência do íntimo que pode ser vivido na profundidade se manifesta plenamente. Essa concepção de comunidade como um corpo ampliado reflete uma visão de interações sociais consideradas naturais, imediatas. Como as encontradas nas relações familiares e de amizade, que ele classifica como formas embrionárias de comunidade.

Esses laços comunitários são vistos como extensões de uma afetividade natural, formam o que Tönnies (1995) denomina de comunidade de sangue: a forma mais coesa de organização social. Essa coesão se manifesta na homogeneização das práticas, objetivos e formas de pensar (costumes, hábitos e tradições regem as normas sociais).

Com os relacionamentos pessoais baseados em valores compartilhados e intimidade, Tönnies vê a comunidade como uma unidade absoluta. Essa visão implica considerar que uma verdadeira comunidade não se forma com uma coleção de indivíduos distintos. É uma massa compacta e unificada. Move-se de forma coesa e homogênea (Tönnies, 1973).

Múltiplas dimensões através das quais os laços comunitários são formados e mantidos são teorizados pelo autor. A comunidade de sangue, enraizada em laços familiares e posse

comum da identidade humana. A comunidade de lugar que se baseia na conexão com a terra e o território. E por sua vez, a comunidade de espírito, formada por elos simbólicos e espirituais.

Essas espécies de comunidades interagem e se sobrepõem no espaço e no tempo. Cria um tecido social abrangente e interconectado. Sua teoria ressalta a complexidade das interações humanas. É uma reflexão interessante para entender as dinâmicas sociais e a evolução das estruturas sociais em face das transformações modernas (Tonnies, 1973).

A análise de Max Weber (1977) caracteriza o crescimento da sociedade em detrimento da comunidade doméstica. Essa diferenciação é vista como substancial para entender a transformação social no século XIX. Aqui, a modernização e a racionalização do desenvolvimento econômico levaram à redução das comunidades tradicionais, entendidas como barreiras ao progresso.

Karl Marx, em sua obra "O Capital" (2019), especialmente no capítulo 24 do Volume I sobre a acumulação primitiva, apresenta uma crítica à narrativa de que a modernização e a racionalização inerentes ao desenvolvimento econômico levaram à redução das comunidades tradicionais. Marx argumenta: o declínio das comunidades rurais inglesas não foi um processo natural ou inevitável. Ele foi resultado de forças externas e violentas, impulsionadas pelos interesses capitalistas.

O capital se expandiu em territórios pré-capitalistas à custa dos direitos e meios de subsistência dos camponeses. Portanto, a desestruturação das comunidades seria uma consequência direta da acumulação primitiva. Essa crítica marxista desafia a noção de que a transformação social é um processo linear e inevitável. Sugere, ao contrário, que seja mediado e definido principalmente por conflitos de classe e interesses econômicos. A ideia de que as comunidades são desmanteladas por forças externas, ao invés de se auto desagregar, mostra o papel do poder e da coerção como definitivos frente às mudanças sociais (Marx, 2019).

Marx também entende que as culturas tradicionais estão ligadas a modos de produção pré-capitalistas: o trabalho ainda não é visto como mercadoria. Essa perspectiva enfatiza que, nas comunidades, a relação com o mercado é parcial e o foco está na reprodução cultural e social ao invés do lucro. Há a presença de formas específicas de manejo dos recursos naturais que respeitam os ciclos da natureza. Isso reflete uma associação e dependência com o ambiente. Culturas tradicionais se caracterizam pela pequena produção mercantil, cuja preservação cultural é prioritária e se produz junto às práticas cotidianas.

A ideia de comunidade também esteve na base da fundação do marxismo latino-americano (Silva, 2024):

Na comunidade existiam “elementos de socialismo prático”. Essa constatação - e só ela - permitia propor o socialismo como alternativa viável num país atrasado e camponês, com uma classe operária reduzida e uma indústria apenas nascente. Os camponeses podiam assumir a ideia socialista, fundi-la com suas aspirações messiânicas, porque em sua vida cotidiana haviam sabido manter e defender esse velho coletivismo andino (Flores Galindo, 2009, p.65).

Em sua obra mais importante, “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana” (2007), Mariátegui propôs a existência de um comunismo agrário, presente nas comunidades indígenas andinas. O autor acreditava que as comunidades tradicionais observadas no país poderiam ser mobilizadas na luta contra as forças coloniais e capitalistas. Essas comunidades mantinham práticas coletivas de posse da terra e desenvolviam uma produção e sistema de troca semelhante a um comunismo primitivo. O autor entendia que essas características não eram apenas resquícios de um passado distante, mas podiam ser vistas e cultivadas como práticas vivas, com potência revolucionária (Silva, 2024).

Considerados elementos essenciais do proletariado andino, camponeses e indígenas, foram colocados em contraposição à definição do proletariado marxista tradicional que se concentrava nos trabalhadores industriais. Mas como a industrialização era menos pronunciada na América Latina estas categorias sociais formavam uma verdadeira massa da população explorada e marginalizada. Mariátegui (2007) argumentava que essa classe tinha um potencial revolucionário significativo. Sua posição de explorados junto às manifestações de suas tradições comunitárias poderia formar uma aliança entre todas as forças exploradas. Trabalhadores urbanos e rurais deveriam se unir contra as elites coloniais e capitalistas (Silva, 2024).

Nesta perspectiva, a transformação social na América Latina junto aos princípios socialistas é adaptada às condições locais. Assim, uma das contribuições mais inovadoras de Mariátegui (2007) foi sua visão da integração dos operários, camponeses e indígenas como uma frente unificada na luta revolucionária. O socialismo na América Latina não poderia ser uma simples réplica do modelo europeu. Deveria reconhecer e valorizar a força coletiva dos povos ligados à terra como possíveis agentes de mudança da sociabilidade vigente (Silva, 2024).

A palavra intencional, significa algo relativo à intenção, que é feito de propósito, por querer, intencionado, proposital, deliberado. O conceito de comunidade intencional, também definido por associativismo voluntário, foi um termo primeiramente apontada por Charles Fourier (1772 -1837) que defendia a tese de que se devia criar uma cooperativa agrícola financiada com dinheiro público ou particular, para que os trabalhadores realizassem suas

atividades conforme os seus interesses na constituição das comunidades intencionais nomeadas por ele como falanstérios.

As utopias estão sempre acompanhadas por transformações. Os movimentos utópicos, ao longo da história, agiram como provocadores de movimentos sociais, criando novos ideais e formas de viver a realidade tradicional. O conceito de comunidade intencional, portanto, está ligado a todas as práticas experimentais ou tentativas de comunidades que surgem de forma não espontânea com relação aos padrões sociais (instituições) dominantes de uma dada sociedade, e podem referir-se tanto às práticas mais ancestrais, como as comunidades cristãs na Roma Antiga, quanto as mais recentes, como as comunidades Auroville e Findhorn<sup>20</sup>.

Essas comunidades intencionais provenientes do movimento da Nova Era, estão atreladas ao movimento de contracultura, em um projeto alternativo de sociedade, de práticas culturais, produzidas a partir de discursos diversos. Muitas são as definições que tentam explicar o que é de fato o movimento *New Age* e as características principais dessa espiritualidade. Dentre as várias possíveis, utilizaremos aqui o conceito de que o *New Age* é um movimento amplo e múltiplo constituído por práticas, crenças e novas espiritualidades em interconexão segundo novas formas de organização, visando uma transformação pessoal e planetária. Organiza-se em torno dos valores de contracultura, de uma nova “espiritualidade” e uma nova ‘consciência universal’ (Leal, 2019).

Buber (1987) foi um teórico da possibilidade da reconstrução de comunidades com uma visão positiva ao desenvolvimento das mesmas como algo posterior ao declínio da organização social capitalista e socialista. Este autor entende que existe a possibilidade de uma restauração da comunidade como a célula básica que levaria a uma sociedade melhor e mais humana.

No contexto contemporâneo, marcado pelo individualismo e neoliberalismo, sua noção de comunidade denuncia as estruturas políticas atuais que seriam destruidoras de modelos comunitários e socializantes voltados para a humanização e a preservação da essência relacional

---

<sup>20</sup> Auroville é chamado de um município universal em formação para uma população de até 50.000 pessoas de todo o mundo. Uma cidade ideal dedicada a um experimento em unidade humana. Em meados da década de 1960, o conceito foi desenvolvido e apresentado ao governo da Índia, que deu seu apoio e levou para a Assembleia Geral da UNESCO. Em 1966, a Unesco aprovou de forma unânime, recomendando-a como um projeto de importância para o futuro da humanidade. Em 1968 houve uma cerimônia de inauguração com cerca de 5000 pessoas que se reuniram no centro do futuro município, da qual participaram representantes de 124 nações. Está localizada no sul da Índia e hoje a população possui cerca de 2.500 pessoas ([www.auroville.org](http://www.auroville.org) em 10/05/2018).

Findhorn Foundation é uma associação sem fins lucrativos, parte de uma comunidade espiritual composta por cerca de 400 pessoas espalhadas em torno da baía de Findhorn, no norte da Escócia. Fundada em 1962 a comunidade se tornou conhecida pelo seu trabalho com as plantas e a comunicação com os reinos naturais. A comunidade afirma ter uma interconexão com toda a vida, através de estruturas espiritualmente, socialmente e economicamente sustentáveis. Incluindo o uso de técnicas de construção ecológicas, geração de energia responsável, reciclagem e produção de alimentos orgânicos. Inclui mais de 40 organizações diversas ([www.findhorn.org](http://www.findhorn.org) em 15/01/2021).

do ser humano. Para Buber, a comunidade tem por fim a vida em si mesma. Ela acontece quando homens maduros estão dispostos comunitariamente num fluxo de doação e entrega criativa que os faz crescer e dá sentido às suas vidas. Ela pretende ser a vida liberta de limites e conceitos de tal modo que comunidade e vida se tornam uma coisa só. Buber diz que toda vida nasce de comunidades e aspira a comunidades. “Ela é fim e fonte de vida. Vida e comunidade são os dois lados de um mesmo ser” (Buber, 1987, p. 34).

Essa comunidade é pós-social por ultrapassar a sociedade e suas normas. Ela não pretende reformar a sociedade, mas transformá-la. Ela não se constroi destruindo o que já existe para se construir algo diferente, mas nasce da vivência de coisas novas. A essa nova comunidade os homens se associarão por amor, por desejá-la, por anseio e por pródiga virtude. Não é o princípio utilitário que a determina, mas sim o princípio criador e libertador. Ela será constituída na base de laços de escolha e não laços de sangue. E será algo vivenciado, ao mesmo tempo, por cada um e por todos (Buber, 1987).

Buber, portanto, se opõe à ideia de Tönnies de uma comunidade marcada pelo instinto natural que seria, para ele, a característica das antigas comunidades. Buber discorda sobre a irreversibilidade desse processo que substituiu a comunidade pela sociedade, apontando para uma comunidade pós-social, de sentido abstrato, possível em qualquer momento da história (Gomes, 2006).

Para Harvey (2004) há um declínio das narrativas utópicas para o desenvolvimento dos grandes projetos geopolíticos, mas, no entanto, existe a construção de diversos legados históricos-geográficos, formas culturais e modos de vida distintos:

Se hoje, temos o triunfo do liberalismo e toda a sua forma de expressão e formação das sociedades, também existem os espaços de resistência a esse domínio político econômico. Mas esses espaços estão sempre permeados, afetados e em constante diálogo com a lógica capitalista de entendimento e desenvolvimento social (Harvey, 2004, p.145).

Harvey dá o exemplo dos zapatistas, que foram profundamente afetados por processos capitalistas e de colonização durante um período. Seu movimento e suas exigências de valores iluministas como a “dignidade” - conceito relevante na Declaração dos Direitos Humanos da ONU, datada de 1948 – são tanto um produto quanto reflexo das circunstâncias históricas e atuais. Desse modo, podemos entender que o desenvolvimento de diversos territórios e o empoderamento dos seus cidadãos estão inseridos em uma infinidade de conhecimentos, concepções e ações advindas da presença ou ausência tanto do capital, como do estado, com seus interesses econômicos e viés tecnicista.

Para Hespanol (2003), a deterioração das condições de vida nas cidades brasileiras, sobretudo nas metrópoles, em virtude do agravamento dos problemas sociais e ambientais tem levado a uma revalorização do campo como lugar de desenvolvimento das atividades agropecuárias e também como espaço para se viver e desenvolver outras atividades, emergindo novas ruralidades derivadas da presença de atividades não agrícolas, como o turismo, a prestação de serviços, etc. O comunitarismo ligado a ideologias de diversos grupos também apontam para uma maior ruralização.

De acordo com Bauman (2003), a característica da comunidade pós-moderna não pode ser pensada como totalmente positiva. Para ele toda “a unidade precisa ser artificialmente construída” e o entendimento foi substituído pelo consenso; desse modo a busca por essa unidade só consegue ser alcançada através da negociação e da adesão racional, e todo esse trabalho pode ser facilmente ou mais demoradamente desfeito pelas questões que emergem de forma constante. Para o autor, a possibilidade de um entendimento compartilhado e duradouro, como o que era oferecido pela comunidade pré-moderna lhe parece inexistente:

Dependente da “mesmidade” a comunidade, dessa forma, é alheia à reflexão, à crítica e à experimentação. Ela tem sempre que manter certa imutabilidade, caso deseje manter-se comunitária ao longo do tempo. Para a manutenção da “mesmidade”, é necessário que se defina como distinta de outros grupos sociais, mas também que seja pequena e autossuficiente (Bauman, 2003, p. 17-18).

Desse modo, a homogeneidade necessária ao estabelecimento da comunidade só acontece enquanto não existir canais de comunicação ampliados entre a comunidade e outros agrupamentos, o que compõe um enorme desafio nos dias de hoje em que a relativização das distâncias pelo desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação faz com que a vida comunitária se torna cada vez mais insustentável:

A distância, outrora a mais formidável das defesas da comunidade, perdeu muito de sua significação. O advento da informática também é uma característica que dificulta o desenvolvimento comunitário. A partir do momento em que a informação passa a viajar independente de seus portadores, e numa velocidade muito além da capacidade dos meios mais avançados de transporte, assim a fronteira entre o “dentro” e o “fora” não pode mais ser estabelecida e muito menos mantida (Bauman, 2003, p.18).

Enquanto não houver uma ampliação dos canais de comunicação entre a comunidade e outros grupos, é possível que essa comunidade mantenha sua homogeneidade. No entanto, na

era pós-moderna, com a diminuição das distâncias proporcionada por avanços nos meios de transporte e comunicação, a vida comunitária enfrenta fragilidades. A informática, em particular, é vista pelo autor como um obstáculo ao desenvolvimento comunitário, pois a informação agora circula de maneira independente de seus portadores e a uma velocidade que supera a dos meios de transporte mais avançados. Isso dissolve a linha que separava o "dentro" do "fora", tornando impossível manter essa distinção. (Bauman, 2003).

Diferente da visão pessimista de Bauman com relação às comunidades, Boaventura de Souza Santos (2019) entende ser importante buscar um olhar atento às diversas experiências humanas modernas:

(...) reconhecer e dialogar com outros saberes que oferecem entendimentos da vida social e da transformação social alternativos às monoculturas ocidentocêntricas do conhecimento válido, do tempo linear, da classificação social, da superioridade do universal e do global da produtividade (Souza Santos, 2019, p.178).

Afinal, a eficácia mobilizadora dos conceitos eurocêtricos que designavam as utopias na modernidade como o socialismo, comunismo e mesmo o de democracia parece ter-se esgotado, e as ideias africanas (*ubuntu*), andinas (*pachamama*, *sumam kawsay*) e outras que no passado foram inscritas no mundo pelas vozes de grupos sociais oprimidos, podem se tornar relevantes para as lutas contra a opressão e a dominação do mundo em geral (Santos, 2019).

Assim, elas podem se tornar fonte de inspiração para outras lutas em outros tempos e contextos. Tanto nas comunidades tradicionais, como nas intencionais, pode-se visualizar uma importante dimensão pedagógica nos processos de socialização nos espaços das comunidades, identificadas como *zonas libertadas*, segundo conceito de Santos (2019): “São comunidades consensuais baseadas na participação de todos os seus membros, possuem uma natureza ‘performativa, prefigurativa e educativa’”. Consideram-se utopias realistas, cujo objetivo é criar um tipo diferente de sociedade, uma sociedade liberta das formas de dominação que prevalecem no presente. Podem surgir no contexto de processos de lutas mais amplos ou ser resultado de iniciativas isoladas concebidas para testar formas alternativas de construção de comunidade. Essas alternativas podem ser vividas ou segundo uma lógica de confrontação ou segundo uma lógica de existência paralela: “Vistas de fora, as zonas libertadas parecem juntar experiência social e experimentação social. Daí a dimensão educativa que as caracteriza: concebem-se a si mesmas como processos de autoeducação” (Santos, 2019, p. 57).

A visão de Santos (2019) também reforça que:

(...) os espaços comunitários podem ser entendidos como zonas de resistência e reeducação que perpassa outros modos de entendimento da

vida em sociedade na contemporaneidade. Isso pode ser entendido como algo positivo no sentido de formação de grupos com características e perspectivas diferentes sobre a vida e atuação no mundo. Afinal, em realidades como a brasileira, com seu percurso histórico marcado pela exclusão social e pelas desigualdades sociais, a noção de pertencimento social outro pode reforçar os patamares de cidadania que se quer alcançar na sociedade. O debate sobre o comunitarismo aponta para o potencial solidário e autônomo que as relações sociais mais próximas podem fomentar na formação desses sujeitos sociais (Santos, 2019, p.58).

Essas dinâmicas comunitárias são um reflexo de resistência e esperança rumo a um futuro inclusivo e democrático. O debate sobre o comunitarismo, destaca seu potencial solidário e autônomo das relações sociais próximas que se desenvolvem nesses ambientes e pode formar um modelo pedagógico. Este poderia desempenhar um papel na formação de sujeitos sociais conscientes e engajados.

Assim, comunidade e território ganham um novo vigor, sem romper com a totalidade de visão da realidade, enquanto espaços-sujeitos de efetivação e ampliação da visão dos seus residentes aos direitos de cidadania, não só para si mesmos, mas principalmente ao serviço às populações menos favorecidas, em um despertar à indiferença vigente (Koga, 2003).

De maneira simplista o conceito de comunidade no campo do Planejamento Urbano costuma ser restrito a dois casos: quando há uma ausência da organização do espaço pelo urbanismo, a população costuma ser designada como “comunidade” e também o sentido mais amplo, como categoria que designa a população que vive sob certa contiguidade territorial por vezes é considerada uma comunidade, entendida como uma coletividade para processos de análises como as consultas públicas de um plano diretor, por exemplo. Nem sempre utilizam a categoria como uma categoria *êmica*, ou seja, a consideração da própria população a ser trabalhada. Desse modo, a disciplina possui um entendimento bastante amplo do conceito, sem se especificar em algo mais elaborado e detalhado.

O pensamento comunitarista reforça a relevância da sinergia dos entes públicos, sociais e privados para o êxito das políticas. O comunitarismo contemporâneo representa o retorno do conceito de “comunidade” ao debate público, não de uma forma saudosista, associada às comunidades agrárias pré-modernas, ou num sentido utópico de uma vida sem conflitos. Os comunitaristas constatarem que mesmo nas sociedades urbanizadas dos tempos atuais as comunidades continuam sendo uma realidade da vida social. As pessoas “naturalmente” formam redes de afinidades, compartilhando ideias, valores e afetos, que em grande parte orientam o comportamento individual. É inviável, para os comunitaristas, tentar entender a dinâmica social e o comportamento das pessoas sem levar em conta as comunidades em que vivem. E, por

isso, é inviável entender a política sem levar em conta as comunidades e sua relação com o poder público (Shimidt; Fontana, 2017, p. 642).

Shimidt e Fontana (2017) discute a compreensão dos comunitaristas acerca do significado de comunidade como compartilhamento de valores e de vínculos de afeto. Entendem ser importante o olhar do Planejamento Urbano para essa questão, pois quando é necessário uma remoção de população ou processos de modificações urbanísticas geralmente não existe uma consideração efetiva a parte da cultura moral que não pode ser considerada através de consensos racionais, processos comuns nas consultas públicas, por exemplo. Para os autores:

(...) entre os argumentos racionais e arranjos procedimentais há uma “camada mais profunda” de valores, emoções, sentimentos. Os valores compartilhados são aqueles com os quais a maioria dos membros da comunidade tem um compromisso de vida, que organizam a visão de mundo e o seu comportamento. Esse núcleo valorativo deve ser levado em conta pelo Estado quando da formulação e implementação de políticas públicas. Os estudos sobre a relevância das questões culturais comunitárias no âmbito das políticas sociais ainda são restritos (Schimidt; Fontana, 2017, p. 648).

Neste trabalho, proponho evidenciar a importância de entender e pensar a formação do espaço a partir das experiências de grupos que se entendem como formadores de comunidades, especialmente a formação de comunidades quilombolas, ao se apropriar de um território, planejá-lo e vivê-lo de acordo com suas crenças e possibilidades de ação coletiva e criativa. Afinal, segundo Arturo Escobar (2014):

[...] milhares de mulheres e homens continuam hoje a defender suas vidas, territórios e culturas por meio de projetos alternativos de uso e gestão dos recursos naturais, criando "zonas humanitárias", "comunidades de paz" e "zonas de biodiversidade" como alternativas à devastação causada pelo desenvolvimento promovido por atores ligados aos mercados globais. (Escobar, 2014, p.72, tradução pela autora).

Arturo Escobar demonstra que as lutas por territórios tornam-se lutas pela defesa dos muitos mundos que habitam o planeta, em uma resposta ao projeto de modernidade de existência de apenas “Um Mundo” que busca converter os muitos mundos existentes em um só. É necessário a afirmação de uma multiplicidade de mundos em uma luta constante por outros modelos de vida, economia e sociedade (Escobar, 2014). Estes territórios se configuram como espaços onde se desenrolam relações sociais diferentes das relações presentes nas sociedades

capitalistas hegemônicas e, portanto, são lugares onde os coletivos podem praticar modos de vida diferenciados (Zibechi, 2007).

### **3.3 Definição de comunidades tradicionais e sua diversidade no Brasil**

Não por ser patrimonialmente uma guardiã do passado, ou por ser expressivamente “folclórica”, “típica” ou um “genuíno exemplo de nossas mais preciosas tradições”, uma comunidade popular (mas nem todas) é também tradicional. Ela o é por representar uma forma ativa e presente de resistência à quebra de um reduto inter-humano de relações ainda centradas mais em pessoas e redes de reciprocidade de/entre sujeitos-atores através de produto do trabalho, do que em coisas e trocas de mercadorias através de pessoas, tornadas elas próprias, seres-objeto (Brandão; Borges, 2014).

A aproximação entre o étnico e o comunitário é essencial no histórico da construção das identidades nacionais. Possui até hoje implicações significativas na vida das populações indígenas e afrodescendentes. O Decreto n. 6040, de 07 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2007a), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais reconhece que os:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (art. 3º, I)

A noção de comunidade na América Latina está ligada essencialmente às experiências étnicas. Muitas comunidades possuem referências ancestrais e ainda praticam conhecimentos ancestrais, em meio aos desafios para obtenção de reconhecimento e direitos básicos, como os territoriais. Desde a colonização, muitos desses grupos lutam para preservar identidades culturais e modos de vida, frente à imposição de culturas europeias e estrangeiras (Brandão; Borges, 2014).

A intersecção entre o étnico e o comunitário na América Latina e Brasil compõe um campo fértil para o desenvolvimento de propostas advindas de movimentos sociais e políticos que buscam justiça e equidade. Bolívia e Equador, por exemplo, têm constituído mudanças significativas em suas constituições. Elas vêm reconhecendo o caráter plurinacional de suas sociedades. Há, portanto, a incorporação de novos direitos para povos indígenas e comunidades tradicionais, o que vem transformando suas realidades, mesmo que a passos lentos (Brandão; Borges, 2014).

Na década de 1950, o Brasil vivenciou o surgimento dos "estudos de comunidades", ponto focal para sociólogos e antropólogos das primeiras instituições de ensino superior do país. A ideia era compreender as dinâmicas sociais das comunidades locais. Os estudos tiveram como pano de fundo um movimento intelectual bastante vivo que, segundo Oracy Nogueira (2018), se destacava na história da pesquisa sociológica brasileira. Essa fase marcou a forte presença da pesquisa empírica e o trabalho de campo. Estas metodologias foram capazes de realizar uma análise aprofundada dos aspectos culturais, sociais e econômicos das comunidades brasileiras:

Creemos que as informações até aqui apresentadas bastam para mostrar a importância que vão assumindo os chamados "estudos de comunidades", no Brasil, verdadeiro movimento intelectual, o mais vigoroso, até o momento, na história da pesquisa sociológica no País e, ao que tudo indica, com tendência a absorver uma parte cada vez mais considerável do interesse, da energia e dos recursos com que contam os especialistas, que, no futuro imediato, se empenharem no levantamento de dados sistemáticos para o conhecimento da realidade nacional<sup>21</sup>. (Nogueira, 2018, p. 129.)

Realizada em 1953, a I Reunião Brasileira de Antropologia apresentou uma linha de investigação reconhecida por sua capacidade de absorver tanto o interesse acadêmico, como o institucional. Os estudos de comunidades, refletem um interesse crescente e entram para a história das ciências sociais no Brasil. Há uma alocação de recursos consistente por parte dos pesquisadores da época. O movimento fomenta, portanto, a produção de conhecimento sobre a diversidade sociocultural e contribui para a formação de uma base teórica e metodológica robusta.

Para além do interesse acadêmico estes estudos também se conectaram a projetos governamentais de planejamento para pequenas comunidades, conforme destacado por Consorte (1996). Os estudos, encomendados por agências públicas, apoiavam a preparação dos técnicos profissionais (agrônomos, sanitaristas e educadores) em seus trabalhos junto às comunidades em todo o país.

Vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) em 1955 marca uma etapa no desenvolvimento das pesquisas sobre comunidades no Brasil. A partir daí, houve estudos mais sistemáticos e abrangentes em âmbito nacional. O CBPE fornecia dados e perspectivas para a formulação de

---

<sup>21</sup> Comunicação feita na I. Reunião Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, 8-14 de novembro de 1953.

políticas desenvolvimentistas. O foco estava nas transformações educacionais e nas mudanças sociais em comunidades tradicionais (Gouvêa, 2015).

A CBPE promovia a educação e a adaptação a novos contextos socioeconômicos e dava auxílio a preservação do conhecimento sobre modos de vida tradicionais em meio a um Brasil em contínua transformação. As comunidades eram consideradas laboratórios de estudos. Ali podia-se observar e analisar as dinâmicas sociais emergentes advindas das alterações nos processos políticos e produtivos do país naquele momento histórico. As pesquisas também foram usadas para integrar as comunidades tradicionais ao escopo das políticas públicas. Isso permitiu que as necessidades e desafios locais fossem considerados no planejamento e execução de estratégias de modernização (Gouvêa, 2015).

O Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório foi coordenado por Darcy Ribeiro entre 1947 e 1960. Um dos principais objetivos do Programa foi investigar a modernização e o modo como ela afetava o cotidiano escolar nas comunidades. Este programa implementou uma série de estudos de comunidades que buscavam entender as interações entre modernização social e econômica vivenciadas nas dinâmicas locais (Ribeiro, 1958). Houve a criação de uma verdadeira rede de pesquisa aliada ao planejamento. Existia a colaboração entre comunidades do interior, agências governamentais, e institutos acadêmicos (como a Escola de Sociologia e Política de São Paulo e a Universidade de Chicago, por exemplo) (Ribeiro, 1958).

Além de ampliar o entendimento sobre os impactos da modernização, o programa formou uma nova geração de sociólogos e pesquisadores comprometidos com o desenvolvimento social e educacional do país. Houve a criação de um legado duradouro que continuaria a influenciar a pesquisa e as políticas públicas nas décadas seguintes (Lifchitz, 2017).

Após um período profícuo, os estudos de comunidades e a atenção das agências governamentais foram entrando em declínio e dando lugar para os estudos sobre a presença do desenvolvimento do capitalismo no âmbito rural. Os estudos rurais a partir da década de 1970 mudaram. Começaram a fazer uma série de análises sobre como as forças sociais, políticas e econômicas moldaram a agricultura e a vida rural ao longo do tempo: a exploração e a evolução do capitalismo agrário como um tema central (Navarro, 2001). Houve a influência marcante do marxismo nestes estudos que proporcionou uma lente crítica para examinar as relações de classe e poder (Navarro, 2001).

O emprego do termo “populações tradicionais” é propositadamente abrangente. Contudo, esta abrangência não deve ser tomada por

confusão conceitual. Definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais. Defini-las como populações que têm baixo impacto sobre o ambiente, para depois afirmar que são ecologicamente sustentáveis, seria mera tautologia. Se as definirmos como populações que estão fora da esfera do mercado, será difícil encontrá-las hoje em dia. [...] Por enquanto, achamos melhor definir as “populações tradicionais” de maneira “extensional”, isto é, enumerando os seus “membros” atuais, ou candidatos a “membros”. Essa abordagem está de acordo com a ênfase que daremos à criação e à apropriação de categorias, e, o que é mais importante, ela aponta para a formação de sujeitos por meio de novas práticas (Cunha, 2009, p. 289).

O mais apropriado, ao invés de vincular essas populações à adesão a práticas ancestrais, seria reconhecer a evolução contínua e a diversidade no interior dessas comunidades. Na perspectiva de Cunha (2009) o conceito de populações tradicionais é algo diverso e dificilmente orientado por uma definição. Defini-las, por exemplo, por seu baixo impacto ambiental ou por sua exclusão do mercado moderno não captura a realidade histórica. A maior parte dessas populações já interagem com práticas econômicas contemporâneas, como iremos ver na análise das comunidades quilombolas de Ubatuba/SP.

A perspectiva mais eficaz seria a de enumerar os membros das populações. Isso refletiria melhor a variedade de suas experiências culturais e permite uma compreensão das identidades culturais diversas. A integração entre a tradição e a adaptação às circunstâncias contemporâneas mostra seu papel dinâmico na formação de novas práticas e categorias sociais.

Segundo Brandão e Borges (2014), existe algumas características que poderiam nortear o entendimento do que seriam as comunidades tradicionais, tais como:

Tabela 3 - Características das Comunidades Tradicionais

(continua)

1) Transformação da Natureza	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocupação e transformação do ambiente realizada por gerações</li> <li>- Ambiente inóspito - Lugar habitável e produtivo</li> <li>- Recursos e conhecimentos locais</li> </ul>
2) Autonomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Liberdade de produção</li> <li>- Donos do próprio espaço/tempo</li> </ul>

Tabela 3 - Características das Comunidades Tradicionais

(conclusão)

3) Autoctonia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ligação histórica e cultural com o território</li> <li>- Descendência direta dos pioneiros</li> <li>- Legitimação dos direitos sobre a terra</li> <li>- Continuidade intergeracional de práticas e memórias</li> </ul>
4) Memória de lutas passadas de resistência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Memória Coletiva</li> <li>- Histórias de resistência e confronto</li> <li>- Identidade e legitimação territorial</li> <li>-</li> </ul>
5) Histórias de lutas e resistências atuais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Enfrentamento de desafios contemporâneos</li> <li>- Conflitos fundiários</li> <li>- Ameaça de expropriação</li> </ul>
6) Experiência em territórios cercados e ameaçados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocupações vizinhas (Ex: Fazendas, reservas ambientais, empreendimentos diversos)</li> <li>- Estratégias de visibilidade</li> <li>- Resistência ativa</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Brandão e Borges (2014).

Formadas por grupos que se reconhecem como herdeiros dos fundadores ancestrais de um lugar, as comunidades tradicionais se consideram os habitantes originais de um território. Isso porque seus membros entendem que sua ancestralidade ocupava o território antes da chegada de outros grupos humanos. Isso faz com que os membros das comunidades tradicionais possuam uma conexão simbólica e identitária com o seu território.

A partir de uma pessoa, uma família, ou um pequeno grupo foi possível formar redes por uniões conjugais ou outras formas de união. Houve, então, o desenvolvimento de uma identidade coletiva. Há também a percepção de um pertencimento local. Esta percepção cria cartografias culturais que podem ser manifestadas de diversas formas (celebrações, tradições, construção de teia social de relações) (Brandão; Borges, 2014).

A memória histórica de resistência reforça o sentido de identidade e pertencimento. Ao longo das gerações é estabelecido sistemas de reciprocidade, tais como: criação de redes de apoio, preservação de tradições e saberes. Estas características sustentam a reprodução social e cultural no decorrer da história local. As relações de intercâmbio com grupos externos existem

e mantêm dinâmicas de trocas. Há a construção de uma autonomia e também a possibilidade do estabelecimento de dependência relativa (Brandão; Borges, 2014).

Assim, utiliza-se neste estudo a noção de sociedades tradicionais para definir grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Exemplos empíricos de populações não-tradicionais são os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito ou outros recursos e madeireiros (Arruda; Rinaldo, 2001, p.62).

As práticas culturais e econômicas desses grupos os distinguem continuamente das populações não-tradicionais. Essas diferenças de interação com a terra e seus ambientes mostram a diversidade e as adaptações para a continuação de suas existências.

As comunidades tradicionais apresentam características distintivas: interconexão com o ambiente natural e seus ciclos. Existe a existência de uma simbiose comunidades/natureza. Ela é evidenciada pela dependência dos recursos naturais renováveis presente no território. Este, ocupa papel central. É o espaço de reprodução econômica e social presente, através do conhecimento da natureza e transmissão de conhecimento oral. Essas características proporcionam estratégias eficazes de uso e manejo dos recursos disponíveis, que garante um modo de vida mais integrado aos ritmos naturais. Esse vínculo é sustentado por um conhecimento específico da natureza, transmitido oralmente de geração em geração, que proporcionou estratégias eficazes de uso e manejo dos recursos disponíveis (Arruda; Rinaldo, 2001).

Aqui, a acumulação de capital é limitada. A divisão técnica e social do trabalho é mínima. E o caráter artesanal das atividades reforça a importância das unidades familiares e comunais. As relações de parentesco formam os pilares para o funcionamento de todas as atividades locais. Simbologias, tais como: mitos e rituais relacionados à caça, pesca e atividades extrativistas têm papel proeminente. As tecnologias utilizadas são simples e de baixo impacto ambiental. Geralmente são sociedades subordinadas aos centros urbanos e definidas pela auto identificação cultural (Arruda; Rinaldo, 2001).

Segue a síntese de alguns grupos pertencentes às comunidades tradicionais por Arruda e Rinaldo (2001):

Tabela 4- Comunidades Tradicionais do Brasil

(continua)

Comunidade Tradicional	Características
1. Caiçaras	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mistura cultural de indígenas, colonizadores portugueses e africanos</li> <li>- Localização: áreas costeiras do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina</li> <li>- Modo de vida baseado na agricultura itinerante, pesca artesanal, extrativismo e artesanato</li> <li>- Conexão com cidades históricas, como Paraty e Santos: intercâmbio econômico e social, modernização e a expansão urbana</li> <li>- Consequências: ameaças contínuas ao seu modo de vida</li> </ul>
2. Jangadeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pescadores tradicionais do litoral nordestino brasileiro, entre o Ceará e o sul da Bahia</li> <li>- Jangadas adaptadas para a pesca em alto-mar evoluída da "peri-peri" indígena crucial para a pesca local até os anos 50</li> <li>- Navegação e pescaria, desafios devido à competição de pescadores motorizados e à expansão do turismo</li> <li>- Perda de território e ameaças ao seu modo de vida tradicional</li> </ul>

Tabela 4 - Comunidades Tradicionais do Brasil

(continua)

Comunidade Tradicional	Características
3. Caboclos/Ribeirinhos Amazônicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Habitam áreas de várzea, igarapés e lagos na Amazônia</li> <li>- Dependentes da pesca e do extrativismo vegetal</li> <li>- Vida regulada pelos ciclos de cheia dos rios. Influência para a agricultura e a pesca</li> <li>- Utiliza conhecimento dos recursos naturais e manejam o ambiente de forma sustentável</li> <li>- Enfrentam desafios devido à competição com pescadores comerciais</li> <li>- Necessidade de desenvolver sistemas de manejo comunitários para proteger seus territórios e recursos</li> </ul>
4. Sertanejos / Vaqueiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocupam as regiões áridas do agreste e da caatinga, estendendo-se até os cerrados do Brasil Central</li> <li>- Desenvolveram uma economia pastoral ligada à produção açucareira</li> <li>- Grupo moldou seu modo de vida em torno da criação de gado e bodes devido às condições climáticas difíceis</li> <li>- Forte religiosidade, com festas como as vaquejadas</li> <li>- Modo de vida que valoriza a honra pessoal e a fidelidade às lideranças locais.</li> <li>- Práticas de subsistência e cooperação comunitária.</li> </ul>
5. Caipiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunidades rurais que vivem em pequenas propriedades no Sudeste e Centro-Oeste do Brasil</li> <li>- Formam nichos entre as grandes monoculturas.</li> <li>- Atividades agrícolas e de pequena pecuária. Subsistência familiar e o mercado local.</li> <li>- A cultura caipira: tradições de convívio e ajuda mútua; religiosidade centrada em capelas e igrejas locais.</li> </ul>

Tabela 4 - Comunidades Tradicionais do Brasil

(continua)

Comunidade Tradicional	Características
6. Açorianos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descendentes de imigrantes das ilhas dos Açores, Madeira e do continente português.</li> <li>- Ocupam o litoral sul do Brasil, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desde o século XVIII</li> <li>- Agricultores e pescadores. Combinam essas atividades com técnicas indígenas</li> <li>- Legado cultural inclui a pesca da tainha e a captura de baleias</li> <li>- Expansão urbana e o turismo alteraram seu modo de vida</li> </ul>
7. Varjeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Habitam as margens dos rios e várzeas, predominantemente ao longo do rio São Francisco</li> <li>- Vivem da agricultura, pesca e extrativismo</li> <li>- Combinam práticas como o cultivo de arroz e a coleta de recursos florestais</li> <li>- Arte da construção de canoas e barcas. A</li> <li>- Modernização e a construção de hidrelétricas alteraram significativamente seu habitat e modo de vida</li> <li>- Rico conhecimento ambiental</li> </ul>
8. Pantaneiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Habitantes do Pantanal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.</li> <li>- Vivem em fazendas e pequenas propriedades</li> <li>- Atividades agropastoris e pesca.</li> <li>- População resulta da miscigenação entre indígenas, colonizadores e escravos</li> <li>- Atividades são marcadas pelo contraste entre a estiagem e as enchentes.</li> <li>- A pecuária de corte é predominante, com cavalos pantaneiros</li> <li>- Turismo é uma fonte adicional de renda, pantaneiros se tornando guias e prestadores de serviços turísticos.</li> </ul>

Tabela 4 - Comunidades Tradicionais do Brasil

(continua)

Comunidade Tradicional	Características
9. Quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descendentes de escravizados que formaram comunidades em terras muitas vezes herdadas de antigos proprietários.</li> <li>- Após a Constituição de 1988 garantiu seus direitos territoriais</li> <li>- Se dedicam à agricultura, artesanato e pesca, dependendo das regiões em que se situam</li> <li>- Nos quilombos da Amazônia, a subsistência se apoia no extrativismo e na agricultura de pequena escala</li> <li>- A cultura quilombola é rica em influências afro-brasileiras</li> <li>- Identidade distinta e luta pela preservação de seus direitos e tradições</li> </ul>
10. Pastoreio (Campeiro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Habitam os pampas do Rio Grande do Sul em vastas planícies e coxilhas</li> <li>- Cavaleiros e trabalhadores rurais, pecuária extensiva de corte e lã</li> <li>- Vivem em vilarejos ou grandes estâncias onde trabalham</li> <li>- Frutos da miscigenação entre indígenas Guarani e colonizadores europeus</li> <li>- Cultura única, marcada por tradições como o chimarrão, o uso do poncho e habilidades em pastoreio e caça</li> <li>- A sociedade divide-se entre estancieiros e peões</li> <li>- Migrações devido às transformações econômicas e sociais</li> </ul>

Tabela 4 - Comunidades Tradicionais do Brasil

(continua)

Comunidade Tradicional	Características
11. Pescadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- População espalhada ao longo do litoral, rios e lagos</li> <li>- Modo de vida centrado na pesca</li> <li>- Extrativismo e agricultura em menor escala</li> <li>- Vivem em comunidades que variam desde áreas rurais até bairros urbanos</li> <li>- Economia familiar na qual a produção é compartilhada entre consumo e comércio</li> <li>- Solidariedade comunitária e práticas sustentáveis</li> <li>- Competição com técnicas de pesca mais intensivas e a pressão ambiental sobre seus habitats tradicionais</li> </ul>
12. Babaqueiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunidades extrativistas que dependem da coleta do babaçu, prevalentes no Meio-Norte do Brasil, abrangendo Maranhão, Piauí e partes do norte de Goiás.</li> <li>- O babaçu fornece óleo através do coco, materiais de construção e combustível</li> <li>- 300.000 famílias</li> <li>- O extrativismo é combinado com a agricultura de subsistência</li> <li>- Falta de posse da terra e a expansão da grande propriedade nas últimas décadas ameaçam o modo de vida</li> <li>- Migrações</li> </ul>
13. Sítiantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pequenos produtores rurais que vivem em sítios, pequenas propriedades entre grandes fazendas ou em bairros rurais.</li> <li>- Agricultura, pesca, artesanato e trabalho assalariado</li> <li>- Práticas agrícolas voltadas tanto para o consumo familiar quanto para o mercado</li> <li>- Dependem dos recursos naturais locais (fragmentos de mata para mel, ervas medicinais e materiais para artesanato)</li> <li>- Trabalho familiar e cooperação comunitária através de mutirões</li> </ul>

Tabela 4 - Comunidades Tradicionais do Brasil

(conclusão)

Comunidade Tradicional	Características
14. Praieiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Habitam a faixa litorânea amazônica entre o Piauí e o Amapá</li> <li>- Diferenciam-se dos caiçaras e jangadeiros por características socioculturais</li> <li>- Vivem em áreas de mangue, ilhas e praias.</li> <li>- Pesca é a principal atividade</li> <li>- Variedade de embarcações à vela e motorizadas, adaptadas ao litoral recortado e às marés amplas</li> <li>- Praticam agricultura em pequena escala, extrativismo e, recentemente, turismo.</li> <li>- Manguezal, rico em biodiversidade, fornece: pescado, madeira, remédios e tinturas</li> </ul>

Fonte: Síntese formulada a partir de Arruda e Rinaldo (2001).

Com distintas origens e práticas culturais, caiçaras, jangadeiros, caboclos, sertanejos, caipiras, açorianos, varjeiros, pantaneiros, quilombolas, pastores, pescadores, babaçueiros, sitiantes e praieiros, apresentam as seguintes características que os identifica como comunidades tradicionais: forte ligação com o território, conhecimentos específicos e manejo sustentável dos recursos naturais. Ou seja, o relacionamento com a terra forma a base de suas identidades comunitárias. Nos últimos 50 anos, enfrentaram desafios comuns: avanço da modernização, a perda de territórios e ameaças aos seus modos tradicionais de vida. Em resposta, muitas vezes empregam sistemas de manejo comunitário, práticas cooperativas e redes de solidariedade tanto internas quanto externas, buscando preservar sua autonomia e garantir justiça social e reconhecimento de seus direitos. Unificadas pela resistência e pela continuidade de suas práticas culturais, essas comunidades se colocam como importantes guardiões de heranças históricas e também ecológicas (Arruda; Rinaldo, 2001).

### 3.4 Movimentos de reconhecimento e resistência das comunidades tradicionais

*Até hoje, tivemos um processo de colonialismo potente e bem articulado, que usou a política com todas as suas nuances. Agora, entretanto, está acontecendo algo interessante. Os seres estão começando a falar em autogestão. Estamos em um momento muito especial. Falamos de cosmologia em vez de falar de teoria ou ideologia. Falamos de território, em vez de falar de fábrica. Falamos de aldeia, quilombo e terreiro, em vez de espaço de trabalho. O mundo do*

*trabalho não é mais o mundo em debate, não está mais impondo a pauta, está sendo substituído pelo mundo do saber, pelo mundo do viver. (Bispo dos Santos, 2023, p.52)*

As comunidades tradicionais vêm buscando legitimação e reconhecimento formal de seus direitos. Toda essa movimentação política acaba por promover uma reavaliação das políticas públicas e das narrativas históricas que os marginalizam. Em um contexto de globalização e capitalismo, essas comunidades enfrentam desafios contínuos (perda de territórios, marginalização social, ameaças às práticas culturais ancestrais). Movimentos de reconhecimento e resistência das comunidades tradicionais têm ganhado visibilidade e impulso, pois há a urgente necessidade de proteger terras, modos de vida e população contra interesses externos, provenientes do capital. Elas representam uma força social de luta por direitos, identidade e preservação cultural (Cunha, 2009).

Após o último período de regimes ditatoriais e da avalanche neoliberal, talvez um dos fatos culturais mais instigantes da América Latina seja a inesperada emergência de políticas voltadas para comunidade indígenas e afrodescendentes. Trata-se de uma *arqueo-política* emergente, porque se retrai ao passado de povos originários e afrodescendentes e que acontece em âmbitos comunitários, o que implica atualizar uma trajetória histórica que vem dos tempos coloniais (Cunha, 2009, p. 12).

A partir do século XVI, houve a introdução de um modelo sociocultural entre a população rural não indígena no Brasil, que compartilha características comuns influenciadas também pelas tradições indígenas. A rica diversidade biológica e cultural no Brasil (mais de 500 áreas indígenas reconhecidas oficialmente e 200 sociedades indígenas distintas) desenvolveu adaptações aos ecossistemas presentes no território brasileiro. Estas populações expressam um conhecimento único sobre o uso dos recursos naturais.

Diante das atuais influências neoliberais, a revalorização das comunidades originárias e afrodescendentes pode promover um reconhecimento tardio de sua importância social e cultural. A interação histórica, entre indígenas e não indígenas, ainda é um marco social importante nas regiões mais isoladas do país. Isso reflete a efetiva influência das populações indígenas na construção das identidades culturais brasileiras. Existe a necessidade de uma reavaliação das narrativas em integrar essas perspectivas no presente para o fortalecimento das comunidades tradicionais (Cunha, 2009).

Existe uma interação entre territorialização, identidade cultural e socioeconômica. Existe também implicações políticas associadas aos processos de ocupação e uso do território no Brasil, conforme aborda Almeida (2004):

Há, portanto, diferentes processos de territorialização em curso que devem ser objeto de reflexão detida. Babaçuais, castanhais e seringais, sob este prisma, não significam apenas incidência de uma espécie vegetal ou uma “mancha”, como se diz cartograficamente, mas tem uma expressão identitária traduzida por extensões territoriais de pertencimento. Esta expressão foi construída politicamente através das mobilizações por livre acesso aos recursos básicos. Para se ter uma ordem de grandeza destas territorialidades específicas, que não podem ser lidas como “isoladas” ou “incidentais”, pode-se afirmar o seguinte: dos 850 milhões de hectares no Brasil cerca de 1/4 não se coadunam com a categoria: estabelecimento e imóvel rural e assim se distribuem: cerca de 12% da superfície brasileira, ou aproximadamente 110 milhões de hectares, correspondem a cerca de 600 terras indígenas. Estima-se oficialmente que as terras de quilombo correspondam a mais de 30 milhões de hectares. Em contraste, as terras de quilombos tituladas correspondem a cerca de 900 mil hectares. Os babaçuais sobre os quais as quebradeiras começam a estender a Lei do Babaçu Livre correspondem a pouco mais de 18 milhões de hectares, localizados notadamente no Meio-Norte. Em contrapartida as reservas extrativistas de babaçu não ultrapassam 37 mil hectares. Os seringais se distribuem por mais de 10 milhões de hectares e são objeto de diferentes formas de uso. Embora o Polígono dos Castanhais, no Pará, tenha um milhão e duzentos mil hectares, sabe-se que há castanhais em Rondônia, no Amazonas e no Acre numa extensão não inferior a 15 milhões de hectares. Em contrapartida as reservas extrativistas de castanha, de “seringa” e de pesca perfazem menos de 10% do total das áreas com incidência de extrativismos, ou seja, um total de 3.101.591 hectares, com população de 36.850 habitantes.

...

Para bem ilustrar isto recorra-se à leitura dos dados censitários: o Censo Demográfico de 2000 constata que os povos reunidos sob a classificação de indígenas foram os que tiveram a maior taxa de crescimento populacional entre 1991 e 2000. Cresceram a uma taxa anual de 10,8%, duplicando sua participação no total da população brasileira de 0,32% para 0,4%. Sublinhe-se que neste mesmo período a população total do Brasil cresceu a uma taxa de 1,6% ao ano. Os que se autodeclararam pretos aumentaram 4,2%. O crescimento de indígenas e de pretos não se deveu à multiplicação da população de aldeias e comunidades negras, mas a uma mudança na maneira de auto-identificação do recenseado.

...

Assim, juntamente com o processo de territorialização tem-se a construção de uma nova “fisionomia étnica”, através da autodefinição do recenseado, e de um redesenho da sociedade que lhes possam permitir uma compreensão mais precisa das modalidades de uso comum vigentes. Definir oficialmente unidades de conservação apenas pela incidência de espécies e operar com as categorias cadastrais e censitárias convencionais significa incorrer no equívoco de reduzir a questão ambiental a uma ação sem sujeito. Os movimentos sociais apresentam-se como um fator de existência coletiva que contesta esta insistência nos procedimentos operativos de ação sem sujeito. É este prisma que pretendo chamar a atenção para a relevância de se abrir uma discussão ampla sobre as “terras tradicionalmente ocupadas” e sobre os processos de territorialização que lhes são correspondentes no momento atual (Almeida, 2004, p. 28).

Os territórios são moldados por limites naturais, mobilizações sociais e políticas. Buscam garantir o livre acesso aos recursos básicos. Para isso, evidenciam o forte vínculo entre

espaço geográfico e práticas culturais (Almeida, 2004). Portanto, a territorialização (neste contexto dos babaçuais, castanhais e seringais, mas também muitos outros) não se limita a uma questão de geografia física ou de cobertura vegetal. Vemos aqui, um processo de construção de identidades coletivas e de pertencimento territorial.

Os dados mostram que as terras indígenas somam por volta de 110 milhões de hectares. Já as terras quilombolas têm mais de 30 milhões de hectares (embora as áreas oficialmente tituladas sejam bem menores). O Brasil apresenta uma diversidade significativa de usos da terra, que vai além do agronegócio tradicional. Dos 850 milhões de hectares do país, 25% são ocupados por terras que não se encaixam nas categorias de estabelecimentos ou imóveis rurais convencionais. Essas estatísticas destacam a importância de manter essas áreas para a preservação cultura/biodiversidade.

Como visto, o crescimento populacional de indígenas e negros (dados do Censo de 2000 e 2020), reflete um aumento natural, mas também uma mudança nos parâmetros nacionais de autoidentificação. Esse fenômeno pode estar associado a um maior reconhecimento e afirmação dos direitos culturais e territoriais (Almeida, 2004). Isso indica uma crescente consciência e revalorização das raízes tradicionais entre a população que contribui para um redesenho da fisionomia étnica do Brasil.

Os movimentos sociais apresentam-se como atores fundamentais. Hoje atuam como uma efetiva força coletiva que desafia essa visão de que ação ambiental e territorial podem ser consideradas como algo que não é pertinente às sociabilidades humanas.

Ao sairmos do anonimato e nos autodeclararmos comunidade quilombola, passamos a conversar com o governo, o município, o estado. Tivemos que aprender sobre política, direito, medicina e educação, nos distanciando um pouco da nossa identidade. Até então éramos desconhecidos para o Estado: éramos eleitores, cidadãos que pagavam suas contas e contribuíam com seus impostos, mas não tínhamos um direito específico. A partir do momento em que dissemos que além de sermos cidadãos, temos também uma cultura, uma forma própria de viver, passamos a ter conflitos (Kodoiale, 2023, p. 90).

É assim que somos tratados, indígenas e quilombolas: como algo que pode ser removido, exterminado, criminalizado. Essa visão de país foi fundamentada na universidade trazida para o Brasil, uma universidade de pensamento europeu, que segue a lógica do feudalismo, na qual o vassalo é sempre vassalo e o senhor, mesmo falido, é sempre senhor, e vai pisar no vassalo mesmo que o vassalo seja agora muito rico e poderoso (Babau, 2023, p.33)

Quando falo em vingança, as pessoas pensam que eu tenho ódio, mas não é ódio: o que sinto é a necessidade de retomar a terra do nosso povo ancestral. Esse povo sofreu no tronco, teve sua existência roubada pelo latifúndio. Nós carregamos a força, a vontade e a energia ancestral que nos impulsiona a lutar por liberdade (Oliveira 2023, p. 61).

As falas de Babau (2023) e Oliveira (2023) mostra a luta dos povos indígenas e quilombolas no Brasil e revela as camadas de opressão histórica e resistência presentes em suas experiências. O autor destaca como estas comunidades são tratadas de forma desumana. Ele relaciona essa realidade às estruturas de poder do pensamento colonial europeu manifestas em nossa sociedade. A analogia com o sistema feudal sugere a persistência de hierarquias sociais injustas. Estas se mantêm mesmo quando as circunstâncias econômicas e sociais mudam. Assim, perpetua-se um ciclo de opressão que remonta aos primórdios da colonização.

Por sua vez, Oliveira (2023) aborda o conceito de vingança. Este conceito não deve ser interpretado como uma expressão de ódio, e sim como um impulso para a retomada de terras ancestrais. Aqui, nota-se uma conexão direta entre as lutas atuais e seu histórico. Essas lutas anteriormente impostas pelo sistema latifundiário, enfatiza a continuidade espiritual e cultural que vem transcendendo gerações. Após períodos de regimes ditatoriais e influências neoliberais, houve a emergência de políticas voltadas para comunidades indígenas e afrodescendentes na América Latina. Todo esse movimento marca um momento de reavaliação das narrativas históricas e fortalecimento dessas identidades. Essas identidades têm ganhado visibilidade e impulso na busca por proteção às suas terras e modos de vida. Isso se dá através da importante legitimação e reconhecimento formal dos seus diversos direitos.

## **4 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL: UM PANORAMA DOS ESTUDOS SOCIAIS EM RELAÇÃO AOS QUILOMBOS E SUAS TERRITORIALIDADES**

Os estudos sobre comunidades quilombolas abordam a complexidade histórica e atuais de tais experiências. Aqui, há o entrelaçamento de aspectos políticos, religiosos, filosóficos e sociais. As lutas por direitos territoriais e o exercício da memória e construção de identidade, permeiam toda essa construção.

### **4.1 Os quilombos: pensamentos e entrelaçamentos conceituais**

Essas comunidades, pelo grau de enfrentamento que ofereceram aos colonizadores, ganharam repercussão histórica até os dias atuais. Vale ressaltar que os Quilombos permaneceram como organizações criminosas desde o início da colonização do Brasil até a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil. Após esse período, o termo Quilombo caiu em desuso, juntamente com a legislação que os criminalizava. Porém a criminalização e a violência contra essas comunidades permaneceram, tendo como alvo seus modos de vida, suas expressões culturais e seus territórios, isto é, as suas formas de resistência e de auto-organização comunitária contra colonial (Santos, 2015, p. 49).

Quilombos, mocambos e retiros, refúgios físicos e modos de vida comunitários baseados no compartilhamento, no uso comum da terra. Comunidades estabelecidas em formatos nômades e sedentários, surgem como uma resposta direta à brutalidade e à opressão. Recriam, em terras brasileiras, aspectos de suas culturas e organizações sociais africanas (Santos, 2015). A colaboração com povos nativos fortalece, já que ambas sociedades se pautavam pela solidariedade e apoio mútuo. Desse modo, desafiam as lógicas de propriedade privada e acumulação de riquezas com sua visão de mundo e prática social. Pela visão dos colonizadores vem sendo historicamente categorizadas como criminosas, em contínuas legislações. Há instalado no Brasil, desde os tempos coloniais, um conflito entre modelos de sociedade em disputa (Santos, 2015).

A Lei de Terras de 1850 é um marco na história agrária do Brasil, cujas implicações reverberam até os dias atuais, moldando profundamente o cenário socioeconômico do país:

A primeira Lei de Terras de 1850, redigida no evidente contexto de esgarçamento e saturação do sistema escravista, contribuiu substancialmente para tornar invisíveis os africanos e seus descendentes no novo processo de ordenamento jurídico-territorial do país. Ao negar-lhes a condição de brasileiros, segregando-os através da categoria “libertos” esta

lei inaugura um dos mais hábeis e sutis mecanismos de expropriação territorial (Leite, 2010, p. 19).

O sistema de exclusão da população livre e escravizada do acesso à terra foi efetivado na história do Brasil continuamente. Estes feitos contribuíram demasiado para o desenvolvimento rural baseado na grande propriedade. Com essas bases houve a estruturação da produção para exportação, a distribuição de renda e a estrutura social do país. O ato da Lei de Terras foi promulgado em um período de grandes transformações sociais e econômicas no país. Visou regulamentar a posse de terras no Brasil: a compra deve ser o único meio legal de adquirir terras devolutas. Para a população escravizada e os libertos após a Lei Áurea de 1888, os efeitos foram devastadores. A possibilidade de uma reforma agrária, completamente anulada. A concentração fundiária criou ciclos de pobreza e desigualdade. Tudo isso cria dificuldades para a formação de uma classe média rural e limita as oportunidades de um desenvolvimento econômico mais equitativo (Graça Filho, 2002).

Estados-nação modernos surgiram implementando uma forma de organização social e política baseada em um individualismo universalista: a criação do indivíduo-cidadão. Esta criação foi fundamentada em um pacto que não foi inclusivo. A situação dos grupos rurais negros no Brasil, por exemplo, mostra a exclusão sistemática perpetrada pela ordem jurídica dominante. Portanto, essa estrutura foi construída excluindo grupos de serem reconhecidos como humanidade. A adesão ao ordenamento jurídico no Brasil foi condicionada à entrada no mundo letrado. Essa realidade excluiu a vasta população de africanos e seus descendentes nos processos políticos e jurídicos no país (Leite, 2010). Uma violência física e simbólica marcada pela criminalização da luta desses grupos para permanecerem em suas terras.

Os quilombos no Brasil possuem múltiplas origens. Cada território possui uma história, junto à construção de um cotidiano presente. A inclusão das comunidades quilombolas como grupos étnicos distintos na Constituição de 1988 representou um momento expressivo. No entanto, interpretar os direitos abertos mostra-se um desafio interpretativo devido a sua larga indefinição de intenções:

O texto do artigo seria submetido a questionamentos, porém, com relação a dois pontos importantes: em torno do direito que seria reconhecido e em torno da historicidade do sujeito deste direito. Com relação ao primeiro ponto, o debate oscilou em aproximar as terras dos remanescentes de quilombos ora das *terras indígenas* (reconhecimento apenas da posse), ora de uma espécie de *usucapião especial* (necessidade de um tempo mínimo de ocupação), ora, finalmente, do *modelo de patrimônio* (quando se propunha apenas o *tombamento* das terras). Com relação ao segundo ponto, o debate tinha em vista a tentativa de circunscrever o sujeito deste direito à estrita e explícita historicidade do termo quilombo, ao se falar das “terras das comunidades negras remanescentes dos antigos quilombos” (Arruti, 2008, p. 107).

O debate se concentrou em como se daria o direito à terra para as comunidades quilombolas e as opiniões divergiam. Podia-se comparar as terras quilombolas com terras indígenas, onde se estabeleceria apenas o direito de posse; ou tratar as terras quilombolas sob uma espécie de usucapião especial. Desse modo, exigiria um tempo mínimo de ocupação para que o direito à propriedade fosse reconhecido. Poder-se-ia também adotar o modelo de patrimônio, assim as terras seriam tombadas e preservadas como parte do patrimônio cultural, sem conceder a propriedade plena às comunidades (Arruti, 2008).

Outro debate suscitado levou a uma indefinição de quem seria o sujeito de direito sobre essas terras. Quem seriam os remanescentes das comunidades dos quilombos? Como interpretar a historicidade do termo quilombo? Ou melhor, como identificar as comunidades que são verdadeiramente descendentes dos quilombos históricos?

A expressão "terras das comunidades negras remanescentes dos antigos quilombos" parece trazer a necessidade de comprovação de uma linhagem direta, ininterrupta dos quilombos "originais". Questões sobre identidade, ancestralidade e direitos territoriais são levantadas. É importante proteger e reconhecer os direitos das comunidades com conexão histórica-cultural com os quilombos. No entanto, essa interpretação restritiva pode levar à exclusão das comunidades que compartilham apenas uma herança cultural e de práticas sociais semelhantes. As interpretações suscitam uma tensão permanente. Existe, portanto, a necessidade de estabelecer critérios claros e justos e a complexidade de definir e validar a identidade histórica e cultural das comunidades quilombolas (Arruti, 2008).

O jogo entre campo e cidade parece constitutivo do modo pelo qual o tema dos quilombos emergiu na pauta pública brasileira ao longo do século XX e, em especial, a partir da Constituição de 1988. Basta lembrar que a ressemantização constitucional do conceito só foi possível por meio da mediação entre dois movimentos sociais bastante distintos em suas pautas, ideologias, vocabulários e objetivos, um tipicamente urbano e o outro, tipicamente rural: de um lado, o agenciamento da categoria como símbolo ou metáfora da "resistência negra" à uma sociedade racista, por parte do movimento negro intelectualizado das grandes cidades; de outro, a sua recaptura por uma parcela do movimento camponês que, em sua militância pela regularização de territórios de uso comum, percebe que sua ancestralidade escrava pode deixar de ser vista como estigma para ser fonte de direitos. (Arruti, 2016, p. 241).

Nascimento (1980) afirma que quilombo não se refere apenas a escravizados fugitivos. Ele amplia seu significado e abrange qualquer movimento social que promova a resistência e a fraternidade entre a população negra. Seu pensamento, inspirado pela história do quilombo de Palmares e seu líder Zumbi, o quilombismo, é então reinterpretado como um símbolo de

resistência, expressão de solidariedade, convivência e comunhão. O conceito de "quilombismo", conforme desenvolvido por Abdias do Nascimento (1980), portanto, emerge como um termo-chave dentro do ativismo negro intelectualizado. Se mostra presente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, iniciado na década de 1940, ganhando força nos anos 70.

O termo também ganha uma nova dimensão pela articulação dos movimentos camponeses nos estados do Maranhão e do Pará. Esses movimentos são influenciados pela militância católica, especialmente a Pastoral Negra. Impulsionados pelos encontros de consciência negra, jovens migrantes das áreas rurais começam a questionar o conceito de quilombo como apenas uma metáfora. Essa reavaliação leva ao retorno de muitos às suas comunidades de origem que resulta em uma visão camponesa do quilombo, com lutas vivas e específicas de cada comunidade. O termo quilombo é então transformado em um poderoso símbolo cultural e político. Transcende seu significado original e serve como uma base para a luta e a identidade negra em diversas regiões e contextos sociais e históricos no Brasil (Arruti, 2016).

Para além da perspectiva histórica e jurídica, entre o urbano e o rural, na definição de quilombo, há também uma dimensão teórica e metodológica. As comunidades quilombolas devem ser entendidas a partir de suas dimensões culturais e fundiárias. Há a experiência territorial histórica e coletiva e o processo de metaforização dessa experiência, tudo isso deve ser entendido como quilombismo e estabelecer o reconhecimento de um coletivo comunitário (Arruti, 2016). A análise dos diferentes contextos e usos sociais do termo deve ser integrada. Portanto, o estudo das comunidades atualmente designadas por quilombos deve buscar a compreensão das situações concretas que se apresentam.

Não é possível falar deles sem adjetivá-los. Seja por meio da fórmula legal que lança mão de "remanescentes", ou das tentativas de ajuste desta, por meio de "contemporâneos". Seja ainda porque são necessárias distinções entre estes, quando se usa "urbanos" ou "rurais". Ou, quando se quer tipificá-los, por meio de "agrícola", "extrativista", "nômade" etc. Ou, finalmente, quando se fala em "históricos", de forma complementar ou concorrente àquelas formas anteriores, já que falar em "quilombos históricos" tem servido tanto para especificar quanto para deslegitimar os "quilombos contemporâneos". Depois de adjetivá-lo, porém, é ainda necessário definir qual o conteúdo que cabe a cada adjetivo, já que se trata de uma categoria em disputa. Não apenas em função de seu caráter polissêmico, aberto, com grandes variações empíricas de ocorrência no tempo e no espaço. Mas uma disputa em torno de como o plano analítico se conecta com os planos político e normativo. Uma disputa travada entre antropólogos e historiadores, mas também entre estes; travada na imprensa, no parlamento e nas decisões judiciais (Arruti, 2008, p.101).

Definir e caracterizar os quilombos no Brasil se apresenta como algo um tanto desafiador. Isso porque o uso do termo "históricos" ao mesmo tempo que especifica pode também deslegitimar muitas comunidades quilombolas contemporâneas. Adjetivar as comunidades quilombolas (fórmulas legais ou ajuste terminológico) refletem a diversidade e a disputa em torno do conceito. As distinções que se apresentam se baseiam em critérios diversos (localização, modo de vida e temporalidade) e são utilizadas para tipificar essas comunidades (Arruti, 2008).

Diante deste quadro, torna-se importante considerar o caráter polissêmico e a diversidade empírica dos quilombos. A multiplicidade de significados e a variedade de realidades encontradas nessas comunidades é uma das características predominantes deste contexto social nos dias de hoje. No âmbito dos direitos dessa população, o plano analítico e os planos político e normativo precisam encontrar uma resposta sobre como lidar com essa diversidade presente na realidade social presente. A forma como os quilombos são estudados e definidos possui implicações diretas nas políticas públicas implementadas (Arruti, 2008).

Figura 4 - Panorama das pessoas quilombolas no Brasil

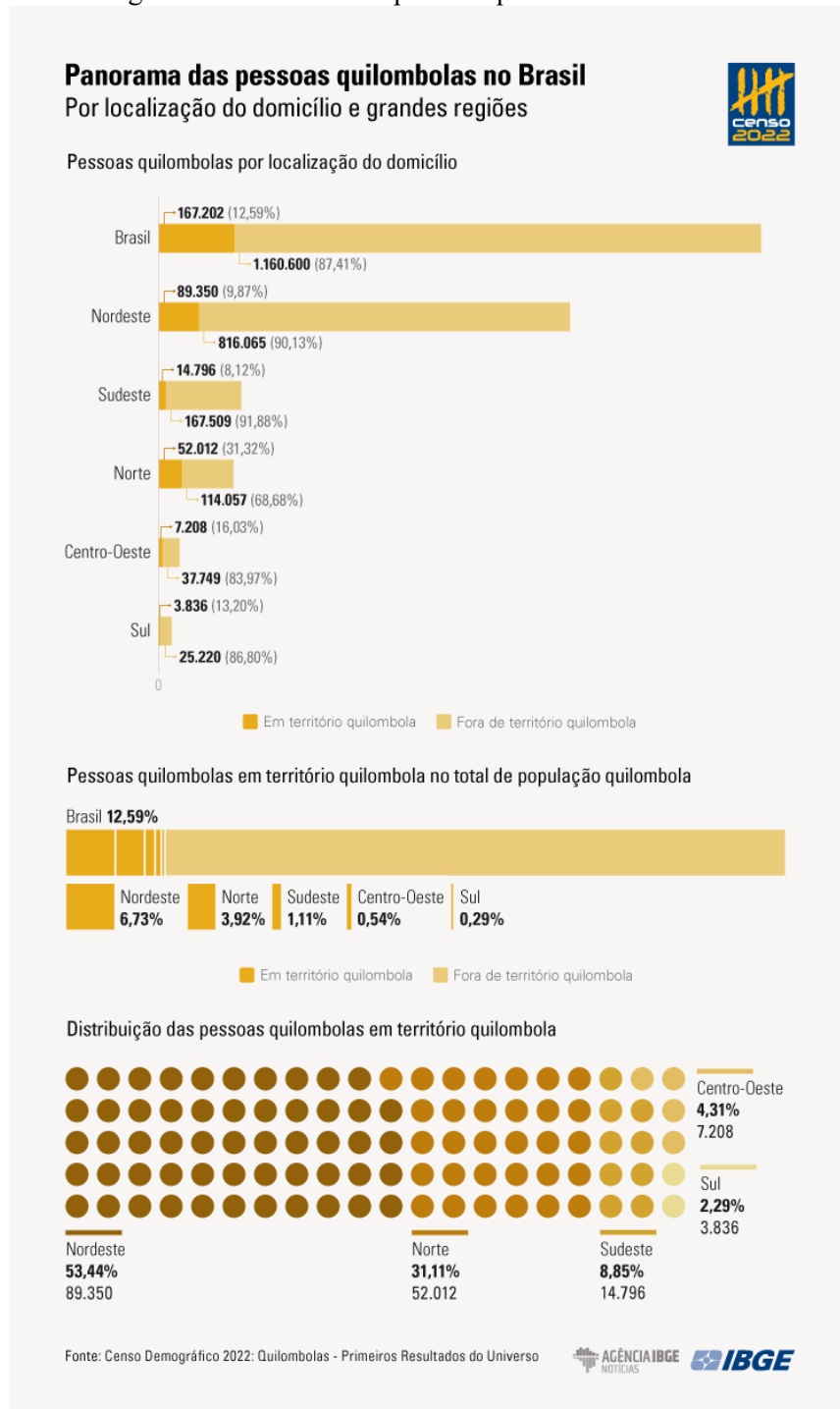


Figura 5- População quilombola no Brasil

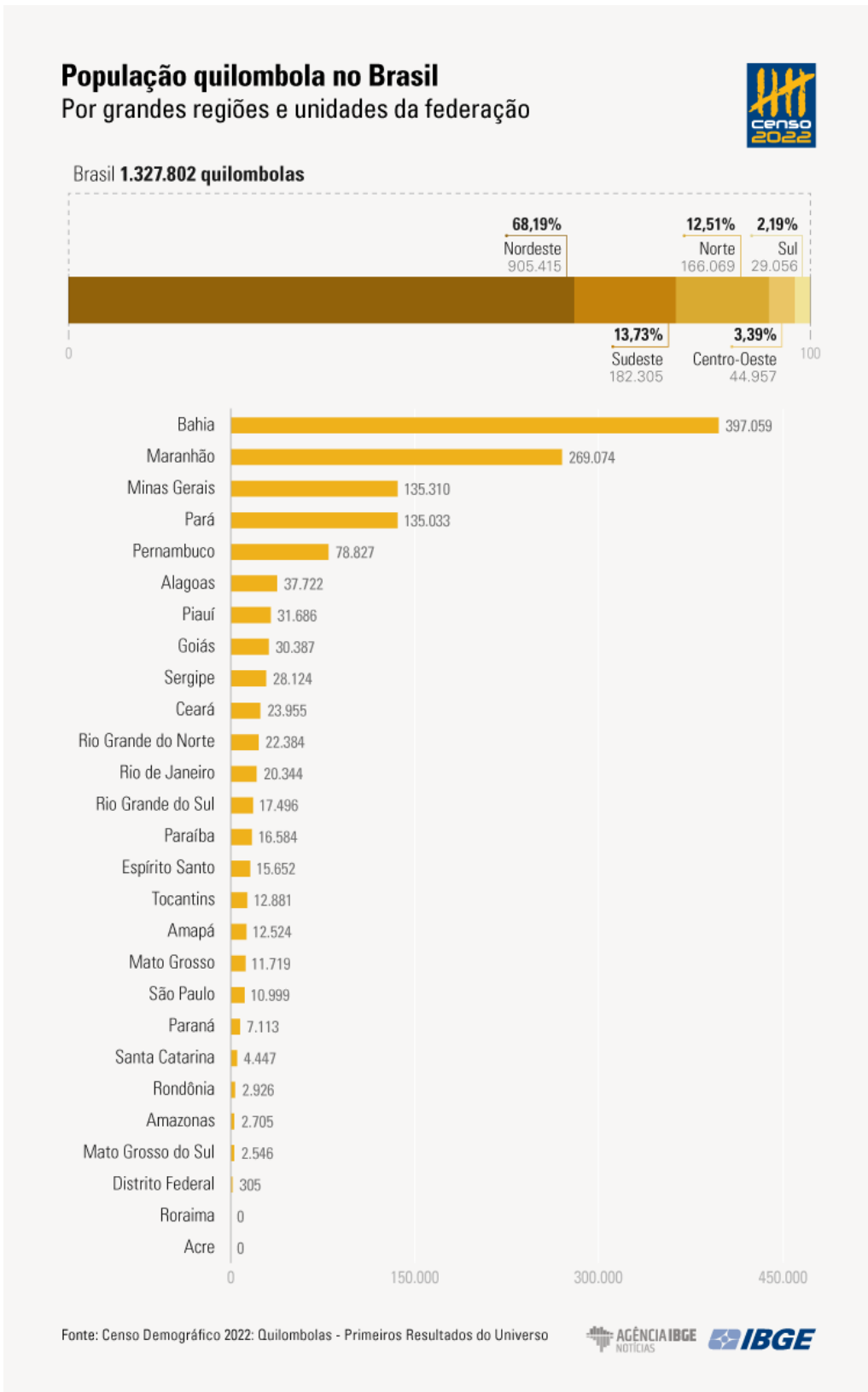
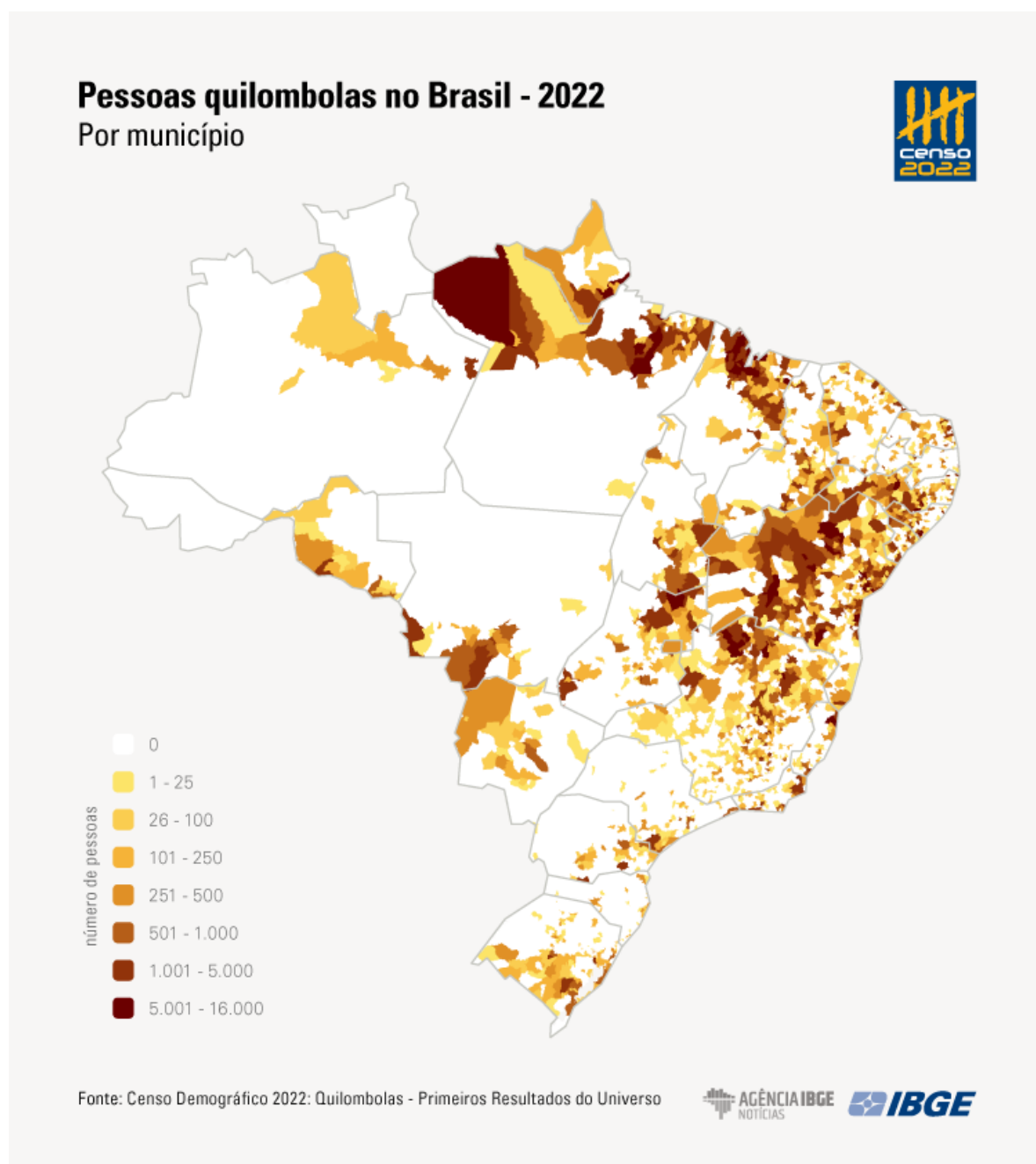


Figura 6 -Pessoas quilombolas no Brasil - 2022



A realização do Censo Demográfico 2022: Quilombolas - Primeiros Resultados do Universo foi um passo importante para o conhecimento da realidade dessa população no Brasil contemporâneo. Segundo o estudo, o Brasil possui uma população significativa de pessoas quilombolas. São 1.327.802 indivíduos. Desse total, 167.202 quilombolas residem em territórios oficialmente reconhecidos e titulados. No entanto, a maioria delas, 1.160.600 pessoas, vivem fora desses territórios. Apenas 4,3% da população quilombola reside em territórios já titulados, com regularização fundiária. Esses dados indicam que para garantir os

direitos e a qualidade de vida dessa parcela da população existe a necessidade de políticas públicas abrangentes e efetivas.

Este estudo também indica a existência de 5.972 localidades<sup>22</sup> quilombolas no território do país. Apenas 404 desses territórios são oficialmente reconhecidos pelo instituto. Desde 2004, a Fundação Cultural Palmares concedeu certificações a 2.803 territórios quilombolas e ao longo desse tempo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) iniciou 295 processos de titulação referentes a esses territórios. Somente 41 processos foram finalizados, o que corresponde a apenas 13,9% do total de requisições feitas (Achados e Perdidos, 2021)

Há uma urgência para resolver esta disparidade que é uma realidade neste país. É preciso aperfeiçoar e acelerar os trâmites de reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas para assegurar os direitos das comunidades quilombolas, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Existe uma diferença muito acentuada entre a quantidade de localidades quilombolas reconhecidas que recebem a certificação da Fundação Cultural Palmares e aqueles territórios que efetivamente conseguiram a titulação por intermédio do Incra (Achados e Perdidos, 2021<sup>23</sup>).

Nas ciências sociais, os estudos das comunidades quilombolas e as modalidades de utilização desta territorialidade revelam as tradições e práticas desses locais, junto aos desafios enfrentados (Almeida, 2010). Esses grupos podem ser entendidos como atores sociais ativos na luta política. Suas práticas e saberes são importantes para a sustentabilidade ambiental, a diversidade cultural e a justiça social no Brasil (Santos, 2015). A noção de quilombo, portanto, transcende a ideia de refúgio e resistência, incorporando questões de identidade, pertencimento e luta por direitos em contextos históricos e atuais:

Do que todas essas comunidades são acusadas? De serem povos atrasados, improdutivos e sem cultura, portanto, um empecilho ao avanço e ao desenvolvimento da integridade moral, social e econômica e cultural dos colonizadores. O que podemos perceber é que essas comunidades continuam sendo atacadas pelos colonizadores que se utilizam de armas com poder de destruição ainda mais sofisticado, numa correlação de forças perversamente desigual. Só que hoje, os colonizadores, ao invés de se denominarem Império Ultramarino, denominam a sua organização de Estado Democrático de Direito e não apenas queimam, mas também inundam, implodem, trituram, soterram, reviram com suas máquinas de terraplanagem tudo aquilo que é fundamental para a existência das nossas comunidades, ou seja, os nossos territórios e todos os símbolos e significações dos nossos modos de vida (Santos, 2015, p. 76).

---

<sup>22</sup> Para o IBGE, uma localidade é definida como qualquer área do país onde existe uma concentração permanente de moradores.

<sup>23</sup> [https://www.achadoseperidos.org.br/uploads/publicacoes/Terra\\_Quilombola.pdf](https://www.achadoseperidos.org.br/uploads/publicacoes/Terra_Quilombola.pdf) acesso em 20 de abril de 2025.

Desafios como a titulação de terras e a asseguaração de direitos persistem. Segundo Santos (2015) existe uma perpetuação da violência por meio do Estado Democrático de Direito. A relação entre as comunidades quilombolas e o território que ocupam revelam tanto uma compreensão das dinâmicas de uso da terra, como também práticas de manejo ambiental. A ocupação territorial dessas comunidades não se restringe a uma mera função residencial; ela incorpora práticas culturais, econômicas e sociais intrínsecas à identidade e à vivência do grupo. A terra, portanto, transcende sua materialidade, assumindo um papel simbólico e funcional que sustenta a continuidade histórica e cultural (Santos, 2015).

É bom lembrar que no final da Segunda Guerra Mundial a maior parte da população brasileira ocupava os seus territórios tradicionais e era, por isso, chamada de população rural. Nesses territórios, reproduziam os seus saberes tradicionais através das mais diversas oficinas, sempre coordenadas por mestras e mestres de ofício. Por conta disso, quase tudo que se precisava para bem viver era feito e refeito no próprio território (Santos, 2015, p. 52).

Através de oficinas coordenadas por mestras e mestres de ofício, os saberes tradicionais se perpetuam. Diversos aspectos da vida comunitária quilombola produzem certa autonomia e autossuficiência na produção do que era necessário para o bem viver. Essa característica ressalta a importância dos conhecimentos e práticas tradicionais na organização da vida comunitária e sua relação com o território (Santos, 2015). O contraste entre a lógica colonial (dominação e expropriação) e a lógica dos territórios tradicionais (fundada na reprodução dos saberes e na autonomia comunitária) são evidenciados.

Enquanto a estrutura colonial se impõe através da violência e subjugação, os territórios tradicionais se organizam a partir dos conhecimentos e práticas locais, através da oralidade e ancestralidade. Esse paralelo apoia a compreensão dos conflitos e resistências presentes na história dos povos tradicionais no Brasil. A colonização domina, explora e apaga as identidades e modos de vida locais. Por outro lado, as comunidades lutam, seja para manter seus territórios, seus saberes e suas formas de organização social.

#### **4.2 O Planejamento Urbano e os quilombos: abordagens e tensões**

O planejamento urbano no Brasil tem uma relação difícil com os territórios tradicionais, visto que pode ser entendido como um campo do domínio colonial que serve aos interesses da sociedade capitalista (Krenak, 2022; Santos, 2023). Mesmo o planejamento tendo como base

uma forte regulação feita pelo estado para o desenvolvimento do bem estar social, este vem sendo substituído potencialmente pelo avanço do ideário neoliberal (Souza, 2004), embora ambos sejam considerados faces da mesma moeda colonial por Santos (2015).

Conduzido principalmente pelos governos municipais, estaduais e federal, através de instrumentos como planos diretores, leis de zoneamento, políticas habitacionais, entre outros, historicamente esse planejamento nem sempre levou em consideração as especificidades e necessidades das comunidades tradicionais. A morosidade na regularização fundiária dos quilombos pode ter relação direta com a institucionalidade do planejamento urbano. Muitas vezes, as áreas ocupadas por quilombos são consideradas pelos governos como áreas de expansão urbana, de interesse para projetos imobiliários, turísticos ou de infraestrutura. Com isso, há pressão para a remoção dessas comunidades ou para a não titulação de seus territórios (Achados e Perdidos, 2021).

Mesmo quando há o reconhecimento oficial dos territórios quilombolas, o planejamento urbano muitas vezes não é adaptado às suas características. Planos diretores e leis de uso do solo geralmente têm parâmetros urbanísticos pensados para áreas urbanas convencionais, que não necessariamente se aplicam aos modos de vida e organização espacial dos quilombos. Estes envolvem atividades rurais, extrativismo, entre outros usos que evidenciam a necessidade de uma abordagem territorial do desenvolvimento rural (Favaretto; Deponti; Freitas, 2021), mas em termos próprios por se tratar de territórios com perspectivas de desenvolvimento em terras coletivas.

Sobre questões pertinentes ao atual debate do plano diretor do município de Ubatuba, o Ministério Público Federal (MPF) teceu a seguinte recomendação:

A RECOMENDAÇÃO nº 3/2022, de 11 de maio de 2022 feita pelo Ministério Público Federal a prefeitura de Ubatuba/SP, CONSIDERANDO que tramita o Inquérito Civil nº 1.34.033.000223.2021-99, instaurado por representação do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba<sup>24</sup>, apurar o efetivo respeito ao direito de participação nos moldes da consulta prévia, livre e informada da Convenção 169 da OIT das comunidades tradicionais de Ubatuba, em virtude de impactos decorrentes da revisão da Lei Municipal n. 2892/2006 (Lei do Plano Diretor);(...) dispõe que a composição do Conselho da Cidade, necessita, entre uma série de representantes de instituições locais (como comerciantes, sindicatos e entidades ambientais), 03 (três) representantes da

---

<sup>24</sup> O Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba, formado em 2007 pela união de lideranças indígenas, quilombolas e caiçaras de diferentes comunidades da região enfatiza a existência de um *território-rede*, em que as comunidades tradicionais se reúnem e se fortaleçam com causas conjuntas já que vivem processos históricos e políticos semelhantes, principalmente conflitos territoriais socioambientais resultantes da ocupação e uso de territórios tradicionais em situação de sobreposição com Unidades de Conservação da Natureza por comunidades tradicionais. Territórios, redes e territórios-rede em “O mito da desterritorialização” Haesbaert, 2004, pp. 279-311.

população tradicional, sendo 01 indígena, 01 quilombola e 01 caiçara. Pois é: “direito dos Povos Tradicionais de serem consultados e participarem das decisões administrativas ou legislativas que interfira de algum modo na dinâmica de suas comunidades, devendo ser implementada através de um processo dialógico intercultural, utilizando instrumentos adequados para garantia do correto entendimento sobre o que se propõe, considerando as contribuições das comunidades interessadas e exercitando a mediação para que se chegue a um consenso. Para tanto, esse diálogo deve ser amplamente participativo, ter transparência, ser livre de pressões, flexível para atender a diversidade e necessidade dos povos e comunidades tradicionais, e não se confundindo com as audiências públicas em geral dada a consideração das especificidades desses grupos; (...) que seja OBSERVADO durante todo o processo de revisão do Plano Diretor de Ubatuba, A CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais interessadas, nos termos do art. 6º da Convenção n. 169 da OIT.

O documento apresentado requer a participação efetiva desses grupos nos processos decisórios, já que estes podem afetar suas vidas e territórios, tais como a revisão do Plano Diretor municipal. A Recomendação nº 3/2022 do Ministério Público Federal à Prefeitura de Ubatuba/SP requer a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. É necessário a implementação sistemática da consulta prévia, livre e informada, conforme está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>25</sup>.

A sub-representação desses segmentos em um espaço de deliberação importante para o planejamento urbano é evidenciada pela composição do Conselho da Cidade, que conta com apenas três representantes das populações tradicionais (indígena, quilombola e caiçara). A recomendação enfatiza a necessidade da consulta prévia, livre e informada. Esta não se resume a meras audiências públicas genéricas. Mas sim deve se apresentar como um processo dialógico e intercultural. Para isso existem os instrumentos adequados que garantem o entendimento correto das propostas e a consideração das contribuições das comunidades, tais como: diálogo amplamente participativo, transparente, livre de pressões e flexível visando atender às especificidades de cada grupo.

Henri Acselrad (2013) defende que 1) as lutas sociais são lutas territoriais; e 2) o território é o elemento condensador de direitos. A visão tecnocrática e homogeneizante dos planos diretores, desconsideram as territorialidades específicas dos povos tradicionais. Isto impõe sobre eles uma lógica de desenvolvimento urbano que muitas vezes não corresponde aos seus modos de vida e aspirações. A recomendação do MPF é um instrumento que visa

---

<sup>25</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_236247/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm) em 16 de janeiro de 2025.

pressionar o poder público local a adotar uma postura mais inclusiva e respeitosa. É preciso que os governos municipal e estadual se informem e respeitem os direitos territoriais e à autonomia dos povos indígenas, quilombolas e caiçaras, que possuem presença importante na RMVALE-LN.

Esta recomendação do Ministério Público Federal é um exemplo de como as comunidades tradicionais não estão envolvidas nos processos de planejamento urbano municipal. Sendo que as resoluções podem afetar diretamente seus territórios tradicionais que necessitam de considerações específicas segundo direitos já conquistados, como educação e saúde diferenciadas.

É necessário que a institucionalidade do planejamento urbano comece a efetivamente reconhecer e incorporar em suas práticas a existência e importância dos territórios tradicionais. É preciso superar este sério histórico de invisibilização, pressão e exclusão, em respeito ao 169 da OIT. Desenvolver políticas sociais (habitacionais, de saneamento, mobilidade, entre outras), que atendam às demandas locais precisam do respeito às tradições locais.

Santos (2023) traz exemplos de como a colonialidade chega à outros territórios impondo também seus critérios de desenvolvimento e bem estar social:

Quando o governo federal chegou a Guaribas, poderiam ter perguntado ao povo o que o povo queria - se é que o povo queria algo. Por que não perguntaram? (...) Passaram-se vários governos até que Guaribas tivesse uma estrada asfaltada. Era o que o povo mais queria, mas demoraram para fazer. Antes, fizeram quadra de voleibol e de basquetebol. Fizeram um hotel. O hotel e as quadras estão abandonados, tudo foi rejeitado. Quem normalmente compõem os ministérios do Desenvolvimento Agrário? Prioritariamente o povo do Sul. Não há povos da Caatinga numa proporção respeitosa. O que vale para eles sobre assessoria técnica não é o que vale para nós (Santos, 2023, p. 73).

O Minha Casa, Minha Vida é o programa mais colonialista nas políticas de habitação. Foi um ataque brutal, violento, perverso, racista, institucionalmente colonialista. É melhor falar colonialismo do que racismo, porque alterar a arquitetura, subjugar ou proibir a arquitetura existente é mais do que racismo. Porque não levaram em consideração a arquitetura do povo da favela? Cada moradia deveria ser arquitetada com material local, essa é uma primeira grande questão. Todo bioma, todo ambiente, todo lugar nos oferta as condições para viver ali. Se estou nos cocais, posso usar palha das palmeiras para fazer o teto das casas e para forrar as paredes. Se não quiser usar as palhas, posso usar as varas, para forrar o interior com esteiras, posso também fazer paredes de taipa. Posso fazer minha casa na Caatinga usando apenas o material da Caatinga; posso fazer minha casa no Cerrado usando o material de Cerrado (Santos, 2023, p. 60).

Nas cidades, como os terrenos são pequenos, estreitos e compridos, as casas também são feitas de forma longitudinal. São feitas com a cumeeira, a parte mais alta, na direção da rua e as partes mais baixas, na direção dos terrenos

vizinhos. As portas são feitas nos lados da cumeeira e as janelas são feitas nos lados mais baixos. Assim quando chove, as águas caem de um lado e de outro da janela. Já na maioria das casas do quilombo, a queda d'água é na direção da porta. O Minha Casa, Minha Vida, no entanto, faz a queda na direção da janela. São casas que não tem espaço, nem territorialidade. São casas compridas. Quanto mais casas você faz, menos espaço você tem. É diferente da casa pensada na transversal, na qual a água cai por cima da porta, me deixando aumentar a casa para a esquerda e para a direita, para frente e para trás, sem precisar de um corredor (Santos, 2023, p. 62).

Priorizar obras que não atendem às necessidades mais prementes da população, a exemplo da pavimentação da estrada, citada por Santos (2023), é um exemplo de como a implementação de políticas públicas costumam ser executadas de maneira desarticulada das realidades. Não há processos de escuta das reais demandas das comunidades locais, especialmente às populações tradicionais. É uma grave constatação esta, de que na realidade brasileira é frequente a ausência de diálogo e participação das comunidades nas decisões sobre as intervenções realizadas nos territórios.

A crítica ao programa Minha Casa, Minha Vida é contundente, e o autor o considera colonialista, racista e violento. A subjugação cultural faz a imposição de um modelo habitacional que padroniza e desconsidera a arquitetura tradicional e os materiais locais. Santos (2023) preconiza que cada bioma possui recursos específicos. As moradias deveriam ser edificadas a partir destes recursos disponíveis, respeitando também os saberes e técnicas construtivas dos povos tradicionais.

Há, portanto, inadequações prementes quanto ao formato da implementação das habitações. A disposição das casas nos lotes, a orientação da cumeeira e a localização de portas e janelas são elementos que refletem modos de vida daquela população e devem ser considerados pois influenciam a funcionalidade e o conforto das habitações. A padronização imposta pelo programa desconsidera não só esses aspectos, como também limita as possibilidades de expansão e adaptação das moradias pelas famílias.

É preciso repensar as políticas habitacionais e de desenvolvimento territorial no Brasil. O protagonismo deve ser das comunidades locais, sejam urbanas ou rurais, tradicionais ou não, em todas as etapas do processo. Somente desse modo será possível superar o caráter colonialista e impositivo que marca muitas das intervenções estatais.

Os planos diretores são o principal instrumento de planejamento urbano no nível municipal. A relação desses planos com os territórios quilombolas costuma ser marcada por conflitos e inadequações. Suas áreas costumam ser classificadas como: rurais, de expansão

urbana ou de preservação ambiental. Isso desconsidera seu uso efetivo e sua importância cultural.

Os territórios quilombolas costumam se caracterizar pelos usos coletivos da terra, atividades agrícolas e extrativistas específicas, entre outras (Ribeiro, 2017). No entanto, quando os territórios são identificados, os parâmetros de uso e ocupação do solo costumam não serem adequados à realidade das comunidades, tais como: estabelecimento de lotes mínimos, taxas de ocupação, coeficientes de aproveitamento. Essas e outras regras não fazem sentido aos modos de vida quilombola.

A participação efetiva dos moradores em todas as etapas de elaboração do plano diretor (diagnóstico até a aprovação final) deveria articular o plano diretor com outras políticas setoriais, tais como regularização fundiária, assistência técnica rural, entre outras. É preciso realizar mapeamento e caracterização dos modos de vida das comunidades. Isso evidencia também a possível existência de usos conflitantes com a preservação dos territórios quilombolas com áreas industriais, de mineração, de expansão urbana ou mesmo de preservação ambiental restritiva (Ribeiro, 2017). Somente assim os planos diretores cumprirão seu papel: o de promover um ordenamento territorial democrático e inclusivo (Ribeiro, 2017).

Queremos garantir a proteção dos territórios porque é deles que sabemos tirar o nosso sustento, e não da carteira assinada. Mas o poder público quer pensar por nós e nos trazer tudo pronto. (...) Nosso desenvolvimento deve ser organizado por nós, e para isso precisamos ter autonomia. O Estado não pode pensar por nós. Não é aceitável que continuemos produzindo riqueza sem que o lucro seja nosso. Tampouco estamos interessados em lucro, e isso talvez facilite as coisas para eles (...) Queremos o necessário, e o território nos garante isso. Nos nossos territórios, plantamos saúde pública, plantamos educação e socialização (Makota Kidoiale<sup>26</sup>, 2023, p. 99).

O planejamento urbano no Brasil, pautado por uma lógica colonial e capitalista, desconsidera as especificidades e demandas das comunidades tradicionais (Santos, 2015; 2023). Para superar essa realidade, o planejamento urbano precisa incorporar a participação das comunidades tradicionais: reconhecer seus saberes, práticas e aspirações. Isso pode garantir autonomia nas decisões que afetam seus territórios. O Estado não pode impor soluções prontas. Precisa haver condições para que essas comunidades possam gerir seus territórios de acordo com suas tradições e aspirações (Santos, 2015). Em diversos cenários, são dos próprios territórios que os quilombolas tiram seu sustento, produzem saúde, educação e socialização. Proteger e valorizar esses territórios é efetivar os direitos e cidadania dessas populações.

---

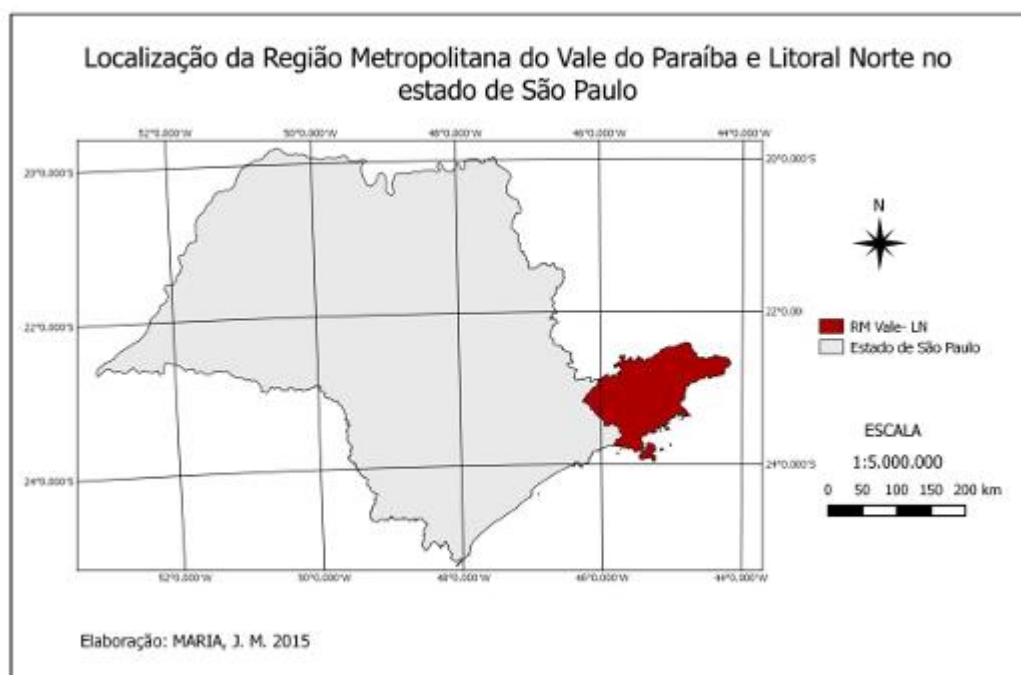
<sup>26</sup> “Filha carnal de Mãe Efigênia (Mametu Muiandê) e liderança do Kilombo Urbano e Candomblé Manzo Ngunzo Kaiango, comunidade tradicional de matriz africana de nação bantu localizada no bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte (MG). Foi professora da Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG” (2023, p. 361).

### 4.3 Panorama geográfico e socioeconômico da RMVALE-LN

A definição de metrópole pelo Estatuto da Metrópole, Lei Federal nº13.089 de 2015, é que ela se configura como um espaço urbano com continuidade territorial definida pelas características da sua população e relevância política e socioeconômica. A extensão física do espaço urbano, seu peso demográfico, político e econômico no contexto nacional ou regional define sua existência e características. Também há a influência nacional ou sobre uma região que abrange a área de influência de uma “capital regional” (Alvarenga; Reschilian; Rosembach, 2018).

A função pública de interesse comum e a governança interfederativa são conceitos que reconhecem que questões sociais pertinentes podem transcender as fronteiras municipais. Desse modo, requerem uma abordagem integrada, envolvendo a cooperação entre diferentes níveis de governo. Os planos regionais têm o potencial de priorizar o interesse comum da região metropolitana como um todo. Esse trabalho supõe transcender os interesses locais ou de grupos específicos. É um avanço na concepção e gestão das regiões metropolitanas no Brasil. Desse modo, é possível haver a promoção de uma visão mais colaborativa do desenvolvimento urbano (Alvarenga; Reschilian; Rosembach, 2018).

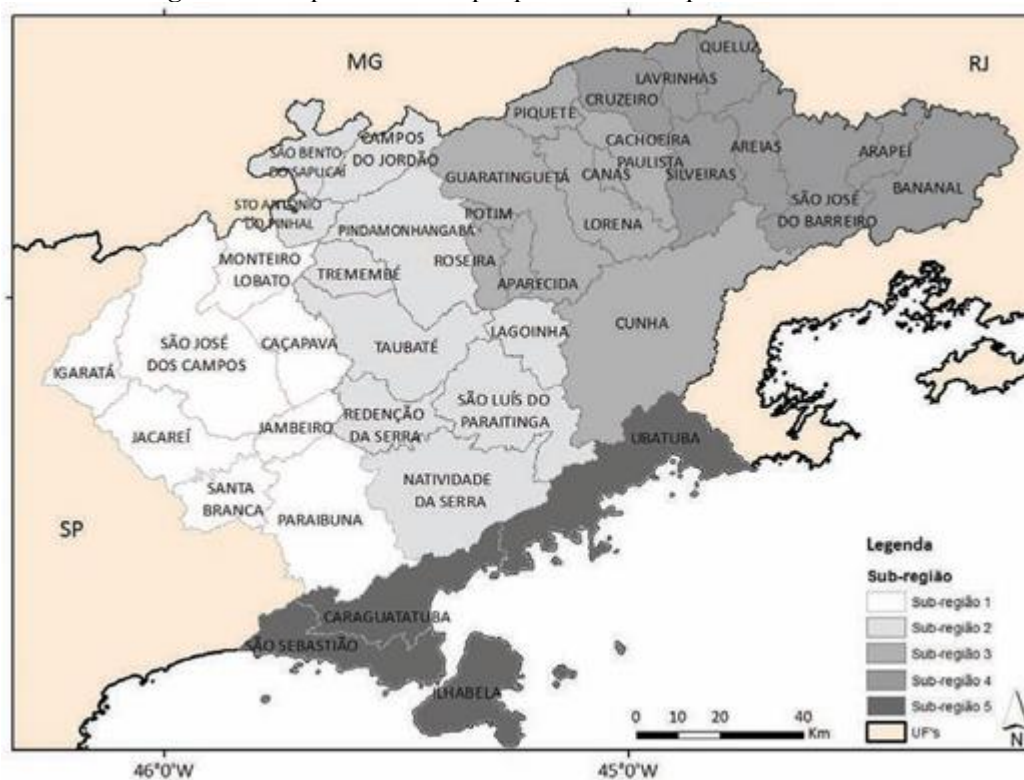
*Figura 7 - Localização da RMVPLN. 2012.*



Fonte: Maria, 2016.

A Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte foi instituída em 2012, por meio da Lei Complementar nº 1.166, em um contexto em que o governo estadual procura consolidar a macrometrópole paulista como grande território de planejamento e gestão do estado de São Paulo. A região é composta por 39 municípios e se divide em cinco sub-regiões, conforme a Figura 1. A população total é de 2.404.276 habitantes, sendo que 2.272.323 vivem em áreas urbanas. O município de São José dos Campos, sede administrativa da região metropolitana, aparece como o mais populoso, seguido por Taubaté e Jacareí, com 680.008, 296.449 e 221.650 habitantes, respectivamente (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 20--). Para análise socioterritorial da região metropolitana, parte-se das Unidades de Informações Territorializadas (UIT) definidas pela equipe técnica da Emplasa. As UIT diferenciam-se pelo ritmo e grau de urbanização, pelo grau de complementaridade e articulação interna dos centros urbanos (fluxos de pessoas e mercadorias) e pela densidade (EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO, 2013). (Alvenga; Reschilian; Rosembach, 2018, p. 157-158).

Figura 8 - Mapa com destaque para os municípios da RMVPLN



Fonte: Alvenga; Reschilian; Rosembach (2018).

Tabela 5 - Sub-regiões da RMVALE-LN

(continua)

Sub-região	Características	Municípios
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro industrial e tecnológico</li> <li>- Abriga a cidade-polo da RMVPLN, São José dos Campos</li> </ul>	Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos
Sub-região	Características	Municípios
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cidades turísticas e centros industriais</li> </ul>	Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luís do Paraitinga, Taubaté e Tremembé
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centros de peregrinação religiosa e cidades com relevância histórico-cultural</li> </ul>	Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cidades menores</li> <li>- Patrimônios históricos</li> </ul>	Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras

Tabela 5 - Sub-regiões da RMVALE-LN

(conclusão)

5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cidades litorâneas e turismo.</li> <li>- Abriga portos</li> <li>- Comunidades tradicionais (caiçaras, indígenas e quilombolas)</li> </ul>	Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba
---	--	--

No estado de São Paulo, pode-se considerar que atualmente a metropolização é um processo de interesses, que beneficia agentes e favorece municípios, visto que ao serem definidos como metropolitanos têm “ acesso a fundos especiais (e exclusivos) dos quais podem pleitear verbas públicas estaduais” (GALLO, 2013, p. 6953), o acesso a estes fundos metropolitanos, bem como a participação em Conselhos de Desenvolvimento e Consultivos e institucionalização de uma Agência Metropolitana da região, são aspectos que caracterizam alguns dos benefícios que os municípios adquirem com a institucionalização de uma RM. Conjuntamente com os benefícios, a ampliação deste processo decorre do fato de a metropolização ser, na visão governamental atual, pautada em “uma forma de gestão compartilhada do Estado (...) e possibilidades de gerar ao menos no discurso, políticas de integração regional e intermunicipal” (RESCHILIAN, 2012, p.12), ou seja, é sinônimo de desenvolvimento e planejamento, os quais muitas vezes sendo uma ação verticalizada fruto de interesses externos, não coincidem com a lógica e gestão local, assim, apesar da existência de interesses e problemas comuns aos municípios, ainda se tem a “ausência de mecanismos claramente definidos de gestão metropolitana” (idem, p.17) (Alvarenga; Reschilian; Rosemback, 2018, p. 12).

Os trechos indicam que no estado de São Paulo, a metropolização é percebida como um processo movido por interesses que beneficia municípios ao classificá-los como metropolitanos, garantindo-lhes acesso a fundos especiais e exclusivos. Esses fundos financeiros, juntamente com oportunidades de participação em Conselhos de Desenvolvimento e a instituição de uma Agência Metropolitana, oferecem vantagens significativas para os municípios.

No entanto, essas ações frequentemente refletem interesses externos e abordagens verticalizadas, que podem divergir das estratégias locais e comunitárias, ainda mais as referente às comunidades tradicionais, o que nem sempre atende às necessidades específicas dos municípios envolvidos. Apesar da intenção de promover uma gestão estadual mais integrada e

um planejamento regional coeso, o processo de metropolização enfrenta desafios na prática. Há uma tentativa de desenvolver políticas de integração regional e intermunicipal, mas faltam mecanismos claros de gestão metropolitana para unificar os interesses e problemas comuns dos municípios de maneira eficiente. Isso gera uma dicotomia entre a teoria de desenvolvimento e a prática, onde a ausência de métodos de gestão bem definidos limita o potencial dessas regiões em alcançar seus objetivos coletivos de forma efetiva (Alvarenga; Reschilian; Rosembach, 2018).

[...] destaca-se nacionalmente por intensa e diversificada atividade econômica [...] a produção industrial é altamente desenvolvida, predominando os setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e bélico nos municípios localizados no eixo da Rodovia Presidente Dutra, as atividades portuárias e petroleiras no Litoral Norte e o turismo na Serra da Mantiqueira, litoral e cidades históricas. A região caracteriza-se, ainda, por importantes reservas naturais, como as Serras da Mantiqueira, da Bocaina e do Mar e pelas fazendas de valores históricos e arquitetônicos (Emplasa, 2012, p. 20).

O litoral norte da região se beneficia diretamente do acesso ao oceano. Ele permite o trânsito de mercadorias nos portos e a exploração dos recursos petroleiros. Assim, se configura como importante eixo para a economia local. Essas atividades contribuem para o desenvolvimento econômico local e para a diversificação da economia regional. No entanto, essas indústrias impactam sobremaneira o meio ambiente. Por isso, há sempre o paradoxo do crescimento econômico versus a preservação ambiental em jogo (Emplasa, 2012).

As unidades de conservação da Serra da Mantiqueira, da Bocaina e do Mar são meios implementados pelo Estado (federal e estadual) que visam a conservação ambiental e da biodiversidade na região. O turismo na região é uma verdadeira alavanca econômica local, mas levanta questões críticas. A conseqüente urbanização desenvolvida para atender suas demandas ultrapassam o ritmo sustentável de crescimento. Sem uma gestão responsável há o risco de degradação do patrimônio natural e o esgotamento dos recursos culturais e ambientais.

Os municípios litorâneos compreendem a sub-região 5, e por sua localização apresentam função turística de veraneio. Além do turismo, o município de São Sebastião tem como destaque a atividade portuária, sendo considerada a terceira melhor região portuária do mundo, e nesta área existe o Terminal Marítimo Almirante Barroso (Tebar) da Petrobras” (Emplasa, 2012, p. 87).

O litoral norte abriga a Unidade de Tratamento e Processamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA), em Caraguatatuba, o qual é “conectado ao Tebar e ao terminal da Petrobras em Taubaté, pelo gasoduto GASTAU” (SILVA, 2013, p.105), e “tem por finalidade processar o gás produzido no Campo de Mexilhão localizado na Bacia de Santos” (Biodinâmica, 2006, p.1), tendo seu projeto inicial alterado de modo a ampliar sua capacidade, a fim de atender a

demanda gerada pela exploração do Pré-Sal (Alvarenga; Reschilian; Rosembach, 2018, p. 27-28).

As atividades de turismo de veraneio são um forte atrativo nos quatro municípios que compõem essa sub-região, classificados como estâncias balneárias. Destacam-se ainda São Sebastião e Caraguatatuba, que ampliam suas atividades relacionadas ao setor petrolífero com altos investimentos e aumento da infraestrutura (Alvarenga; Reschilian; Rosembach, 2018).

Esta expansão desenvolve o setor petrolífero e facilita o escoamento de diversas produções do estado de São Paulo e outras partes do país. Apesar do discurso governamental se alinhar ao ideal de um desenvolvimento integrado e abrangente, os investimentos tendem a ser setorializados. Há uma percepção de que os interesses de poderosos agentes econômicos e políticos prevalecem sobre outros interesses, como o das comunidades periféricas e tradicionais, por exemplo. As obras de infraestrutura priorizam a eficiência no escoamento de cargas e a ampliação da exploração de recursos do petróleo. Isso sugere uma influência desproporcional desses grupos sobre as políticas de desenvolvimento regional (Alvarenga; Reschilian; Rosembach, 2018).

#### **4.4 Os quilombos da RMVALE-LN**

As informações do Censo Demográfico 2022: Quilombolas - Primeiros Resultados do Universo, mostram que a parte mais expressiva da população de quilombolas na região RMVALE-LN reside no município de Ubatuba. O Brasil possui uma população considerável de quilombolas: 1.327.802 indivíduos em 24 estados e no Distrito Federal, entre elas:

- Ubatuba, 1.371 pessoas quilombolas.
- São Bento do Sapucaí, 111 pessoas quilombolas;
- Guaratinguetá, 33 pessoas quilombolas

Na costa sul do município de Ubatuba, em 1998, houve um marco na reivindicação e proteção do território histórico quilombola no Brasil. Os moradores do Quilombo da Caçandoca foram os primeiros do país a se organizarem em associação. Se organizaram de forma comunitária para reivindicar a retomada e proteção de seu território histórico quilombola. No ano de 2000, em resposta à efetivas lutas políticas perpetrada por essa população (que incluiu ocupação da rua da orla da praia com o apoio do MST) o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) fez a primeira identificação do território:

Foi bom, foi ruim, mas foi bom. Porque a gente conseguiu também trazer outras comunidades, porque na época o governo do estado tinha lançado uma ação discriminatória de se tirar toda a população do pé da serra, da Serra do Mar, e nós descobrimos isso aí (...) Eu sei que uma hora da manhã estávamos em Ubatumirim, fazendo reunião, isso era dia e noite. Nós descemos para o Camburi, descemos para o Sertão de Itamambuca, Picinguaba... que fizesse os núcleos quilombos, porque ia ser todo mundo expulso. Então nós conseguimos juntar eles enquanto quilombo e isso eles não podem dizer que é mentira, porque a gente que elaborou estatuto e assim por diante (Seu Antônio para o Projeto Povos, 2023).

Estima-se, pelo depoimento dos moradores mais antigos entrevistados por Schmitt (2000) que, anteriormente aos processos de expulsão por grileiros, havia em torno de 70 famílias, totalizando cerca de 800 pessoas, estabelecidas no amplo território da Caçandoca. O impacto do processo de expulsão dessas famílias, que começa na década de 1960, ainda pode ser observado, sendo que atualmente residem na comunidade cerca de 35 famílias. Isto é, apenas metade das famílias conseguiram se manter ou retornar ao território de seus ancestrais, mesmo essa sendo uma das primeiras comunidades de remanescentes de quilombo do Brasil a conseguir um decreto de desapropriação do governo federal por interesse social, em 2006.

A posse da terra está em nome da Associação, que é responsável pela administração do território em uma luta constante que persiste ao longo dos anos. Há na realidade local a persistência do avanço de outros interesses de ocupação sobre o território, como: a especulação imobiliária – construção de novos hotéis, pousadas e condomínios de casas de veraneio – e pelo turismo predatório (invasivo e destrutivo, quando não monitorado). No entanto, este turismo hoje se configura como principal fonte de renda das famílias locais, seguida da pesca (Santos, 2021).

No extremo norte do litoral paulista, divisa com o estado do Rio de Janeiro, está o Quilombo da Fazenda. Inserido diretamente na planície costeira da praia da Fazenda, Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Este quilombo tem suas raízes nos vestígios da antiga Fazenda Picinguaba. Esta foi leiloada em 1893, tornando-se conhecida como Fazenda da Caixa (devido à sua propriedade pela Caixa Econômica Federal). Posteriormente a fazenda foi doada à Marinha Nacional. O território enfrenta intermitentes disputas. O processo de reconhecimento territorial do quilombo iniciou em meados da década de 1990 e se estende até os dias atuais. Neste tempo, a comunidade de remanescentes do Quilombo da Fazenda e a sede do Núcleo Picinguaba do PESM vem perpetrando conflitos políticos e parcerias institucionais que visam resolver o impasse (Marchetti, 2009).

Com o fim de adaptar os objetivos de preservação ambiental e os direitos territoriais da comunidade quilombola, diversos compromissos vêm sendo estabelecidos para adiantar o

processo de titulação do território. Há pouco tempo, houve a modificação parcial da categoria da unidade de conservação, importante conquista dos remanescentes do quilombo. A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), Fundação Florestal (FF), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP)<sup>27</sup> assinaram um acordo no dia 18 de dezembro de 2023 com o intuito de apoiar a regularização e reconhecimento do território tradicional da comunidade no nível estadual.

A ocupação desta região remonta aos séculos XVII e XVIII, período em que ocorriam ciclos econômicos, essencialmente relacionados a mineração e produção de café, os quais motivaram o uso de mão-de-obra escravizada, que chegaram na região, sobretudo, pelo porto de Paraty-RJ, condição que se estendeu até o início do século XX. O território até então pleiteado pela ARQF localiza-se em parte da área de uma antiga fazenda (Fazenda Picinguaba). A comunidade é constituída por caiçaras e descendentes de escravizados locais, ambas provenientes de bairros vizinhos, como de Ubatumirim, Almada, Vila de Picinguaba, Cambucá, entre outras localidades dos municípios de Paraty, Ubatuba e Cunha. No ano de 1947, a Fazenda Picinguaba entrou em decadência, período que culminou com as primeiras ocupações do território atual. Naquele momento, doze famílias foram autorizadas a morar e trabalhar no local, com anuência do então proprietário (Saint Clair Bustamante), que impôs restrição sobre comercialização das terras. Esse processo foi decisivo para a formação da atual comunidade, acompanhado da permanência da família do antigo administrador da Fazenda (Itesp, 2007 *apud* Marchetti, 2008).

Na região norte do município há também o núcleo de remanescentes da “Fazenda Cazanga”, no Sertão do Itamambuca. Essa população luta pela desapropriação de parte de seu território histórico já reconhecido por instituições competentes. O quilombo possui extensão de 509 hectares e abriga por volta de 70 famílias quilombolas. O histórico de ocupação do território data do início do século XIX. O local sediava uma fazenda de café, cuja produção era realizada com mão de obra escravizada. Quando a produção no território foi desativada, alguns escravizados permaneceram no local. Esse marco deu início ao que viria a se constituir como um território quilombola.

Este território, em meio à incessante luta política de seus membros, já conseguiu a realização do Relatório Técnico-Científico elaborado pelo Itesp em 1998 e a Portaria nº 2, emitida pela Fundação Cultural Palmares em janeiro de 2006. Essas certificações atestam a importância histórica e cultural do quilombo. A comunidade também está sobreposta ao Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Essa situação gera conflitos e limitações para o quilombo. Para fazer o uso de trilhas para o desenvolvimento de atividades de Turismo de Base

---

<sup>27</sup> Acordo judicial garante titulação de território quilombola em Ubatuba (SP) — Procuradoria da República em São Paulo Disponível em 02 de janeiro de 2025.

Comunitária, por exemplo, foi necessário embates e conversas para que se chegasse a um acordo hoje já estabelecido.

Essa sobreposição territorial também dificulta a realização de roças. Uma atividade tradicional e historicamente importante. Existe, portanto, uma complexa dinâmica entre a preservação ambiental, os direitos e práticas culturais do quilombo. Essa conjuntura evidencia a necessidade de diálogo e busca por soluções, reforçando a necessária conciliação da conservação da natureza com o respeito à identidade e aos meios de vida da comunidade quilombola (Projeto Povos, 2023).

Devido a sua localização geográfica, a comunidade do Camburi apresenta evidências de que este território se formou como um quilombo tradicional (no sentido clássico do termo), um local de refúgio de escravizados (Pereira, 2021). Localizado no extremo norte da cidade de Ubatuba, na divisa com o município de Paraty-RJ, o território tem como principal característica a delicada situação de estar integralmente incorporado ao Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) e parcialmente aos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina<sup>28</sup>.

No sentido da autodeclaração étnica os moradores entram em conflito. Desse modo, apenas parte da área obteve a demarcação como território quilombola. Muitos dos moradores tradicionais do Camburi preferem se identificar como caiçaras e/ou descendentes de indígenas. A identidade quilombola, que poderia ser requerida por todos os habitantes tradicionais, baseando-se na genealogia, parece ser vista com desconfiança, já que é um termo “novo” que aparece para a defesa de direitos políticos e territoriais e não como um termo tradicional local (Paula, 2019):

(...) todos os moradores tradicionais do Camburi poderiam, se assim o quisesse, se identificar como afrodescendentes, portanto, quilombolas, pois tanto a árvore genealógica da comunidade, os documentos levantados sobre a ocupação local e os relatos orais recolhidos entre os mais velhos, assim o permitiam. Infelizmente, apesar da grande maioria dos moradores tradicionais contrários à proposta de território quilombola reconhecerem os seus vínculos de parentesco com antigos escravos, não foi possível avançar para o passo posterior e decisivo, qual seja, a aceitação da proposta de um território quilombola integral no Camburi. Dentre as inúmeras explicações para essa recusa, existem as mais

---

<sup>28</sup> Com quase 106 mil hectares, o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) é uma das maiores áreas protegidas da Mata Atlântica. Localiza-se em trecho da Serra do Mar, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Por se estender desde altitudes superiores a 2.000m, na região serrana, até o nível do mar, no litoral, o PNSB apresenta paisagens diversificadas e grande riqueza de fauna e flora, incluindo espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Dentre seus principais atrativos turísticos destacam-se o Caminho de Mambucaba (mais conhecido como Trilha do Ouro), as cachoeiras de Santo Isidro, das Posses e do Veado, a Pedra do Frade, Pedra da Macela e a Praia do Caixa D’Aço, em Trindade. ICMBIO - Parque Nacional da Serra da Bocaina - Parna Serra da Bocaina disponível em 17 de janeiro de 2025.

óbvias como a desconfiança histórica de comunidades em relação a qualquer proposta de mudança que venha do poder público, até algumas mais complexas, como por exemplo, o da emergência de um movimento por parte da comunidade, que mesmo sendo descendente dos antigos escravos, prefere se identificar como remanescentes de famílias indígenas ("karapevas") e não de famílias de escravos (Paula, 2019, p. 33; grifo do autor).

Diferentes matrizes culturais e históricas se evidenciam neste território. Estas parecem não se encaixar perfeitamente nas categorias identitárias oficialmente reconhecidas. O cenário é agravado pelo cenário complexo da regulamentação fundiária e ambiental. A inclusão do território em duas Unidades de Conservação (UCs) levanta uma série de restrições ao uso do solo e aos modos de vida tradicionais. Estas restrições entram em conflito direto com as práticas culturais e econômicas das comunidades. A questão da demarcação de territórios quilombolas, que possui uma base jurídica que poderia trazer a proteção efetiva aos moradores, não consegue se efetivar pela falta da auto-identificação dos mesmos. Apenas uma parte do território, que se localiza nas encostas, possui o reconhecimento como território quilombola (Pereira, 2021) pela Fundação Instituto de Terras (ITESP) do governo do estado de São Paulo.

A comunidade de Camburi se apresenta como um caso emblemático no Brasil e sua situação mostra os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais. No município de Ubatuba nenhuma comunidade quilombola possui a titulação definitiva de suas terras. A titulação de terras<sup>29</sup> é apenas um dos aspectos fundamentais para a construção da cidadania local. É também necessário garantir o acesso dessas comunidades a serviços básicos e também fomentar modelos de gestão do planejamento territorial de forma que aconteça a participação ativa destas populações nos processos de tomada de decisões que impactam suas vidas e territórios.

---

<sup>29</sup> Segundo a Fundação Cultural Palmares (FCP), o estado de São Paulo possui 52 comunidades de remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação. A certificação emitida pela FCP é um passo para que comunidades remanescentes de quilombos possam regularizar suas terras junto ao governo federal. Após a certificação, a Fundação deve dar suporte para que a comunidade adquira o documento definitivo de posse de terra junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pelo levantamento territorial e estudos antropológicos e históricos, além de garantir assistência jurídica em diferentes níveis, visando a defesa do território contra invasões ou outras violências. De acordo com os dados da Fundação Palmares e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), atualmente existem 69 comunidades quilombolas no estado de São Paulo. As que tiveram suas terras tituladas e reconhecidas pelo ITESP correspondem a 36 comunidades de 14 municípios do estado: Barra do Turvo, Cananéia, Capivari, Eldorado, Iporanga, Itapeva, Itatiba, Itaoca, Iguape, Jacupiranga, Miracatu, Registro, Salto de Pirapora e Ubatuba. Disponível em <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/> em 02 de janeiro de 2025.

#### **4.5 Instrumentos de gestão ambiental e territorial presentes no município de Ubatuba que impactam as comunidades quilombolas locais**

Aconteceu no dia 21 de junho de 2022, no Teatro Municipal da cidade, a I Conferência Municipal das Comunidades Tradicionais de Ubatuba. Antecedida por nove pré-conferências realizadas entre fevereiro e abril, as pré-conferências ocorreram nas áreas habitadas pelos grupos tradicionais do município. Tais como: as aldeias indígenas Renascer e Boa Vista e as comunidades quilombolas da Caçandoca, Sertão do Itamambuca, Fazenda e Camburi. Também aconteceram nas comunidades caiçaras, divididas em regiões (norte, centro e sul). A organização do evento foi conduzida por representantes dessas populações. Membros do governo municipal e do Fórum de Comunidades Tradicionais também estiveram presentes. Os representantes dos quilombos da cidade foram:

A) QUILOMBO DA CAÇANDOCA: - Titular: Jurandir Cesário do Prado - Suplentes: Antonio dos Santos e Neimar Lourenço

B) QUILOMBO DO CAMBURI: - Titular: Leila Soares - Suplente: Queli Lucio Iartelli

C) QUILOMBO DA FAZENDA: - Titular: Laura de Jesus Braga - Suplente: Marcos Antônio Braga da Silva

D) QUILOMBO DO SERTÃO DO ITAMAMBUCA: - Titular: Adriana Vieira leite - Suplente: Maria Madalena Vaz da Silva Oliveira

“Povos e Comunidades Tradicionais e o Direito à Cidadania” foi o tema da conferência.

Esta abordou oito eixos temáticos:

- Cultura e identidade;
- Trabalho, renda e pesca artesanal;
- Saúde e saneamento básico;
- Educação, inclusão digital, esportes e lazer;
- Assistência social e soberania alimentar e nutricional;
- Turismo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Infraestrutura e direito ao território;
- Transporte e segurança pública.

Houve a promoção de debates e reflexões sobre questões relevantes para as comunidades como os elencados acima. A valorização e proteção dessas comunidades visam o fortalecimento de seus direitos específicos. Uma das principais demandas é o efetivo aumento da presença do poder público municipal nos seus territórios, que até agora se mostra bastante

defasada. Neste evento foram criadas diretrizes para o “I Plano Municipal das Comunidades Tradicionais de Ubatuba”<sup>30</sup> com a promessa de que este será elaborado futuramente.

Como demandas de propostas gerais obteve-se:

- Reconhecimento e identificação dos territórios das comunidades tradicionais existentes no município (caiaças, indígenas e quilombolas)
- Reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais na revisão do Plano Diretor
- Garantia de que haverá representação dos povos e comunidades tradicionais no Conselho da Cidade que fará a revisão do Plano Diretor.

Na documentação dos planos diretores de Ubatuba<sup>31</sup>, por exemplo, vê-se que o município citou e envolveu pouco as comunidades tradicionais em discussões e decisões críticas. Sujeita-as a uma mediação distante e descontextualizada. São vistas e consideradas bairros da cidade, sem especificidades. Historicamente essas comunidades foram mais abordadas junto às esferas estaduais e federais, em função das implicações legais associadas às Unidades de Conservação e aos processos de titulação quilombola e a relação das áreas costeiras com a Marinha brasileira:

Também no contexto da gestão ambiental e territorial, entra a participação do Município de Ubatuba, que engloba o Núcleo Picinguaba do PESH em 80% do seu território. De acordo com a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Cidade (2001), o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana dos municípios. Nesse sentido, abordasse como esses planos (2002 e 2006) discutem os territórios tradicionais. Do Plano Diretor de 2002 (Lei complementar nº 106), destaca-se a Zona de Auto Gestão (Z.17), caracterizada por “áreas de uso consolidado que por suas peculiaridades e critérios locais de uso e gestão do espaço público tem, na comunidade organizada todas as condições para administrar seu processo de uso e expansão da ocupação”. Enquadram-se na Zona as praias Grande do Bonete, Picinguaba, do Camburi e Brava do Camburi (Art. 4, Seção III). Do Plano Diretor de 2006 (Lei nº 2892) destacam-se as ações estratégicas da política pública de regularização urbanística e fundiária, como a “prestação de assistência técnica gratuita para as Comunidades e grupos sociais de baixa renda” (Art. 182) e as diretrizes da política pública da Habitação, como “o fortalecimento de processos democráticos na formulação, implementação e controle dos recursos públicos destinados à política habitacional, estabelecendo canais permanentes de participação das Comunidades e da sociedade civil organizadas nos processos de tomadas de decisões” (Art. 193) (Silva; Fantin, 2018, p.14).

---

<sup>30</sup> Relatório final da conferência: [AQUI.pdf](#) disponível em 04 de fevereiro de 2025.

<sup>31</sup> [Plano Diretor de Ubatuba – SP – Em rumo a uma Ubatuba desenvolvida e sustentável!](#) disponível em 04 de fevereiro de 2025.

Os Planos Diretores de 2002 e 2006 possuem alguns poucos pontos de reconhecimento da importância das comunidades tradicionais e suas práticas de gestão do próprio território. No entanto, há problemas na implementação das medidas. A criação de zonas como a Zona de Autogestão parece promissora. A real eficácia dessas zonas depende da verdadeira autonomia concedida a elas, tais como: disponibilidade de recursos para sustentar as atividades e apoio institucional contínuo às suas necessidades específicas.

Em meu trabalho de campo, essas zonas não foram muito citadas, então pode-se presumir que não houve um trabalho efetivo junto à população local. É imperativo que as comunidades tradicionais sejam reconhecidas como agentes e não apenas destinatárias passivas de políticas de planejamento. Isso requer um deslocamento da perspectiva tecnocrática que permeia este campo. É preciso que as abordagens sejam mais integrativas e respeitosas às epistemologias locais, ou seja, seus pensamentos, conhecimentos históricos tradicionais e formas de estruturação da organização local. Somente assim, políticas e planos possam ser criados, em um diálogo com as populações.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecido pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, reúne as Unidades de Conservação em níveis federal, estadual e municipal. Foi criado para aumentar a eficácia das UCs, para serem planejadas e geridas com integração entre os diversos âmbitos que as compõem. A gestão do SNUC envolve a colaboração das três esferas do poder público através de diversos órgãos<sup>32</sup>.

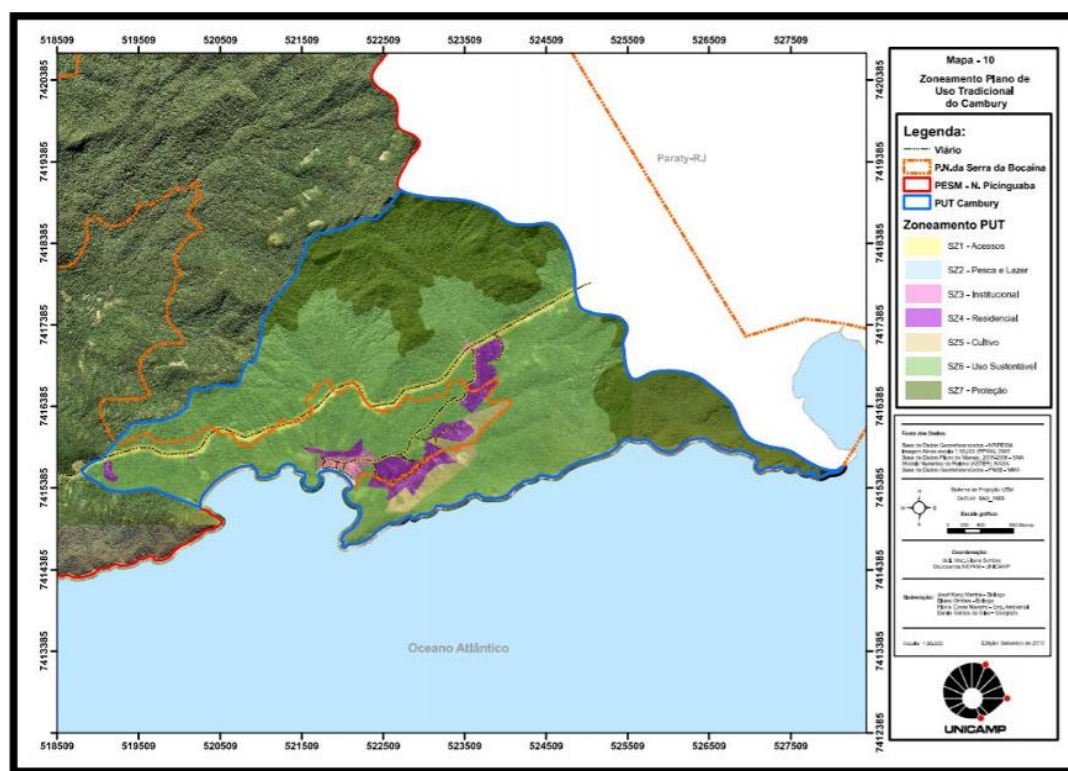
Em paralelo às discussões da gestão territorial de Cambury, com o processo de titularização da terra, discutiam-se também as propostas para a gestão ambiental da área, enquanto moradores tradicionais em uma área de proteção integral. A discussão tornava-se mais intensa pela concepção da Lei 9.986 de 18 de Julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. “O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei [...] O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. (BRASIL, 2000) Nesse contexto, o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) e o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), ambos sobrepostos ao território de Cambury, foram categorizados como Unidades de Proteção Integral, colocando as atividades de uso direto (pesca, agricultura, extrativismo) dos moradores tradicionais na ilegalidade. O instrumento proposto para regularizar as atividades em Camburi, foi o Plano de Uso Tradicional (PUT). (Silva; Fantin, 2018, p.11).

---

<sup>32</sup> [Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza \(SNUC\) — Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima](#) disponível em 04 de fevereiro de 2025.

SANTOS, A (2014, pg. 77) discute: “O modelo de organização especial apresentado pelas peças técnicas fragmenta o território em áreas físicas fixas, unidades da paisagem, de acordo com as diferentes práticas produtivas e padrões de usos da terra. Nesse sentido, a identificação da espécie de cultivo, os recursos disponíveis ou o modo como estes elementos são manejados em uma determinada área são informações importantes, porém, não suficientes para determinarmos a maneira como estes ambientes são vivenciados e apropriados pelos grupos. Não se trata de determinar o tipo de atividade a eles relacionada, mas antes, explorar o que podem informar sobre as formas específicas de perceber, conceber e experienciar o mundo dessas populações”. (Silva; Fantin, 2018, p.12).

Figura 9 - Mapa do Zoneamento Plano de Uso Tradicional de Camburi. 2010.



Fonte: Simões (2010)

Não tem diferença o plano diretor. Eu vejo muito falar agora mesmo do plano diretor. Está sempre falando em reunião, mas eu mesmo não tenho participado, não. Eu deixei até um pouco de lado, porque é muita coisa. Muita coisa com uma cabeça só. É plano diretor e... Não sei, parte... A gente tem o plano de uso tradicional que nem sempre eles cumprem. Foi feito um acordo com a gente, o plano de uso tradicional. Existe o plano de uso tradicional. Se você puxar no Google, você acha. Até no Google, você acha o plano de uso tradicional. Só que eles não cumprem. Eles não cumprem e não querem fazer cumprir o plano de uso tradicional. Porque se eles fossem da lei, deveriam estar cumprindo o plano de uso tradicional. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024).

A integração da gestão ambiental com as práticas das comunidades tradicionais apresenta um desafio permanente. As restrições legais de áreas designadas para proteção ambiental muitas vezes entram em conflito com as atividades tradicionais de subsistência, como a pesca e a agricultura, historicamente essenciais para a vida dessas comunidades. A legislação voltada para conservação, apesar de buscar a preservação do meio ambiente, ignora a interação dessas populações com os recursos naturais que sustentavam suas práticas culturais e modos de vida.

Sobre o zoneamento do Plano de Uso Territorial (PUT), a abordagem técnica de fragmentar o território em categorias rígidas, como áreas residenciais e áreas de plantio, por exemplo, falha em capturar a complexidade das tradições culturais vinculadas a essas terras.

Em vez de apenas classificar atividades, seria importante considerar como as comunidades percebem e utilizam seus ambientes.

A situação permanece no Plano de Manejo:

Enquanto o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina desconsiderou a necessidade de estabelecer medidas de gestão especiais que reconhecessem efetivamente a situação, a questão da ocupação humana presente no Parque Estadual da Serra do Mar foi tratada no âmbito do Plano de Manejo desta Unidade de Conservação na forma de duas diretrizes básicas que conduziriam à construção do zoneamento, de modo a enfrentar os problemas decorrentes dessa presença. Assim, foi estabelecido que as áreas ocupadas no interior do Núcleo Picinguaba/PESM estariam enquadradas em duas zonas: Ocupação Temporária (ZOT) e Histórico – Cultural Antropológica (ZHCAAn) (SIMÕES, 2010, pg. 52). As ZHCAAn “caracterizam-se por territórios geograficamente especializados ocupados predominantemente por residentes com estatuto jurídico de tradicionais, nos quais foi estabelecida a possibilidade de permanência dos mesmos, sob determinados regimes de uso do território e dos recursos, pois se tratam de quilombolas e caiçaras, compondo vilas consolidadas anteriormente à criação do PESM, apresentando peculiaridades socioculturais. Foram criadas inclusive, onde já havia um quilombo reconhecido (Cambury, 2006) e outro em processo de reconhecimento (Sertão da Fazenda) (SIMÕES, 2010, p. 54) (Silva; Fantin, 2018, p.12).

Observa-se que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação enfatiza de maneira muito evidente a necessidade de firmar Termos de Compromisso com os residentes tradicionais, enquanto não forem reassentados, removidos ou indenizados, garantindo as condições de sua sobrevivência. A criação das ZHCAAn baseava-se em interpretação jurídica formulada por representantes do Ministério Público Federal atuantes no Conselho Consultivo do Núcleo Picinguaba, entre o SNUC e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que permitiu a formulação de instrumento jurídico específico para a gestão de território ocupados por tradicionais (SIMÕES, 2010, pg. 55). As comunidades incluídas nesta Zona são os caiçaras e quilombolas de Camburi, os caiçaras de Ubatumirim, os caiçaras do Sertão da Fazenda na região da sede do núcleo Picinguaba e os caiçaras da Vila de Picinguaba. Destaca-se que a demarcação das áreas na zona Histórico Cultural Antropológica é um avanço para a visibilidade e legitimidade dos territórios tradicionalmente ocupados (Silva; Fantin, 2018, p.13).

Considerou-se pertinente reproduzir aqui trecho do Plano de Manejo referente aos objetivos previstos para essa Zona, destacando-se: Apoiar o fortalecimento das comunidades caiçaras e quilombolas como estratégia para evitar a especulação imobiliária, perda da posse do seu território e consequente descaracterização da organização espacial, social e cultural típica destas culturas tradicionais; Garantir o direito da satisfação das necessidades materiais, sociais e culturais da comunidade tradicional, caiçara e quilombola, conforme o artigo 28 do SNUC; Estabelecer diretrizes específicas para compatibilizar os objetivos de conservação do Parque e o *modus vivendi* da comunidade tradicional, com ênfase no bairro do Cambury; Articular, incentivar e apoiar atividades relacionadas ao fortalecimento cultural e comunitário (SIMÕES, 2010, pg. 201) Contudo, mais uma vez, colocam-se questionamentos acerca do processo participativo de construção do zoneamento. Considera-se que o número de reuniões de planejamento

participativo por Núcleo foi insuficiente para garantir o levantamento de conflitos e demandas para a gestão da UC e, sobretudo, levantar informações completas para a tomada de posição por parte dos residentes acerca do Zoneamento proposto (Simões, 2010, p. 200 *apud* Silva, 2018, p. 13).

A gestão territorial das comunidades tradicionais em áreas de conservação está envolta em complexidades legais e sociais. As citações mostram que o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina (Brasil, 2002) negligenciou a criação de medidas que considerassem adequadamente a presença humana no local. Em contrapartida, o Parque Estadual da Serra do Mar abordou essa questão através do zoneamento, categorizando as áreas ocupadas em Ocupação Temporária e Histórico-Cultural Antropológica (ZHCA<sub>n</sub>). Estas ZHCA<sub>n</sub> permitem a permanência dos residentes tradicionais sob regimes específicos. Através do reconhecimento do estado de comunidades quilombolas e caiçaras e suas práticas, consolida vilas já existentes antes da criação do parque.

Baseadas na SNUC e na Constituição Federal, a criação destas áreas propôs a criação legal de meios específicos que regulam o uso e a permanência em territórios tradicionalmente ocupados. A importância das ZHCA<sub>n</sub> reside na legitimação dos territórios culturalmente ocupados. Protegendo-os contra especulação imobiliária e descaracterização social e cultural. As diretrizes estabelecidas buscam harmonizar os objetivos de conservação ambiental com os modos de vida tradicionais. Isso pode assegurar direitos às necessidades materiais, sociais e culturais destes lugares conforme a legislação vigente. As comunidades tradicionais, incluindo quilombolas de Camburi e da Fazenda, entre outros grupos da região de Picinguaba, foram impactadas por essas medidas.

Mesmo que possamos identificar essas medidas como avanços, surgem críticas ao processo participativo do zoneamento. O número reduzido de encontros para efetivar este planejamento foi inadequado para coletar percepções e resolver conflitos locais.

Seguindo o pacto federativo e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é implementado composto pela União, estados e municípios de acordo com a Lei Complementar nº 140/2011. Este mecanismo estabelece normas específicas de cooperação entre os entes federativos na competência comum ambiental prevista no artigo 23 da Constituição Federal:

- À União cabe a responsabilidade pela elaboração do ZEE em escala nacional e regional (diretrizes macro-territoriais e biomas)
- Aos estados cabem desenvolver seus ZEEs estaduais alinhados às diretrizes superiores (considerando especificidades regionais e características socioambientais locais)

- Aos municípios compete a elaboração do plano diretor (observando os ZEEs existentes e incorporando suas diretrizes no planejamento urbano e rural).

Essa estrutura (hierárquica e complementar) garante uma gestão ambiental coordenada e técnica. Visa a aplicação das políticas ambientais em diferentes escalas de planejamento territorial no Brasil. Abarcando desde áreas de preservação integral até zonas de desenvolvimento econômico sustentável<sup>33</sup>.

Sobre o zoneamento ecológico-econômico:

Em relação ao zoneamento, destaca-se a Macrozona intitulada “De Gestão Compartilhada das Populações Tradicionais”, que tem como premissas básicas a “preservação ambiental e desenvolvimento turístico” e o “respeito e acatamento das atividades características do modo de vida e cultura das populações tradicionais do Município” (Art. 159). Abrangendo agora os instrumentos do Estado de São Paulo para gerenciamento do território, coloca – se a discussão no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Litoral Norte. “Instrumento básico de planejamento que estabelece, após discussão pública de suas recomendações técnicas, inclusive a nível municipal, as normas de uso e ocupação do solo e de manejo dos recursos naturais em zonas específicas, definidas a partir das análises de suas características ecológicas e socioeconômicas” (SÃO PAULO, 1998). Incluídos na Zona Z1AEP (tradicionais (de Ubatumirim, Sertão da Fazenda e Picinguaba e Cambury), nomeados como “Praia do Ubatumirim”, “Praia da Fazenda”, “Praia de Picinguaba” e “Praia Brava”), Zona de Área Especialmente Protegida, englobando portanto o Parque Estadual da Serra do Mar e o Parque Nacional da Serra da Bocaina, tendo como uso e atividades permitidos “aqueles definidos na legislação que regula as categorias das Unidades de Conservação, no diploma legal que as criou e nos respectivos Planos de Manejo, quando aplicáveis” (SÃO PAULO, 2005). Iniciada sua revisão em 2016, o novo mapa do Setor Costeiro do Litoral Norte, versão para o Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente), novamente inclui os territórios na Zona Z1AEP. Contudo, destaca-se, novamente, o processo de construção do mapa e os espaços de discussão do Zoneamento. “O Estado ter ido esclarecer o que é o zoneamento dentro das comunidades tradicionais cinco dias antes da audiência pública é vergonhoso. Essas informações deveriam ter chegado anos atrás” (BELCHIOR, 2016). ABIRACHED destaca a importância dos instrumentos de gestão territorial e ambiental: “É importante o fato do direito territorial das populações tradicionais estar ou não previsto nos instrumentos. Com base neles que as comunidades poderão reivindicar os seus direitos, cobrando a inserção de seus territórios em zoneamentos adequados [...] Com isso, elas poderão também demandar os correspondentes instrumentos que garantam o controle da urbanização sobre os seus territórios (no plano diretor e no ZEE) e a manutenção das atividades agrícolas, pesqueiras e florestais tradicionalmente praticadas (nos planos de manejo)” (ABIRACHED, 2011) (Silva; Fantin, 2018, p.15).

A Macrozona citada evidencia uma tentativa de equilibrar a preservação ambiental com o desenvolvimento turístico, ao mesmo tempo em que busca respeitar os modos de vida das

---

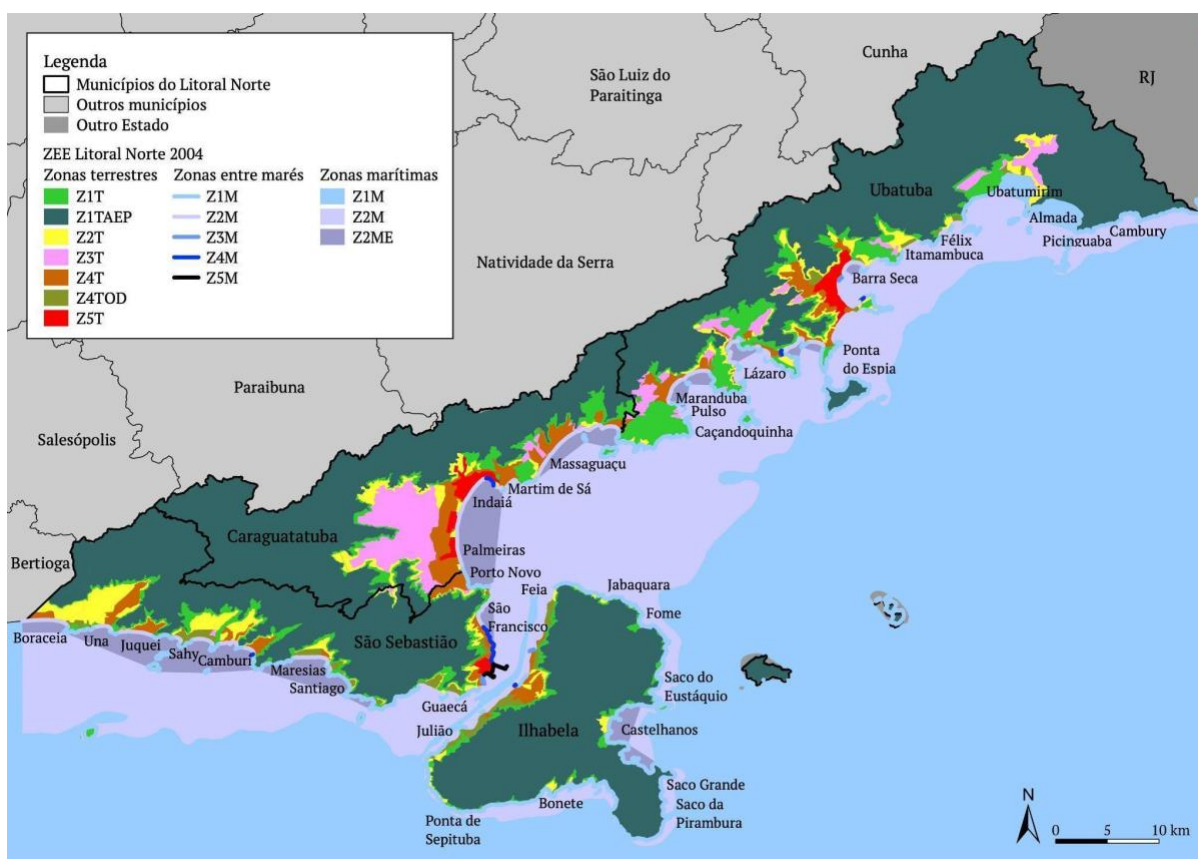
<sup>33</sup> [ZEE nos Estados](#) disponível em 11 de fevereiro de 2025.

populações tradicionais em Ubatuba. No entanto, a prática de incluir comunidades tradicionais em zonas de “Área Especialmente Protegida”, como demonstrado pelo Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Litoral Norte, ressuscita tensões pré-existentes nas dinâmicas de poder entre essas comunidades e as autoridades governamentais.

A etapa de planejamento, prevista no fluxograma do “Programa ZEE: Diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil” (imagem 3) do Ministério do Meio Ambiente (2006), constitui, portanto, apenas uma intenção no processo do ZEE do Litoral Norte. É como se houvesse sempre uma omissão dessa etapa e os trabalhos do grupo setorial iniciassem, de fato, no diagnóstico e prognóstico. Nessas etapas, tem sido baixa ou quase nula a interlocução das Secretarias de Estado, tanto por baixa capacidade de articulação, como pela pouca atenção dada ao tema por representantes das pastas setoriais. A participação acaba se restringindo a momentos de deliberações, para validar um posicionamento do governo. A falta de integração ficou evidente também em relação à participação de representantes da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA) no processo de revisão do ZEE. Este órgão exercia, de 2012 a 2015, a secretaria executiva do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, mas não acompanhou o processo de revisão do ZEE para integrá-lo ao principal plano de desenvolvimento previsto para a região metropolitana, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) previsto no Estatuto da Metrópole (Itani; Zuquim, 2021, p. 19).

Há, portanto, uma distância crítica que precisa ser superada entre intenção e ação efetiva; se nem representantes governamentais e órgãos setoriais importantes para o planejamento da ZEE é acionado, conceba o descaso em relação à participação efetiva das comunidades tradicionais. Somente através de um envolvimento devidamente informativo que se poderá garantir a preservação e dignidade das populações tradicionais enquanto se avança com a gestão ecológica.

Figura 10 - Mapa da ZEE do Litoral Norte de 2004



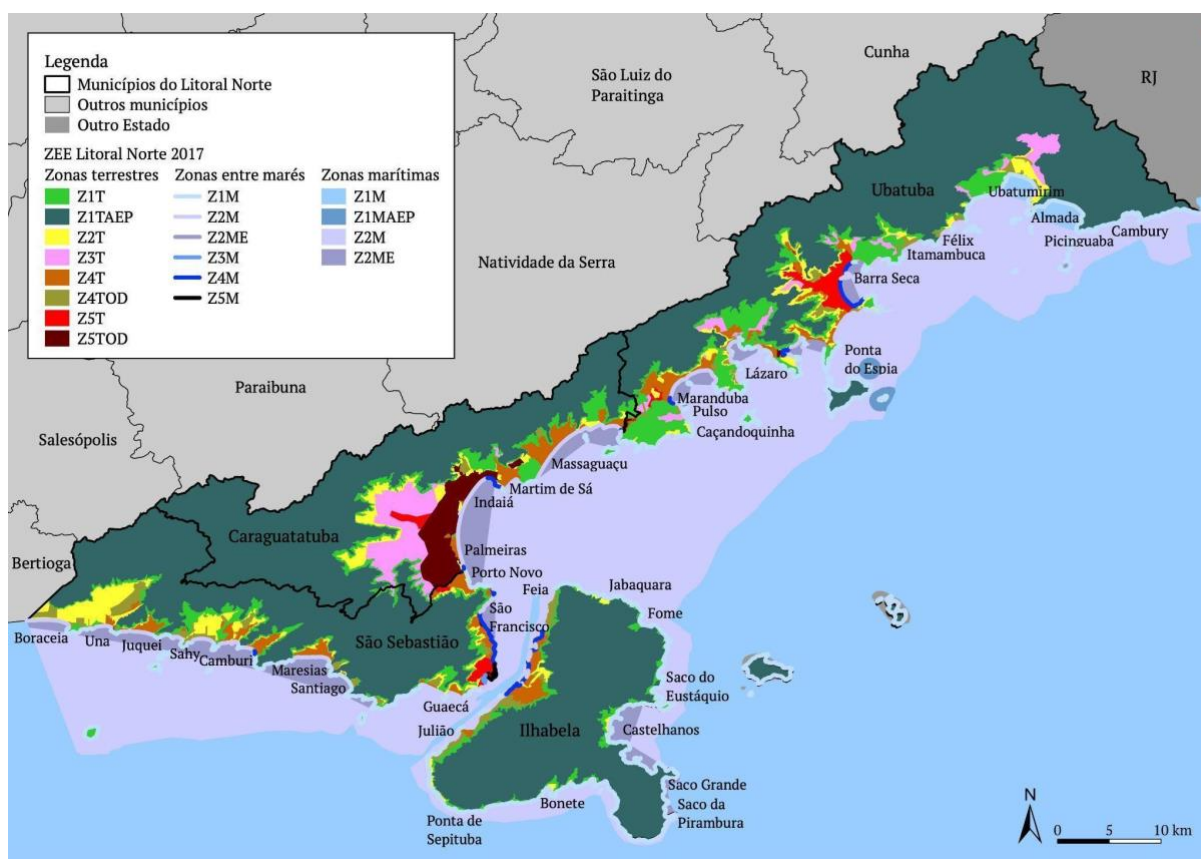
Fonte: SMA (2004); IGC (2015); IBGE (2013). Elaboração: Itani; Zuquim, 2020.

Tabela 6 – Zonas e subzonas do ZEE Litoral Norte 2004

<b>ZEE Litoral Norte 2004</b> Zonas e subzonas terrestres e marinhas (faixas entremarés e marítimas)	Características socioambientais
<b>Z1T</b> Zona 1 Terrestre	Áreas contínuas de vegetação em estágio avançado de regeneração e fauna associada, com alteração de cerca de 10% da cobertura vegetal; áreas com declividade média acima de 47% e manguezais; áreas que abrangem territórios de comunidades tradicionais e Unidades de Conservação de Proteção Integral.
<b>Z1TAEP</b> Subzona 1 Terrestre Área Especialmente Protegida	Corresponde aos limites: do Parque Nacional da Serra da Bocaina (Decreto Federal 68.172/71); do Parque Estadual da Serra do Mar (Decretos Estaduais 10.251/77, 13.313/79 e 19.448/82); do Parque Estadual da Ilha Anchieta (Decreto Estadual 9.629/77); do Parque Estadual de Ilhabela (Decreto Estadual 9.414/77); da Estação Ecológica Marinha Tupinambás (Decreto Federal 94.656/77); das Áreas sob Proteção Especial CEBIMar, Costão do Navio e Boissucanga (criadas pela Resolução SMA de 10/02/87).
<b>Z2T</b> Zona 2 Terrestre	Áreas com elevada recorrência de áreas de preservação permanente e de risco geotécnico; áreas contínuas de vegetação em estágio avançado de regeneração e fauna associada, com ocorrências de supressão ou de alteração de até 30% da cobertura vegetal; áreas com declividade média entre 30% e 47%; áreas sujeitas à inundação.
<b>Z3T</b> Zona 3 Terrestre	Áreas contínuas com atividades agropecuárias e assentamentos rurais, cujos ecossistemas primitivos foram alterados em até 50%; áreas com declividade média inferior a 30%, cobertas com vegetação secundária em estágio inicial ou médio de regeneração; áreas que apresentam solos com aptidão ao uso agropecuário.
<b>Z4T</b> Zona 4 Terrestre	Cobertura vegetal alterada ou suprimida em até 70% da área; assentamentos urbanos dispersos com infraestrutura incompleta; áreas com declividade média igual ou inferior a 30%.
<b>Z4TOD</b> Subzona 4 Terrestre de Ocupação Dirigida	Áreas com cobertura vegetal nativa; empreendimentos residenciais parcialmente implantados e/ou ocupados.
<b>Z5T</b> Zona 5 Terrestre	Cobertura vegetal alterada ou suprimida em área igual ou superior a 70% do total da zona; assentamentos urbanos consolidados ou em fase de consolidação e adensamento; áreas com infraestrutura urbana, instalações industriais, comerciais e de serviços.
<b>Z1M</b> Zona 1 Marinha	Estrutura abiótica preservada; comunidade biológica preservada; ausência de atividades antrópicas que ameacem o equilíbrio ecológico; usos não intensivos, especialmente associados ao turismo e extrativismo de subsistência; existência de áreas de reprodução de organismos marinhos.
<b>Z2M</b> Zona 2 Marinha	Estrutura abiótica alterada por atividades antrópicas; comunidade biológica em bom estado mas com perturbações estruturais e funcionais localizadas; existência de atividades de aquicultura de baixo impacto ambiental; ocorrência de atividades de recreação de contato primário.
<b>Z2ME</b> Subzona 2 Marinha Especial	As mesmas da Z2M.
<b>Z3M</b> Zona 3 Marinha	Estrutura abiótica significativamente alterada por atividades antrópicas; comunidade biológica em estado regular de equilíbrio, com claros sinais de perturbações estruturais e funcionais; existência de estruturas náuticas Classe III.
<b>Z4M</b> Zona 4 Marinha	Estruturas abióticas extremamente alteradas, resultantes de atividades antrópicas; comunidade biológica com perturbação do equilíbrio, alteração estrutural das populações ou empobrecimento da biodiversidade; existência de estruturas náuticas Classe IV e V.
<b>Z5M</b> Zona 5 Marinha	Estruturas abióticas significativamente alteradas; comunidade biológica com perturbação do equilíbrio, desestruturação das populações e desaparecimento de espécies; existência de atividades portuárias.

Fonte: São Paulo (2004). Elaboração: Itani; Zuquim, 2020.

Figura 11 - ZEE do Litoral Norte de 2017



Fonte: SMA (2017); IGC (2015); IBGE (2013). Elaboração: Itani; Zuquim, 2020.

O ZEE, apresentado como um instrumento para conciliar o uso e ocupação do solo com as características ecológicas e socioeconômicas, destaca a inclusão de territórios tradicionais em zonas específicas, mas frequentemente apenas à luz das perspectivas de conservação e regulamentação impostas pelas Unidades de Conservação. Isso, em si, limita a gama de atividades que podem ser reconhecidas e suportadas, frequentemente colocando as práticas tradicionais em risco de marginalização ou restrição.

As críticas relacionadas à falta de envolvimento significativo e oportuno das comunidades na formação desses planos de zoneamento – como ilustrado pela inadequada preparação para audiências públicas – revelam uma desconexão entre os processos de planejamento e as populações. Tal situação reflete um padrão onde as vozes das comunidades tradicionais são consultadas tardiamente, se o são, muitas vezes resultando em políticas que não promovem adequadamente suas necessidades e direitos. Ferramentas, como os planos diretores e o ZEE, devem evoluir para garantir que as comunidades tradicionais tenham controle sobre seus territórios, suportando atividades vitais – agrícolas, pesqueiras e florestais – que retomam suas identidades culturais e tradições, se assim os quiserem.

#### **4.6 Metodologias participativas para o mapeamento comunitário feito pelo projeto Redes, análise das cartografias sociais: Espacialidades, Territorialidades e conexões comunitárias**

A partir dos anos 1990, como contraponto a estas representações cartográficas hegemônicas, surgiram iniciativas de mapeamento denominadas como novas cartografias sociais, cartografias participativas, cartografias da ação, contra mapeamentos, mapeamentos participativos entre outras, que se propõem a incluir o ponto de vista das populações locais sobre o processo de produção cartográfica. Essas iniciativas valorizam as práticas, valores e saberes dessas comunidades, bem como evidenciam os conflitos e dificuldades que as ameaçam. Três experiências originais no Brasil, inaugurais, são destacadas: os mapeamentos que precederam e deram base à instituição formal da figura das reservas extrativistas; o conjunto de iniciativas conhecidas como “Guerra dos Mapas”, cujo pressuposto fundamental foi o de contribuir para a afirmação territorial de grupos sociais atingidos pelo Projeto Grande Carajás; e o Projeto Mamirauá, calcado em um envolvimento das comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá para fins de manejo e preservação da biodiversidade (ACSELRAD. H; RÉGIS. L, 2008). Como SANTOS, A (2014) discute: “No centro desta abordagem, abre-se a possibilidade de apropriação da linguagem cartográfica por grupos cujos modos de conceber, perceber e produzir o território que habitam, foram historicamente desqualificados” (SANTOS, A, 2014, pg. 96) (Silva; Fantin, 2018, p.16).

Novas expressões de cartografia se desenvolvem a partir da década de 90. As cartografias sociais, participativas e de ação configuram respostas às práticas cartográficas dominantes. Estas historicamente vinham marginalizando as perspectivas locais em suas produções, o que implica em uma construção narrativa científica que detém poder político. Essas novas iniciativas ressignificam a produção cartográfica. Ao incluir suas práticas, valores e os desafios enfrentados, valoriza as visões das populações mapeadas (Silva; Fantin, 2018).

A apropriação da linguagem cartográfica por comunidades faz com que as mesmas concebam o próprio espaço, antes desqualificadas como agentes de conhecimento do próprio território. Esse movimento faz com que o mapeamento seja uma afirmação cultural e de reivindicação de direitos. As consequências das práticas de cartografias sociais visam o empoderamento dos grupos locais. Assim, esses grupos detêm acesso a ferramentas que podem ser utilizadas para expressar modos alternativos de perceber e interagir com suas terras em resposta ao longo tempo de apagamento cultural (Silva; Fantin, 2018).

Nesse quadro, observa-se que a realização de cartografias sociais envolvendo comunidades quilombolas e outras populações tradicionais e distintos movimentos sociais, possibilita uma racionalização das formas de existência próprias a esses grupos. Formas essas já mantidas e alimentadas secularmente. Nessa experiência cartográfica, o conhecimento tradicional mantido tacitamente ao longo do tempo pelos agentes sociais mapeados são reconfigurados na objetivação das técnicas cartográficas, na elaboração do

mapa e na sistematização de depoimentos. Tais processos “têm permitido a distintas comunidades se reconhecerem e a seus territórios, em um processo simbólico onde os mapas são também a afirmação de sua existência” (Vianna Júnior, 2009, p. 36 *apud* Bargas, 2015, p. 471).

Ao colocarem as populações locais no centro do processo cartográfico, esses esforços ajudam a desvendar narrativas ocultas e a fortalecer a legitimidade das demandas das comunidades. Esse movimento pode promover justiça territorial e democratizar o acesso à informação sobre a gestão do território. Essas novas cartografias podem elaborar correção e distorções históricas do mapeamento tradicional. Podem abrir canais para uma governança territorial mais inclusiva e representativa.

Sessenta e quatro (64) comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas em Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) participam na execução do Projeto Povos<sup>34</sup>. O projeto é fruto de uma reivindicação histórica do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), órgão representante do movimento social que surgiu a partir da união de indígenas, quilombolas e caiçaras originários da região da Bocaina - Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, e recentemente agregou os municípios de São Sebastião e Mangaratiba, na qual se realizam oficinas e partilhas temáticas para compartilhar conhecimentos em várias frentes; agroecologia, saneamento ecológico, educação diferenciada e turismo de base comunitária. O projeto está a cargo do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS). A gestão do projeto inclui a participação de organizações diversas tais como Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Comissão Guarani Yvyrupá (CGY) e Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), entre outras.

Este trabalho em conjunto revela informações sobre o histórico e as demandas das comunidades em diversas áreas sociais como saúde, educação, saneamento e situação fundiária. Também há a catalogação de práticas culturais (festas populares, trabalho, segurança alimentar e governança). Ele também avalia os impactos da exploração de petróleo na Bacia de Santos sobre esses territórios. Já foram produzidas 15 publicações impressas, 55 vídeos curtos e 2 videodocumentários, todos em linguagem acessível e definidos pelas comunidades. Ademais, foi montada uma Plataforma de Mapas<sup>35</sup> do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS):

---

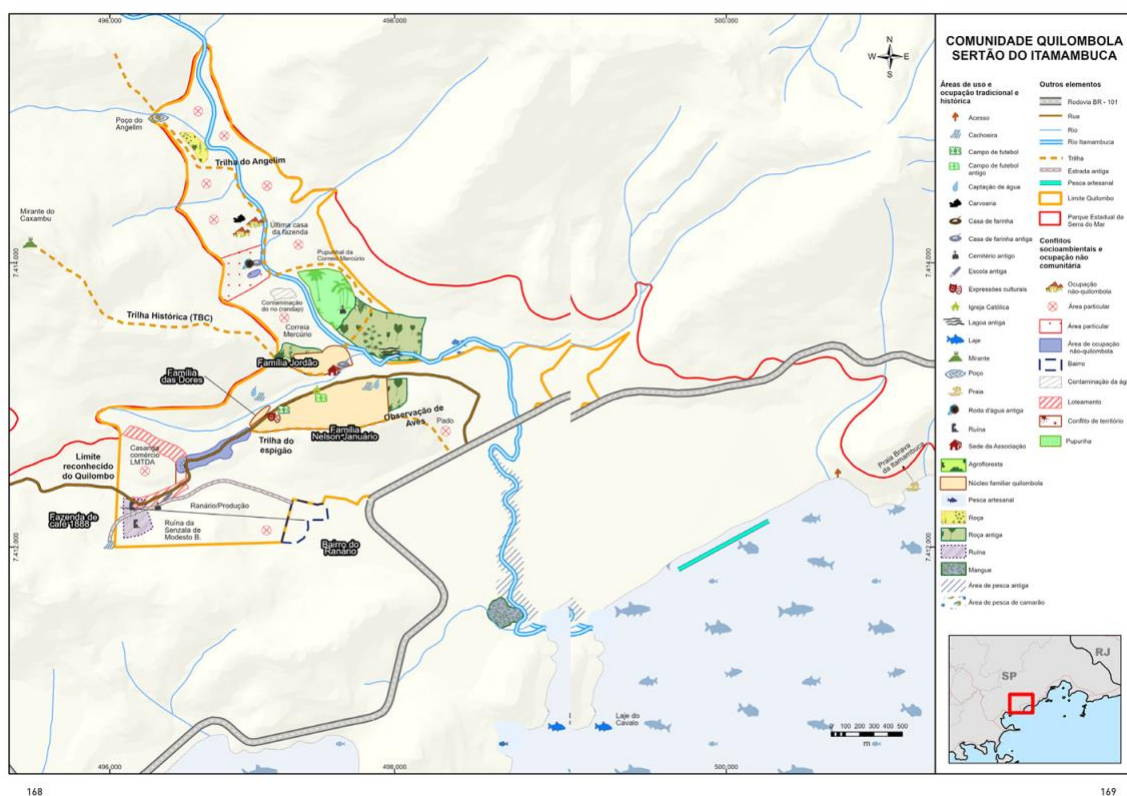
<sup>34</sup> O projeto é uma medida de mitigação exigida pelo IBAMA no contexto do licenciamento ambiental das atividades de petróleo e gás da Petrobras no Polo Pré-Sal. [OTSS - Publicações](#) disponível em 13 de janeiro de 2025.

<sup>35</sup> <https://plataformapovos.org/> disponível em 13 de janeiro de 2025.

Nossa plataforma vai além dos simples mapas. Ela é uma ferramenta de defesa do território para as comunidades tradicionais, na medida que dá visibilidade às diversas práticas culturais, ambientais, além dos conflitos e problemas enfrentados pelos povos indígenas, quilombolas e caiçaras. Cada comunidade é retratada com detalhes através de mapas, fotos, vídeos, depoimentos e publicações que ilustram sua história, identidade e contribuições únicas.

Nesta seção vamos olhar a cartografia social construída junto aos quilombos de Ubatuba em 2023 para entender melhor cada território e suas espacialidades de acordo com o trabalho feito nessas comunidades pelo projeto descrito.

Figura 12 - Cartografia Social do Quilombo Sertão de Itamambuca



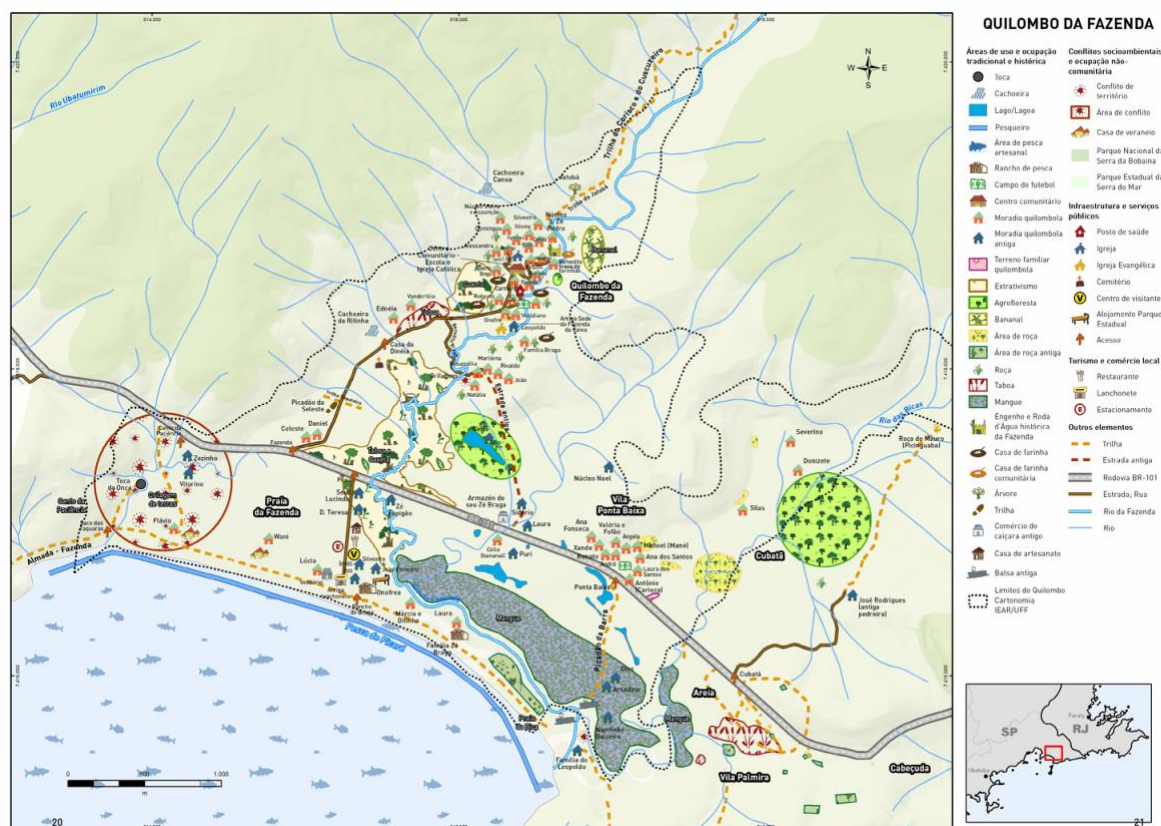
Fonte: Projeto Povos (2023).

O mapa do Sertão do Itamambuca é uma representação territorial que evidencia os limites reconhecidos do quilombo. Aqui vê-se as áreas de uso tradicional e os conflitos de ocupação que enfrentam a população local. Está inserido em um cenário geográfico marcado pela presença do Rio Itamambuca (importante recurso ambiental para as atividades cotidianas básicas da comunidade, como a captação de água que abastece suas casas). Pela rodovia BR-101 o território conecta-se a bairros e à zona central. Também há trilhas históricas internas, como as Trilha do Angelim e Trilha Histórica (TBC).

As áreas tradicionais destacam os espaços de agrofloresta, pesca artesanal e locais históricos, as casas de farinha e ruínas. Esses territórios são compartilhados por famílias tradicionais como as Famílias das Dores, Jordão e Nelson-Santuário, aglomerados de casas que se consolidaram antes do reconhecimento formal do quilombo.

Há a presença de locais de convivência, como igrejas (Católica e Batista) e um antigo espaço escolar. Os conflitos de território ficam evidenciados em áreas onde a pressão urbana e ambiental ameaçam o equilíbrio do território quilombola. Loteamentos que avançam em zonas de preservação e a possível contaminação de recursos hídricos em setores próximos aos mangues. Esses dados mostram a tensão entre o modelo de preservação e a expansão urbana, que também se mostra presente. No entanto, os registros de locais históricos, agroflorestas e atividades pesqueiras revelam a forte ligação dos moradores com o ambiente natural.

Figura 13 - Cartografia Social do Quilombo da Fazenda



Fonte: Projeto Povos (2023).

O mapa do Quilombo da Fazenda apresenta uma visão sobre seus territórios, espaços de ocupação tradicional, conflitos socioambientais e estrutura territorial. A comunidade está situada na confluência da zona montanhosa de Mata Atlântica e áreas costeiras próximas à Praia

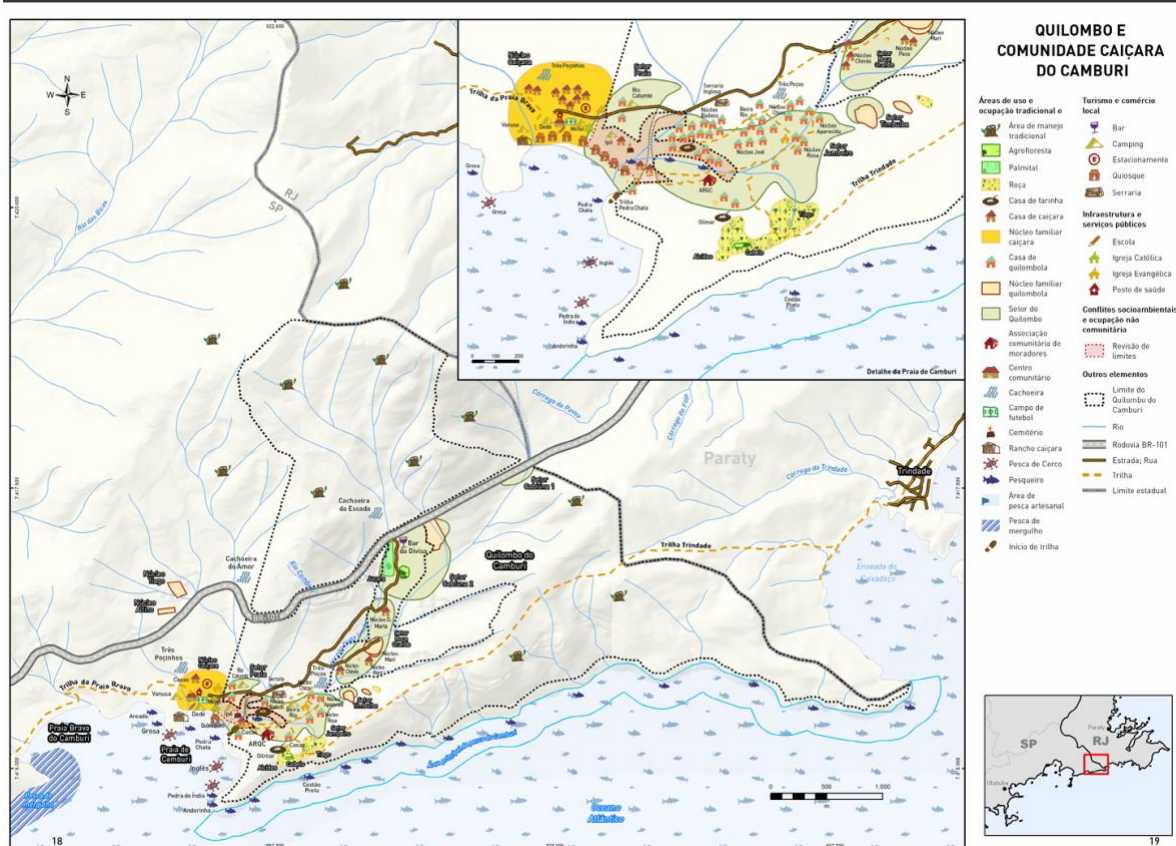
da Fazenda, integrando o Parque Estadual da Serra do Mar. As áreas tradicionais incluem usos diversos (espaços destinados a agroflorestas, roças, pesca artesanal, bananais e manejo de recursos naturais). Elementos históricos e culturais mapeados reforçam as práticas comunitárias, com a presença de casas de farinha, centros comunitários e trilhas históricas.

Equipamentos culturais e familiares próximos à Praia da Fazenda se relacionam à permanência tradicional da comunidade no território da orla marítima, pertencente à Marinha Brasileira, e evidencia o trabalho do quilombo para atendimento do turismo local, pelo TBC, também há espaços como o Centro de Visitantes do Parque Estadual. No sertão, as áreas comunitárias e os serviços públicos e de infraestrutura visíveis incluem: escola, igrejas (Católica e Evangélica), posto de saúde.

A rodovia BR-101, corta o território como um ponto de contraste: embora facilite o acesso à região, também gera pressões e conflitos. Os conflitos indicados no mapa incluem áreas de pressão por ocupação não quilombola. Especulação imobiliária e tensionamentos com iniciativas externas que conflitam com os usos tradicionais na parte sul da orla marítima. Isso se reflete em pontos designados como áreas de conflito territorial. Áreas que coexistem com zonas destinadas à preservação ambiental delimitadas pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina e pelo Parque Estadual da Serra do Mar.

Este mapa mostra a vivacidade e resistência do Quilombo da Fazenda e revela a interação entre pontos históricos, práticas tradicionais, áreas naturais e desafios contemporâneos, como grilagem e o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

Figura 14 - Cartografia Social do quilombo do Camburi



Fonte: Projeto Povos (2023).

O mapa da Comunidade Quilombola e Caiçara do Camburi apresenta as áreas de uso tradicional frente às questões socioterritoriais e infraestrutura presentes. Localizado no limite entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o mapa destaca a sobreposição de elementos naturais e culturais presentes no quilombo.

A área abrange distintas categorias de uso tradicional (agroflorestas, áreas de manejo e roças) junto a espaços socioculturais associados ao cotidiano comunitário (núcleos familiares e as igrejas católica e evangélica). Também mostra as áreas destinadas à pesca artesanal e o rancho caiçara.

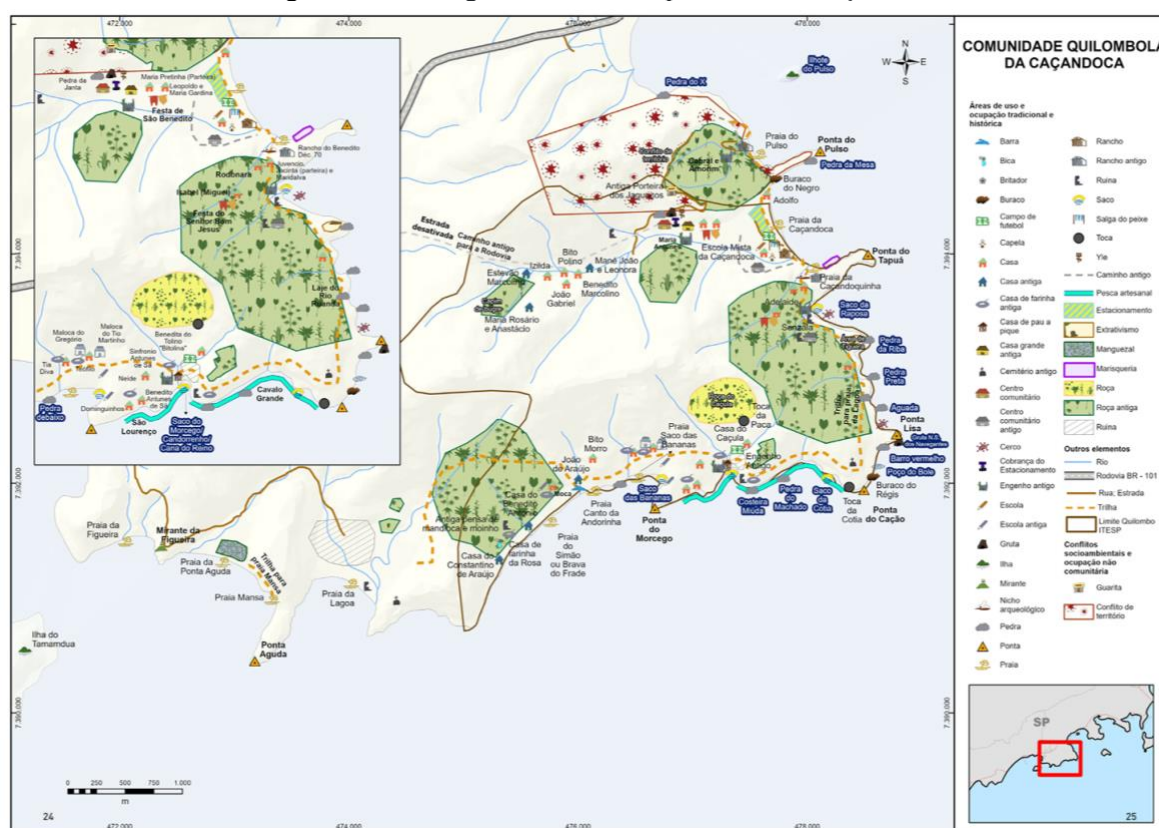
Os conflitos de uso do solo e de ocupação são evidenciados, principalmente na orla da praia. Ali, atividades especulativas desrespeitam as delimitações das terras tradicionais deste território e estabelecem as disputas na região; a revisão dos limites aparece como um ponto crítico. Há neste território a presença de sérias tensões recorrentes entre interesses externos e o reconhecimento do limite territorial desta comunidade.

Em termos de infraestrutura, o mapa aponta para a presença de serviços básicos, tais como: posto de saúde, acessos de transporte, conectados pela Rodovia BR-101, trilhas

históricas da região. Destaque para a Trilha de Trindade e outros caminhos que cortam áreas de preservação. Esses acessos conectam o quilombo às áreas de visitação turística, como bares e campings também mostrados no mapa.

O contraste revelado entre o uso tradicional e o impacto trazido por atividades externas reflete um conflito contínuo sobre a ocupação e o direito a este território. A comunidade articula sua sobrevivência com o fortalecimento das práticas tradicionais e o enfrentamento das pressões externas. O registro de revisão de limites evidencia a constante disputa e resistência do território quilombola e caíçara contra ocupações não tradicionais em equipamentos destinados ao turismo de massa.

Figura 15 - Cartografia Social do quilombo da Caçandoca



O mapa da Comunidade Quilombola da Caçandoca também oferece uma representação de suas áreas de uso tradicional, elementos naturais e conflitos territoriais. Retrata uma diversidade de espaços ocupados pela comunidade. Também demonstra sua relação histórica com o território e os desafios contemporâneos diante de pressões externas e internas.

As áreas de uso e ocupação tradicional são destacadas por práticas culturais, como as antigas casas de farinha, roças, sítios de pesca artesanal e manejo do extrativismo. Além disso, o mapa também exhibe locais de valor histórico e espiritual para a comunidade (cemitérios antigos, a igreja local, sítios arqueológicos e ruínas). Esses locais são associados à ocupação ancestral e reforçam a continuidade histórica do uso do território pelas famílias que compõem a comunidade quilombola.

A conexão geográfica da comunidade é representada pelas estradas que dividem o território, como a Rodovia BR-101. Também há trilhas que reforçam o acesso tradicional e comunitário. O território também possui áreas de preservação ambiental, que margeiam manguezais, rios e praias, como a Praia de Caçandoca e a Praia de Tabatinga. Há uma demarcação de mirantes e pontos de interesse ambiental que fortalecem a ligação da comunidade com os ecossistemas naturais presentes.

Assim como nos demais mapas, também há o apontamento de conflitos territoriais, associados à especulação imobiliária, invasões e disputas por áreas historicamente ocupadas. Territórios identificados como em disputa refletem as tensões diante das pressões externas geradas por interesses urbanos e turísticos. Áreas como a Ponta do Pulso, o Buraco do Negro Adolfo e outras porções costeiras estão presentes nestes conflitos.

O território quilombola é cruzado por espaços turísticos e de uso compartilhado, como camping, guias turísticos e estacionamentos. Essa dinâmica expõe a vulnerabilidade da comunidade frente à maior entrada de fluxos externos e sua capacidade de adaptação.

#### **4.7 Etnografia sobre a entrada em campo**

No dia 11 de janeiro de 2024, realizei minha primeira entrada em campo. Viajei para Ubatuba e visitei o território do quilombo Sertão do Itamambuca. Fui de carro e ao sair da BR 101 comecei a seguir por uma estrada de terra em direção ao sertão, mas fui para uma área nomeada Cazanga, que não pertence ao território quilombola e parecia um bairro urbanizado e periférico. Quando perguntei para um transeunte, ele me indicou o caminho correto e eu me desloquei para outra rota, agora à direita, seguindo pela estrada de terra até chegar ao local onde o centro comunitário do quilombo estava em construção. No centro comunitário ainda em obras, tive uma breve conversa com um dos trabalhadores, que se revelou ser o esposo da presidente da associação de moradores local, Adriana Vieira Leite. Ele foi bastante receptivo à minha presença e me forneceu o contato telefônico de Adriana, o que foi valioso para a comunicação futura.

Neste dia andei um pouco mais pelo território, pude observar a serenidade do local, pontuado por ruas de terra e casas afastadas umas das outras, algumas cercadas por muros. Outras apresentavam estruturas voltadas ao turismo, mas havia principalmente casas residenciais, que mantêm um cotidiano familiar tranquilo em meio à natureza.

Posteriormente retornei ao quilombo em mais três ocasiões para realizar entrevistas em profundidade (dias 8 de julho, 17 de agosto e 3 de dezembro de 2024). As entrevistas foram conduzidas no centro comunitário e residência dos participantes. Durante essas visitas, observei que as famílias geralmente residem em casas de alvenaria, muitas vezes cercadas por espaçosos quintais. Interessante que alguns desses quintais são compartilhados por pessoas do mesmo núcleo familiar, um ponto elucidador que é evidenciado na cartografia social apresentada na seção anterior deste trabalho. As fotografias capturadas durante essas visitas ilustram bem esse contexto.

Fotografia 1 - Placa do Itesp no território



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 2- Centro Comunitário local



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 3 - Interior de uma casa no Quilombo do Sertão de Itamambuca



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 4- Placa com informações para TBC



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 5- Rio Itamambuca no Quilombo do Sertão de Itamambuca



Fonte: Elaborado pela autora.

Neste mesmo dia 11 de janeiro de 2024, após visitar o Quilombo Sertão do Itamambuca, fui visitar o Quilombo da Fazenda. Segui pela direção norte na BR-101, até o acesso à estrada

de terra. Esta rota oferece uma belíssima vista das montanhas cobertas pela Mata Atlântica. Chegando na comunidade avistei casas esparsas, a escola e tinha uma funcionária na secretaria. Aproveitei para dialogar um pouco com ela, que lia a bíblia. Me recebeu de forma generosa e forneceu contatos telefônicos para a pesquisa, pois disse ser da família das lideranças locais. Na sequência, avistei as igrejas locais localizadas ao longo do caminho, tanto a católica quanto a evangélica.

A primeira impressão que tive da vila era de um ambiente tranquilo, bem parecido ao observado anteriormente no Sertão de Itamambuca, com ruas de terra tranquilas, casas com quintais, sem muros. Meu destino foi as ruínas da antiga Fazenda Picinguaba, onde a associação quilombola mantém um restaurante que atende turistas. O restaurante é mantido pela associação de remanescentes. Alinhados com a perspectiva do turismo de base comunitária (TBC), vê-se que abordam temas culturais na escolha da decoração e também fazem referências ao quilombo nos nomes dos pratos servidos. Neste mesmo dia, pude ver Dona Laura, griô e liderança local, em uma roda de pessoas, aparentemente turistas. Ela parecia estar recepcionando a todos, contando histórias locais. Além do restaurante, havia quiosques bem mais simples com produtos locais, cachaças, farinha de mandioca e bolinho de mandioca frito na hora. Todos geridos por moradores da área. Conversei com os moradores que trabalhavam ali e colhi as primeiras informações sobre o local.

Retornei ao Quilombo da Fazenda em 4 de maio de 2024 para uma entrevista em profundidade com Dona Laura, uma das principais lideranças quilombolas não só do seu quilombo como de toda a região. Fiquei surpresa ao descobrir que Dona Laura residia na parte do quilombo localizada na Praia da Fazenda. Sua casa não era na área do sertão que eu havia visitado anteriormente. Ela, junto com apenas uma outra moradora, detém licença para habitar na praia, área sob a jurisdição da Marinha.

Na Praia da Fazenda, a associação também administra um segundo restaurante voltado para os turistas. É uma parceria entre a associação e o Parque Estadual da Serra do Mar. Utilizam o estacionamento da sede do parque para recepcionar os visitantes que frequentam a praia. Esses elementos mostram alianças estabelecidas pelo quilombo e o parque estadual e também mostram a forte presença e organização comunitária presente em todo aquele território. A entrevista correu bem, Dona Laura sempre muito acolhedora e paciente. Ela estava triste, pois havia acontecido um grave assassinato no quilombo no dia anterior. Por conta disso, Santiago Bernardes, coordenador local do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), foi visitá-la no mesmo dia em que eu estava lá, para prestar condolências. Foi assim que conversei

também com Santiago, que virou meu principal parceiro do trabalho de campo nas comunidades que visitei posteriormente.

Em dezembro de 2024, também fui ao Quilombo da Fazenda com o propósito de entrevistar Cristiano, presidente da associação de moradores local. Ele é filho de Dona Laura e por isso tive a oportunidade de me hospedar em sua casa. Havia uma suíte que Dona Laura aluga para visitantes interessados em conhecer ou visitar e usufruir o local em que vivem. Durante este período, além de vivenciar o cotidiano na casa de Dona Laura, também visitei o sertão da Fazenda. Essa visita foi interessante, pois coincidiu com um evento significativo: uma reunião de membros de diversas comunidades tradicionais, que estavam no quilombo para conhecer as experiências de Turismo de Base Comunitária (TBC) desenvolvidas ali. O encontro fazia parte de uma atividade promovida pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), fomentando o diálogo e a troca de experiências sobre o TBC dessas comunidades. Havia muitos membros de diversas comunidades tradicionais da região, em sua grande maioria, mulheres.

Fotografia 6 - Estrada de terra que leva ao sertão do Quilombo da Fazenda



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 7- Escola com educação diferenciada do Quilombo da Fazenda



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 8- Igreja católica do Quilombo da Fazenda



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 9 - Placa no restaurante do Quilombo da Fazenda



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 10- Detalhe do cardápio do restaurante do Quilombo da Fazenda



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 11 - Ruínas da antiga fazenda do Quilombo da Fazenda



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 12 - Quiosques no entorno do restaurante no Quilombo da Fazenda



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 13 - Reunião da FCT sobre TBC no Quilombo da Fazenda



Fonte: Elaborado pela autora.

Minha relação com o Quilombo do Camburi antecede os meus estudos etnográficos. Conheci o território anteriormente, desde a adolescência, tendo sido frequentadora durante

alguns anos. Naquela época, Camburi já era um destino popular, recebendo muitos jovens mochileiros. Estes acampavam tanto na praia quanto na mata, sendo que atualmente essas práticas são proibidas. Em resposta às novas regulamentações ambientais houve um aumento do número de campings ao longo da orla. Também houve um aumento no número de quiosques, que mostram um crescente fluxo de pessoas e a adaptação do local à demanda turística.

Também passei por Camburi no dia 11 de janeiro de 2024. Mas somente pude perceber este aumento das estruturas turísticas na orla da praia. Não tive a oportunidade de conversar com moradores, nem de adentrar áreas do quilombo que ficam nas encostas dos morros. Retornei ao território em julho de 2024 para participar de um evento que será detalhado na seção 5 deste trabalho. Nesta ocasião, me hospedei em uma casa situada na área do quilombo, em uma área de encosta. Essa vivência proporcionou uma experiência mais completa do convívio local. A área de quilombo do Camburi também destaca casas bem separadas em meio à Mata Atlântica. Todas as casas possuem certa privacidade e também reafirma a conexão com a natureza que permeia o cotidiano dos remanescentes.

Em minha volta no dia 3 de dezembro, optei por me hospedar em um quiosque localizado na orla da praia, que não faz parte da área do quilombo. Esta estadia proporcionou uma observação privilegiada da dinâmica turística do local. Durante este período, interagi tanto com turistas como com proprietários de quiosques. Captei uma perspectiva do impacto que o turismo traz ao Camburi e as tensões existentes entre as áreas pertencentes a vila caiçara e a área do quilombo, as duas permeadas pela presença de pessoas “de fora” trabalhando para o turismo de massa local.

Fotografia 14 - Placa do Quilombo Camburi na BR 101



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 15 - Placa do Itesp no Quilombo Camburi



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 16 - Vista a partir de uma casa quilombola em área de encosta no Quilombo do Camburi



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 17 - Rua localizada na orla da praia do Camburi



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 18- Suíte para aluguel na orla da praia do Camburi em área caiçara



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 19 - Restaurante em rua próxima à praia do Camburi



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 20 - Evento cultural na praia do Camburi



Fonte: Elaborado pela autora.

Visitei o Quilombo da Caçandoca pela primeira vez em dezembro de 2024. Foi uma oportunidade que eu aguardava com muita expectativa. Devido à sua localização no extremo

sul do município esta viagem se tornou um desafio para mim, pois é um território que fica mais longe dos outros três quilombos. Para chegar até o quilombo, após percorrer o sentido sul na BR-101, tive que percorrer uma estrada de terra longa em um trajeto que, ao término, desvendou um território muito especial.

Ao chegar no quilombo vi vários membros remanescentes em frente aos centros comunitários. Havia uma cancela em que esses moradores verificavam a entrada e saída de carros, que estava bem intensa, com a movimentação do turismo de massa. Tanto a presença dos moradores na “entrada” do quilombo, como as duas edificações pertencentes à associação quilombola, com livros e mapas locais, sinalizaram para mim uma intensa organização e participação política dos membros da comunidade.

A Caçandoca destaca-se como um belíssimo território, sendo o único quilombo com topografia em área plana à beira mar. O ambiente é fascinante, com casas esparsas em poucas ruas. O quilombo também conta com uma escola local municipal que atende o Ensino Fundamental 1, mas não possui educação diferenciada, como a que já acontece no Quilombo da Fazenda.

Pude observar a presença de numerosos quiosques para atender os visitantes que chegavam de forma incessante no local. Um dos quiosques pertencia a Rafaela, presidente da associação de moradores. Fui hospedada na residência de uma moradora, uma casa simples e agradável. Dona Maria também tinha um quiosque que atendia os turistas na praia. Aliás, Dona Rosa e Isabel, que foram entrevistadas por mim, também eram donas de quiosques na beira-mar. Embora minha estadia tenha sido breve, as lideranças se mostraram atenciosas. Queriam me dar atenção e falar sobre o território, suas alegrias e dores. Isso evidenciou para mim um forte senso de pertencimento à comunidade. Foi uma breve e calorosa experiência no quilombo, que me deixou impressionada. É um território belo e que possui resiliência política notável.

Fotografia 21 - Placa na entrada do Quilombo da Caçandoca



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 22 - Placa do Itesp no Quilombo da Caçandoca



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 23 - Interior de um dos centros comunitários no Quilombo da Caçandoca



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 24 - Interior de centro comunitário construído para as aulas da universidade



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 25 - Interior de um dos centros comunitários no Quilombo da Caçandoca



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 26 - Escola municipal no Quilombo da Caçandoca



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 27 - Rua da orla da praia do Quilombo da Caçandoca



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 28 - Praia da Caçandoca



Fonte: Elaborado pela autora.

## 5 SOBRE A ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS DOS QUILOMBOS DE UBATUBA

Esta seção oferece uma análise qualitativa sobre as comunidades quilombolas de Ubatuba/SP a partir das narrativas dos líderes comunitários. A ideia é interpretar as diversas camadas que compõem este conceito territorial para além de sua compreensão convencional (Graça Filho, 2002; Leite, 2010; Arruti, 2008, 2016; Nascimento, 1980; Ferdinand, 2022; Eliziário, 2021; Souza, 2015; Almeida, 2010).

Esta abordagem metodológica busca a valorização do conhecimento local por meio de uma perspectiva *êmica*. Ela permite uma compreensão mais nuançada e autêntica da realidade quilombola local. Ao centralizar a análise nas vozes dos líderes, o estudo busca superar as limitações de análises externas. A proposta é o desenvolvimento de um estudo decolonial e contracolonial sobre essas comunidades tradicionais.

As narrativas dos líderes comunitários são ricas em experiências pessoais, conhecimentos ancestrais e visões para o futuro. Servem como o principal fio condutor para explorar as complexidades da vida quilombola local: questões de governança local, desafios socioeconômicos e ambientais e perspectivas de futuro. O percurso desta seção, portanto, visa compreender o desenvolvimento da produção social do espaço local das comunidades quilombolas de Ubatuba, e seu processo de territorialização, tendo como ponto de partida os discursos dos líderes de cada localidade. Os temas trabalhados no capítulo, irão surgir a partir das percepções sobre suas próprias realidades.

### 5.1 A apresentação de si a partir do território e a apresentação do território a partir de si

Ao afirmar que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço; é uma produção a partir do espaço” (1993:144), Raffestin acaba se confundindo na própria alusão que faz a Lefebvre, como se este também partilhasse dessa ‘passagem’ do espaço ao território. Ao contrário, para Lefebvre (1986), o espaço também – e sobretudo – é produzido socialmente, não se tratando em hipótese alguma de um “a priori” (uma espécie de “primeira natureza” [para Raffestin; categoria a priori de nossa intuição, para Kant]) sobre o qual reproduzimos nosso trabalho e exercemos poder (Haesbaert, 2009, p. 104).

Haesbaert (2009) analisa a interpretação de Raffestin (1993) acerca da relação entre espaço e território e mostra uma divergência conceitual. Raffestin, ao propor uma separação

entre espaço e território, estabelece uma hierarquia ontológica: o espaço seria a essência sobre o qual o território se estabelece. Esta concepção é refutada por Haesbaert, que identifica uma interpretação equivocada do pensamento de Henri Lefebvre (1986). Raffestin, ao fazer tal distinção, atribui ao espaço uma importância de primeira natureza ou de categoria a priori kantiana, o que contradiz a perspectiva lefebvriana, segundo a qual, espaço e território estão intrinsecamente amalgamados.

Haesbaert, baseando-se em Lefebvre, enfatiza que espaço e território são construções sociais. Ele refuta qualquer noção de espaço como um dado prévio, essencial ou neutro. Esta perspectiva mostra uma compreensão dialética, na qual território-espaço-sociedade torna-se um em um processo criativo e contínuo (Ferreira, 2014).

Os movimentos latino-americanos indígenas, sem-terra, camponeses e cada vez mais os urbanos, são movimentos territorializados numa perspectiva decolonial, segundo Zibechi (2015). Os territórios estão ligados a sujeitos que os instituem continuamente a partir das relações sociais que mantêm. Isso significa, segundo uma perspectiva lefebvriana, que a produção do espaço é a produção do espaço diferencial: quem é capaz de produzir espaço encarna relações sociais diferenciadas que precisam se enraizar em territórios que necessariamente serão diferentes. Isso não se reduz à posse (ou propriedade) da terra. A organização desse território terá características diferenciadas devido às relações sociais que os sujeitos incorporam na criação dos seus espaços e os territórios influenciam estes sujeitos. A epistemologia, que “é toda a noção, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido”, precisa assumir uma perspectiva decolonial. Isso significa romper com o padrão eurocêntrico de todo tipo (Medeiros, 2018). No entanto, na perspectiva decolonial não há a rejeição total da modernidade, há o convite à observação e à construção de modernidades alternativas ao único modelo ocidental (Ballestrin, 2013).

A desconsideração dos aspectos econômicos em detrimento dos aspectos culturais não pode ser afirmada. A própria noção de colonialidade está assentada na denúncia ao capitalismo. A produção dos seus autores carrega as influências de teorias preocupadas com a exploração/opressão econômica – libertação, dependência, sistema-mundo. A analítica da colonialidade (o pensamento decolonial) consiste no trabalho de desvendar como essa matriz funciona. A opção descolonial é o projeto de tirar todos da miragem da modernidade e da armadilha da colonialidade (Ballestrin, 2013; Mignolo, 2008).

O propósito desta seção é investigar os territórios quilombolas em Ubatuba, São Paulo, a partir das narrativas de lideranças locais. Aqui, **o território se configura como o lugar que assenta e também influi nessa construção dinâmica, fruto das práticas sociais e culturais**

**de seus habitantes.** As histórias do lugar, expressas por vozes de lideranças quilombolas, contam experiências pessoais e coletivas. À medida que estas narrativas se desenrolam, os territórios quilombolas vão sendo revelados em sua complexidade, em uma perspectiva decolonial (Quijano, 2002).

As atividades de trabalho, as relações sociais e as manifestações culturais dos quilombolas acontecem e produzem o espaço. Confere significados, delimitações e funcionalidades. **O território não se configura como um palco passivo, sobre o qual a vida quilombola e a sua produção do espaço se desenrola. É um elemento ativo e próprio, que influencia nessa produção do espaço e na construção da identidade e comunidade (Lefebvre, 1986).**

Este trabalho, embasado no conjunto das vozes de lideranças locais (ricas em experiências pessoais e saberes ancestrais) oferece uma visão sobre processos de territorialização com seus desafios enfrentados e transformações vividas por indivíduos do local. Essa abordagem vai além da cronologia histórica. Segue o fio da memória e das histórias contadas; esse percurso adiciona camadas de significado aos temas emergentes. Em vez de seguir uma estrutura acadêmica tradicional com cronologia e temas bem definidos, os tópicos e análises surgem e se entrelaçam. Há a formação de uma espécie de bricolagem<sup>36</sup> que irá informar e explicar os processos locais sem uma ordem linear histórica e social bem demarcada.

Através das histórias pessoais das lideranças, vivenciadas de forma coletiva, pode-se compreender o desenvolvimento das territorialidades. Vê-se as histórias dos espaços, as lutas contemporâneas por reconhecimento e direitos, entre outras experiências de ordem comunitária.

Seguem algumas apresentações pessoais dos entrevistados em campo:

Eu me chamo Adriana Vieira Leite. Tenho 40 anos. Sou uma remanescente quilombola. Estou à frente da associação desde 2020, como presidente. Sou filho de quilombola. Os meus pais se chamam Paula e Benedito. Sou remanescente por parte de pai. O tronco, como se fala, o tronco escravo, foi da parte do meu pai. Embora meu pai seja bem galegão, mas o tronco é da família dele, de remanescência, porque por onde a gente puxou a árvore genealógica foi do meu pai. Meu pai vai fazer 71 anos agora em julho. Tá aqui, tá firme e forte (Adriana Vieira Leite, liderança do quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024).

Eu nasci no Campinho. Vim pra cá, pro Quilombo da Fazenda, com seis anos. Faz cinquenta e... sessenta e pouquinho, né, que eu moro aqui. Eu vim com seis, tô com sessenta e oito. Eu fundei o quilombo, fui eu a fundadora. Devido a uma violência, isso trouxe uma visão e uma força, como se fosse uma luz que se abriu no final do túnel.

---

<sup>36</sup> O conceito de bricolagem, desenvolvido por Claude Lévi-Strauss na antropologia, descreve um processo criativo pelo qual as culturas constroem novos significados e sistemas a partir da reorganização de elementos disponíveis em seu ambiente. Destacando a flexibilidade e adaptabilidade, a bricolagem contrasta com o pensamento linear e sistemático da ciência ocidental. Lévi-Strauss apresentou este conceito em sua obra *La Pensée Sauvage* (1962), ilustrando como as sociedades ditas primitivas constroem ideias e instituições de maneira inovadora e improvisada.

Então, eu fui a fundadora do quilombo, juntamente com o Sr. Zé Pedro, que era o griô, que já faleceu. Aí, fui presidente por 12 anos, venci aquele mandato, eles me elegeram novamente. Hoje, eu sou líder comunitária, coordenadora do TBC, da Rede Nhandereko. Sou mais outras coisas. Tem um monte de coisa aí, né? Sou presidente do Conselho Quilombola Municipal de Ubatuba. Enfim, faço parte do Negro, represento as mulheres negras do estado de São Paulo. Então, tem uma série de coisas aí que eu faço parte. Olha, pra mim, o Quilombo da Fazenda, ele... Pra mim, é tudo, né? É o meu lugar. Onde eu me criei, a minha cultura, a minha origem também, quanto quilombola. Então o quilombo pra mim, ele é tudo, é tudo. Eu sou o quilombo e o quilombo é meu, entendeu? (Dona Laura liderança do quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

Bom, eu me chamo Mário, Mário Luiz Leite, mais conhecido como Marinho na comunidade, que aqui, na verdade, é a regional lá do norte, que todo mundo me conhece como Marinho. Falou Mário, são poucos que me conhecem. Bom, eu sou quilombola, filho, neto de ex-escravos, filho de Nelson Januário Leite, que é um dos troncos que ficou da família da Maria Jordão, que é a minha avó, que é essa foto que você vê ali atrás. E fui nascido na comunidade, nascido e criado aqui na comunidade. Hoje eu tenho 53 anos, sou formado em monitoria ambiental, monitor ambiental. Faço vários trabalhos aqui na comunidade. Alguns dos trabalhos é o trabalho voltado na educação ambiental com as crianças. Gosto muito de fazer esse trabalho com as crianças. A gente recebe as escolas que vêm para a comunidade. Vamos mostrar para as crianças todas essas diversidades que nós temos na nossa natureza, né? Tenho também um time de futebol que eu sou responsável, que eu fundei aqui com as crianças na comunidade. E faço outros trabalhos com o pessoal, trabalho de educação ambiental, também de limpeza de rios. Na verdade, a minha infância foi muito voltada aqui dentro da própria comunidade. Eu nem saí pra fora, nem tive essa oportunidade como outras crianças tiveram, de nascer dentro da comunidade e depois os pais levam pra fora. Eu nasci dentro da comunidade, fui criado aqui com meus primos, com meus pais, meus primos, a minha avó, a minha avó de Jordão. Então, a minha vida toda foi aqui dentro, nunca saí da comunidade. Depois de adulto, eu permaneci na comunidade e estamos aí até hoje. (Mário Luiz Leite, liderança do quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Bom, meu nome é Jurandir Cesar do Prado, tenho 53 anos, estou enquanto coordenador estadual pela CONAQ<sup>37</sup>, sou vice-presidente da associação, sou militante de forças das comunidades tradicionais, Faço parte de dois conselhos aqui de Ubatuba, o conselho quilombola, o conselho dos povos e comunidades tradicionais e também faço parte da Teia dos povos<sup>38</sup>. Eu sou uma das lideranças do território, entre tantas. O nome da minha

---

<sup>37</sup> Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ. Em 1995, durante a Marcha Zumbi dos Palmares, o “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas” deu origem à Comissão Nacional Provisória das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Naquele momento, com o conhecimento da existência de 412 comunidades, a estrutura da Comissão foi pensada. Estados como Maranhão, Pará e Bahia, com histórico de articulação e mobilização, tiveram destaque. A Comissão Nacional nasceu com o propósito de mobilizar as comunidades em todo o país. <http://conaq.org.br/> disponível em 17 de janeiro de 2025.

<sup>38</sup> A Teia dos Povos é uma articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas. Extrativistas, ribeirinhos, povos originários, quilombolas, periféricos, sem terra, sem teto e pequenos agricultores se juntam, enquanto núcleos de base e elos, nessa composição com o objetivo de formular os caminhos da emancipação coletiva. Ou seja, construir solidariamente uma Aliança Preta, Indígena e Popular. [Teia dos Povos – Articulação de povos, organizações políticas, territórios e comunidades em luta por Terra e Território](#). disponível em 17 de janeiro de 2025.

mãe se chama Isaltina Maria Santos Prado e o nome do meu pai é Pedro Cesario da Prado. A minha mãe é mulher preta, quilombola, então a gente chama de Saco da Raposa aqui do território quilombola da Caçandoca. Meu pai é Pedro Cesario do Prado, caiçara, do Pulso, que não é um território Caiçara, que hoje em dia foi dominado por um loteamento milionário chamado loteamento do Pulso. Então meu pai é um homem branco, caiçara, e minha mãe é mulher preta, quilombola. (Jurandir, liderança do quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

Meu nome é Isabel dos Santos Prado Silva, tenho 52 anos e atualmente estou como presidente do deliberativo da Associação dos Remanescentes do Quilombo da Caçandoca. Minha mãe ela nasceu aqui no Saco da Raposa e meu pai nasceu no condomínio onde hoje é o loteamento do Pulso. Não é condomínio, é loteamento do Pulso. Minha mãe, com dois filhos, foi mordida por cobra. Naquela época não tinha recurso, ela foi piorando, piorando, piorando. E aí, automaticamente, ela se viu obrigada a ir morar no Guarujá, com ajuda da minha avó, achando que voltaria. Mas naquela época, a submissão da mulher, o marido, filhos, ela acabou ficando. Ela ficou lá, nos teve, a gente nasceu lá. Depois, quando todos os filhos já eram adultos, ela resolveu retornar pra cá. Pra ser muito honesta, eu nunca me imaginei morando aqui. Minha vida toda era cidade. Só que aí, quando eu conheci o meu marido. Ele veio visitar aqui, ele gostou e falou da dificuldade da minha mãe, porque na época não tinha luz, não tinha transporte, não tinha nada. Então ele falou assim, ó, vamos vir morar pra cá, vamos vir morar. Aí eu vim. (Isabel, liderança do quilombo da Caçandoca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

À luz da concepção foucaultiana de sujeito<sup>39</sup>, a análise da genealogia e identidade quilombola, oferece uma perspectiva sobre as narrativas das lideranças entrevistadas. Para Foucault (2008), o sujeito não é uma entidade fixa, mas uma posição possível de ser ocupada. As declarações dos líderes quilombolas são manifestações de diversas “posições de sujeito” ao qual eles assumem ao enunciar suas identidades e histórias. Adriana Vieira Leite se identifica como remanescente quilombola e rememora sua ascendência; Mário Luiz Leite se apresenta como filho, neto de ex-escravos. Assim eles declaram fatos genealógicos, mas principalmente buscam ocupar posições de sujeito específicas na construção dos seus discursos. Estas posições são definidas pela relação que estabelecem com a história social e familiar, com o território e com a comunidade.

A dispersão do sujeito, mencionada por Foucault (2008), mostra-se evidente na multiplicidade de papéis que estes líderes assumem. Por exemplo, Dona Laura se apresenta como fundadora do quilombo, líder comunitária, coordenadora do TBC, e representante das

---

<sup>39</sup> “O sujeito, para Foucault (2008), não é uma categoria gramatical e sim uma posição possível de ser ocupada. Ao enunciar, o sujeito assume determinadas “posições de sujeito”, que se definem pelo conjunto de situações que ele pode ocupar em relação a grupos de objetos, ou seja, se ele questiona, ouve, observa. As modalidades enunciativas manifestam a dispersão do sujeito, os diversos status, lugares e posições que ele pode ocupar quando exerce um discurso” (Sousa, 2020).

mulheres negras do estado de São Paulo. Cada uma dessas posições representa uma modalidade distinta, através da qual ela exerce diferentes formas de discurso e poder.

A identidade quilombola não é uma essência fixa. É um conjunto de posições discursivas e estratégicas que os sujeitos ocupam. A genealogia é um recurso discursivo em que os líderes quilombolas negociam e afirmam suas identidades e seus direitos territoriais. A forma como os entrevistados relatam suas próprias histórias e as de seus antepassados ilustra as diversas situações que ocupam em relação aos “grupos de objetos” mencionados por Foucault (2008). Ao narrarem sobre o “tronco escravo” ou a “árvore genealógica”, eles interpretam e ressignificam esses elementos. Assim, eles ocupam as posições de herdeiros, de narradores e agentes ativos na construção da identidade quilombola.

Os papéis e o engajamento das lideranças quilombolas são aspectos na dinâmica social e organizacional dos quilombos de Ubatuba. A multiplicidade de papéis reflete a complexidade das demandas enfrentadas pelos indivíduos das comunidades. Também demonstra a capacidade de adaptação e o comprometimento dessas lideranças com o bem-estar de todos. Esses líderes podem ser considerados como um dos pilares que possuem a capacidade de fomentar a coesão social.

As apresentações dos líderes demonstram os desafios, históricos e contemporâneos, enfrentados pelas comunidades. Isabel, por exemplo, menciona a falta de infraestrutura básica, que era característica comum do território no passado (ausência de eletricidade e transporte), e como isso marginalizou essas populações. Dona Laura faz uma alusão a um episódio de violência que catalisou a fundação do Quilombo da Fazenda. Ela sugere que a resistência e a organização comunitária manifestam vigor, potência em situações de opressão ou ameaça, temas que serão abordados mais à frente.

Estes relatos evidenciam que os desafios enfrentados pelos quilombolas englobam lutas contra a discriminação, a invisibilidade social e as ameaças à integridade territorial. Além disso, sugerem que, enquanto alguns desafios históricos foram parcialmente superados, novos obstáculos são criados no contexto contemporâneo.

A menção de Jurandir ao loteamento milionário que ocupa um território tradicional aponta para as pressões históricas e atuais relacionadas à especulação imobiliária e às transformações do espaço urbano. Estes ameaçam de forma intermitente a continuidade e a autonomia das comunidades tradicionais. Estes desafios demandam das lideranças adaptação e resistência. Requerem estratégias como a luta jurídica pela demarcação e titulação das terras, a preservação cultural e desenvolvimento de alternativas econômicas.

O fenômeno da migração é um tema recorrente nas narrativas; demonstra as complexas dinâmicas territoriais e identitárias dessas comunidades. O relato de Isabel exemplifica esse processo: sua mãe, após ser mordida por uma cobra e diante da falta de recursos médicos locais, foi compelida a migrar para o Guarujá. Esse padrão migratório, observado entre as populações tradicionais das praias brasileiras, reflete um fenômeno histórico em todo o país. As áreas das comunidades atraem o interesse dos ditos promotores da modernização. Estes veem esses territórios como espaços não plenamente explorados pelo capital. Como resultado, eles se instalam dentro ou nas proximidades dessas comunidades; causam deslocamentos ou submetem esses grupos a novas dinâmicas sociais. Este processo manifesta-se na forma de empreendimentos turísticos e outras atividades econômicas que disputam o direito à terra (Paula, 2019).

A interseccionalidade e diversidade também desempenham um papel na formação da identidade e nas dinâmicas de liderança dessas comunidades. O depoimento de Jurandir oferece um exemplo dessa interseccionalidade. Jurandir destaca que sua mãe é mulher preta, quilombola e seu pai é um homem branco, caíçara. Esta descrição ilustra a diversidade racial presente nas comunidades quilombolas da região. Também aponta para a intersecção de diferentes identidades culturais e étnicas. A presença de uma ascendência mista, combina elementos quilombolas e caíçaras e essas identidades se cruzam e se influenciam mutuamente. Essa característica mostra-se presente em todos os quilombos aqui abordados.

As relações intercomunitárias persistiram através de redes de solidariedade e apoio mútuo que transcendem as fronteiras das comunidades tradicionais presentes na região do litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro. Os depoimentos das lideranças entrevistadas oferecem visões sobre essas conexões. Dona Laura, por exemplo, menciona sua participação na Rede Nhandereko<sup>40</sup> e sua atuação como coordenadora do Turismo de Base Comunitária (TBC). Essas informações indicam a existência de estruturas organizacionais promotoras de colaboração entre diferentes comunidades tradicionais. De maneira similar, Jurandir traz informações sobre instituições, regionais e nacionais, que são importantes para o estabelecimento do diálogo e a articulação entre as comunidades tradicionais do país. Destaca seu envolvimento em múltiplos conselhos, como o conselho quilombola e o conselho dos povos e comunidades tradicionais<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> [Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária - TBC](#) disponível em 08 de dezembro de 2025.

<sup>41</sup> O Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, instituído pelo Decreto nº. 8.750, de 9 de maio de 2016 (Brasil 2016), tem por finalidade o acompanhamento e aprimoramento das políticas públicas para os Povos e

As relações intercomunitárias se mostram fundamentais na construção da resiliência e no fortalecimento das comunidades quilombolas de Ubatuba. Essa união entre diferentes comunidades amplifica vozes em esferas políticas e facilita o compartilhamento de práticas tradicionais e estratégias de resistência. Essas relações se estendem a outras instâncias tradicionais, como comunidades caiçaras e indígenas da região. Assim, há a construção de respostas mais coordenadas e elaboradas aos ataques políticos e jurídicos que constantemente recebem. Isso sugere a formação de alianças estratégicas baseadas em experiências e desafios compartilhados. Esse tema será melhor abordado no decorrer do trabalho.

## 5.2 O Território e sua ocupação histórica

Empresários, políticos ou cientistas alinhados com interesses capitalistas, usam como argumento, para negar os direitos atuais das comunidades sobre suas terras (Paula, 2019), o fato de que uma comunidade não descenda diretamente de um quilombo na acepção tradicional, ou que a área ocupada hoje não corresponda exatamente à de seus antepassados.

A memória coletiva, as práticas culturais e as estratégias de resistência moldam a ocupação e a identidade caiçara/quilombola ao longo do tempo. É necessário desconstruir a noção de que os territórios quilombolas atuais devem obrigatoriamente ser uma continuidade direta dos refúgios de resistência dos escravizados do passado. Essa perspectiva, frequentemente difundida, é utilizada para minar a legitimidade da luta quilombola pelo direito ao território como local de vida e trabalho (Arruti, 2016).

Oliveira (1977) menciona grandes fazendas na história do município de Ubatuba-SP. A Fazenda Lagoa, localizada perto do bairro da Caçandoca, na região sul, era uma delas. Os proprietários, conhecidos como Antunes de Sá, deixaram parte da propriedade aos trabalhadores escravizados. Os descendentes continuam a lutar pelo direito ao território histórico da comunidade como remanescentes do Quilombo da Caçandoca. A Fazenda Cazanga, no Sertão do Itamambuca, norte de Ubatuba, também abriga ruínas dos imponentes muros do solar da fazenda. Os remanescentes deste quilombo ainda batalham pela desapropriação de parte do seu território histórico reconhecido.

Há os vestígios da antiga Fazenda Picinguaba, cuja história é especialmente distinta. Foi leiloadada em 1893 e ganhou o nome de Fazenda da Caixa por ter sido propriedade da Caixa Econômica Federal, antes de ser doada à Marinha nacional. Atualmente, seu território continua

---

Comunidades Tradicionais que se identifiquem como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, garantindo que suas tradições culturais, religiosas, econômicas e territoriais sejam preservadas.

sendo disputado entre a comunidade remanescente do Quilombo da Fazenda e o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) (Pereira, 2021).

No século XIX o ciclo cafeeiro apresentou seus melhores resultados para o litoral, mesmo tendo indícios de atividades no ano de 1708. Cerqueira (1966) relata que as maiores plantações de café do litoral norte paulista situavam-se ao lado de Ubatuba e Caraguatatuba, em grandes fazendas que funcionavam com mão de obra escravizada. Das fazendas do município de Ubatuba, o autor relata o nome de três: Fazenda Cambory de Manuel de Oliveira Santos, natural de Ubatuba; Fazenda Picinguaba de Maria Alves de Paiva, natural do Rio de Janeiro; e a Fazenda São Pedro de Âlcantara, em Brakamenrinduba. Tendo como maiores produtores os imigrantes, estes detinham mais posses. Entretanto, em torno de 1850, com a chegada do café do Vale do Paraíba, o cultivo do litoral começou a cair (MANSANO, 1998). Dado o contexto da Fazenda Cambory, a qual processava o açúcar e a aguardente de cana com mão de obra escravizada, apresenta-se a primeira versão do que poderia ser a origem dos primeiros moradores de Cambury. No início do século XIX, com a crise da indústria açucareira, o proprietário veio a abandonar as terras, onde os escravos se estabeleceram, formando um pequeno aglomerado de famílias. A segunda versão diz respeito a um grupo de escravos fugidos da região de Paraty (RJ): "A Josefa foi uma escrava saída da tribo de Paraty, que saiu fugida junto com seu bando. Eles vinham pescar aqui na praia, tirar marisco das pedras. Foi na época da escravidão" (Depoimento de Fernando Soares, morador local, in: Mansano, 1998, p. 50). Ambas as versões, portanto, comprovam a presença de núcleos de negros escravizados na ocupação inicial do bairro, datando cerca de cento e cinquenta anos. Além desses núcleos, a chegada de descendentes de índios e famílias "caiçaras" (ITESP, 2002), foi dando continuidade à composição populacional. A identidade atribuída ao bairro, entretanto, por ITESP (2002), Simões (2022), Mansano (1998) e Silva (2000) é "caiçara", e para Gallo (2012) é "caiçaras e/ou quilombolas", onde todos utilizam o termo "comunidade tradicional". Partindo dos processos de auto identificação, evidencia-se, contudo, que os termos "comunidade", "tradicional" e "quilombola" são recentes (Pereira, 2021, p. 9).

Meu pai fala que antigamente a área da praia era um cafezal e eles estudavam lá na praia. Hoje onde é o riozinho ali que pega o resort, ali era a escola deles. E no meio da praia eles falavam que eles pescavam. Era um poço muito fundo, se pegava bastante peixe, passava a tarrafa. Então assim, eles pescavam lá, mas não tinha comunidade lá. Tinha poucas pessoas que moravam lá. A gente tem pessoas que são de quando meu pai era criança, que são vivas ainda, que moravam lá. Tem poucos, mas tem. Eram daquela área ali. E assim, se a gente fosse requerer mesmo a área quilombola, a gente iria até a beira da praia. Porque era uma fazenda só. Só que a gente não quis, a gente pegou pra evitar conflitos, a gente pegou da pista pra cima. E não adianta a gente ser ganancioso, né? Porque a briga demora mais. O que vale é a gente poder ter um espacinho pra colocar nossos filhos agora pra frente. Eu acho que assim fica melhor. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

É só uma família. A gente divide, né? Esse núcleo aqui é de Tio Jordão. Aí, mais pra frente, tem a família do Nelson Januário, tem a da Presciliana e tem a das Dores. São os irmãos. Cada um pegou um pedaço de terra e foi ocupando.

Então essas 250 pessoas são praticamente... É, e tem a família da Dora que é subir no morrinho, um pouquinho mais pra cima. Então se você for colocar na ponta da caneta tem mais ou menos umas 250 pessoas. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

Então, na verdade, a nossa associação foi montada em 2005 por causa da especulação imobiliária. Tinha muita gente de olho na nossa área, né? Que a minha bisa deixou lá atrás pra gente, né? Que foi uma herança recebida pela Escrava Tronco. Não sei se pode se dizer Escrava Tronca, mas é a tataravó da minha bisavó. Então, foi deixada essa terra pra gente. E já lá, em 1988, se eu não me engano, em 1988, né? Se eu não me engano, já não poderia vender. Era para deixar para os filhos, netos e passando de geração para geração, né? E aí, devido à especulação imobiliária, o meu tio, que hoje não está mais aqui, que se separou da... É tio porque era casado com a irmã do meu pai, né? Ele, conversando com outras pessoas, soube que na Caçandoca tinha um quilombo, né? Que eles puxaram lá as certidões dos antigos e comprovou que tinha quilombolas lá, aí do Camburi também. E aí ele começou também a puxar essas certidões. Em 2005, nós montamos e formalizamos a associação. Em 2007, fomos reconhecidos pela Fundação Palmares. Se eu não me engano, foi 20 de novembro de 2007, em 2010 pelo ITESP. E aí a gente começou essa luta diária. O primeiro presidente foi o Evanil, depois veio o André, depois o Mário, depois o Wagner, depois veio o seu Gabriel, depois veio o Wagner e eu. E aí agora sou eu que sou a frente, né? Eu sempre fui tesoureira, secretária, conselheira fiscal, mas como presidente mesmo. No papel eu tô desde 2020, mas assumi o cargo em 2022, finalzinho de 2022 pra começo de 2023 que estou à frente da associação. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

Com cerca de umas 70 famílias, entre quilombolas e não quilombolas, porque tem aqueles também que não são quilombolas, que compraram, que vieram antes do reconhecimento, compraram e estão instalados aqui, mas eu acho que tem cerca de umas 70 famílias. E os quilombolas mesmo temos 49 famílias, um pouquinho mais, acho que 50 famílias já temos hoje na comunidade, quilombolas. E tem mais algumas famílias, umas 20 por fora, que são quilombolas, que estão morando fora da comunidade, que têm o desejo de voltar para a comunidade, que estão, inclusive, estão associadas na associação do quilombo. (Mario, liderança do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

O território do quilombo tem 509 hectares de terra, que foi demarcado pelo ITESP e já foi concluído pelo INCRA, né? Então, nós temos 509 hectares de terra. Então, essa estrada, ela corta tanto aqui o Sertão de Itamambuca, como também a Cazanga. Então, se chega a um certo ponto dessa estrada, já não é mais o quilombo, já é fora do quilombo. Por exemplo, onde é a antiga escola. Ali ainda é a área do quilombo. Passou daquela antiga escola para lá, já não é mais o quilombo. Já é uma área que se considera de Cazanga. Então, o território nosso é toda essa área. Pegamos de lá para cá. Pega até a parte de Itamambuca, que vai até a cota 100. E hoje nós temos a aldeia indígena, que é o Rio Bonito, né? E estamos sob o posto do nosso território. Então, se for feito um acordo entre nós e eles, se instalarem ali, porque ele até foi reconhecido primeiro, depois que eles vieram e tal, reivindicaram uma área ali, e aí a gente sentou com o INCRA e com a FUNAI, e aí foi feita esse acordo deles ficarem sobrepostos à nossa área, mas tá dentro do nosso território. (Mario, liderança

do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Em sua narrativa, Adriana mostra o contraste entre a ocupação quilombola e o desenvolvimento turístico/imobiliário. Este movimento alterou as dinâmicas locais nas últimas décadas. Atualmente, a geografia da área é caracterizada pela praia de Itamambuca, o Condomínio Itamambuca ocupando grande parte da planície costeira, o Rio Itamambuca que forma um estuário na praia e a rodovia BR-101 (Rio-Santos) que serve como fronteira para a área reivindicada pela comunidade quilombola (Mendes; Pereira, 2004).

Em 2005 em resposta às pressões da especulação imobiliária, moradores da comunidade formam a associação de remanescentes e logo em 2007 há o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares e em 2010 pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Em um contexto de transformações urbanas e violenta expansão turística, os marcos por reconhecimento e direitos territoriais são provas da existência de um trabalho e luta coletiva na busca por garantias da existência da identidade e direitos dos povos da terra.

O antigo cafezal e a escola na praia foram substituídos por novas estruturas, isso mostra a alteração no uso e significado do território. A decisão de limitar as reivindicações territoriais às áreas de sertão, demonstra realidades impostas pelo ideal capitalista.

Demarcado pelo ITESP, e confirmado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o território quilombola se estende por uma área de 509 hectares. Esta área inclui o núcleo principal do quilombo e se estende até a cota 100<sup>42</sup> em Itamambuca. Resultado de um acordo mediado entre o INCRA e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), há a sobreposição parcial do território com a aldeia indígena Rio Bonito, que demonstra a complexidade das relações territoriais e étnicas desta região.

Eu entrei para a escola com 13 anos, primeiro ano, foi construída uma escola pelos próprios comunitários de pau a pique. A professora era lá de Maranduba, ela vinha e ficava o ano inteiro, porque ela não tinha como voltar. Então, ela ficava aqui, direto. Mas a gente era feliz, a gente tinha nossa cultura, a gente brincava, a gente dançava, a gente festejava, não tinha... Era uma caminhada pra Ubatuba de 12 horas, uma caminhada pra Paraty de 10, mas quando a gente fazia as nossas festas, era a festa que durava a semana toda, não sei de onde vinha todo esse povo, lotava, ninguém pagava nada pra festejar, pra comer, pra beber, era tudo gratuito. Hoje, pra você ir numa festa, se não tiver dinheiro,

---

<sup>42</sup>Cota 100 refere-se a uma política de gestão territorial implementada em algumas áreas de proteção ambiental no Brasil, incluindo o Parque Estadual da Serra do Mar. No contexto deste parque, a Cota 100 estabelece um critério de proteção que proíbe a ocupação, a construção ou quaisquer atividades impactantes em terrenos acima de uma altitude específica, que tradicionalmente era definida em 100 metros acima do nível do mar. Essa norma visa a preservação das encostas e cumes, que são áreas ecologicamente sensíveis e de grande relevância para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos (Costa, 2009)

você nem vai. Nessa época, era tudo dado, porque a gente colhia tudo da roça, nossa alimentação, e era saudável, né? Hoje, a gente tem que enfrentar o conservante, o enlatado na cidade, o alface com veneno. Naquela época, a gente plantava tudo comida saudável. E aí a gente fornecia comida pro povo, a gente criava também. Então a gente tinha muita criação, então a gente não tinha falta de nada. A única coisa que a gente fazia, troca na cidade. Além de fazer essa caminhada toda, a gente ia levando o peso nas costas, porque o principal produto era a farinha. Então a gente levava farinha para os armazéns e vendas da vida, que nem era supermercado. **Era o tempo em que Ubatuba era mato.** E a gente levava para fazer troca com ele só com o sal e a querosene. Porque era a única coisa que a gente não tinha. Então a gente não tinha energia, fazia lamparina, né? Lampião. Então tinha que ter a querosene e o sal. Era só o que nós não tínhamos. O resto a gente tinha tudo. (Dona Laura liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

Antigamente, no passado, o pessoal... Eles eram bem mais unidos assim, eles trabalhavam com mutirões. **Nada era vendido naquela época, tudo era trocado, então eles produziam tudo, eles produziam arroz, feijão, café.** Da banha do porco eles retiravam o óleo, então a única coisa que eles iam comprar no centro da cidade é o sal pra salmoura, pra salgar o peixe, salgar a carne, que na época eles caçavam porque uma época que era uma forma de necessidade mesmo, não tinha rodovia na época. Então eles iam 12 horas pra Ubatuba pra comprar o sal e 9 horas pra Paraty também, era um pouco mais perto pra Paraty, comprar o sal, o querosene e a vela, porque não havia energia naquela época. E aí faltou, por exemplo, ah, eu não tenho açúcar. E aí lá no vizinho trocava, nada era vendido, era trocado. Então um ajudava o outro, havia aquele mutirão, e depois do mutirão eles faziam um baile. Então se reuniam, dançavam, tocavam juntos. E aí tinha essa essência no passado assim, que é uma essência que eles precisam resgatar hoje em dia. (Cristiano, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em dezembro de 2024).

As narrativas mencionam a autossuficiência da comunidade obtida através da cultura caiçara local. Dona Laura e seu filho Cristiano, lideranças do Quilombo da Fazenda, mostram uma parte da vida na comunidade, referente a meados do século XX. Destacam aspectos como o isolamento geográfico, com a necessidade de longas caminhadas de 12 horas até o centro de Ubatuba e 10 horas até Paraty para compra e relacionamento com a zona central dos municípios.

A primeira escola local foi construída com a utilização de técnicas tradicionais. Essas técnicas conhecidas pelos próprios moradores, como o pau a pique, por exemplo, demonstram tanto a valorização da educação quanto a capacidade de auto-organização presente no território. A vida cultural é ilustrada pela descrição de festas que duravam uma semana inteira. São caracterizadas pela abundância e gratuidade que refletem fortes laços comunitários (Bento, 2013).

Assim, nesse período, o caiçara praticamente ocupou sozinho, enquanto grupo social, as áreas litorâneas do Litoral Norte do Estado de São Paulo, pois durante um ou mais séculos vagarosos, não havia nesse ponto do litoral interesses que

motivassem novas formas de ocupação, a não ser em momentos esporádicos e muito localizados no espaço. Restando ao caiçara, defender seu território em relação a outros caiçaras nas práticas agrícolas e de pesca artesanal (Barbosa; Formagio; Barbosa, 2010, p. 126).

Dona Laura enfatiza a qualidade da produção alimentar da época em contraste com a atual dependência de produtos industrializados. A economia de subsistência é um ponto central. A comunidade produzia a maior parte de seus alimentos. Através da agricultura e criação de animais com a farinha de mandioca sendo o principal produto de troca com o mundo exterior. O sistema econômico baseado em trocas, principalmente de farinha por sal e querosene nos armazéns da cidade, indica uma economia pouco monetizada, focada apenas em necessidades básicas. A ausência de energia elétrica e o uso de lamparinas revelam as condições de infraestrutura da época.

Ao comparar o passado com o presente, Dona Laura diz que “Ubatuba era mato”. Essa perspectiva sugere que houve transformações significativas na paisagem e urbanismo da região. Há a presença de um tom nostálgico de sua fala, em relação à qualidade das relações sociais comunitárias e nas mudanças do modo de vida local. Isso proporciona uma reflexão sobre os impactos do desenvolvimento urbano e do turismo nas comunidades tradicionais do litoral norte de São Paulo. Cristiano também enfatiza a transformação das relações sociais e econômicas na comunidade. Contrasta a forte unidade e as práticas de mutirão do passado com a realidade atual, marcada por maior individualismo e dependência do mercado externo (Bento, 2013).

Antigamente, hoje, meu pai não planta mais. **Depois que o parque começou a perturbar, a gente não planta mais.** Meu pai plantava feijão, plantava milho. A gente não comprava feijão, a gente não comprava milho, não comprava farinha. Às vezes, minha mãe ia na cidade, meu pai ia na cidade. Quando eu recebi o dinheiro da pesca, do cerco, que vendia o peixe, pra comprar açúcar, que às vezes a gente não tinha cana, era açúcar, sal. Porque até café a gente colhia. A gente colhia café, a gente colhia feijão, a gente colhia milho. Não colhia arroz. Mas arroz era bem difícil. O nosso era feijão com farinha. Por isso que quando eu falo para eles, a nossa comida era banana verde. Nossa cultura era muita... Era muito diferenciado. Tanto que a minha avó morreu com 93 anos, meu avô, com 93 anos. Não tinha diabetes, não tinha colesterol, não tinha pressão alta. Eram gente saudável. Eles foram morrendo, assim, o coração foi parando aos poucos. Parando aos poucos. Meu avô na pandemia, aquela pandemia, tudo fechado. Aquele Covid, todo mundo pegou, meu avô não pegou. Porque as coisas eram saudáveis. A gente começou a comer essas coisas, essas besteiras, já depois de um certo tempo, já de idade. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024).

Era caiçara. De roça, de pesca. Não, a gente não saía pra comprar quase nada porque a gente quase tinha tudo. Só a única coisa que a gente não tinha no momento era arroz, macarrão. Essas coisas que a gente queria comer em época

de festa, que normalmente a gente não comia nem arroz, nem feijão. Não comia mistura, né? A mistura a gente criava galinha, criava porco, comia caça naquela época. Comia caça, peixe que tinha todo dia. E aí, tinha ali a idade de onze anos mais ou menos, eu ia pra roça pra ajudar só a mãe que fazia roça. Olha, a minha mãe que fazia roça, antes era assim, sabe? Era uma roça coletiva. Todo mundo ajudava. Quando você estava precisando, a gente ia ajudar você. Quando eu precisava, outro ia ajudando aí, outro ia ajudando assim. Na época de plantar feijão, era aquele coletivo, todo mundo ia ajudando. Ou essas coisas que a gente plantava batata, plantava abóbora, plantava pepino, quiabo. **Tudo que a gente tinha no quintal.** Verdura, temperos, tinha tudo, né? Então, a gente não passava necessidade. Fruta, banana? Tinha a fruta do ano. Quando não era... A banana tem direto, o mamão tem direto. Tinha jaca, manga, abacate, mexerica, tudo tinha a fruta do ano. **Hoje em dia tudo é importado,** mas agora a gente tinha porque todo ano tinha aquela fruta, todo mês tinha aquela fruta. Então quer dizer que a gente era, como eu disse, era pobre sim, mas tinha o que comer. Não tinha necessidade, não passava necessidade. Nunca vi ninguém falar que, ah, o fulano tá com fome, tá passando fome. Não tinha isso. (Dona Rosa griô do Quilombo da Caçandoca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

As narrativas apresentadas, destacam as práticas de autossuficiência alimentar e cooperação comunitária. Os desafios impostos pelas políticas de conservação e modernização modificam uma realidade mitificada pelo discurso dos moradores. O discurso abarca um passado idealizado, marcado por solidariedade e abundância. No presente há a busca por um resgate das tradições ancestrais junto às demandas do mundo contemporâneo.

Leila destaca uma ruptura significativa nas práticas agrícolas tradicionais. Esta declaração revela o impacto direto das políticas de conservação ambiental sobre as práticas de subsistência da comunidade. Sua narrativa é marcada por um contraste entre um passado de autossuficiência e práticas tradicionais e um presente caracterizado por restrições e mudanças nos hábitos alimentares. A menção ao parque<sup>43</sup> aponta para criação de unidade de conservação que restringe atividades agrícolas tradicionais. Esta é uma situação comum enfrentada por muitas comunidades tradicionais no Brasil. A diminuição de práticas agrícolas não apenas afeta a autonomia alimentar da comunidade, como altera seu modo de vida e sua relação com o território.

---

<sup>43</sup> O decreto nº 10.251, de 30 de agosto de 1977, justifica: “CONSIDERANDO que a Serra do Mar representa condições excepcionais para a criação de um Parque Estadual, por atender a finalidades culturais de preservação de recursos nativos e exibir atributos de beleza exuberante; CONSIDERANDO que a flora que aí viceja, constitui revestimento vegetal de grande valor científico e cultural, ostentando matas de formação subtropical com variadíssima ocorrência de valiosas essências; CONSIDERANDO que a fauna silvestre aí encontra condições ideais de vida tranquila, constituindo-se a Serra do Mar notável repositório de espécimes raros” (BRASIL, 1977). O decreto nº 68.172, de 4 de fevereiro de 1971, referente ao Parque Nacional da Bocaina, simplifica e coloca de maneira bem direta: “As terras, a flora, a fauna e as belezas naturais da região abrangida pelo Parque ficam sujeitas ao regime especial do Código Florestal em vigor e outras leis específicas, concernentes à matéria” (BRASIL, 1971). Mais uma vez o silêncio, agora da linguagem escrita, substitui os territórios tradicionais, pela “beleza exuberante” de uma Unidade de Conservação (Silva; Fantin, 2018, p. 8).

O trecho narrado por Dona Rosa, griô do Quilombo da Caçandoca, também oferece uma visão sobre a vida caiçara marcada pela autossuficiência e forte conexão com a terra. Na descrição de um cotidiano onde a roça e a pesca eram centrais, a abundância natural parecia sustentar a comunidade. Há a evidência de um contraste com a limitada necessidade de bens comprados. A dieta, embora simples, era diversificada e rica, sustentada por recursos naturais locais (legumes, frutas, galinhas, porcos, caça e peixes).

A roça coletiva, destaca a solidariedade comunitária, o trabalho era compartilhado entre os membros. Há uma rede de cooperação e interdependência. A prática de cultivo e colheita diversificada atendia às necessidades alimentares e também fortalecia a segurança alimentar do grupo: a fome não marca a história local. Dona Rosa reflete sobre a percepção de pobreza em sua comunidade; embora materialmente pobres, eram ricos em recursos naturais e espírito comunitário.

Mas antes, quando meu pai era criança, eles iam fazer troca de... Eles levavam farinha e banana verde, traziam peixe, peixe do centro, carne seca, sal e querosene. Era o que eles não tinham aqui. O restante é arroz, feijão, milho. Eles tinham tudo plantado. Meu pai fala até hoje que eles tinham arroz seco. Que a gente dá risada porque a gente sabe que o arroz só dá em alagado, né? Mas o meu pai falou que eles tiravam o arroz daqui, inclusive aqui nessa área era a plantação deles. Então, assim, mudamos bastante. Pegavam pouquíssimas coisas do centro e hoje em dia a configuração é completamente diferente. É, eles viviam de... o meu pai fala que tinha bastante porco, galinha, na época eles caçavam, então comia caça do mato. E a comida deles era básica, arroz, feijão, um tutu, que eles falavam que levava pra roça, porque ficavam o dia inteiro na roça. Esses morros aqui eram tudo mandiocal. Eles plantavam muita abóbora. Então, batata, eles tinham tudo aqui, só que eles não conseguiam o sal e a querosene e quando queriam uma carne que tinha que ir no centro pegar. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

Então, **o condomínio em Itamambuca** chegou na década de 70, 80 ele chegou. Muitos do nosso, por exemplo, dos nossos antepassados viveram até na praia. A gente tem relatos de nossos tios antigos que viveram lá na praia. **E aí depois veio o condomínio em Itamambuca e aí foi expandindo.** Então, pra nós não foi legal. O condomínio pra nós não foi legal. Hoje, a gente vê que sim. A gente acha até interessante porque hoje tem trabalho. Para nós, mais perto é de casa. Mas isso, por outro lado, a gente vê também que prejudica um pouco a comunidade. Porque **a gente tem problema com a situação do rio. Aqui, você vê que a nossa comunidade preserva o rio.** Nós fazemos um trabalho de preservação do rio, extenso. Estamos trabalhando com as crianças, trazendo essas escolas para mostrar o rio. Já lá, próxima praia, **o rio já está considerado impróprio à água. Dentro do nosso quilombo a água está limpa, a água está purificada, porque nós estamos cuidando. Então, trouxe nisso tudo, esse desenvolvimento do Itamambuca,** trouxe tudo isso, essa situação que hoje a gente fica meio preocupado com a questão da natureza. Porque aí quando houve essa situação da poluição do rio Itamambuca lá, aí começou a vir os problemas para nós. “A comunidade do sertão Itamambuca que está poluindo o rio”. Hoje você pode comprovar que não é nada disso. Hoje se você pegar e trazer e fazer

várias análises, como já foi feito, o rio da ponte do Itamambuca para cima, a água está limpa. Você pode beber dessa água tranquilo. Já da ponte para baixo, onde está o condomínio, **a água é imprópria**. (Mario, liderança do quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

As pressões do desenvolvimento, urbanização e mudanças efetivas nos padrões de consumo são evidenciadas e mostram como os morros agora preservados de Mata Atlântica antes eram utilizados para cultivo de mandioca. Aqui, as transformações da paisagem e usos da terra mostram que as práticas econômicas e alimentares da comunidade quilombola eram autossuficientes. Havia a produção de alimentos como arroz, feijão, milho e criação de animais, como porcos e galinhas, ou seja, uma estreita relação entre habitantes/território.

A chegada do urbanismo é sentida como uma mudança brusca da realidade local, eventos que alteraram a dinâmica social e ambiental. Mario reflete sobre o impacto da expansão do condomínio em Itamambuca, iniciada entre 1970 e 1980. Fonte de oportunidades de trabalho, inclusive nos dias de hoje, a presença do condomínio trouxe também desafios, como a poluição do rio Itamambuca.

**Os condomínios fechados horizontais para segundas residências** são um exemplo extremo desses cenários que, indiferentes ao contexto do lugar, são vendidos **ao consumo turístico, mas não se incorporam ao cotidiano das cidades**. Essas novas formas urbanas instituem o isolamento das sociabilidades, ignoram o contexto e os códigos das narrativas locais, e evitam a possibilidade do encontro da sociedade com seu entorno. Além disso, considerando-se **que esta refuncionalização turística dos lugares constroi uma materialidade de uso ocasional** (temporadas sazonais, de férias e feriados), **detecta-se toda uma infra-estrutura urbana, nas áreas mais valorizadas destas cidades, desterritorializando a população local e tornando-se ociosa por vários períodos durante o ano**. Idealizada nos grandes centros, a reprodução do mundo urbano em lugares ainda pouco urbanizados, vem construindo uma forma de organização socioespacial excludente. No entorno de paisagens naturais preservadas, lugares valorizados para o lazer e para o turismo, multiplicam-se os enclaves privados. Esses lugares, que deveriam valorizar a constituição de espaços públicos, pois são dinamizados pela proximidade de áreas de proteção ambiental que, na sua maior parte, privilegiam o uso público, são estruturados por forças corporativas que imprimem ao território um valor mercantil, transformando o direito à cidade e à cidadania em uma guerra pelo poder de consumo: consumo patrimonial, de bens, de serviços, de infra-estruturas e de paisagens. Na urbanização turística este processo é mais acentuado. As cidades vão sendo projetadas pela determinação econômica da indústria da construção civil e pelo poder de consumo, não para a cidadania e para o fortalecimento de uma nova sociabilidade (Luchiar, 1999, p. 41).

Geralmente implantados de maneira indiferente ao contexto local, os condomínios não se integram à vida das comunidades locais e geram exclusão socioespacial. Luchiari (1999) aponta que este tipo de urbanização frequentemente cria estruturas que excluem as comunidades locais e não consideram o contexto em que são inseridas. A priorização do valor mercantil do território, transforma paisagens naturais em produtos de consumo e desterritorializa a população local (Luchiari, 1999).

Mario enfatiza os esforços de sua comunidade em promover a educação ambiental e a preservação do rio, em contraste com o impacto negativo causado pelos condomínios de veraneio. Ele enfatiza a importância das comunidades se manterem resilientes e ativas na proteção de seus recursos naturais. Parece haver dois lados em uma “guerra” invisível sobre a forma de ocupação e práticas no território, modos de vida e proteção ambiental.

Então, de um certo tempo eles (seus pais) vieram morar aqui (na área do morro), mas as primeiras casas deles foi lá, bem próximo da praia. Onde hoje já é reflorestado, já é mata fechada, porque venderam, né? Tem uma pessoa que é dona da maior parte do Camburi e fala que ele é dono, porque ele comprou dos antigos, naquela época, só mais de 50 anos, que não existia estrada, não sei nem como esse homem chegou aqui dentro do Camburi para comprar essas terras. Às vezes a gente fica até pensando, né? Sempre a gente discute em nossas conversas de fato. **Como é que essa pessoa chegou aqui e comprou todas essas terras dessas pessoas? Lá era bem próximo da praia.** Aí depois eles mudaram. Aqui já era roça. Era a roça deles. Eles moravam lá e faziam roça aqui. Aí depois eles venderam lá e passaram pra cá. Porque a pessoa veio com interesse nas áreas próximas da praia e áreas planas, baixadas, planas. E aí ele foi e comprou um monte de casa e os nativos vieram assim. O pessoal vieram subindo para os morros, né? Foi subindo para os morros. Ficou aqui pra cima. Todos que tinham área na beira da praia, vieram pra cima. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

**Alguns que tá com bar na praia, não são daqui.** A maior parte não é daqui. A maior parte não é nativo. Tem pouco, bem pouco nativo na praia. Dentro dos bares, né? Nos barzinhos, a maior parte é de fora. **São gente que comprou, veio pra cá, construiu, comprou e tá aí.** Aí parte do comércio é de fora. Não são todos caiçara não. Já a maioria dos caiçaras mesmo vieram pro morro. Os que tinham a terra lá, uns vieram pro morro, outros foram embora. Muitos estão na cidade. Descendentes mesmo de caiçara, quilombolas estão na cidade. Que venderam nessa época e compraram terreno na cidade. Foram embora pra cidade. (Leila, liderança do quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Em várias narrativas aqui presentes está descrito o modo de vida caiçara em um tempo histórico que exemplifica um tipo de povoamento e estrutura econômica e social. A região é caracterizada por pequenas roças localizadas em clareiras na floresta, que produzem alimentos básicos para o sustento das famílias, com um pequeno excedente destinado ao mercado local.

Estas roças coexistem com algumas fazendas que se concentram principalmente na produção de bens para exportação e, em menor escala, o cultivo de alimentos para consumo interno dos grupos familiares. Na paisagem agrícola, esses sítios de produção de alimentos e as fazendas aparecem de forma justaposta (Marcílio, 1996).

Leila nos conta que a encosta que hoje é o território do quilombo e suas áreas de moradia, antes servia apenas para o cultivo de roçados caiçaras e as áreas de moradia eram nas planícies à beira mar. No entanto, há um processo de desterritorialização similar ao observado em outras comunidades da região, com as primeiras casas próximas à praia sendo vendidas e a população tradicional se deslocando para áreas mais elevadas, nas regiões de “morros”, encostas da mata atlântica. Este movimento reflete o padrão recorrente de pressão sobre as comunidades tradicionais de Ubatuba, impulsionado pela especulação imobiliária e pelo desenvolvimento turístico. A figura de uma pessoa, descrito como alguém que se tornou dono da maior parte do Camburi, exemplifica o processo de concentração de terras por agentes externos, frequentemente associado ao desenvolvimento turístico e imobiliário.

O cenário fundiário do Camburi no início da década de 70 era o seguinte: 80% do seu território tradicional, ou seja, o chamado “coração do Camburi” (a praia), estava sob domínio e posse de dois grandes compradores de terra, enquanto que a grande maioria de seus moradores tradicionais passava a morar nas áreas mais íngremes do território (Paula, 2002, p. 26).

Este fenômeno reflete um processo social observado em toda a região, impulsionado pelo desenvolvimento turístico e imobiliário. Esse processo provocou a saída de muitas famílias tradicionais do Camburi, enquanto novas famílias, principalmente de caseiros, chegaram para ocupar as terras adquiridas pelos chamados grandes compradores de terra. A configuração fundiária começa a trazer consequências ambientais rapidamente observadas. O poder público, em âmbito federal e estadual, interveio. Incorporou o território do Camburi ao Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1972 e ao Parque Estadual da Serra do Mar em 1977, o que deixou a situação fundiária em Camburi ainda mais complexa (Pereira, 2021).

Leila, ao questionar sobre a legitimidade dessas aquisições, revela as tensões e conflitos fundiários locais. A transformação do espaço, de áreas de roça para moradia, e a concentração do comércio nas mãos de pessoas de fora, mostram a mudança na estrutura econômica e social da comunidade.

A dispersão da comunidade tradicional, com os moradores se mudando para a cidade ou outras áreas, reflete um processo expressivo nas comunidades do litoral norte paulista. Este

fenômeno mostra a situação descrita pelos líderes do Quilombo Sertão de Itamambuca, onde algumas famílias quilombolas vivem fora da comunidade, mas mantêm o desejo de retornar. Este evento é apresentado como um ponto de inflexão traumático na história das comunidades que resultou na expulsão forçada para zonas centrais da cidade, outras regiões do estado de São Paulo ou mudanças de áreas no próprio território, o movimento de saída das áreas de praia para as encostas. O relato da liderança da Caçandoca, Jurandir, reforça o mesmo processo, denominado por ele por “expurgo”:

Porque quando houve o processo de expurgo do território, uma história que sempre nós contamos, todos os territórios contam essa trágica história, que é a abertura da Rio-Santos, **e com a chegada da expropriação imobiliária, os territórios sofreram um grande abalo pela expropriação imobiliária.** E o quilombo da Caçandoca não fugiu dessa regra. **Ele sofreu um grande abalo pela expropriação imobiliária e diria que quase que 99% ou 90% da comunidade que morava foi retirada forçosamente para fora desse território e se espalharam pela região de São Paulo.** No caso dos meus pais, eles tiveram que sair daqui, eles foram morar no Guarujá. E aqui, no Quilombo da Caçandoca, nasceram meus dois irmãos mais velhos. Nós dois irmãos nascemos na Baixada Santista. Então, os pais tiveram que ir pra lá, já que aqui, **o processo de expurgo, a pressão da população imobiliária, ou você vendia, ou era convidado a sair forçosamente.** Foi isso que aconteceu com meus pais. O meu pai vendeu um pequeno pedaço de terra por aqui que ele tinha, lá no sertão. Coisa mínima mesmo. A minha mãe nunca vendeu nada, né? E foram tentar sorte. E assim, e aí começa a história do Jurandir e de outros, da minha família, né? **Porque a gente foi morar numa favela. que a gente vai morar em uma das muitas favelas que tem na Baixada Santista.** Então, eu falo com muito orgulho sobre a minha origem como militante, como pessoa que pensa política e que pensa a luta, porque parte de uma outra realidade de território, que é o território de favela. E nesse território de favela é que a gente vai fazer nossa formação política, porque quando você vai para o território de favela, tendo essa característica do povo brasileiro, miscigenado, preto, pobre, você está fadado a dar errado ou morrer pelo caminho. A gente fez resistência na favela, graças a minha mãe, principalmente a minha mãe, que é a minha principal referência de luta, porque é uma mulher preta, e ser mulher preta no Brasil, pobre, não é fácil, porque as mulheres brasileiras sofrem muito, principalmente as mulheres pretas. Eu me lembro que a minha mãe, no processo de... ela era varredora de rua, ela trabalhava no gari, ela pegava muitos livros e levava para casa, para a gente ler. E a gente começou a ter uma reflexão de um mundo diferente, mesmo na favela, mesmo com todo aquele mundo de violência em nosso mundo, muita violência mesmo, é prostituição, abusos de droga, alcoolismo, criminalidade muito forte, violência policial, e a gente foi um ponto fora da curva. A gente não caiu na criminalidade, a gente manteve um laço fraternal muito grande, um laço familiar muito grande. E no processo histórico que acontece no Brasil afora, onde houve o processo de redemocratização do Brasil, especificamente com a criação da Constituição de 88, é que começou a discutir os territórios, sobre território indígena, território quilombola e tudo mais, que a gente faz o processo inverso, a gente sai dos territórios de favela e começa a voltar para os territórios quilombola. E quem tem um papel fundamental nisso foi meu padrinho, o senhor Antônio, que, numa terça-feira muito chuvosa, ele chega lá na casa dos meus pais, dentro de

uma favela, e fala de um lugar quase mítico, um lugar lindo, que tem praia, a melhor água do mundo, a melhor floresta do mundo, a melhor colina do mundo, praias lindíssimas, que eu nem sabia que existia, era a Caçandoca. Aí a primeira pessoa que vem pra cá é minha mãe. (Jurandir, liderança do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

A migração da família de Jurandir para uma favela na Baixada Santista mostra as consequências dos processos sociais ocorridos nestes territórios. Isso alterou totalmente a história e o modo de vida da família. A descrição da vida na favela e da resistência, especialmente através da figura da mãe, revela como a experiência urbana, marcada por desafios como violência, pobreza e discriminação racial, molda a consciência política e a identidade da família. O processo de retorno ao território quilombola foi impulsionado pelas mudanças políticas e legais que aconteciam no país. Havia uma esperança frente à expulsão histórica. A redescoberta mítica do território ancestral, ilustra a resiliência e a persistência da identidade quilombola, mesmo após décadas de deslocamento e vida urbana.

Na década de 1960, os moradores de Caçandoca começaram a perder o domínio sobre as terras. Há relatos de que algumas famílias da região da Praia do Pulso foram enganadas por um parente, que as fez assinar recibos dizendo que serviriam para registrar suas terras, mas, na verdade, eram contratos de venda. Apenas uma das famílias originais do lugar, a de Bernardino do Prado e Maria dos Santos, conseguiu manter seu terreno na Praia do Pulso, onde hoje existe o condomínio de luxo no qual muitos dos quilombolas trabalham. Os compradores, chamados de capangas pelos quilombolas, andavam a cavalo e armados, abordando as pessoas nas suas casas e roças e ameaçando-as pelo caminho. Intimidavam os moradores afirmando que trariam outros homens ao local (o que realmente aconteceu), insinuando que havia perigo para a integridade física das meninas e moças da comunidade. Com medo, algumas famílias saíram logo de suas posses, aconselhando as outras a fazer o mesmo para não serem agredidas pelos invasores. Na região da praia e do sertão da Caçandoca, os antigos moradores contam que foram forçados a abandonar a área sob ameaças mais explícitas de violência contra suas famílias. **Muitos mudaram-se para as regiões periféricas de Ubatuba e cidades vizinhas como Caraguatatuba, Santos e São Vicente. Nas localidades de Saco da Raposa, Saco da Banana e Praia do Simão, também houve uma forte pressão para que os moradores vendessem seus terrenos.** Muitos foram enganados. Sem saber ler, assinaram documentos, confiando nos “compradores” que chegavam de forma intimidadora, declarando serem os legítimos proprietários da terra. Mesmo assim, 17 famílias continuaram morando lá. **Em 1974, quando o trecho da BR-101 em Ubatuba estava sendo concluído, várias famílias foram obrigadas a abandonar suas terras.** As pessoas recebiam prazo de uma semana para se mudarem, e então eram expulsas, e suas casas imediatamente destruídas, na maioria das vezes queimadas. Naquele ano, uma empresa da área imobiliária se apropriou de 414 hectares na praia e no sertão da Caçandoca, mantendo a área rigorosamente cercada e vigiada, mesmo sem construir nada no local (Costa, 2016, *apud* Scmitt, 2000).

As narrativas sobre a perda de terras na Caçandoca ilustram o trauma e as dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas. Na Caçandoca, desde a década de 1960, relatos de enganos e ameaças violentas por parte de compradores de terras transformaram a paisagem social da região. Famílias inteiras foram forçadas a abandonar suas posses sob intimidação, muitas vezes sem compreender os documentos que assinaram devido à falta de alfabetização. Desse modo, muitas famílias se estabeleceram em outras áreas, continuando a enfrentar a pressão da especulação imobiliária. Algumas famílias resistiram, mantendo sua presença contínua na região (Santos, 2021).

No entanto, a assimilação urbana também trouxe novas perspectivas de vida:

É muita história. Não era ruim, não (a vida). Não era ruim, não, mas... A gente queria trabalhar muito pra ter o dinheirinho, né? Pra ter o dinheirinho. A gente nunca tinha oportunidade de ter uma casa assim. Fogão, que a gente tem hoje em dia, geladeira, fogão de lenha, fogão de... é assim, um fogão, três pedras no chão, botar as panelas, de lenha. Hoje não, hoje você tem em sua casa, você tem fogão, você tem geladeira, você tem banheiro pra tomar banho, você não tem que esquentar água pra tomar banho. Acho que melhorou, mais conforto. Mais conforto. E a gente quer, né? Conforto. E a gente quer pra gente o que é possível também. Pros netos, pros netos. (Presciliana, griô do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em setembro de 2024)

Então, hoje, no quilombo, a maioria das pessoas hoje trabalham fora. A maioria, não, quase todos trabalham fora do quilombo. Tanto que quando a gente reconheceu o quilombo, a gente reconheceu com esse pensamento de a gente retornar às nossas roças. Porque muito da... a maioria das roças foram e se acabou, não tem mais. Hoje, você olha para o lado de cima ali, você só vê as árvores, o mato, antigamente era roça, morro era tudo roça. Então, hoje não tem mais isso. Então, a nossa ideia era que a gente fizesse as nossas roças, fizesse as nossas plantações dentro da comunidade e os nossos jovens permanecessem na comunidade. (Mario, liderança do quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024).

Eu sempre trabalhei, eu trabalhava no condomínio do Pulso. Eu trabalhei ali, numa casa ali no condomínio do Pulso, eu trabalhei 40, 43 anos. Eu não era doméstica, eu fazia faxina só. Várias mulheres faziam a faxina. Faziam, e ainda é. Tem muitas que vão fazer faxina. Tem umas oito que ainda fazem faxina. Que eu conheço, que eu lembro. E ainda fazem faxina. Aí depois eu... Eu saí de lá faz... Agora em dezembro vai fazer um ano, na mesma casa. Quando eu cheguei lá, os menininhos eram um casal. Quando eu saí de lá, eles tinham cinquenta, cinquenta e nove anos. (Dona Rosa, griô do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024).

Dona Presciliana, griô do Quilombo do Sertão de Itamambuca versa sobre as transformações da vida cotidiana na comunidade ao longo do tempo. Sua narrativa mostra as

mudanças nas condições materiais, as aspirações dos indivíduos do quilombo e uma transição da economia de subsistência para uma forma na qual as relações monetizadas ganham força. Dona Presciliana descreve as mudanças nas condições de moradia e nos utensílios domésticos. Contrasta o passado, caracterizado pelo uso do fogão de lenha e três pedras no chão para cozinhar, com o presente, com as casas equipadas com fogões, geladeiras e banheiros com água quente. Esta comparação mostra contradições entre um passado rude, porém orgânico, e os anseios contemporâneos pelo conforto. A griô expressa um apreço por essas mudanças, afirmando que houve melhorias na vida de todos. Ela estende essa aspiração por melhores condições de vida para as gerações futuras. Uma visão de progresso intergeracional fica evidente; o desejo de conforto e melhoria nas condições de vida não é apenas para o presente, mas é visto como um legado que os filhos, netos e bisnetos poderão desfrutar.

A fala de Dona Rosa, griô do quilombo da Caçandoca, oferece uma visão das trajetórias de trabalho das mulheres de comunidades tradicionais que estão perto de empreendimentos imobiliários. Ao mencionar seu longo período de trabalho em um condomínio, Dona Rosa deixa transparecer, com certo peso, a longa inserção dessas mulheres no mercado de trabalho informal: faxineiras, cozinheiras, babás, entre outras atividades. Estas continuam sendo ocupações entre as mulheres das comunidades ainda hoje.

As ideias de resiliência e adaptabilidade diante das limitações e oportunidades, são expressas de modo bastante evidente pela líder comunitária, ainda que sutilmente em suas humildes considerações. Dona Rosa reflete sobre o tempo passado no trabalho com uma perspectiva que abrange a mudança geracional, desde a infância das crianças atendidas até sua maturidade. Isso sinaliza uma conexão pessoal com o espaço e as pessoas para quem trabalhou. Sua história profissional mostra as realidades enfrentadas por muitas mulheres em comunidades tradicionais, que equilibram tradições culturais e a presença econômica de contextos urbanos, principalmente presentes no litoral brasileiro, em uma relação de vizinhança entre realidades díspares.

Grande parte dos empresários envolvidos em comércios turísticos na cidade são pessoas geralmente vindas de São Paulo ou Campinas, que continuam a morar nessas cidades e tem essa atividade como fonte de lucro adicional. Os trabalhadores contratados são geralmente moradores de Ubatuba, migrantes ou nascidos na cidade, os quais exercem atividades em períodos semanais contínuos e muitas vezes sem vínculo empregatício, o que lhes deixa sem perspectiva em momentos de pouco movimento ou mesmo em caso de desemprego. O que se observa é que a distribuição de renda gerada pelo turismo na cidade é desproporcional e traz para o município problemas que geram mais gasto público. Reverter esta situação é algo fundamental, inclusive, para a

manutenção das atividades turísticas em longo prazo (Barbosa; Formagio; Barbosa, 2010, p. 129).

Dona Presciliana fala sobre a transição da economia de subsistência para monetizada. Mostra que essa transformação gerou novas relações de poder entre as pessoas. Por sua vez, Dona Rosa fala sobre a resiliência das mulheres, que equilibram tradições culturais com o trabalho informal em empreendimentos imobiliários. Olhando para o mesmo fenômeno, Barbosa, Formagio e Barbosa (2010) amplia essa discussão ao evidenciar as desigualdades que o turismo trouxe. Lucros frequentemente se concentram nas mãos de empresários, enquanto os trabalhadores locais, muitos deles membros de comunidades tradicionais, enfrentam insegurança e falta de benefícios formais.

Historicamente, as comunidades quilombolas desenvolveram relações aprofundadas com seus territórios através de práticas de subsistência, como a agricultura e a pesca. O espaço percebido seria uma manifestação tangível das práticas cotidianas. Com a chegada do desenvolvimento urbano e do turismo, os territórios passaram a ser vistos também como espaços concebidos, onde interesses econômicos externos e a pressão imobiliária redimensionaram tudo ao redor. Este choque transformou as paisagens físicas, sociais e abstratas dos seres, forçando uma reavaliação das práticas culturais e de subsistência. A resistência das comunidades, capturada nas histórias orais e na memória coletiva, é uma forma de representação da identidade primordial e dos direitos territoriais reivindicados (Lefebvre, 1986).

### **5.3 Narrativas de resistência e sobrevivência cultural: violência estatal, construção e reconstrução dos saberes locais**

A noção de sustentabilidade possui duas origens: A primeira, na biologia, por meio da ecologia, refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunami, fogo etc.). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, cuja percepção cresceu ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, não tem possibilidade de perdurar. A noção de sustentabilidade compreende uma percepção da finitude dos recursos naturais (Nascimento, 2012).

A Conferência sobre a Biosfera, em 1968, na França, foi um marco organizado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e foi considerado o início do movimento global. O termo meio ambiente foi usado no lugar do termo “natureza” pela primeira vez. Tinha um sentido mais amplo, pois considerava bens humanitários o ar, água e terra.

Nesse período, um grupo de pessoas renomadas, de diferentes áreas, empenhou seus estudos sobre política e economia global, utilizando fórmulas matemáticas para tratar do meio ambiente e discutir o desenvolvimento sustentável; esse grupo ficou conhecido como Clube de Roma (Nascimento, 2012).

Na mesma época a Conferência de Estocolmo teve o grande mérito de alertar o mundo para os malefícios que a deterioração do ecossistema poderia causar à humanidade. A ONU (Organização das Nações Unidas), elaborou essa conferência mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente e teve como frutos o reconhecimento do problema ambiental e a necessidade de agir. Foi criada a Declaração de Estocolmo, que publiciza responsabilidades para nortear as políticas futuras relativas ao meio ambiente. Esta Declaração, apoiada no Plano de Ação para o Meio Ambiente composto por 109 recomendações, é considerada um marco jurídico mundial (Nascimento, 2012).

Em 1983, uma nova comissão presidida por Gro Harlem Brundland, ex-primeira ministra norueguesa, foi estabelecida, a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD); esta tem como objetivo proporcionar maior relevância do tema Meio Ambiente e estabelecer meios de equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, além de propor novas formas de cooperação internacional.

O agravamento dos problemas ambientais na década anterior somado ao intuito de repensar o desenvolvimento dos países mais pobres sintetizou-se na expressão: Desenvolvimento Sustentável. Dentro desta perspectiva, os problemas ambientais são oriundos de problemáticas sociais: o crescente número da pobreza, o avanço da tecnologia e os novos meios de energias (Nascimento, 2012). Propostas contundentes foram apresentadas para enfatizar a necessidade de uma relação ideal entre desenvolvimento e meio ambiente. Ganhou relevância a compreensão que o problema ambiental está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento sustentável (Le Preste, 2000).

Em 1987 é lançado o Relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum”. Este relatório indica que as questões ambientais devem evoluir em harmonia com o desenvolvimento econômico. O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento define-se como “aquele que atende as necessidades do

presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Le Preste, 2000).

Ignacy Sachs é um importante pensador do campo do desenvolvimento sustentável. Seus escritos inserem-se no grande tema do ecodesenvolvimento, onde entende que é possível conciliar desenvolvimento e proteção ambiental. Para isso existe uma tentativa de conciliação por parte desse autor que passa, portanto, a articular o caminho da expansão industrial e da movimentação da economia com uma espécie de pedagogia ambiental, ou seja, a possibilidade de criação de uma consciência do uso adequado dos recursos em prol do bem-estar humano, que se traduz em preservar agora para as futuras gerações poderem usufruir depois. Assim, como a Agenda 2030, este autor cria uma escala do problema que se situa em nível global, e a escala das respostas, em nível local. O segundo responde ao primeiro, e o desenvolvimento sustentável prevê diversos modelos que permitam aos países, dentro de seus contextos, pensar estratégias de entrada no sistema da economia mundial (Vargas *et al.*, 2016).

Em contraponto, Serge Latouche e Michael Redclift, criticam essa noção de desenvolvimento sustentável. A visão dos dois autores é similar ao entender que parte dos agentes sociais arrasta a noção de desenvolvimento sustentável para sua própria arena de argumentação, a fim de dar legitimidade a seus discursos e as agendas políticas, como Estados e grandes corporações. Ambos entendem as noções de desenvolvimento e de sustentabilidade como um jogo de palavras retórico contraditório que, na prática, não resulta em nenhuma transformação eficaz. Assim, antes de significar uma transformação real dos modos de produção capitalistas e de nosso sistema de vida consumista, essa expressão reforça a prática oposta: a de que é preciso sustentar o desenvolvimento com base na expansão industrial e no aumento da força de consumo, via concessão de créditos ao mercado financeiro e obsolescência programada. Desse modo, Redclift propõe um decrescimento que se inspiraria em um tripé de divisão e redistribuição dos recursos a partir de uma ética formulada em um projeto político concreto: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, relocalizar, reduzir, reutilizar e reciclar (Vargas *et al.*, 2016).

Estes autores assumem de várias formas estarem preocupados em articular os domínios ambiental, do sistema econômico global e das estruturas políticas, todos a partir do conceito de sustentabilidade. Mas, para tanto, é preciso fugir da ideia capitalista da produção limpa e da apropriação política do termo, como praticada pelo neoliberalismo através de discursos flexíveis, tais como energia limpa, combustível biodegradável, economia verde, etc. Nesse sentido, deve-se reconhecer, que o desenvolvimento sustentável está em disputa, tanto conceitualmente quanto na construção da agenda política mais geral (Vargas *et al.*, 2016).

Em meio às discussões globais sobre sustentabilidade, governos nacionais de todo o mundo no decorrer do século XX buscaram responder a essas demandas, principalmente com a criação de parques ambientais:

O modelo adotado para implantação de parques no Brasil foi exportado dos Estados Unidos e consiste na possibilidade de visitação, mas não de moradia no seu território. Dessa forma, as pessoas que viviam no local onde é instalado um parque são desapropriadas e removidas, o que faz com que elas fiquem impossibilitadas de continuar exercendo atividades ligadas às identidades locais (DIEGUES, 2004). Neste aspecto, não deve haver separação entre humanidade e natureza, pois ambos são parte do meio ambiente, logo, para atingir o necessário equilíbrio, um não deve excluir o outro. Há dicotomia entre povos e parques. Uma vez que o equilíbrio não é buscado, o que ocorre é a criação de “ilhas” de ecossistemas intocados e áreas onde o meio é ignorado e destruído, como nas cidades. A unidade de conservação em questão é destinada para a visitação de pessoas da cidade, desacostumadas com a vida no meio natural. Por isso, Diegues (2004) afirma que os parques são como “ilhas”, para o exercício do lazer daqueles que moram no meio urbano e degradado. Essa é uma visão antropocêntrica da criação dos parques, que privilegia as populações urbanas e valoriza as motivações estéticas, não a natureza selvagem como um valor em si, digno de ser protegido. A concepção americana de preservação entende que o homem é um ser destruidor do meio natural, e por isso deve ser mantido longe das ilhas, para que fiquem protegidas. Essa ideia quanto à relação ser humano/meio ambiente não reconhece a possibilidade de comunidades tradicionais viverem em harmonia com a natureza, apenas reflete a imagem do homem da cidade, dos industriários e dos latifundiários, que veem a terra e seus recursos como produtos de mercado (Marra, 2011, p. 356).

As comunidades tradicionais que habitam em locais próximos a parques tiram diretamente da natureza o seu sustento. Caso essas fiquem impossibilitadas de utilizar os recursos antes disponíveis, surgem problemas econômicos e sociais. No entanto, a implantação de uma unidade de conservação não deve ser objeto de políticas públicas simplesmente ecológicas, mas também sociais, para que possam zelar pelas pessoas que dependiam da matéria-prima adquirida nos limites da unidade para sobreviver e que passam a ter que recorrer a outras alternativas de subsistência. Além do mais, os parques são também destinados a pesquisas científicas e uma sugestão de linha de pesquisa a ser empreendida seria a de compreender como aqueles que viviam da matéria-prima adquirida nos limites da área de preservação conseguiam usar os recursos naturais sem comprometer a natureza. Essas identidades devem ser reveladas. (...) A identidade daqueles que vivem na cidade é preservada, apesar de ser reconhecidamente prejudicial à natureza. Aqueles que retiram da natureza a sua subsistência, sem excesso de consumo, que têm consciência que sua preservação é uma responsabilidade de todos e incorporam esse preceito na sua identidade local, não são compreendidos enquanto construtores de relevante patrimônio para a continuidade da vida, construtores de uma cultura que preserva, que ama e que se relaciona com o meio onde habitam (Marra, 2011, p.358).

Inspirado nos Estados Unidos, o modelo de implantação de parques no Brasil, separa os humanos da natureza. Com isso, remove-se comunidades locais para alocar espaços

exclusivamente para visitação e criam ilhas de lazer para habitantes urbanos. Esse movimento ignora a relação intrínseca que as comunidades tradicionais podem manter com seus ecossistemas. É uma visão de mercado que reflete interesses urbanos e industriais, negligenciando as identidades e dependências das populações locais (Marra, 2011).

Ao serem privadas dos recursos naturais que antes sustentavam suas vidas, as comunidades que habitam as proximidades das unidades de conservação presentes em Ubatuba, enfrentam desafios econômicos e sociais significativos. As narrativas a seguir abordam a resistência dos quilombolas locais frente à imposição de parques e às leis ambientais que ameaçam seu modo de vida.

**E aí a Caixa começou com a construção da BR**, aí começou a vir agora uma perseguição muito grande, começou a chegar os grileiros, os invasores de terra, a Caixa viu que ela não conseguiria controlar isso, aí a Caixa passou para o Estado. Aí sobrevoaram por aí, viram que tinha uma mata densa, maravilhosa, uma praia linda igual a nossa, mas não trouxeram nenhuma informação, nenhuma educação ambiental, nada. Eles simplesmente tombaram a parte estadual da Serra do Mar. E aí eles vieram com o modelo de Alemanha. Só poderia ter a fauna e a flora. E eles vieram pra tirar todo mundo. Entendeu? E aí eu fui uma das prejudicadas, porque eles demoliram a minha casa. Eu estava grávida de cinco meses, com cinco filhos pequenos, que eu tive seis. **Demoliram a minha casa, cortaram toda a minha plantação, que era o alimento dos meus filhos, picaram tudo. Trinta homens armados de facão e revólver vieram na minha porta me ameaçar.** Aí eu mandei eles embora e falei, só por cima do meu cadáver, isso aqui é meu. E aí, no outro dia, eles voltaram e falaram pra mim que eles tinham cortado toda a minha roça. **Eu não quis acreditar e fui lá. Só me restou dobrar o joelho e chorar muito, porque foi realmente uma violência muito grande. em cima de uma grávida com cinco filhos pequenos, Fundação Florestal, né? Secretária do Meio Ambiente.** (Dona Laura liderança do quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

**Então hoje o parque chegou e aí ele proibiu. Não planta mais, não constroi, não pesca. Que eram as nossas principais atividades.** Nossa pesca era artesanal, só para consumo, não era pra comercializar. E o nosso produto era da roça. A renda da comunidade era o produto da roça. Agora a gente perdeu a roça, perdeu a pesca, perdeu tudo. **Aí a gente começou a viver do turismo em massa** que é o turismo que funciona uma vez por mês, por ano, que é o turismo de final de ano, **e que é o turista que ele deixa mais lixo do que dinheiro.** Todo mundo sabe que é assim, entendeu? Acabava, final de ano ficava todo mundo... Muitos jovens foram embora, muitas pessoas saíram da comunidade porque precisavam comer, né? Então as pessoas foram embora. E isso ia trazendo uma tristeza pro coração. A nossa cultura se perdeu muito, não digo que acabou, mas se perdeu bastante. (Dona Laura liderança do quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

Então, o que mais que nós perdemos de cultura? Perdemos não, que a gente tá resgatando. Parou por um tempo, mas agora a gente tá voltando, entendeu? Os nossos ancestrais, eles eram muito sábios. E no final da lida da roça, outra cultura que perdeu e eu quero muito resgatar, essa é uma que é o meu sonho, é o sistema mutirão de se ajudar. Porque antigamente, os nossos ancestrais, eles

faziam uma casa no dia, porque era de bioconstrução, de pau a pique, mas tinha lá 40, 50 pessoas trabalhando. O roçado era a mesma coisa, a puxada de canoa era a mesma coisa. Hoje você não acha ninguém, nem pagando. E se for pra rastelar um quintal, é pago. Até para uma senhora viúva, para quem não tem condições, tudo é pago. E eu não aceito isso. Eu pago, mas eu não aceito. Eu acho que a gente tem que se ajudar. É um pelo outro. Meu pai, ele pescava, se ele pegasse 10 quilos de peixe, que a gente não pegava para vender, a gente pegava para consumo, dava vontade de comer o peixe, e ali pescava, acabou. Cada vizinho, cada pessoa, cada família ganhava o seu quinhão. Chamava de quinhão. Pouquinho pro fulano, pouquinho pro outro, a gente saía distribuindo as casas. E a gente ia toda feliz. Isso era caça, isso era um porco que eles matavam, um cabrito. Tudo dividido. Hoje é tudo vendido. Ninguém dá nada pra ninguém. Eu vi, eu vivi isso, é. Eu vivi, eu fui criada nisso. Então, é uma coisa que eu queria muito resgatar, que era a nossa cultura também, né? Essa cultura, era uma cultura de dividir, de mutirão, de um ajudar o outro, de hospedar as pessoas. Entendeu? (Dona Laura liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

Porque o Parque Nacional também começou a aparecer aqui em 2000 e... Acho que 2005. **Quando eu levei a primeira multa, na minha casa lá em cima, porque a minha casa não é aqui.** Eu moro aqui no bar, porque eu trabalho aqui, mas a minha casa está lá dentro do território do quilombo. Em 2005, que a gente foi descobrir esse parque nacional. Até então a gente não sabia. **Eu tenho uma multa, eu vivo de acordo,** filha. Eu tenho um acordo com o Ministério Público pra eu ficar lá. Senão já ia ter demolido a minha casa. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Mas aqui, dentro do Camburi, a gente ter dois parques, não era para ser assim. A gente era para ser tudo bem certinho. Porque a gente tem dois parques. Tem o Parque Nacional da Serra da Bocaina e o Parque Estadual da Serra do Mar. Isso não é serviço só para o INCRA nem para o ITESP. Isso aí é pra eles. Nem pra mim. Isso aí era pra eles, né? É o serviço deles. É que eu sempre questiono no parque. Eu disse, gente, se vocês reconhecem Camburi como parque, por que vocês não fazem o serviço de parque? Aí pede sempre pra associação. Sempre a associação tem que fazer. A associação tem que fazer coisas que não é da associação. Então, é difícil. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Quando o parque chegou aqui, olha, hoje o parque ainda é parceiro. Hoje ele é meu parceiro. **Mas o Parque, quando chegou aqui, era uma coisa que eu nunca tinha visto na minha vida.** Quando ele chegou aqui, em 1980. Não era bem dizer criança, já era adolescente. A gente viu muita coisa. **Eles batiam nas pessoas, mal tratavam, eles davam tiro.** Eles não chegaram a matar ninguém porque as pessoas tinham medo, acabavam nisso. Que se fosse hoje, com essa juventude que a gente tem hoje, teria morte. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Tanto que o povo que tem aqui, o povo não aceita o parque. Pelo modo que eles chegaram. Eles chegaram com um modo muito agressivo. **A gestão que tinha no começo do parque, eles eram totalmente agressivos,** como eles achavam que a gente não era ser humano e que a gente não tinha o direito de estar aqui. Só que nós não chegamos no parque. O parque chegou em cima da gente. Quando o parque chegou, já encontrou nós aqui. É que toda reunião a gente fala. Nós não entramos no parque, nós não invadimos o parque. **O parque**

**invadiu a nossa área.** Porque quando o parque chegou, nós já estávamos aqui. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

A gente pegou e construiu. Não tinha a placa de parque. A gente construiu, fomos morar. Depois que a gente tá morando lá, aí aparecem eles. O parque estadual, aparece os agentes do parque falando que eles estavam fazendo um levantamento das pessoas que moravam na área, que era uma notificação, assim, era um cadastramento. Pra você ter ideia como que eles eram covardes. É um cadastramento que a gente tá fazendo das pessoas pra não entrar mais ninguém. Mas por que não pode entrar mais ninguém? Ah, porque é parque. A gente questionou até. Aonde que está escrito como parque? Vocês têm alguma demarcação pra cá? Ah, não tem, mas é. Como assim? O Parque Estadual a gente já tinha a placa aqui. O Parque Estadual tinha aqui, mas o Parque Nacional a gente não tinha. Como que você vai dizer que é parque se você não tem uma notificação de parque? Você não tem uma limitação de parque? Não tem uma placa dizendo que é parque? Então por que não veio no momento que você tá construindo? É menos prejuízo. Aí depois que você tá com a casa pronta, você tá morando, aí vem as multas. Aí começaram as multas, 10 mil, 15 mil, 20 mil, até 50 mil. Aí foi eu, minha irmã, minha tia, o outro rapaz que estava do lado, que é meu vizinho lá também. A minha tia me levou 100 mil de multa, porque eram duas casas. O meu primo, ele fez acordo, demoliu a casa dele e continua até hoje, coitado. Até hoje ele sofre, ele está com o carro preso. A conta dele, bloqueada, ele não pode mexer, não pode receber. Ele tinha começado a construir a casa dele. Ele fez o acordo e demoliu, porque não pode, vai demolir, vai demolir. Os outros, a gente foi brigando, a gente foi metendo o peito. Ele não, ele fez o acordo, demoliu a casa dele, mas mesmo assim vem, vira e mexe, aparece um processo pra ele. Ele vai lá ver, é dessa casa. Gente, ele já pagou, o carro dele tá preso, não pode... Não pode vender o carro, não pode fazer nada, a conta dele bloqueada, o nome dele sujo (Leila, liderança do quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Meus filhos sofreram muito. Eu trabalhava aqui, eu descia pra cá pra trabalhar. Eles chegavam da escola ainda pequenos, pequenininhos, mas chegavam da escola e eles, por duas vezes, eles chegaram aqui correndo. **Que estavam os agentes do parque lá, do Parque Nacional, os fiscais, falando que ia demolir a casa. Uma vez eles chegaram aqui correndo. Minha filha chegou, eles chegaram assustados, correndo.** É um quilômetro pela estrada, é um quilômetro daqui lá em cima. **Eles chegaram aqui chorando, disse, mãe, lá tem um monte de polícia, falou que vai demolir a casa.** Falei assim, mas como assim? A gente estava dormindo, a gente ouviu um barulho, alguém mexendo na porta, batendo na porta. Aí eles tinham chegado à escola, eles chegavam meio dia e meio, uma hora, almoçavam e iam dormir, porque eles acordavam cedo, saíam cinco horas. Isso era por volta de três, quase quatro horas da tarde. Aí, eles ouviram a porta, eles levantaram. Uma das mãos levantou, abriu a janela. Diz que tinha bastante polícia. Aí, eles perguntaram o que eles queriam. Ele disse, é que a gente vai demolir a casa. O que eles fizeram? Eles saíram correndo. Eles largaram a casa e saíram correndo, saíram correndo e chegaram aqui. Eu estava com esse bar aberto, só que não era esse espaço, era um outro, era um trilha. Eu que reformei. Aí eu peguei, fechei e saí. Disse, meu Deus, eu pedi pra avisar meu pai, aí as crianças avisaram meu pai e saiu meu irmão. Eu e meu irmão. Quando a gente chegou lá, eles não estavam mais, porque minha tia morava do lado, bem pra cá um pouquinho. Aí minha tia viu as crianças descendo e correndo e ela ouviu falando lá e ela foi lá. E aí eles estavam lá e minha tia... brigou com eles lá, fez eles saírem. Minha tia

ameaçou eles ainda. Eles revidaram minha tia. Aí, nisso aí, eles aumentaram mais o processo dela. Deram mais um processo nela. Foi uma agressão. Mas, igual ela disse, eu agredi eles por conta deles terem entrado na casa, na residência, onde estavam as crianças pequenas e ameaçavam as crianças. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Meu pai assina carteirinha ainda, você tem ideia? De processo de multa. Meu pai assina carteirinha ainda, às vezes, por conta de lenha. Cortar lenha. Porque a gente não usava gás, a gente usava lenha. Eles pegaram meu pai com as madeiras, trazendo pra casa a lenha. Passa, às vezes, um ano, dois anos sem assinar. Daqui a pouco volta tudo de novo. Quando troca de juiz, volta tudo de novo. Porque mexe aqui esse processo antigo. Era uma tormenta. A gente vivia... Hoje ainda tá mais ou menos. Não mudou muita coisa, não. Não mudou muita coisa, não. A gente ainda tem esses problemas. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Então, antigamente os nossos antepassados, o meu pai, os meus tios, eles viviam da terra. Então, eles viviam do quê? Da caça, da pesca e da roça, né? Aí que passou-se esse período de, como você falou, na época de 70, 80, foi **quando foi tudo, foi se acabando, foi parando. Porque aí, veio as leis ambientais.** Pra você fazer roça, não podia mais cortar uma árvore, aquela coisa toda que você já sabe. Então, quando houve tudo isso aí, foi desanimando eles. **Pai, a gente não está podendo fazer roça, temos que trabalhar para fora, para sustentar.** E foi saindo para fora e foi deixando a roça ali e o mato foi crescendo, enfim, depois não pôde mais voltar. **Então, a cultura nossa hoje é um dos resgates, é as roças, inclusive a nossa casa de farinha,** já estamos construindo uma casa de farinha, já estamos para inaugurar ela. Tem uma roça que está sendo construída para o outro lado do rio lá, e tem uma roça do nosso primo, Zé Luiz, que é aqui pra cima, e ele ainda permaneceu uma roça dele lá, uma roça pequena, mas tem lá, né? Mandioca, as coisas dele lá. (Mario, liderança do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

A criação do Parque Estadual da Serra do Mar, em 1977, e o Parque Nacional da Serra da Bocaina, em 1971, ocorreu durante o período da ditadura militar. A falta de direitos formais sobre suas terras tornou essas populações especialmente vulneráveis a tais ações autoritárias. Em função disso, a imposição de políticas sem a participação das populações locais, foi efetuada. Esses parques, criados para preservar grandes extensões de floresta tropical, não levou em consideração a visão e os direitos das comunidades tradicionais que habitavam essas regiões. Durante este período de autoritarismo, os quilombolas, caiçaras e indígenas, enfrentaram graves situações de violências e deslocamentos arbitrários. Em muitos casos, a remoção foi feita de modo violento do ponto de vista físico, mental e emocional (Diegues, 2004).

Essas experiências de violência e deslocamento deixaram cicatrizes duradouras e geraram movimentos de resistência pelo reconhecimento dos direitos territoriais como as

narrativas de Dona Laura e Leila destacam. As violências, realizadas sob a justificativa de proteção ambiental, infringiram severamente as vidas cotidianas e meios de subsistência de populações tradicionais. Revelam uma clara tensão entre políticas de conservação da natureza e direitos humanos. Leila, liderança do quilombo do Camburi, relata as dificuldades enfrentadas com a criação de parques nacionais, que muitas vezes resultam em restrições severas sobre o uso da terra para as comunidades locais. Há o estabelecimento de processos, com multas e a necessidade de acordos legais para permanecer em seus territórios. As atividades proibidas, como a coivara, por exemplo, eram centrais para a sobrevivência e identidade cultural local (Santos, 2021).

Apesar das grandes perdas, os líderes comunitários expressam um forte desejo de resgatar práticas ancestrais, como o sistema de mutirão e a partilha comunitária. O retorno da bioconstrução e a divisão equitativa de recursos, são vistas como fundamentais para o estabelecimento da coesão social e a identidade coletiva. A resistência contra a mercantilização das relações comunitárias e o desejo de revitalizar a cultura do mutirão refletem uma busca pela reafirmação da cultura de auto sustentabilidade e autonomia comunitária (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022).

Já em meados da década de 70 e 80, já havia muita gente tentando retornar para cá, mas a antiga dona da área não permitia, **porque tinha jagunços aqui no território, que não permitia a entrada.** Então já na década de 70 e 80 havia uma luta para voltar para o território. E porque haviam remanescentes aqui ainda que moravam no território. Então, em 1990, após a democratização, a **chegada do Lula ao poder e tudo mais,** tudo isso se facilitou. **Então, aí é o processo de retomada do território.** E aí as famílias foram voltando. E junto a minha família, que retorna. Então, o processo de retomada do território, **a gente contou com a ajuda do MST,** porque a gente não sabia como fazer. A gente sabia que tinha que voltar, mas como fazer? O MST é uma longa história de lutas, de retomada de território, de uma reforma agrária que nunca aconteceu no Brasil. (Jurandir, liderança do quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

O pessoal não tem noção do que seja o quilombo hoje, né? Então, eles não sabem o que é um quilombo, não sabem o que foram aquelas pessoas que já lutaram no tempo passado, que já lutaram, nossos avós. Os avós lutaram pra que deixasse isso pra gente. Então, como eu falo pros meninos, a gente tem que conservar isso aqui porque foi uma luta deles. Eles lutaram por isso aqui. (Isabel, liderança do quilombo da Caçandoca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Para Isabel, a resistência atual é um legado das batalhas travadas por seus antepassados. Por isso é preciso educar as novas gerações sobre o significado de ser quilombola hoje. A preservação do território não é apenas uma questão de herança material, mas um ato de honra

e continuidade das lutas ancestrais. Jurandir lembra o esforço da coletividade organizada que em uma ação coordenada com o apoio do MST iniciaram estratégias efetivas, como a ocupação da via principal da comunidade, para efetivar a retomada do território e construir uma visão politizada de justiça social naquele território. Durante a redemocratização do país, a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder facilitou todo o processo.

#### **5.4 Os discursos das lideranças dos quilombos de Ubatuba sobre o processo de titulação de terras e a segurança territorial**

O processo de abertura para o reconhecimento e titulação de territórios quilombolas envolve várias etapas. Primeiramente, as comunidades devem obter uma certidão de registro na Fundação Cultural Palmares. Em seguida, o Incra realiza um estudo do território, elaborando o Relatório Técnico e Delimitação (RTID), que inclui relatório antropológico, levantamento fundiário, mapa territorial e cadastramento das famílias. O RTID passa por análise de contestações e é encaminhado para diversos órgãos (como o IBAMA, por exemplo) para avaliação. Com a aprovação definitiva dos estudos, o presidente do Incra publica uma portaria nos Diários Oficiais da União e do estado, finalizando o processo com a titulação do território quilombola. Desde a emissão até a análise do Relatório Técnico e Delimitação (RTID), as terras quilombolas podem estar sujeitas a outros processos intermediários antes da titulação definitiva, uma vez que o procedimento também está condicionado à localização geográfica das comunidades, podendo requerer ações adicionais nas esferas estadual e municipal (Souza, 2015).

Nenhuma das comunidades quilombolas de Ubatuba possui a titulação federal definitiva do território e todas estão em algum ponto do processo conforme explicitado no parágrafo acima. Nesta análise, vê-se como as lideranças enxergam e explicitam em que ponto do processo a comunidade se encontra e quais os desafios presentes para a resolução e efetivação da titulação.

Não, o quilombo é todo. Você vindo da pista até a segunda ponte, você vai seguir reto a estrada, tem a primeira ponte, tem um prédio azul e branco que é a antiga escolinha, na segunda ponte é a divisória do quilombo. Da segunda ponte pra baixo, somos todos nós até a pista. Então, nesse núcleo, que a gente fez o requerimento perante ITESP e INCRA, a gente tem confrontantes, acho que são quatro. Tem a Cazanga, a área da Cazanga. A área do Ranário. Esse pedaço que você vê aqui, que tem umas bananeiras, esse é da Pado. E passando a porteira, a gente tem a Mercure. São áreas que vão ser desapropriadas mais tarde, mas não têm núcleos familiares. São empresas. E o núcleo familiar é mais

aqui mesmo. A gente tem boa convivência com todos. Nunca tivemos... Também, a gente também não invade, entendeu? Então, assim, eu acho que se você respeita o seu vizinho, o seu vizinho vai te respeitar. (...) E essa área já é a área designada, né, lá pelo ITESP e INCRA como área quilombola, que é onde teve a senzala dos escravos, tem ruína da fazenda, que era a parte histórica. E acabou que ficou loteada. É, agora foi loteada, tem bastante casas, onde tem muitos policiais aposentados, então a gente não bate de frente, isso é com o Ministério Público. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

É uma luta, né? A titulação... Aquele dia a gente falou um pouco sobre isso, assim, essa luta constante. O RTID já está na mão do INCRA, porém, nós fomos numa reunião, acho que em outubro, lá na sede do INCRA, e a superintendente falou que o nosso documento já estava pronto, porém a gente precisava de umas correções, mas o documento não chegou na nossa mão até agora, de outubro do ano passado até agora. Só falta isso pra começar, né? A Polícia Federal já passou aí nas novas casas, já dando uma geral, vendo se tem matrícula, se não tem. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

Este cenário ressalta a paciência e luta das comunidades quilombolas. Para assegurar seus direitos em meio a pressões externas e regulamentações, os depoimentos ilustram os desafios e as complexidades envolvidas na luta pelo reconhecimento e titulação das terras. O Quilombo de Itamambuca, delimitado entre duas pontes, enfrenta a pressão da vizinhança com algumas empresas ao redor. Embora a relação com essas empresas seja descrita como “respeitosa”, a situação ressalta a complexidade de coexistência de diversos interesses comerciais no local.

Partes da área historicamente reconhecida como quilombola, que inclui ruínas e antigos locais de senzala, foram indevidamente loteadas. A presença de novos moradores, dificulta ainda mais a situação no que se refere às medidas legais de proteção e reconhecimento territorial. Adriana menciona a importância da delimitação e documentação do território pelo ITESP e INCRA junto ao processo de desintrusão, este realizado pela Polícia Federal junto ao Ministério Público.

A titulação formal das terras de quilombo no Brasil enfrenta muitos atrasos burocráticos, apesar dos avanços como a elaboração do RTC (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) e do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Demarcação) (Arruti, 2006). A titulação é essencial para garantir a autonomia e posse coletiva definitiva do território quilombola. Adriana, em seu relato carregado de carga emocional, deixa transparecer sua

profunda frustração com o processo administrativo, que, mesmo tendo o reconhecimento técnico de autoridades competentes não chega a ser validado em todas as instâncias devidas.

A presença de novas construções e a fiscalização por parte da Polícia Federal adicionam camadas de complexidade à situação, especialmente na verificação da regularidade dessas moradias, se possuem matrícula de inscrição ou não para a possível indenização por desapropriação.

Aí então, aí só pra finalizar porquê que a gente fez associação de remanescente, aí alguém me abriu o olho. Tava sendo construído no Camburi, na Caçandoca, associação de remanescente, mas eu nem sabia. Lá na Caçandoca eles ouviram falar da violência da Fazenda. Então veio a secretária de lá, Rose, juntamente com uma vereadora, Vera Coutinho, e me procuraram e falaram, Laura, você está sofrendo porque você quer, você é uma remanescente. Tem uma lei que defende você. Eu não sabia que eu era uma remanescente e nem sabia o que era meio ambiente. E aí ela falou, eu falei, mas o que é remanescente? Ela falou, você não é descendente de escravo? Eu falei, isso eu sou, que eu sabia que eu tenho a história das três negras no Campinho, que foi doada às terras. Então eu falei, não, isso eu sou, então bora trabalhar, vamos acabar com essa violência. Aí a gente em 2001 começamos a fazer toda a documentação. Em 2003, finalizou. Em 2005, a Fundação Palmares nos reconheceu. Em 2006, a ITESP entrou, trabalhando o nosso território. Aí a gente ficou naquela coisa. Aí choveu de parceiro. Aí hoje o Parque viu que a gente estava amparado. Porque daí tinha defensor, procurador, advogado. Então eles falaram, esse povo não está mais sozinho. Porque daí eles começaram a querer negociar. Hoje nós somos titulados. Foi um marco histórico. Foi agora, essa semana. Agora, esse ano. Foi um marco histórico na nossa vida. Porque é o primeiro quilombo que é titulado, no Brasil, pelo Governo do Estado e Fundação Florestal<sup>44</sup>. Porque o quilombo é titulado pela Federal e não pelo Governo Estadual. Só nós que aconteceu isso. E isso não é aqui em São Paulo, é no Brasil. Então isso é um marco histórico e abre precedente para outros que estão na mesma situação. Então a gente ficou muito feliz também por conta disso. (Dona Laura liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

Após os eventos permeados de violência e dificuldades enfrentadas, informações sobre direitos fundamentais da comunidade chegam através das comunidades tradicionais vizinhas, e isso mudaria para sempre a história daquela localidade. Dona Laura destaca a descoberta e identificação como remanescente quilombola como algo imprescindível para o reconhecimento e posterior transformação da comunidade. Sem o reconhecimento e construção da identidade

---

<sup>44</sup> [Acordo judicial garante titulação de território quilombola em Ubatuba \(SP\) — Procuradoria da República em São Paulo](#) disponível em 09 de fevereiro de 2025.

quilombola, a localidade certamente teria características muito diferentes das observadas nos dias de hoje.

A formação da associação de remanescentes quilombolas lhes permitiu acessar direitos e proteções anteriormente desconhecidos. Este movimento acaba no importante reconhecimento pela Fundação Palmares em 2005 e o envolvimento do ITESP em 2006. Tudo isso marca um avanço na segurança e autonomia da população local.

A história de Dona Laura e do Quilombo da Fazenda ilustra o potencial transformador do reconhecimento formal e destaca a importância de alianças estratégicas e da comunidade na defesa dos direitos quilombolas. Defensores, procuradores e advogados ao lado da comunidade, alteraram a dinâmica de poder na região. O quilombo deixou de enfrentar sozinho as ameaças externas, como a pressão do Parque, e iniciou um período de negociação e diálogo que perdura até os dias de hoje.

Então, o nosso processo, ele está bem avançado. Pela gente ter dificuldade de ouvir, ele está bem avançado. O nosso problema maior está mais em retirar as pessoas de fora. Porque tem que retirar para titular. Não pode ficar, entendeu? A gente tem que retirar essas pessoas de fora e titular. E aí fazer o... A gente precisa de um levantamento, que é o que o Ministério Público já começou a fazer, né? A Polícia Federal já veio, já fez um levantamento, já fez umas entrevistas. Isso tá na mão da procuradora. E o nosso processo tá na AGU. A AGU, ela começou a segurar por conta do IBAMA. que não reconhecia, não titulava, não dava título porque a gente tinha um gestor muito muito ruim, né? Uma gestão muito difícil. Foi o momento que, de 80 para cá, na criação do Parque Estadual e o Parque Nacional, os gestores eram muito rígidos. Então, eles não aceitavam que o Camburi tinha essa comunidade quilombola. Não aceitavam porque já tinham criado o Parque aqui, né? Então, não iam aceitar. Tinha essa visão de querer tirar as pessoas. De querer tirar. Então, ficou esse processo nessa briga. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

O que está faltando mais é essa ação do Ministério Público, desse levantamento, de quem são as famílias que precisam sair. Isso aqui também gera um pouquinho de problema, porque a gente está muito desorganizado. É titular assim, a gente não consegue segurar. A gente não consegue. A comunidade desunida foi o que eu estava conversando com algumas pessoas lá do Vale do Ribeira, lá em São Paulo, disse assim, para titular, agora vocês têm que estar muito organizados, muito unidos, porque senão vocês não conseguem. A invasão vai ser grande, que já está sem ser titulado, imagina titular. Depois que o povo pega o titular, vocês têm que estar tudo organizado. A gente espera que consiga. A gente faz parte do processo, né? A gente faz parte dessa luta. A gente precisa. Conto muito com o povo, os antigos. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

A narrativa destaca as lutas enfrentadas pela comunidade para obter o reconhecimento e a titulação formal de suas terras. A presença de dois Parques, estadual e nacional (que deveriam proteger e promover a sustentabilidade parece criar obstáculos contínuos para os quilombolas) acaba por priorizar interesses externos e ignora as necessidades e direitos dos moradores locais. A dificuldade em obter apoio efetivo dos órgãos responsáveis parecem ser problemas centrais.

A necessidade de um levantamento exato das famílias e das terras exige ação dos órgãos competentes que possuem a autoridade e os recursos necessários. Mesmo havendo o reconhecimento inicial pelo Ministério Público, este parece sugerir que para dar continuidade ao processo a comunidade precisaria tomar medidas independentes, tais como a expulsão de antigos e novos grileiros. Tais ações se mostram irrealistas se considerarmos os recursos limitados e a desorganização interna mencionada.

A situação do quilombo do Camburi pode ser considerada um microcosmo dos desafios enfrentados por muitos quilombos no Brasil. Esse atraso na regularização da posse coletiva definitiva parece ser uma realidade bastante comum, ao olharmos os dados sobre os processos de titulação no país. O processo parece uma verdadeira batalha que exige ações referentes também à organização interna das comunidades. Essa organização auxilia a luta política para que haja uma verdadeira pressão sobre as instituições responsáveis pela titulação e o processo de fato aconteça em todas as instâncias necessárias.

A titulação ainda não tem. É um processo de direito contínuo. Esse processo ainda está em curso. Há 30 anos, como eu falei para vocês, isso começou antes de eu nascer. As pessoas já corriam atrás dos seus direitos. Corriam atrás dos seus direitos, individualmente, mas chega um momento que as pessoas entendem que individualmente não vai conseguir. Aí começa algo que parece que aconteceu com as comunidades tradicionais, em um movimento que eu faço parte. Porque havia caixas lutando por um direito, quilombolas lutando por um direito, indígenas lutando por um direito. O cara ia unir as suas forças, lutar conjuntamente. Então, forças militares nacionais é isso. Quilombola quer ser indígena unido por território. Então, é isso que acontece dentro dos territórios, quilombolas. As comunidades, nós estamos dentro dessas divisões internas. Mas uma coisa é fato, nós reivindicamos o nosso território. Nós temos brigas internas? Temos. Inclusive, cria justificativa para o Estado não reconhecer nossos direitos. Isso, cria uma série de justificativas para não reconhecer nossos direitos, justificando que nós não nos entendemos. Só que isso não é justificativa. Está na lei. Tem que ser demarcado, reconhecido, desapropriado e titulado. Está na lei. Não fomos nós que criamos a lei. Está na lei e a lei precisa ser cumprida. Mas tem sempre um órgão dizendo, não, mas por quê? Sempre isso. Então, muitas vezes, as instituições que são parceiras, também, às vezes, são nossos algozes. Porque, justamente por ser assim, o Brasil parece colonizado ainda. Então, os colonizadores ainda estão no poder. Mas os colonizadores que estão no poder não reconhecem o direito do outro. Porque é

aquele do regime de Sesmarias, esse regime que durante anos, prevalecendo no Brasil, ainda prevalece em alguns cercadinhos da política brasileira e também do judiciário. (Jurandir, liderança do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

Então, a titulação, na verdade, nesse momento é um problema, enquanto algumas questões internas foram resolvidas, que são demais internas da comunidade, que é obrigação do Estado resolver. E o Estado quer que a associação resolva. Tipo conflitos internos mesmo, por um pedaço de terra. Então, por exemplo, se o Estado não chegar, não organizar, porque é parte da associação, mas também parte do Estado. Por exemplo, quando a gente pede ajuda do Estado, o Estado fala, isso é problema de vocês, vocês resolvam, mas não é só problema nosso. O problema é do próprio Estado. Por exemplo, essa situação com os vizinhos. Por exemplo, eu entrego o título de terra aqui, vocês estão titulados, mas tem um (condomínio do) Pulso com uma cerca dentro do quilombo da Caçandoca. Aí a associação vai ter que se organizar, contratar advogados para lutar contra o loteamento fechado e não vai haver associação, não. Não vai ganhar. Primeiro que a gente teve uns exemplos bem claros. Quando o Pulso ele fez a cerca dele, a gente contratou um topógrafo. A nossa conta primeiro, que ele disse que não tinha topógrafo. Então, vamos contratar um. Contratamos. E o cara começou a fazer o trabalho dele. E assim, ele começou com uma fala, e antes de terminar o serviço, ele já veio com outra. A gente, pô, peraí, o que aconteceu nesse meio do caminho? Aí ele falou que, nesse processo de trabalho, ele teve que conversar com o pessoal do Pulso. Mudou de ideia. Não posso falar o que realmente aconteceu, mas alguma coisa aconteceu para que ele mudasse a visão dele sobre o que é a cerca do Pulso. Ele não estava mais aqui dentro. O Pulso está certinho. A gente pagou ele, muito obrigado, tchau, vai embora. (Jurandir, liderança do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

O Brasil está em um processo ainda muito recente de tentativa de golpe e as estruturas que envolvem tudo isso estão contaminadas ainda. O INCRA está contaminado. Tem muito fascista dentro do INCRA, que não aceita essa escrituração. Ou seja, são funcionários de carreira, que não podem ser mandados embora e que refutam o processo. Nós temos grandes parceiros dentro do INCRA, mas também sabemos que tem pessoas aqui que estão lá para receber o salário e não fazer. Então, a gente tá passando por um processo de transição dentro do INCRA. O INCRA ficou durante o governo do Bolsonaro ficou quatro anos fechado. Então, a procura de retomada do INCRA está em curso. Então, essa instituição, ela foi praticamente reduzida. E aí, as pessoas que nós indicamos enquanto movimento social, no caso da Sabrina Diniz, que é superintendente, e outros que estão lá, da própria CONAQ, estão tendo grandes dificuldades, por causa desses funcionários de carreira que estão lá pra atrapalhar. E você não tem como tirar essas pessoas da frente, porque são funcionários de carreira lá dentro. Então, assim, é uma coisa meio antagônica, né? Porque eu sei que tem pessoas lá que são muito parceiras, mas muitas vezes se encontram com a mão atada e os processos não avançam. (Jurandir, liderança do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

Mas tem uma questão também que envolve dinheiro, grana. Porque o processo de desintrusão, o processo de indenização de terceiros sob a área, custa dinheiro. E o governo tá nesse corte de orçamento gigante aí, que pode ser que fale, não, a gente não vai indenizar nada, ninguém. Segura mais um pouquinho. (Jurandir, liderança do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

As pessoas vão ter que ter entendimento do que é a coletividade. O título é um sonho, mas pode se tornar um pesadelo. Porque a partir do momento que nós ganhamos título, nós somos responsáveis pelo espaço e organização. É quem estiver à frente tem que ter essa responsabilidade social de saber administrar, porque aí não vai ter INCRA mais pra você pedir, não vai ter Ministério Público, não vai ter mais ITESP. A gente é que vai ter que se organizar como território. (Você acha que tá maduro o suficiente pra isso?) Olhando pra mim, pra minha sobrevivência, eu diria sim. Mas olhando pelo coletivo, não. Porque eu tenho muito receio, porque nós temos um documento, o decreto, que qualquer presidente pode assinar e voltarmos ao que antigamente nós éramos, com possibilidade da Continental requerer, de toda uma questão, porque aqui é uma área muito valorizada, as pessoas crescem, do lado tem um condomínio, eu cheguei a ver a planta, que aqui seria um condomínio, Mas, ao mesmo tempo, eu tenho esse receio, sabe? Eu, por exemplo, eu quero ter a tranquilidade de envelhecer e saber que meus filhos vão ter essa tranquilidade, de dizer que esse espaço, eles não vão ter o risco de serem despejados. Mas, ao mesmo tempo, eu tenho o receio dessa situação, das pessoas não terem essa responsabilidade sobre o território. De quilombola, de ferro, de pessoas de fora construir casas sem ser dele. Porque as pessoas... Eu já ouvi de quilombola, por exemplo, de que era bom ser um condomínio porque ia ter emprego. Eu questiono, você poderia ser patrão de si, prefere ser escravo dos outros? Mas as pessoas pensam assim. Então, assim, é uma questão muito delicada. Por exemplo, você chega aqui no espaço, você é quilombola, A pessoa chega e fala, olha, eu faço uma casa, você diz que é sua. Mas quando eu precisar, eu venho e fico aqui. A pessoa aceita. Ela vai ter uma casa maravilhosa. Ela vai ter um quiosque maravilhoso. Mas no fundo, no fundo, ela é empregada. E hoje você... Hoje ninguém consegue fazer isso porque tá nesse trâmite. (Isabel, liderança do Quilombo da Caçandoca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Após trinta anos, Jurandir e Isabel lamentam a ineficácia, em todas suas expressões internas e externas, pois o trabalho ainda não resultou em uma titulação definitiva. Jurandir acredita que falta uma luta conjunta entre quilombolas, caiçaras e indígenas, e reconhece que a união de esforços pode fortalecer a reivindicação de direitos territoriais. Assim, menciona o impacto negativo das divisões internas que, por vezes, são usadas pelo Estado como justificativas para adiar o reconhecimento dos territórios. Isabel, aborda a complexidade de todo o processo. A titulação traz consigo responsabilidades que a comunidade deve estar apta para assumir. Expressa preocupações sobre a maturidade coletiva da comunidade para gerir o território uma vez titulado, especialmente em um contexto no qual interesses econômicos externos podem inflamar decisões internas.

A especulação de transformar o território transformado em um condomínio, por exemplo, cria tensões, pois o desenvolvimento econômico pode ser visto como oportunidade para alguns, mas ameaça à autonomia e à identidade cultural para os mais engajados. Os líderes enfatizam a importância da responsabilidade coletiva na gestão do território após a titulação. Reconhecem que, embora a titulação seja um sonho tangível, ela pode se tornar um pesadelo se

não houver governança e entendimento comum sobre a preservação da identidade cultural e dos deveres e direitos quilombolas. O orçamento público também se apresenta como uma barreira para a finalização dos processos legais de titulação, visto que outras demandas de ordem social, são, muitas vezes, colocadas como prioritárias em detrimento das regularizações de territórios.

### **5.5 A busca por autonomia econômica local: O Turismo de Base Comunitária, seus desafios e possibilidades**

O turismo tende a trazer para localidades diversas, elementos representativos do imaginário moderno das cidades. Esses elementos, que se manifestam na infraestrutura, no design arquitetônico e nos produtos de consumo, ajudam os visitantes a se sentirem mais à vontade no ambiente social e natural que encontram. No entanto, isso acaba por vezes construindo uma materialidade que não dialoga com a essência do lugar. As paisagens, que eram apreciadas por sua rusticidade e distância da vida urbana, são rapidamente transformadas para acomodar objetos e atividades associados ao cotidiano das cidades. Além disso, a funcionalidade da rede urbana está ligada à organização social e à posição hierárquica dos grupos, determinada pela capacidade destes de acessar as vantagens que a cidade proporciona. A urbanização turística reveste o espaço urbano com características modernas e introduz de fora os seus próprios atores sociais, selecionando aqueles que irão usufruir daqueles espaços (Luchiari, 1999, p. 41):

A urbanização turística é um processo que põe em diálogo o lugar com o mundo. Este processo promete embaralhar os lugares e construir, em cada um, sociabilidades mais híbridas. Se o papel do turismo na mitificação e no consumo dos lugares tem sido acentuado com a revalorização das paisagens naturais, é preciso que o planejamento turístico potencialize as possibilidades positivas de um novo processo de urbanização que se revela. A necessidade de buscar novos meios ambientes, longe das cidades densamente ocupadas, para ao final construir ali as mesmas cidades das quais se foge, "roubará" a promessa de um novo modo de vida urbana que o fenômeno turístico contemporâneo esboça. Ao erguer muralhas em volta dessas paisagens e se restringir a poucos o acesso a elas, tal promessa se esvai. Não adianta reconstruir a forma-cidade-fortaleza e reproduzir a injustiça social no conteúdo urbano mais geral. A forma-paisagem não possui vida própria, ela reproduz a estrutura da sociedade (Santos, 1996). O paradoxo contemporâneo para pensar a sociedade, a natureza e o turismo reside no fato do próprio desenvolvimento do consumismo ter propiciado, ao mesmo tempo, a expansão do turismo, a valorização estética das paisagens naturais, um movimento crítico sobre a degradação ambiental e um novo enfoque cultural sobre a cidade. Nesse sentido, o "ambientalismo" contemporâneo - por mais contraditório que possa parecer - pressupõe um certo consumismo. Isto porque o consumismo é altamente reflexivo acerca dos lugares e ambientes, dos bens e serviços que são consumidos (Luchiari, 1999, p. 41).

A abertura de estradas e a popularização do turismo de praia transformaram a economia do município. Com isso, enquanto há efetivas oportunidades de desenvolvimento econômico, também existe a imposição de desafios à coesão comunitária das comunidades tradicionais. Quando condomínios e empreendimentos turísticos transformam paisagens antes valorizadas por sua rusticidade e autenticidade em zonas de consumo, acontece o processo de desterritorialização das populações locais. Esse processo desconsidera suas práticas culturais e ambientais e introduz uma materialidade que não dialoga com as características locais e transforma a realidade. Luchiari (1999) também analisa o paradoxo do ambientalismo contemporâneo, que embora critique a degradação ambiental, está intimamente ligado ao consumismo. Em Ubatuba, isso também se manifesta, quando há a valorização estética das paisagens naturais para consumo turístico e a urbanização associada ao turismo que ameaça essas mesmas paisagens.

Olha, esse pessoal vir para a praia, sempre vieram. No momento que abriu a estrada, o pessoal já vinha, já começaram a vir. O pessoal já começaram a vir acampar, porque não tinha quiosque, não tinha nada. Então o pessoal vinha acampar, tinha a vez de férias, só que enchia de gente. **De barraca. Parecia um camping mesmo, né? Nós nem tínhamos, não sabíamos de nada. Não sabíamos nem o que fazer. Nem o que fazer. O pessoal só vinha fazer amizade e pronto. Nada mais. O pessoal aproveitava a praia do jeito que eles queriam.** Muito, muito bem aproveitado. Aí depois surgiu a abertura do quilombo 2000. Aí que a turma começou a vir pra cá, fazer quiosques, a gente já tinha. Nossa senhora, tinha época de férias e ninguém dava conta. Tanta gente. Na férias, a gente estava vendo no caderno, nós tínhamos quase 200 freguês. E a gente não dava conta. Aí foi surgindo um, surgindo outro, surgindo um, fazendo outro. Aí depois veio minha irmã, depois veio meu primo, depois veio a Janine. Aí já foi esticando, depois veio a Maria do lado, minha sobrinha do lado, aí já foi ampliando, né? Aí já foi dividindo o povo, que ainda era sufoco, né? Graças a Deus que agora tem bastante gente, todo mundo tá trabalhando, todo mundo tá satisfeito, né? Tá um momento bom pra todo mundo, eu acho. Eu acho que sim, eu acho que não tem o que reclamar. **Todo mundo tá satisfeito, ninguém nunca reclamou, que aí não ganhei nada hoje, não ganhei nada ontem. Todo mundo tá ganhando.** (Dona Rosa, griô do Quilombo da Caçandoca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

A fala de Dona Rosa do Quilombo da Caçandoca mostra a evolução do turismo. Se antes este movimento acontecia de maneira informal, com as visitas esporádicas de campistas principalmente no verão, essa realidade logo se transforma em uma atividade estruturada e economicamente vantajosa para toda a comunidade local, após a abertura do quilombo em 2000. A partir desta constatação, a griô destaca os benefícios econômicos e a satisfação da maior parte dos moradores locais com as novas oportunidades de trabalho. Na Caçandoca, o

turismo de massa se constitui a principal atividade econômica presente no território, como nos conta a narrativa de Isabel:

Eu falo que quando eu chegar aos meus 60, eu gostaria de trabalhar com turismo de base comunitária. É um turismo que nos vê. Esse turismo de fim de ano, ele é extremamente estressante. A gente já fica tudo pilhado já de... Porque vai vir gente, que a gente precisa disso. E o nosso tempo fica muito corrido. Já muda a característica do dia-a-dia. A comunidade muda. É um fluxo de carro muito grande. Até quando eu tava começando isso, que a gente tem que tomar esse cuidado, porque a gente recebe gente de variados locais, a gente não sabe quem são. **E é um quintal enorme, onde todo mundo se mistura, e a gente tem que ter esse cuidado.** E esse é um turismo que eu não quero o resto da minha vida, não. - Você quer fazer essa transformação, né? Eu quero não, eu vou fazer essa transformação. Dentro da comunidade. Porque na minha vida, não sei se os demais assim vão querer, porque é mais prático para eles. Mas eu gosto de conversar, de saber quem é a pessoa, o porquê veio conhecer a comunidade. São pessoas que estão interessadas na comunidade, é um olhar diferente, é um acolhimento diferente, é você poder sentar, dialogar, andar um pouco pela comunidade, mostrar a nossa maneira de ver e eles levarem uma visão diferente dessa que chega aqui, é som alto, é tudo muito louco, tudo muito nervoso, né? Muito ruim. Acaba que é algo que não conversa mesmo com a comunidade, né? Hoje o Ministério Público mandou a gente isolar (a faixa de areia), **antigamente esses carros iam na areia. E assim, era um pagode de um lado, funk do outro, tudo muito som, churrasco na areia, era tudo muito bagunçado, desrespeitoso.** E a gente tinha que comprar a briga de pedir pra pessoa respeitar o nosso espaço, respeitar o nosso momento. **Mas era muito cansativo. Ainda é, na realidade, cansativo.** (Isabel, liderança do Quilombo da Caçandoca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Isabel descreve o turismo de fim de ano como uma experiência bem desgastante. Este seria caracterizado por um intenso fluxo de pessoas e veículos em um ambiente caótico. Essa forma de turismo parece pouco compatível com os valores e o modo de vida que a comunidade quilombola de fato possui no decorrer do ano e deseja preservar. Em contraste, compreende o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma oportunidade para reconfigurar a relação entre visitantes e a comunidade.

O TBC é um movimento que busca respeitar a dinâmica socioambiental dos destinos (Sansolo; Fernandez; Massarutto, 2008; Sansolo; Bursztyn, 2009). Para mitigar impactos negativos, o turismo de base comunitária propõe que os habitantes locais sejam protagonistas do processo e participem ativamente na construção das práticas turísticas (Mendonça; Moraes; Catarcione, 2016; Sansolo; Bursztyn, 2009).

Isso significa que as comunidades, em vez de receptores passivos das consequências do turismo, devem contribuir e moldar a experiência da forma que acharem conveniente para o desenvolvimento da cultura local, junto a possibilidades de retorno econômico. Esse

protagonismo busca assegurar que a movimentação turística promova transformações que dialoguem com as tradições culturais e exuberâncias ambientais.

O turismo de base comunitária reforça a coesão social e o sentimento de pertencimento; promove inclusão e valoriza a arte e cultura. Uma “resposta local” às demandas globais permite que as comunidades adaptem o turismo às suas necessidades e cenários ancestrais, sem se submeter às tácitas imposições da globalização. Este modelo de turismo visa melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais e pode proporcionar o desenvolvimento econômico dos moradores, ao mesmo tempo que preserva e celebra suas identidades culturais (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009).

As primeiras experiências de TBC ocorreram em 1980 na América Latina e em 1990 no Brasil (Maldonado, 2009; Moraes; Mendonça; Pinheiro, 2017), organizadas localmente por meio das comunidades, coletivos, redes e alianças locais, nacionais e latino-americanas (Mendonça; Irving, 2018, p. 614). Em 2001 foi criada a Rede de Turismo Sustentável (REDTURS) por meio das organizações indígenas e rurais, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A partir da criação da REDTURS foram organizados seis encontros com a participação de 13 países. Desses encontros resultaram a Declaração de Otavalo (2001) e a Declaração de San José (2003), esta última escrita pelas comunidades de Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Guatemala e Peru (Martins, 2020, p.30).

Alguns dos artigos das declarações (Maldonado, 2009):

Institucionalizar e apoiar o exercício do turismo comunitário no marco dos direitos coletivos dos povos indígenas consagrados na Convenção da OIT n° 169, ratificada pelos países presentes neste encontro. (Art.10° - Declaração de Otavalo, 2001). A nossa concepção de desenvolvimento do turismo sustentasse nos valores da solidariedade, cooperação, respeito pela vida, conservação e uso sustentável dos ecossistemas e da diversidade biológica que estes albergam. Consequentemente, somos contra qualquer desenvolvimento turístico em nossos territórios que cause prejuízo aos nossos povos, sua cultura e ao meio ambiente. (Art.1° – Declaração de San José, 2003). Somos cientes de que o turismo pode ser uma fonte de oportunidades, como também, uma ameaça à coesão social dos nossos povos, sua cultura e seu habitat natural. Por isso, promovemos a autogestão do turismo, para que as nossas comunidades assumam o protagonismo que lhes corresponde no seu planejamento, execução, fiscalização e desenvolvimento. (Art.2° – Declaração de San José, 2003).

Adriana Vieira Leite e Mário, lideranças do quilombo Sertão de Itamambuca, oferecem uma visão sobre como apostam no TBC como uma estratégia de desenvolvimento e afirmação cultural.

**A gente não gosta muito assim de muita pintura, muitas cores, mas em alguns aspectos a gente já tá se acostumando, sabe? Montar uma festa com mais chita, os pratos ali da sede mais rústicos, né? Que chama mais. E tem a ver com turismo de base comunitária também, né? Tem uma montagem assim também.** É, e pelo projeto (do Instituto Terroá) a gente tem a parte do turismo de base comunitária, que a gente chama de TBC. E o projeto formou 28 monitores, onde eu acho que 19 vão trabalhar, atuar dentro da área do parque e os outros 28 podem trabalhar no território aqui embaixo. Só acima da cota 100 são 19. E... Ajudou bastante, eles montaram o site pra gente. Demos entrevistas nas rádios locais e em São José dos Campos, falando do projeto, falando do turismo de base comunitária. Já recebemos duas visitas. O pessoal fala que a vivência foi a primeira. Não, foi a segunda. Aquela grande que vocês participaram, foi a segunda. Foi boa pra gente, foi uma boa experiência. Agora em agosto, eu só não sei o dia, vai ter a segunda. Pra eles vai ter a segunda, pra mim é a terceira. E eu acho que dia 18 é a inauguração do espaço. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

A gente cobre melhoria das estradas, mais visibilidade do quilombo. Dentro do calendário municipal, a questão do TBC também, eles (a prefeitura) poderiam ter algum projeto. A gente já fez uma vez, começou a fazer parceria com a Associação Itália do Turismo, mas aí mudou a gestão, mudou as pessoas com quem a gente falava. Já tinha uma parte voltada para o turismo de base comunitária, mas aí como se mudou tudo, com a saída da prefeita, entrada da prefeita, a gente perdeu um pouco o contato. Nossa, tá bem confuso essa questão da prefeitura. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

Que a gente possa trabalhar sossegadinho, né? A princípio com a cozinha comunitária, mas a Petrobras quer renovar com a gente, a gente já tá começando a escrever o segundo projeto. Então, o nosso sonho do segundo projeto, que saia do papel também, **a Petrobras nos apoia**, que aí a gente vai atuar em mais áreas dentro lá da área da roça. Nossos planos é fazer uma observação, uma torre de observação de pássaro lá, uns bangalôzinhos para o pessoal que quiser acampar para ver os bichinhos à noite, a fauna noturna, né, que você fala. E uma ponte também que possa passar para lá para a gente não cair no rio não. A cozinha, a princípio, na minha mente, a gente iria fazer rodízio de famílias, né? Na questão do turista poder experimentar o tempero de cada uma de nós, né? As mulheres aqui, que cada uma sabe trabalhar com uma coisa, né? Mas em conversa com os outros quilombos, a gente viu que essa ideia não iria dar certo nessa questão de rodízio de família. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

Aqui, a única coisa que nós resguardamos é a mata, a mata natural. Independente de ser parque ou não, nós temos que preservar. Então, pra nós, a gente tem esse pensamento. Agora, nós temos uma das nossas trilhas, a trilha do Caxambu, que ela já está inserida na área do Parque, que já está acima da cota 100. Tanto que pra essa trilha ser liberada, pra comunidade poder colocar como atrativo, a gente teve que fazer um acordo com o Parque, né? Em termos

de ajuste de conduta, com Parque, para que a gente pudesse usar essa trilha. E hoje a gente tá liberado, hoje foi liberado para nós usar, né? (Mario, liderança do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Inclusive nós temos aqui do lado a cozinha comunitária, né? A gente já inaugurou ela e o futuro vai ser um restaurante comunitário no quilombo. A construção da parte de cima também. É, para o TBC, exatamente. Na verdade, tudo vai ser voltado praticamente para o TBC. Tanto a parte da dança, das trilhas, as roças, tudo isso tem a ver com o TBC. É uma construção para o TBC. Isso é porque aí vai gerar renda. A cozinha vai gerar renda para as mulheres que vão trabalhar na cozinha. Os homens que vão conduzir grupo para as trilhas vão ter a sua renda. Quem vai trabalhar na roça vai ter a sua renda. Quem vai fazer farinha vai vender. Enfim, todo mundo vai ter a sua renda dentro da própria comunidade. (Mario, liderança do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Então, eu acho que o meu sonho é que a gente consiga trabalhar dentro da própria comunidade. Que cada família tire o seu sustento dentro da própria comunidade. Temos aí turismo em base comunitária. Já é um passo, né? Pois é, agora no final do ano vai vir vários visitantes, então a gente vai receber os visitantes. Então vai ter um grupo de monitores ali, que está cadastrado e tal, que vai... Aí tem as meninas da cozinha, vão poder abrir o restaurante, né? E o sonho nosso maior mesmo, e também é essa pousada ecológica, montar essa pousada ecológica e dar serviço pra todo mundo que mora aqui dentro. Não precisa sair pra fora. E trazer também uma escola para a minha comunidade. Porque o nosso pensamento é um futuro que é escola. Para ter a nossa educação diferenciada. A gente já tem lá, por exemplo, na Fazenda, lá eles têm a educação diferenciada, dentro da comunidade. Ensinar para as crianças tudo aquilo que a gente viveu no passado, nossos antepassados, ensinar um pouco dessa cultura para eles, para que não se acabe também, né? Ainda bem que nós conseguimos resgatar isso aí há tempo. Teve tempo para isso. Porque se a gente não tivesse lá atrás formado a associação, tivesse reconhecido aqui, tudo isso aqui estava cheio de casas. Então não ia ter mais controle. Aqui a gente tem controle. Aqui a gente tem controle, a gente sabe quem vai construir, quem não vai. (Mario, liderança do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Adriana destaca que a formação de monitores e a colaboração recente com o Parque da Serra do Mar para a criação de trilhas são exemplos de como o TBC está sendo implementado no território. Este envolve ativamente membros da comunidade na preservação ambiental e na promoção turística. Eles entendem que o TBC pode criar oportunidades de emprego local e também fortalecer a autonomia da comunidade, uma vez que os quilombolas são os únicos autorizados a atuar em certas áreas ambientais. A iniciativa do TBC é vista como uma

plataforma para valorizar a cultura local, como festas e práticas tradicionais adaptadas para atrair turistas. A ideia é que mantendo uma estética mais rústica, os turistas façam a leitura de que tais características tragam certa “autenticidade” à construção da experiência do que seria estar em um quilombo (Arruti, 2016).

No entanto, hoje o TBC no Quilombo do Sertão de Itamambuca, ainda é uma construção comunitária sendo realizada junto à organizações, como o Instituto Terroá<sup>45</sup>, OSC (Organização da Sociedade Civil) que propôs realizar um projeto de empoderamento comunitário no território e ganhou uma chamada pública da Petrobras para isso em 2021. No entanto, nenhum morador vive dessa renda, especificamente, a maior parte dos moradores ainda trabalham para o turismo de massa, principalmente, através de serviços domésticos no condomínio vizinho em trabalhos como jardinagem, cozinha e faxina.

Adriana aponta desafios, **como a instabilidade nas parcerias institucionais, que afetam a continuidade dos projetos e a pouca visibilidade dos quilombos no calendário municipal de turismo e festas.** A complexidade administrativa, exemplificada pela mudança de gestão na prefeitura, mostra as dificuldades de integração institucional com o governo municipal enfrentadas pelas comunidades.

**Além disso, Adriana menciona a importância da continuidade do projeto apoiado pela Petrobras, e a aprovação em mais editais de chamada pública, para conseguir verba e expandir as atividades turísticas e estruturais.** A criação de uma torre de observação de pássaros e instalações de camping, são algumas metas locais. O envolvimento dos membros da comunidade em diferentes funções (guias de trilhas, cozinheiras e agricultores) mostra a possibilidade do TBC de criar um ecossistema econômico autossustentável. Aqui, valoriza-se a diversidade das habilidades e conhecimentos dos moradores e pode gerar trabalho e renda para muitos. Este modelo é visto não apenas como uma fonte de renda, mas também como uma forma de reforçar a identidade cultural e promover a coesão comunitária. A visão de Mario para o futuro inclui o estabelecimento de uma pousada ecológica e uma escola dentro do quilombo, ele destaca o desejo de criar um ambiente onde as famílias possam prosperar sem a necessidade de buscar empregos fora da comunidade (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009).

---

<sup>45</sup> O Instituto Terroá, uma associação sem fins lucrativos fundada em 2015. Esta organização nasceu da preocupação de seus fundadores em enfrentar desafios globais e locais de maneira integrada e holística. O Instituto se dedica a criar estratégias que conectam dimensões políticas, sociais, culturais, econômicas e ambientais, sempre com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos territórios. Inspirado pelo conceito de terroir, o Terroá valoriza as características únicas de cada região, como seu DNA cultural, geográfico e social. Eles desenvolveram o método "7 passos Terroá", que empodera comunidades a planejar e realizar seus objetivos coletivos. O trabalho deles é guiado pela abordagem de Segurança Humana do PNUD e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, buscando transformar iniciativas locais em impactos globais. [Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável | Instituto Terroá](#) disponível em 08 de dezembro de 2025.

Eu pude participar de uma vivência proporcionada pela comunidade, em um sábado, no dia 08 de junho de 2024, intitulada 1ª Vivência na Roça Quilombola. Segundo a divulgação do evento no Instagram @quilombosustentável o chamado era passar um dia imerso na beleza e cultura do quilombo para usufruir de uma experiência única de aprendizado e celebração através da colheita da mandioca: “Venha conhecer de perto o manejo tradicional agrícola da mandioca e outros cultivares locais, em um ambiente rico em saberes ancestrais. Além disso, você terá a oportunidade de se deliciar com pratos autênticos da culinária quilombola, explorar trilhas pela mata exuberante e trocar conhecimentos com os mais sábios da nossa comunidade”.

E o roteiro turístico do dia seguiu exatamente dessa forma. Primeiramente nos reunimos na nova sede comunitária que foi recentemente construída através do projeto mantido pela Petrobras, e partimos para realizar uma pequena trilha até chegar ao roçado onde seria realizado a colheita das mandiocas. A trilha era de fácil acesso, mas havia a necessidade de passar por dentro de um rio, o que dificultou o acesso pois, obviamente, era necessário se molhar para atravessá-lo. Ao chegar no local do roçado houve uma roda de conversa em que alguns membros da comunidade fizeram falas sobre a importância do resgate cultural que estava acontecendo ali, através da recente experiência de retomada do roçado na comunidade, algo que não acontecia há muito tempo devido às restrições ambientais.

Após a roda de conversa e explicação de como se trabalha com a técnica de coivara, foi realizada a colheita em um mandiocal. Retornamos e foi servido um rico almoço com peixes e pratos considerados típicos como a salada quilombola feita com o coração da banana e muita fartura. Após o almoço houve uma roda de conversa livre com os idosos do quilombo em que os visitantes iam fazendo perguntas sobre as práticas e vida local do passado, enquanto todos descascavam as mandiocas anteriormente colhidas. À medida que as mandiocas iam sendo descascadas, elas foram sendo feitas ali mesmo na sede da associação e após a roda de conversa, a vivência foi finalizada com todos compartilhando o rico alimento. Foi um dia divertido e bom em experiências. Os moradores locais que estavam realizando o evento pareciam felizes e satisfeitos por estarem realizando aquele movimento e nos recebendo em “sua casa”, o quilombo. Havia entre os visitantes funcionários da Petrobras que participavam para avaliar o andamento do projeto em questão.

Fotografia 29 - Alimento em mesa ornada para TBC



Fonte: Elaborado pela autora.

Aí, em 2013, a gente começou a trabalhar turismo de base comunitária. Então, a geração de renda, sustentabilidade, hoje, é o turismo de base comunitária, porque é uma ferramenta de trabalho muito boa, é o turismo que nós queremos porque ele é uma ferramenta de trabalho. **Nós somos protagonistas dele. Ele agrega saúde, educação e agroecologia.** É um grupo de pessoas que se reúne para gerar renda. Então, é o turismo que nós abraçamos, que nós queremos. É um turismo limpo, super limpo. Turismo que ele também... É de ano em ano, é na baixa e é na alta, ele não acaba nunca, então abraçamos o turismo. E tem dado muito certo, tem dado muito certo, a comunidade trabalha, tá todo mundo trabalhando, a gente tem um roteiro que foi inaugurado em 2019, mas aí nesse período veio a pandemia, parou tudo, agora nós estamos tocando novamente. (Dona Laura liderança do quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

É, hoje, pra nós, quanto mais gente vier, é bom. Porque a gente tem um roteiro aí, a gente vive desse turismo. Hoje, então, se as pessoas vêm pra gente, é ótimo. Mas, mesmo assim, é bem tranquilo. A Praia da Fazenda, por exemplo, por ser uma praia de reserva, é um aglomeradozinho, é muita poucas pessoas, é quem gosta do sossego mesmo, quer sair da muvuca da cidade. Então, as pessoas que abraçam isso vêm para a Praia da Fazenda. Os que gostam da muvuca, de som alto, de coisa e de fogueira na praia e churrasco, fica na cidade, eles nem vêm pra cá. Então hoje isso tá bem trabalhado, bem tranquilo. Não é aquele público enorme, não temos esse público. A gente tem um público pacífico ali, que é pouca pessoa, mas que vem na praia também. Então a gente também tá bem tranquilo quanto a isso, porque a gente não quer essa aglomeração também, até pra estragar o lugar, né? Aqui não, aqui a gente está pedindo que o povo divulgue para a gente, através da divulgação quanto turismo de base comunitária, porque a gente sabe que quem conhece o turismo de base comunitária, então, é um público diferente, sabe? Diferente. Então, ele conhece a regra, ele respeita a cultura, ele respeita o nosso modo de vida. Então, esse público a gente quer que divulgue mesmo. Quer que venha mesmo. (Dona Laura liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

Ali é o seguinte, ali o parque nos cedeu dentro do acordo. Então, eles tinham um acordo com a gente. Então, eles cederam uma parte (da sede do parque) pra nós, que virou um restaurante, porque eles tiraram nós daqui da beirinha da praia. A gente administrava uma lanchonete aqui. Eles realocaram a gente pra lá e deram uma parte deles para a gente. Então, ali eles fizeram dois quiosques, fizeram um parquinho ali para as crianças. O outro lado é deles, mas a gente tem a parceria. Se precisar, eles cedem. A hospedaria aqui também é deles, mas se a gente também precisar, eles cedem também. Tem uma hospedaria ali para 40 pessoas, com um quarto feminino e outro masculino. Então, essas são a parceria (com o parque nacional da Bocaina). (Dona Laura liderança do quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

A gente, quando se formou dentro do TBC, falou que ia ser a historiadora, ia **ser a Laura, que conta a história, mas queria um aprendiz de griô.** Então, ter sempre um jovem ou alguém comigo para aprender a história, porque vai ter momento em que eu não vou estar aqui. Fechou um grupo, a gente quer a história. Eu sei que tem alguém que está capacitado a fazer, mas quem diz que querem aprender? Só o meu filho Cristiano, mas ele tem o trabalho dele, ele é super ocupado, ele trabalha no OTSS, ele trabalha na educação ambiental,

dentro do Projeto Rede, e ele também tem o tempo dele, então tem que ter alguém aqui dentro. que faça isso, né? Tem que escolher alguém, não é? Que se precisar, tá aí, entendeu? (Dona Laura liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

Igual essa onda do turismo de base comunitária, muitas comunidades estão querendo ter o turismo de base comunitária, porque viu que é uma ferramenta que traz o protagonismo **para a comunidade, a autonomia, e faz com que a comunidade resgate muita coisa do passado**. Por exemplo, muitas pessoas que pararam de construir o seu artesanato ali, de fazer o seu artesanato, porque, tipo, achava que, ah, vou fazer um artesanato para aqui, fica aí, ninguém olha, ninguém vê, ninguém dá importância. Mas o turista de base comunitária não, ele traz uma visão das pessoas diferente por aquele artesanato assim, a pessoa fala, poxa, ele tá fazendo artesanato, ele quer vender o artesanato dele, quer ter uma renda, tem um valor cultural pra ele ali, então faz com que as pessoas enxergam isso, né? E não simplesmente, ah, é algo feito de palha ali só, né? Então não tem valor nenhum, só tá ali de enfeite e tal. Através do turismo de base comunitária faz com que as pessoas enxerguem a nossa cultura com outro olhar. Atrai pessoas que querem vivenciar mesmo, conhecer o nosso modo de vida. Muitas comunidades se espelharam nisso e usam o quilombo aqui como referência, porque foi a segunda comunidade, depois do Campinho, que lançou o turismo de base comunitária aqui. E isso estimulou muitos jovens a voltar para o território, jovens que saíram do centro da cidade, voltar para cá e viver das suas práticas culturais aqui da comunidade. E a gente, aos poucos, está voltando com essa essência do passado. E está sendo uma conquista muito linda para nós, muito bonita. (Cristiano, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em dezembro de 2024)

O Quilombo da Fazenda é o único entre os quatro quilombos de Ubatuba, que tem o TBC como uma realidade efetiva no território. Ele faz parte da realidade do local desde 2013. Trata-se de uma estratégia para o desenvolvimento comunitário que gera renda, e que segundo Dona Laura, também promove a saúde integral, a educação e a agroecologia no território.

Dona Laura defende a existência de um turismo que ela considera “limpo e respeitoso” e que atraia visitantes conscientes. Nesse sentido, o turismo de massa não seria o tipo de investimento adequado para o local. O público que busca o TBC geralmente está alinhado com os valores e tradições da comunidade. Há o respeito pelas suas normas e contribuição para a preservação ambiental e cultural local. Algumas parcerias, como Parque Estadual, por exemplo, contribuem com a infraestrutura necessária, que permite à associação de remanescentes oferecer serviços (alimentação orgânica, guias, interação com a natureza) sem comprometer a integridade do território.

O TBC, segundo Cristiano, tem sido um instrumento para o retorno de jovens que haviam migrado. Ele oferece uma oportunidade de engajamento com suas raízes culturais e práticas tradicionais, tais como: o artesanato, agricultura, música, entre outros, vistos agora de uma nova perspectiva, pelo olhar curioso e de consumo por turistas, ou seja, como algo que

possui um valor social e monetário. Ambos os líderes concordam que o TBC é uma **ferramenta de empoderamento e revitalização cultural**, pois demonstra que o turismo pode ser uma força positiva se gerido de forma sustentável, inteligente e respeitosa. Também há intenso reforço ao resgate da cultura local. Quanto mais “cultura quilombola” a comunidade conseguir resgatar ou desenvolver, melhor será a experiência “exótica” que este tipo de turismo visa consumir.

A experiência do quilombo da Fazenda serve como inspiração para outras comunidades. Eles mostraram que é possível fazer este movimento de transformação do turismo presente no território. No entanto, essa pesquisa não possui dados suficientes para aferir se a comunidade como um todo se beneficia das atividades do ponto de vista financeiro.

Provavelmente, grande parte dos moradores não se beneficia de forma direta, financeiramente, pois a maioria trabalha em outras atividades, principalmente no ramo do turismo de massa em praias vizinhas. No entanto, a presença dos turistas no território quilombola, tanto na praia (que possui um único quiosque administrado pela associação de remanescentes), como na casa de farinha (que também possui um restaurante e alguns quiosques de moradores), já possui características do TBC, ou seja, existe um evidente protagonismo comunitário frente à movimentação turística local. Os quilombolas são os guias e promotores da cultura e modos de vida e os benefícios econômicos e sociais do turismo no local são distribuídos entre alguns membros da comunidade que trabalham nos estabelecimentos e principalmente para a associação.

Idealizada pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), a Rede Nhandereko promove experiências autênticas de Turismo de Base Comunitária (TBC) protagonizadas por comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras no litoral sul do Rio de Janeiro e litoral norte de São Paulo. "Nhandereko", em guarani mbya, significa "nosso modo de ser". Nosso propósito é oferecer experiências inesquecíveis, fortalecendo a identidade cultural de nossos povos e contribuindo para a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios. A Rede Nhandereko conecta e articula famílias, associações e coletivos organizados nas comunidades tradicionais integradas ao FCT que possuem iniciativas de empreendimentos de Turismo de Base Comunitária (TBC). A Rede contrapõe a lógica do turismo de massa e promove nos territórios um turismo que respeita, valoriza e protagoniza o modo de vida tradicional em uma das regiões mais belas do Brasil. Nossa história começa em 2007, ano em que comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) resolvem se unir para lutarem juntas em defesa de seus direitos e territórios. Nasce o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), que passa a atuar nas áreas de Agroecologia, Educação Diferenciada, Saneamento Ecológico, Justiça Socioambiental e Turismo de Base Comunitária (TBC)<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> [Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária - TBC](#) disponível em 18 de janeiro de 2025.

A Rede Nhandereko busca a promoção do turismo de base comunitária no litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo. O intuito da rede é valorizar as culturas indígenas, quilombolas e caiçaras em uma busca por fortalecer a identidade cultural e a permanência da tradição em seus territórios: uma verdadeira revolução feita pelos povos, e para povos tradicionais locais. A iniciativa vem acontecendo desde 2017 e as experiências, consideradas autênticas e sustentáveis buscam se opor ao turismo de massa, que possui prevalência na região. Todas as comunidades que vem fazendo essa construção lidam com as consequências nocivas da presença massiva do turismo em seus territórios.

A oportunidade de estar presente, em 2024, na inauguração da sede da rede Nhandereko no centro histórico de Paraty foi especial. A inauguração do “Armazém do Território”<sup>47</sup> no centro histórico de Paraty representou um momento cheio de significado e simbolismo para as comunidades:

Protagonizado pelo FCT, o Armazém do Território é a casa das comunidades tradicionais no Centro Histórico de Paraty, um espaço de promoção da economia solidária e de resistência caiçara, indígena e quilombola, dedicado à afirmação das culturas tradicionais e à defesa da permanência das comunidades em seus territórios. A central é o espaço de comercialização dos roteiros de TBC das comunidades que fazem parte da rede Nhandereko do FCT. É um passo à frente na luta para profissionalizar os produtos e serviços das comunidades por meio da autonomia e gestão coletiva dos empreendimentos comunitários. A central permite que os próprios comunitários façam a gestão e comercialização conjunta de seus roteiros de TBC. O objetivo é ampliar a capacidade comercial e de comunicação da rede Nhandereko, fomentando uma nova lógica de comercialização de roteiros de turismo de base comunitária .

---

<sup>47</sup> O nome “Armazém do Território”, que além dos roteiros turísticos também irá comercializar a produção de artesanato e alimentos produzidos nas comunidades tradicionais locais, indica que possui relação com o movimento social dos Trabalhadores Rurais sem Terra: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) tem mostrado que comer também é um ato político e cultural. Há seis anos o MST tem levado o melhor do campo para as cidades, tornando-se referência para quem busca comida de qualidade e produtos orgânicos a preços justos. Além de tornar-se ponto de encontro entre campo e cidade, o Armazém do MST disponibiliza produtos agroecológicos e orgânicos produzidos em associações, cooperativas e agroindústrias da agricultura familiar camponesa. (...) Para Ademar Ludwig, um dos coordenadores dos Armazéns do Campo, a rede é um espaço que vai muito além de uma loja. “Acho que é importante ressaltar que o Armazém do Campo é fruto das primeiras grandes Feiras Nacionais da Reforma Agrária, principalmente a que aconteceu no Parque da Água Branca, em 2015”, relembra Ademar complementando que para além da comercialização de produtos saudáveis, existe um histórico de luta envolvido. “Por essas e outras, a rede de Armazéns tem se tornado um espaço onde a comercialização dos alimentos busca ser equalizada a preços justos tanto para quem consome quanto para quem produz, em benefício à classe trabalhadora do campo e cidade”. Diante de tudo isto, os Armazéns se consolidam em um espaço da Reforma Agrária Popular em parceria com a agricultura familiar camponesa, indígena, quilombolas, ribeirinhos, da mulher camponesa, do trabalhador rural.”<https://www.sinprodf.org.br/armazem-do-mst-uma-rede-de-sabores-afetos-e-solidariedade/> disponível em 12 de janeiro de 2025.

Paraty, um destino turístico de massa conhecido por sua história e beleza natural, viu suas ruas centenárias acolherem uma manifestação de identidade e de retomada simbólica do território por parte dos povos indígenas, quilombolas e caiçaras. A escolha do centro histórico para sediar a Rede Nhandereko é particularmente significativa, pois representa uma ponte entre o passado e o presente, onde o turismo contemporâneo encontra as raízes ancestrais ainda presentes na região. Este ato de inauguração serviu para reafirmar a presença e a importância das comunidades tradicionais em um espaço cada vez mais dominado por interesses turísticos comerciais.

Ao estabelecer sua sede no coração de Paraty, a Rede Nhandereko fortalece sua missão de promover o Turismo de Base Comunitária e também envia uma mensagem clara sobre a necessidade de respeitar e integrar as tradições locais na narrativa política e turística das cidades da região. O evento de inauguração foi permeado por emoções e contou com falas políticas contundentes das lideranças tradicionais locais. O evento ocorreu em meio a programação do 1º Encontro Internacional de Territórios e Saberes<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Ocorrido entre os dias 9 e 15 de setembro de 2024 em Paraty (RJ), no litoral sul do Rio de Janeiro, o 1º Encontro Internacional de Territórios e Saberes (EITS) emerge como um marco histórico na articulação de saberes científicos e tradicionais para a promoção territorializada do desenvolvimento sustentável. Com o objetivo de desenvolver uma proposta político-estratégica de incidência internacional, o evento visou também posicionar as comunidades e povos tradicionais no centro das discussões climáticas globais, especialmente com vistas à COP 30, que será realizada no Brasil em 2025. Com um público estimado em mais de mil participantes, incluindo 140 palestrantes nacionais e internacionais e cerca de 70 representantes de povos e comunidades tradicionais da América Latina e da África, o encontro trouxe conferências, mesas de debate, oficinas, vivências e visitas de campo organizadas em torno de cinco eixos principais: “Ecologia de Saberes para a promoção do Bem Viver”, “Oceanos e rios - redes de vida e saberes”, “Estratégias de resiliência e tecnologias de enfrentamento às emergências sanitárias e climáticas”, “Educação, cultura e modos de vida, expressões de resistência e construção do futuro” e “Articulação em Redes”. A iniciativa é fruto de uma parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Estadual Paulista (UNESP), o Colégio Pedro II (CPII) e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT). Também participaram da construção do evento organizações como a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), a Coordenação Nacional de Comunidades Negras e Rurais Quilombolas (CONAQ) e a Comissão Guarani Yvyrupá (CGY), principal organização de representação dos Povos Guarani no sul e sudeste do Brasil. <https://www.otss.org.br/post/encontro-internacional-de-territ%C3%B3rios-e-saberes-ocorre-em-setembro-em-paraty> disponível em 08 de janeiro de 2025.

Fotografia 30 - 1º Encontro Internacional de Territórios e Saberes



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 31 - Inauguração da sede Rede Nhandereko



Fonte: Elaborado pela autora.

E, por exemplo, aqui esse TBC ainda não pegou, né? Não pegou porque não temos condições iguais. Nós falamos, a gente não tem condições porque a gente precisa de ajuda e a gente não tem. É uma coisa comunitária, né? É uma coisa comunitária, a gente não tem ajuda. A nossa sede está muito defasada e a gente não tem condições. Não tem condições. O avanço da invasão dentro da comunidade está demais. O espaço que a gente tinha em volta da sede está sendo invadido. E aí, aqui está tendo de tudo, roubo, roubar o fio da luz, a gente está sem luz dentro da sede. As portas, as coisas estão podres, está tudo estragado. A gente precisa de uma reforma, a gente precisa de um espaço que a gente consiga trabalhar. Porque para eu fazer esse curso aqui, ou para dar esse curso aqui, não tem condições. Precisa fazer um resgate comunitário. A gente precisa fazer, mas a gente pede ajuda. Quando eu marco um mutirão, no máximo, vai duas, três pessoas. O que a gente consegue fazer? Limpar o quintal, é o máximo. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

O contraste entre as experiências do Quilombo da Fazenda e do Quilombo do Camburi em relação ao turismo de base comunitária (TBC) mostra as diferenças relacionadas às condições estruturais e ao apoio comunitário. Enquanto o quilombo da Fazenda, encontrou no TBC uma plataforma para revitalização cultural e desenvolvimento econômico, o quilombo do Camburi enfrenta desafios que impedem a efetivação do TBC.

Leila aponta para falta de infraestrutura e apoio e como isso afeta a capacidade da comunidade de implementar e sustentar projetos. A deteriorada sede comunitária, a falta de recursos básicos como eletricidade e a invasão de terras resultam em barreiras para a elaboração coletiva de um novo turismo local. A inexistência de um suporte, seja por meio de políticas públicas, doações, investimentos privados ou envolvimento comunitário, dificulta a criação de um ambiente atraente que possa sustentar o TBC ali. Esses desafios impactam diretamente na capacidade da comunidade agir. Leila menciona a baixa participação nos mutirões, uma possível desmotivação ou incapacidade de mobilizar esforços coletivos necessários.

Tive a oportunidade de comparecer ao único evento anual que tem a comunidade tradicional como foco da festividade. Trata-se do 8º Festival de Culturas do Camburi, realizado pela comunidade, com apoio de artistas que se apresentaram sem nenhum patrocínio. O evento teve diversas apresentações de grupos musicais tradicionais da região, como o Grupo de Fandango Caiçara de Ubatuba e o grupo de maracatu Baque Elevado, entre outros, que se apresentaram durante o final de semana entre os dias 05 e 07 de julho de 2024. O ITESP emprestou barracas para que os membros da comunidade, caiçaras e quilombolas, pudessem vender as comidas e bebidas ao público presente.

Na cultura ocidental, a dessacralização da natureza remonta há séculos. Nem mesmo a construção política, das últimas décadas, em torno da concepção de meio ambiente conseguiu trazer de volta os mitos que estruturavam as lógicas

do homem e da natureza, dando-lhes um caráter de inseparabilidade. O meio ambiente possui uma natureza política e econômica, por isto é organizador das territorialidades. O paradoxo central é que a modernidade se funda no consumismo, e é com este olhar que a humanidade se volta, hoje, para o meio ambiente. Por isto, não há nenhuma intenção de valorizar o saber e o permanecer dos povos que vivem embrenhados na natureza selvagem. Só os que puderem pagar terão acesso a esta natureza revalorizada, reorganizada, segura, tecnicizada mas romântica, ou seja, o meio ambiente. Neste caso, a ideologia preservacionista não muda a sociedade. Ela apenas desloca formas e funções, orientando a produção de enclaves e a auto-segregação das elites na construção de uma geografia socialmente excludente. Ao fugir das cidades, ou das áreas degradadas da cidade, para ser a guardiã das áreas naturais, as elites estão legitimando a construção de enclaves - paisagens que só ampliam a injustiça social. Tais enclaves, reproduzidos nos lugares turísticos, roubam a possibilidade de se construir as sociabilidades mais híbridas que a urbanização turística oferece. É imprescindível criar novas formas de sociabilidade, novos pactos, novas normas, novas alianças que aproximem as sociabilidades que se isolaram, ao se posicionarem lado-a-lado nos lugares turísticos. As duas expressões, ou os dois processos levantados aqui, têm promovido a exclusão social e a segregação espacial, e é este o grande desafio para pensar o planejamento turístico com qualidade, superando os seus mitos constitutivos. Não basta ordenar as formas da nova territorialidade que se impõe, ou construir territórios fragmentados em pontos atrativos. O planejamento turístico deve também adequar-se aos conteúdos sociais preexistentes no cotidiano do lugar. A mitificação em torno das paisagens naturais tem alimentado os fluxos turísticos e a conexão dos lugares com o mundo que o atravessa. Decifrar tais mitos é prevenir que estes lugares sejam devorados, antes que o encantamento com o turismo transforme-se em uma versão contemporânea da caixa de Pandora (Luchiari, 1999, p.43).

O processo de dessacralização da natureza na cultura ocidental desfez antigas concepções que integravam homem e ambiente como entidades inseparáveis. Isso destaca a atual tendência da modernidade, moldada pelo consumismo, a tratar o meio ambiente mais como um recurso estético e econômico do que um elemento vital a ser respeitado e vivido em harmonia. Há uma crítica à atuação das elites no que diz respeito à apropriação desses espaços naturais. Há um processo contínuo de segregação espacial, onde o acesso à natureza reorganizada é restrito àqueles que têm meios financeiros. Espaços turísticos são, portanto, estruturados para reforçar a auto-segregação, sem promover as interações sociais espontâneas que a urbanização potencialmente oferece. O planejamento turístico enfrenta o desafio de reverter esta lógica excludente. É necessário organizar as formas e ocupações desses territórios, muitos deles totalmente fragmentados.

No contexto do turismo de base comunitária (TBC), o quilombo do Sertão de Itamambuca, a associação de moradores junto a OSC Terroá e o Fórum de Comunidades Tradicionais têm trabalhado para implementar o **TBC como uma estratégia de**

**desenvolvimento sustentável.** Com a formação de monitores e a criação de trilhas em colaboração com o Parque da Serra do Mar, a comunidade vem pensando e articulando o turismo que respeita e valoriza seu patrimônio. O desejo de construir uma infraestrutura que inclui uma cozinha comunitária e uma pousada ecológica demonstra a construção de um modelo de turismo que beneficiará diretamente os moradores.

Como observado no quilombo da Fazenda, o TBC pode ser uma plataforma de revitalização cultural, quando há infraestrutura e apoio adequados. Essa integração requer parcerias estratégicas, recursos financeiros e mobilização comunitária, como a que já pode-se observar neste quilombo.

Para que o TBC se torne uma realidade para as comunidades quilombolas que o queiram implementar, é importante fomentar alianças, com instituições diversas, identificar fontes de financiamento e garantir o compromisso das políticas públicas municipais e estaduais junto ao planejamento efetivo dessas políticas. Apenas com um esforço conjunto será possível transformar a promessa do TBC em uma realidade que beneficie todas as comunidades envolvidas que queiram desenvolver em seus territórios, em progressiva substituição ao turismo de massa.

## **5.6 Acesso a direitos básicos e infraestrutura: Saúde, Educação e Moradia**

Mas, graças a Deus, o ônibus tá passando bem, porque no ano passado o ônibus estava quase tombando com as crianças dentro. Essas ruas desde que eu me conheço por gente, foi o pessoal mesmo que abriu no braço e assim ficou. Às vezes a água passa, tem um riozinho aqui, às vezes estoura e a gente vai lá, joga um entulho. A gente mesmo arruma. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

A maioria das mulheres e dos homens, a gente trabalha no condomínio Itamambuca. As mulheres com faxina e os homens trabalham com obras. Daqui, eu acho que umas 10 pessoas só trabalham no centro. Vão e voltam todos os dias. Pra fazer compra tem que ir no centro. A gente até tem mercadinho, tem padaria aqui, mas é muito caro. E, assim, graças a Deus hoje o ônibus passa aqui na porta. Alguns que têm carro podem ir até o centro, né, pra fazer compras. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

Igual eu falo, que a nossa água aqui não é a água de SABESP. Então, a gente sente muita falta quando a gente... Eu vou no condomínio e não tomo água do condomínio. Então, assim, eu acho que manter as nascentes, manter o rio limpo. É a questão da gente ter esse rio aí no fundo também. Acho que ninguém tem... Eu acho que isso já é nosso, já tá enraizado. Chegada da SABESP, por exemplo.

Não tem necessidade. Não tem necessidade. Ou até de recapeamento, talvez também não. É, a gente fala que a gente quer manter a estrada boa, porém a gente não gostaria que colocasse asfalto no território, por causa das nossas crianças que ficam na rua, às vezes não tem espaço pra brincar, a mãe deixa brincar ali na rua. Com a temporada, os riscos são maiores, porque o carro desvia aqui por dentro, porque o trânsito fica muito parado. Então, se você arrumar, asfaltar, já sabe, né? O que acontece, acidente. Então, a gente sempre pede pra passar a máquina, mas não asfaltar. Essa é uma característica nossa, que a gente não quer asfalto. Tem essas características próprias, assim. A gente não quer tudo que o urbano tem, né? A gente quer manter nossas raízes, porém melhorar um pouquinho, mas mantendo a simplicidade. Sim, porque eu acho que isso fortalece de certa forma a cultura local. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

Com relação ao acesso a direitos básicos, a comunidade do Quilombo Sertão de Itamambuca se adapta como pode e utiliza transporte público ou carros particulares para acessar bens e serviços mais baratos no centro. A água utilizada pelos membros da comunidade não é fornecida pela SABESP. Essa característica destaca a importância da preservação das nascentes locais e da limpeza dos rios para saúde coletiva do território. A independência em relação ao abastecimento de água urbana é vista como algo importante à autonomia local. Pode ser vista como um exemplo de como a comunidade valoriza e se esforça para proteger seus recursos naturais, fundamentais para sua sobrevivência e identidade.

Adriana expressa preocupações sobre a introdução de certos aspectos da infraestrutura urbana, como o asfaltamento das estradas. Há sim, o desejo de melhorar a acessibilidade, mas também existe a resistência em adotar soluções comuns à urbanização, sem levar em conta as especificidades da comunidade tradicional. Não que isso se configure como uma rejeição ao progresso, mas sim um modo de preservar determinado modo de vida que fortalece a cultura local; uma melhoria que não comprometa suas raízes e valorize o vínculo com o ambiente natural. Adriana expõe uma consciência e uma sabedoria coletiva e ancestral sobre a importância de manter o equilíbrio entre o “progresso” e a preservação cultural.

A prefeitura não tem interesse nenhum nas comunidades tradicionais, não tem. Tanto que nós fizemos uma conferência nas comunidades tradicionais, todas as reuniões que tivemos, a gente não teve participação de secretário, alguém da prefeitura que viesse, tivesse ali para ouvir a gente. Então, a própria conferência, lá no dia da conferência final, teve um representante da prefeitura, não teve um representante do legislativo, você está entendendo? Então, a gente vê que não tem esse apoio, não tem vereador que apoia, não tem prefeitura, não tem nada. Então, a gente faz com a cara e com a coragem. Porque se sabe que a terra, quando você fala que não tem terra, é terra que é federal. Então, todas

as leis são federais. Então, a gente não tem muito essa... Então, a gente prefere ficar de fora. Quando a prefeitura entrou, a gente marcou reunião com ela, as comunidades tradicionais. Tínhamos que ir até a prefeitura, fomos lá nos apresentar, olha aqui a comunidade quilombola, ainda uma secretária dela na época, secretária de saúde dela na época, nem sabia que existia o quilombo, falou pra nós, mas não sabia que era quilombo. Então, a prefeitura não tem muito esse vínculo com a gente. (Nunca teve reunião de plano diretor aqui no bairro?) Nunca, nunca. Se tem, é lá que nós vamos por conta própria. Hoje nós temos o Conselho Quilombola de Ubatuba, inclusive eu sou conselheiro, e a gente se reúne entre nós, as comunidades, e vamos colocar os conselheiros entre nós mesmos. Vamos lá, vamos bater na porta, vamos pedir licença, vamos entrar e dizer que nós estamos aqui. Que é acontecido assim, porque se dependessem deles mesmo, muitas coisas, como já acontece mesmo, não só como é tradicional, mas no geral, né? Coisas que acontecem quando você vai saber, já foi aprovado, já tá lá e aí já é aquela confusão toda. (Então, esse desenho das ruas, as coisas comunitárias que vocês estão fazendo, o cuidado da estrada...) Tudo nós fazemos. A manutenção da estrada, a única coisa que a prefeitura faz aqui na estrada, passa aqui, é a máquina da estrada. Passa a máquina aí a cada três meses, aí você vê que a primeira chuva que vem já faz com as buraqueiras, você vê que você vem de carro, você vê a situação que está a nossa estrada, né? (Mario, liderança do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Mas uma das dificuldades, por exemplo, é o transporte. Transporte público, na comunidade, iluminação pública. Meu Deus do céu, aqui chegou seis horas da tarde, você vai ver que é um breu. Pagamos a conta de luz e pagamos a taxa de iluminação pública, que nós não temos. Eu mesmo pago R\$15,00 todo mês, na minha conta descontada, R\$15,00 lá. Já faz nove anos que estou pagando. E eu não tenho iluminação na frente da minha casa. Já pedi várias iluminações para colocar lá, mas até hoje nunca foi. (Mário, liderança do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Porque **a SABESP não investe em comunidades** assim, é muito difícil. Então a gente faz o quê? **A gente capta essas águas dos morros aí, das cachoeiras, e aí a gente faz aquelas caixas grandes de comunitário e divide para as famílias.** Cada família vai usar, mas não tem tratamento nenhum, né? Se é o tratamento, **nós mesmo que fazemos.** Colocamos lá, temos o nosso filtro. E cada um tem o seu filtro em casa, né? E é assim. (Mário, liderança do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

A criação do Conselho Quilombola de Ubatuba<sup>49</sup>, demonstra uma resposta proativa da prefeitura, permitindo que as comunidades articulem suas demandas de forma coletiva, mas que

---

<sup>49</sup> O Conselho Municipal das Comunidades Quilombolas tomou posse durante a manhã de Terça-feira, 19 de setembro, na Prefeitura. A cerimônia de posse foi realizada pela Secretaria de Assistência Social com a presença do secretário, Luiz Augusto Martins Rocha, prefeito Marcio Maciel (MDB), servidores públicos e representantes das comunidades. Uirá Freitas, assistência social, destacou a importância da formação do conselho como um meio de atuação e desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas do município. Seo Antônio dos Santos, morador da Caçandoça, reforçou que a união entre comunidade e poder público é fundamental e deve ser o pilar

ainda carece a devida importância por parte do poder público local. As falas de Mario mostram a falta de envolvimento e apoio da prefeitura e outras autoridades locais nas questões referentes à comunidade quilombola. Mario observa que o executivo e o legislativo local não demonstram interesse efetivo, não apoiam as comunidades quilombolas. A ausência de representantes em conferências e reuniões importantes mostra essa realidade. Essa ausência do poder público gera um grave isolamento histórico e deste modo, as comunidades são forçadas a agir por conta própria para atender suas necessidades básicas. Elas se baseiam em seus conhecimentos tradicionais para resolver tais questões como a captação de água, por exemplo.

O Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte, localidade que engloba 30 comunidades tradicionais (“caiçaras”, “quilombolas” e “indígenas”), não menciona ações e estratégias para tais segmentos e traz a necessidade de sistemas convencionais e alternativos para as “comunidades rurais” e “isoladas”. Observou-se que o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de 2007, plano central no estabelecimento de metas, ações e investimentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e disposição de resíduos sólidos para o município em sua totalidade, não apresenta diagnóstico das 10 comunidades tradicionais existentes (indígenas, caiçaras e quilombolas), supondo a inclusão destas nos “núcleos habitacionais isolados”. As alternativas propostas são bem genéricas e não consideram as especificidades de cada comunidade e localidade. Diretamente relacionado aos serviços de saneamento básico, a Política Nacional de Resíduos Sólidos não apresenta nenhum princípio e diretriz para os territórios tradicionais, nem mesmo para comunidades rurais em geral. Essa lacuna é preocupante, pois os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos são orientados a partir dessa Política. Como pôde ser observado no Plano Municipal de Ubatuba, a única estratégia adotada é a instalação de caçambas nos “bairros mais distantes”. (...) A questão dos núcleos habitacionais dispersos se mostra como um grande obstáculo para a garantia dos serviços de saneamento. Um aspecto relevante é que a SABESP condiciona o atendimento de núcleos isolados irregulares, à suas regularizações fundiárias e urbanísticas. Enfatiza-se que as comunidades quilombolas Cazanga (Sertão de Itamambuca) e Cambury, e a comunidade caiçara de Ubatumirim, estão classificadas como “núcleos irregulares” pela Prefeitura de Ubatuba. Nesses contextos, onde a “ilegalidade” da ocupação e a ausência da regularização fundiária impedem aos prestadores ofertar os serviços, ressalta-se a importância da articulação entre os órgãos responsáveis (prefeituras, Estados, secretarias

---

para o fortalecimento do conselho. Neimar Lourenço, coordenador do CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), atual presidente da Associação do Quilombo da Caçandoca, disse que Ubatuba é a única cidade no Estado de São Paulo a possuir um conselho atuante sobre o tema, o que a torna uma referência para outros municípios, e agradeceu o apoio da Prefeitura nesta conquista. “Quando caminhamos juntos é possível alcançar o objetivo comum que é dar qualidade de vida aos povos.” O secretário de Assistência Social reforçou em sua fala o comprometimento do poder público para com as Comunidades Quilombolas, inclusive informando que a Casa de Conselhos, Rua Paraná, 257, Umuarama, está passando por reformas para melhor atendê-los em suas reuniões e demandas. O prefeito aproveitou a oportunidade para parabenizar todos os presentes pela dedicação em prol da causa e reforçar que a Prefeitura está sempre à disposição. [Conselho Municipal das Comunidades Quilombolas toma posse – Prefeitura Municipal de Ubatuba](#) disponível em 11 de janeiro de 2025.

envolvidas, operadores, Ministério Público, gestores das Unidades de Conservação) de forma a buscar soluções (Felício; Silva; Fantin, 2018, p. 12).

Por sua vez, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) não inclui diretrizes pragmáticas para territórios tradicionais, o que afeta os Planos Municipais de gestão integrada de resíduos sólidos. Essa realidade limita a eficácia das estratégias de manejo de resíduos em áreas distantes. **A única proposta no Plano Municipal de Ubatuba para as comunidades tradicionais é a instalação de caçambas, solução insuficiente para atender às necessidades complexas dessas comunidades.**

A elaboração dos planos, são fundamentais para implementar metas e ações essenciais ao saneamento e abastecimento. A condição de núcleos habitacionais dispersos é um grande obstáculo para garantir serviços de saneamento, pois a SABESP, responsável pelo fornecimento, condiciona o atendimento à regularização fundiária e urbanística o que faz com que comunidades classificadas como núcleos irregulares, como os quilombos da cidade, não tenham o acesso a esses serviços básicos de infraestrutura (Felício; Silva; Fantin, 2018).

Nós perdemos clientes esse ano porque as pessoas não queriam entrar com essa buraqueira. O estacionamento que o Parque passou para nós, ali do lado da Guarita, tem lá cada bacia. A gente perde carro porque os espaços que é para o carro ficar não tem como. Buraco enorme. E cadê a prefeitura? A gente está sem ponte. Precisa de três pontes no Quilombo da Fazenda. Não tem. Todo ano eles vêm com as mentiras deles enrolando a gente. Eles não olham pra cá, pro norte. Essa é a verdade. Então é isso que a gente, a nossa luta e o nosso desejo é que a prefeitura tenha um pouco de olhar mais, com mais carinho, pras comunidades do norte. Eu não tô falando só da minha, eu tô falando no geral, entendeu? O que a gente gostaria que a prefeitura desse e que eles não estão dando são as estradas. Todas as estradas... Vai demorar um pouquinho. Faz anos! (Dona Laura, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

Hoje a prefeitura, o que que ela tem de projeto para o quilombo. Nada. Nada. Nada. Tem as promessas que eles fazem e não cumprem. Dentro do documento do plano diretor, eu até posso dar uma olhada, mas... É, eu na verdade não olhei ainda. Ia ter alguma placa, alguma coisa. A gente tinha, levou 50 anos pra ter uma ponte, uma ponte de balanço. Precisou morrer uma criança de dois aninhos, que é meu sobrinho, que foi atravessar a Pinguela, ninguém viu, ele foi atrás da mãe e morreu. Há dois anos atrás. Aí a gente lançou isso no jornal, aí deu um... Aí vieram e fizeram uma ponte. A enchente do mês de março, de dois anos atrás, levou a ponte. Também foi a ponte mal feita que eles fizeram. Nós estamos até hoje esperando, vai para três anos que nós estamos cobrando e pedindo essa ponte. Pedindo, pedindo essa ponte. Que são três pontes. Tem 17 famílias do outro lado do rio e até hoje continua na pinguela. (Dona Laura, liderança do quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

Temos 80 famílias hoje. Então essa é a relação que a gente tem no centro da cidade. Também em questão de... Em caso de emergência, hospital também, a gente vai para lá. Nós temos um postinho de saúde na comunidade, mas em caso mesmo de emergência, a gente tem que correr para o centro da cidade. Então, essa é a relação que a gente tem lá. E a questão também... questão de

estudos também. Aqui na comunidade ela tem uma escola, há dois anos foi reaberta a escola aqui, e essa escola aqui tem o EJA e vai até o ensino médio completo feito aqui na comunidade. (Cristiano, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em dezembro de 2024)

**Então essa foi uma grande conquista, a faculdade. A UFABC, ela veio, a gente conheceu alguns professores de lá, de São Bernardo de Campos, e aí eles fecharam uma parceria com o Quilombo de Caçandoca e o Fórum de Comunidades Tradicionais.** Eles queriam trazer a universidade, ampliar o campus da universidade e dar uma oportunidade para comunidades tradicionais, **através da pedagogia da alternância, que é a de Paulo Freire, de trazer as comunidades tradicionais, uma faculdade para as comunidades tradicionais de Ubatuba.** E ter ligação também com Ilhabela, com São Sebastião, com as caiçaras de lá, mas aí houve uma interferência e eles acabaram não conseguindo e aí a Caçandoca eles cobram a entrada de carro na praia e eles conseguiram arrecadar uma boa verba nessa cobrança e construíram um galpão grandão e é onde a gente está estudando esse galpão... A gente tá meio dividindo assim. Uma semana na Caçandoca, uma semana aqui. A gente estuda ciências humanas. Então tem aula de tudo, **de tecnologia, tem aula de filosofia, história.** Agora a gente tá estudando sobre o... O desenvolvimento da criança, os estágios do desenvolvimento delas e a gente já estudou sobre a tecnologia também, as ciências, tecnologia, sociedade. Então várias coisas já foram estudadas. Começou esse ano. (Cristiano, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Então, tem 69 alunos e ainda a gente tá formando uma turma bem legal. Tem bastante indígenas da aldeia Boa Vista, da Rio Bonito. tem bastante caiçara também e bastante quilombola da Caçandoca, aqui da Fazenda e uma quilombola da Casanga, é uma boa turma e alguns professores que estão estudando com a gente que não são tradicionais só estão fazendo uma reciclagem mesmo, tá sendo bem interessante porque está praticamente sendo do nosso jeito. A pedagogia da alternância não é aquela coisa maçante de faculdade, aquele estudo técnico que tem em faculdade, que você tem que... Para nós está sendo de um jeito mais, usando uma linguagem mais acessível, didática. Está sendo de um jeito mais informal para nós, não muito difícil. E a gente vai construindo junto. Às vezes quando a gente quer questionar alguma coisa, porque a gente sabe, a gente deixou bem claro pra eles, né? Tem povos indígenas aqui que eles têm o tempo, o tempo de falar deles, tem o tempo de... tem a linguagem, eles entendem mais Guarani do que o português, né? E a gente, os tradicionais têm um tempo diferente, né? De entender, de processar as coisas. Então a gente pediu pra eles terem, assim, respeitar esse tempo e ir de acordo com o nosso tempo mesmo, né? Praticamente com essa diretriz que a gente colocou. E é isso, os professores estão fazendo praticamente do nosso jeito mesmo. Por isso que está sendo mais tranquilo para nós. (Cristiano, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Segundo a perspectiva de Dona Laura, a negligência histórica da prefeitura é inegável. A falta de estradas e pontes impactam diretamente a economia local e a vida diária dos moradores. Infraestruturas básicas que não chegam a ser implementadas. Mesmo com promessas que chegam principalmente em épocas de eleição, as melhorias concretas para as

comunidades tradicionais e também os bairros periféricos da cidade, parecem estar longe de ser uma prioridade para as autoridades.

No entanto, Cristiano cita conquistas educacionais recentes. A reabertura de uma escola que oferece educação diferenciada até o ensino médio e a parceria com a UFABC<sup>50</sup> para edificar uma universidade. O que parece um sonho utópico, se apresenta como alternativas reais para a comunidade local, e sua vizinhança e rede de comunidades, que também se beneficiam das conquistas presentes neste território. Seja na utilização desses serviços ou como a abertura de precedentes efetuados pelo Quilombo da Fazenda, como a efetivação do TBC, por exemplo.

O potencial para transformação existe. Mas para ascender na realidade precisa do poder público como parceiro efetivo. A educação adaptada às tradições possui força social, enquanto a infraestrutura está aquém do ideal para assegurar um território mais seguro.

Nós falamos no INCRA quinta-feira que a gente precisa de uma escola, de um posto de saúde dentro da área do quilombo. Porque a gente queria trabalhar com a educação diferenciada, mas é bem complicado por conta dessa situação. O povo não se une, uns não se aceitam quilombola, Então, a gente tem que ter educação diferenciada. Porque é o que eu falei para vocês, se a gente não ensinar, eles não vão saber. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

---

<sup>50</sup>“Em setembro de 2023, a Capes lançou o edital Parfor-Equidade, com o objetivo de estimular instituições de ensino superior a oferecer licenciaturas voltadas para comunidades tradicionais. Em resposta, a UFABC, menos de um ano depois, abriu um processo seletivo para o curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Humanas e Sociais. Este curso é direcionado a quilombolas, caiçaras e indígenas das cidades do litoral norte de São Paulo, como Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião. A escolha da região se deve à presença de quatro comunidades quilombolas em Ubatuba e diversos núcleos de educação diferenciada para comunidades tradicionais. O projeto foi desenvolvido em parceria com lideranças comunitárias e submetido no final do ano. Em fevereiro, houve a aprovação para iniciar uma turma, como explicou a professora Suze Piza, da UFABC, que coordenou o processo de implantação. O curso tem como objetivo formar professores para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental nas disciplinas de História e Geografia, e no Ensino Médio com Sociologia, Filosofia, História e Geografia. As aulas são quadrimestrais, presenciais e oferecidas em alternância, com 20 a 30% da carga horária nos campi São Bernardo da UFABC e Caraguatatuba do Instituto Federal de São Paulo. O restante das aulas ocorre no Centro Comunitário de Caçandoca, em Ubatuba. Embora seja uma oferta única de curso, o projeto pedagógico está aprovado e, com novo financiamento, outras turmas poderão ser abertas no futuro, conforme afirmou Suze. A licenciatura, embora oferecida fora da UFABC, integra o catálogo de disciplinas da Universidade e tem sua base na LCH - Licenciatura em Ciências Humanas, já oferecida pela instituição. O edital de ingresso disponibilizou 60 vagas, das quais 30 são reservadas para professores da rede pública de educação básica do litoral norte, com prioridade para membros das comunidades tradicionais. A Capes financia bolsas de estudo de R\$700 para 30 selecionados dessas comunidades. A seleção dos candidatos envolve três etapas: entrega de documentos, redação e entrevista. Durante a entrevista, os candidatos são questionados sobre suas trajetórias, motivações e condições para acompanhar as atividades. O curso tem uma carga horária total de 3.220 horas, incluindo 400 horas de estágio supervisionado obrigatório. As aulas estão programadas para começar no dia 16 de setembro, e as inscrições, que estão abertas até 10 de julho, podem ser feitas no site [prograd.ufabc.edu.br/cursos/lec-chs](http://prograd.ufabc.edu.br/cursos/lec-chs). A professora Suze considera o projeto de extrema relevância, destacando que a UFABC atende a uma demanda concreta de formação docente em áreas prioritárias e inova ao incorporar conhecimentos de educação diferenciada.” [UFABC lança licenciatura voltada para quilombolas, caiçaras e indígenas do litoral norte de São Paulo - Universidade Federal do ABC](#) disponível em 09 de janeiro de 2025.

Chega nessa época, de agora para frente, atrapalha um pouco o centro para nós. Porque é longe e o movimento. A gente tem um movimento muito grande. Qualquer feriadinho dá trânsito. Se você precisa sair daqui pra Ubatuba, você fica travado. Ônibus, a gente vai viajar de ônibus, aí leva cinco horas, seis horas na temporada. Não precisa ser temporada, final de semana. Qualquer finalzinho de semana, se o tempo estiver bom, você tem trânsito. Você só quer ir no centro fazer uma compra, fica cinco horas. Tem dia na semana que a gente não tem nem horário do ônibus, porque os ônibus vai pro lado sul e fica preso. Lá não tem ônibus pra vim atender a gente. Fica cinco horas. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Porque a gente tem energia elétrica há 16 anos. A gente não tinha, então o parque não dava esse direito da energia elétrica. O que o povo fez? O povo invadiu (a sede) o parque. A comunidade se juntou aqui e foram lá e invadiram o parque. Nessa época era a Eliane Simões, era ela a gestora. As pessoas invadiram, entraram, juntou bastante gente, foram lá e entraram. Falaram pra ela que só saia de lá depois que ela assinasse a luz. E aí ela não queria, foi aquela luta, chamou a polícia. Só que a polícia veio, ninguém tava fazendo nada, todo mundo tava de boa, né? Então era um movimento assim, o pessoal conversava, meu pai... Pessoas de liderança maiores aqui conversaram. A polícia, pra ela, não podia fazer nada. Apenas ficaria com a comunidade ali até a decisão deles. E aí foi se juntando. Juntou o Picinguaba, um pouco do Almada, um pouco do Ubatumirim. O pessoal veio, colocaram 300 pessoas lá dentro. Conseguiram colocar 300 pessoas. Dormiram, acho que duas ou três noites. Foi no momento em que ela se enlouqueceu. Ela ficou mais um ano ou dois anos no parque, depois ela pediu demissão e saiu. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

A educação quilombola é o que eu preciso trabalhar dentro da comunidade, a educação quilombola, a saúde quilombola também, porque se no momento que você chega no posto de saúde, aqui eu não sei, no Maranhão, eles já falaram que lá eles já tem. Então, quando chega no posto de saúde, eles já se identificam como quilombola. Então, a prioridade é pra eles. Você é prioridade, você chegou, você se identificou como quilombola, você é prioritário, né? Então, é o que a gente tenta fazer isso também na nossa região, porque às vezes a gente não tem, não tem mesmo essa valorização. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

A resiliência e a união demonstradas pelas comunidades são importantes, mas o apoio efetivo e comprometido do governo e das instituições presentes no território também são fundamentais para garantir que essas comunidades prosperem. As dificuldades enfrentadas pelo Quilombo do Camburi são emblemáticas dos desafios comuns das comunidades quilombolas no Brasil. A falta de cumprimento dos acordos reforça a percepção de isolamento. Há uma sensação contínua de desamparo por parte dessas populações e uma necessidade contínua de lutar por direitos, que já deveriam ser garantidos.

A construção de escolas e postos de saúde é mencionada como melhorias importantes a serem implementadas na comunidade neste momento. Há um efetivo aumento das ocupações irregulares que dificultam a gestão adequada deste território. O acesso precário e a distância de

centros urbanos complicam o cotidiano dos moradores do quilombo do Camburi. Durante feriados e fins de semana, o tráfego intenso restringe o transporte público. Isso isola ainda mais a comunidade e prejudica a realização de tarefas diárias, tais como compras ou consultas médicas. Todo esse cenário reflete falta de planejamento e suporte logístico.

A capacidade de mobilização das comunidades unidas frente à negligência institucional mostra resultados. A união das comunidades para a implementação da energia elétrica evidencia a luta e resistência política dos membros das comunidades tradicionais. Após pressão coletiva sobre as instituições e suas autoridades, o movimento resultou na implementação do serviço de energia.

Leila destaca a importância de modelos educacionais que respeitem e promovam a cultura e tradições locais, assim como os que já existem no Quilombo da Fazenda. Também é necessária a implementação de políticas de saúde que reconheçam a identidade quilombola (prioridade e atendimento adequado).

A frustração com a falta de implementação do plano diretor e do plano de uso tradicional reflete um problema recorrente na relação com o governo: promessas não cumpridas e a falta de execução de planos e políticas públicas que respeitem e protejam os direitos das comunidades tradicionais.

Acho que a maior conquista que a gente tem, além do retorno para o território, o território é o mínimo que o governo nos oferece. O mínimo é o território. Quer dizer, ele nos oferece, porque ele não nos deu, porque ele está sob os cuidados do INCRA. Mas tem muita política pública para você chegar para dentro do território. Saúde porque o povo aqui é quilombola, né? Então todo mundo daqui é parente. É lógico que essa questão de ser parente vai criar doenças específicas. Então, tem especificidade de saúde que precisa ser tratada. Não só do quilombola, mas também do povo preto. É dos indígenas e também do povo preto em geral. Mas especificamente dos quilombolas, porque todo mundo aqui é parente. Então, possivelmente, você vai ter um problema genético. Porque é primo fazendo com primo, primo de primeiro grau saindo pro terceiro grau. Tem um rapaz aqui que trabalha com a gente, que é a PCD ele é praticamente cego. E ele faz os tratamentos, porque a sua mãe é prima do seu pai. Então, ele nasceu com um defeito congênito, ele é quase cego. E assim a gente vê o grande índice de câncer de próstata, grande índice de catarata, grande índice de pressão alta dentro de uma comunidade irmanada. Então, tem essa especificidade que é preciso o Estado ver e isso não acontece. (Jurandir, liderança do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

O território, ele vai começar a ser entendido na hora que o povo for educado. Quando o povo não for educado, nem que tá fora, nem que tá dentro, vai entender o território. Esse é o caminho. (Jurandir, liderança do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

É complicado de explicar, porque a luz é uma faca de dois gumes, porque eu não sou muito favorável nisso não. Dependente da área não, por exemplo, na

beira da praia. Porque existe toda uma fauna ali no entorno. É diferente em frente ao mar, na área de restinga, onde tem um grupo de famílias de guaiamuns, que estão se propagando ali. E esses guaiamuns, eles precisam, na metade de março, abril, maio, esses guaiamuns estão em processo de desova, eles saem da área do mangue e vão para o mar desovar. E eles vão na primeira lua cheia, que chega, a lua fica gigante, fica uma coisa mais linda na Caçandoca. Aí eles saem na lua, desovam umas milhares deles para desovar e depois eles retornam. E com essa luz artificial, eles se perdem. Ficam todos perdidos. Então você vai encontrar guaiamuns andando por aqui. Então tem essa chegada da urbanização que acaba afetando o território. Isso afeta a fauna. Aqui é interessante para o território manter essa fauna, porque senão vira um Maranduba bota qualquer, uma enchida de luz aí, enchida de quiosque, a noite toda fogo comendo, quebradeira geral, vira um Maranduba. Eu sou contra o asfalto na minha comunidade, tem gente que sonha ter asfalto. Não cabe asfalto, porque o turista vem e o amigo, para não pagar, atropela a gente. Eu já fui atropelado três vezes aqui. Imagina com asfalto. Já teria morrido muita gente aqui. Eu não sou contra a iluminação pública, porque precisa ter a questão de segurança mesmo, né? Porque as pessoas transitam à noite, mas é uma comunidade ainda bem tranquila. Você pode entrar aqui à noite sem medo. (Jurandir, liderança do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

A gente faz a captação. Pega da cachoeira e distribui para as casas. A SABESP a última conversa que nós tivemos, deles trazendo água da Maranduba para a gente, mas deixou bem claro, se eles quiserem trazer a Maranduba para a gente, tudo bem, mas a gente não quer a SABESP aqui dentro. A gente quer autonomia de distância do nosso território, inclusive da água. Porque o que está em disputa é a água. Você sabe disso. Não adianta você ter um território como esse e não ter água. Porque se eles chegam e fazem uma estação aqui e aí... Vai ter que pagar, pega o financeiro. Quando a pessoa vem pra dentro do território, ela tem que ter essa noção. Porque aqui não é fácil. É maravilhoso. Temos praia. Temos um espaço maravilhoso. Mas, se você ficar doente, você vai ter que se virar nos 30. Não é todos os lugares que chegam luz elétrica. A gente tá num processo há 17 anos para pôr luz em casa. Na minha casa, na casa do Jurandir, na casa da Rosa, na casa da Rafaela, na casa de um monte de pessoas a gente pega da estrada principal fiação comprada por nós e puxamos mas ela nunca chega da forma que chegaria se tivesse um poste na porta de casa. Se você chegar hoje na minha casa você vai encontrar liquidificador, máquina de lavar só que é assim se eu ligar o liquidificador eu não posso usar a máquina, entendeu? Não tem. (Isabel, liderança do Quilombo da Caçandoca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

A prefeitura aqui dentro é o mal necessário. E ela é muito omissa. Pra gente conseguir as coisas dentro da prefeitura é muito difícil. A prefeitura de Ubatuba é uma lástima. Eu nunca vi. Não é só Caçandoca não, é geral, mas na Caçandoca principalmente. (Isabel, liderança do Quilombo da Caçandoca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

As lideranças do quilombo da Caçandoca revelam necessidades sociais, culturais e ambientais enfrentadas pela comunidade quilombola. O retorno ao território ancestral é considerado apenas o mínimo oferecido pelo governo. Portanto, há um longo caminho a percorrer em termos de políticas públicas eficazes que atendam às necessidades específicas das

comunidades quilombolas. Jurandir também destaca a especificidade das necessidades de saúde resultantes da proximidade genética entre os membros da comunidade que apontam para a prevalência de algumas condições precárias de saúde.

A importância da educação diferenciada é enfatizada para que os membros da comunidade compreendam e valorizem seu território. Sem essa característica o entendimento completo do valor cultural e histórico do território fica prejudicado. Pois a educação pode ser considerada como uma ferramenta para empoderar a comunidade na preservação da sua identidade cultural, principalmente na formação de crianças e jovens.

As preocupações sobre a urbanização e seus impactos, também são pontuadas, tais como a introdução de iluminação pública que pode desorientar a fauna local, exemplificada pelo comportamento dos guaiamuns. Há ainda a busca pela autonomia no manejo dos recursos hídricos. A captação das águas das cachoeiras ao invés da entrada de sistemas públicos de saneamento visa preservar a independência do território. A infraestrutura básica de energia elétrica, ainda é um desafio. Em meio aos perigos de lidar manualmente com os sistemas elétricos, membros da comunidade improvisam soluções para suprimento de suas necessidades. Ambos os líderes descrevem o poder público e a implementação de direitos básicos de infraestrutura como um mal necessário, devido à dificuldade em conseguir apoio e recursos.

A falta de engajamento do poder público local reforça a necessidade de uma mudança estrutural na forma como as comunidades quilombolas são atendidas por políticas públicas. Embora as comunidades busquem autonomia e a integridade cultural em soluções adaptativas que respeitem o meio ambiente e a comunidade quilombola, é necessário um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação. A implementação de serviços básicos não pode vir às custas do meio ambiente e identidade das comunidades quilombolas.

### **5.7 Redes de apoio e solidariedade: Para além das fronteiras comunitárias**

Em resposta aos desafios territoriais e à importância do território para as comunidades tradicionais, em 2007, as comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) se uniram para formar o **Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT)**. Esse movimento surge de encontros e diálogos focados na defesa do território das comunidades tradicionais, com o objetivo **de fortalecer sua luta e garantir sua permanência nesses locais (Gallo; Nascimento, 2019)**. O FCT trabalha ativamente para assegurar os direitos e o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais, destacando as disputas territoriais causadas pela especulação imobiliária, grandes empreendimentos, exploração de petróleo e energia, rodovias e turismo predatório. Esses fatores geram impactos ambientais e sociais significativos, alterando a relação com o

território e afetando o cotidiano das comunidades (Gallo; Nascimento, 2019; ). Em 2009, conforme Nascimento (Gallo; Nascimento, 2019), o FCT estabeleceu uma parceria estratégica com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) para desenvolver ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Dessa colaboração, surgiu o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), que visa promover práticas sustentáveis e saudáveis na região (Martins, 2020, p. 10).

Segundo o site<sup>51</sup>, o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) é um movimento social criado pela união de indígenas, quilombolas e caiçaras da região da Bocaina. Inicialmente este movimento abrangia Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, mas, recentemente, incluiu os municípios de São Sebastião e Mangaratiba. Em 2009 o FCT estabeleceu parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) pensando em planejar ações voltadas **ao desenvolvimento sustentável**. Como resultado dessa parceria foi construído o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina<sup>52</sup> (OTSS) (Martins, 2020). A formação do FCT teve início em 2006, consolidando-se em 2007, impulsionada por políticas públicas voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.

O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) adota uma gestão descentralizada por meio de um colegiado, que inclui lideranças indígenas, quilombolas e caiçaras, apoiada por um Núcleo Estratégico de Lideranças<sup>53</sup>. O FCT conta com diversos núcleos e grupos, como o Núcleo Jovem, que se concentra na formação de novas lideranças e questões da juventude, e um núcleo de assessoria que concatena grupos de trabalho, comunicação, assessoria jurídica, e parcerias. O FCT desenvolve seus trabalhos **em rede com associações comunitárias, movimentos sociais, coletivos e outras entidades**. Tem como missão lutar pelos direitos das Comunidades Tradicionais, fortalecer a união entre os povos e seus modos de vida, e desenvolver soluções técnicas e políticas para promover o bem viver.

Os principais projetos comunitários desenvolvidos pelo Fórum: **Turismo de Base Comunitária, Armazém do Território, automonitoramento da pesca, cozinha das tradições, curso de defensores populares, mapa de impactos, perdas e danos, saneamento**

<sup>51</sup> [Preservar é Resistir](#) disponível em 12 de janeiro de 2025.

<sup>52</sup> Criado a partir de uma parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) é um espaço tecnopolítico de geração de conhecimento crítico, a partir do diálogo entre saber tradicional e científico, para o desenvolvimento de estratégias que promovam sustentabilidade, saúde e direitos para o bem viver das comunidades tradicionais em seus territórios. [OTSS - Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina](#) disponível em 12 de janeiro de 2025.

<sup>53</sup> Aproveito para agradecer o apoio de Santiago Bernardes, caiçara, coordenador do Fórum de Comunidades Tradicionais, do pólo de Ubatuba, que foi meu principal parceiro na entrada em campo em todos os territórios visitados.

**nas aldeias, apoio a projetos comunitários, projeto para a saúde mental, projeto INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais, protocolos de consultas, projeto Povos 1 e 2, assessoria jurídica e licenciamento das roças em unidades de conservação.**

Às vezes a gente não sabe os direitos que a gente tem e onde procurar. Com a vinda do projeto pra cá, eles abriram nossos olhos. Às vezes a gente não precisa de um órgão para estar trazendo recursos. Nós mesmos podemos correr atrás das coisas. Igual a gente se inscreveu com o CNPJ da associação e a gente passou em dois editais. Mas teve que ter a ajuda de um terceiro pra orientar como responder aquelas perguntas, como montar. Então, assim, a gente tá abrindo os olhos, né, pra coisas maiores. A gente precisa que os nossos jovens, abram a mente, para correr atrás dessas coisas, para que eles corram atrás dessas coisas, porque para uma pessoa só correr atrás fica muito difícil, né? E a gente sabe que tem os sites aí que soltam os editais. A gente pode construir o que a gente quiser, mas tudo com suor e bastante apuro. Porque nada vem fácil. Juntar aí o pessoal. Juntar também colaboradores de fora também, né? Sempre que pode. (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

**Então, pelo Fórum, a gente consegue algumas coisas que a gente não consegue sozinho. E o Fórum também tem os cursos que eles oferecem pra gente. Agora tem um monte de curso aí que saiu.** Tem parceria com a comunidade. Assim que sai, eles mandam pra gente. Quem tem interesse vai lá e se inscreve. Algumas conversas que às vezes a gente precisa de um advogado, eles também fornecem pra gente. Algum conflito. E perante a prefeitura, eles também lutam muito com a gente. **Então, o que uma comunidade quer é o que todas querem. Então uma comunidade fortalece a outra. Vocês estão vendo esse movimento regional que é bem interessante.** (Adriana Vieira Leite, liderança do Quilombo Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em Julho de 2024)

Por exemplo, em Ubatuba a primeira comunidade a ser reconhecida foi a Caçandoca, foi a primeira reconhecida, não só aqui em Ubatuba, mas no estado de São Paulo, foi a primeira a ser reconhecida. E aí foi eles que trouxeram pra nós toda essa história do quilombo dentro da nossa comunidade, porque eles ouviram falar das histórias da minha avó, dos meus bisavós, que falaram que aqui era um lugar escravo, era uma fazenda. Então, eles trouxeram essa ideia para a gente se reconhecer aqui. Foi daí para cá, então, que a gente buscou os nossos direitos de reconhecimento. Fomos reconhecidos pela Fundação Palmares em 2006. Daí veio todo o trabalho de campo, os antropólogos vieram, trabalhou, fez o levantamento das famílias e se descobriu realmente que aqui era uma área de quilombo. **E hoje sim, tem essa união entre nós, das comunidades tradicionais, não só do quilombola, como também os indígenas, que a gente trabalha na mesma linha de pensamento, porque estamos aqui por causa da terra, para cuidar da terra e para ter a terra, porque é o direito nosso.** Então, a gente está trabalhando com esse pensamento. E tem os caiçara também, porque o quilombola também não deixa de ser caiçara, porque está aqui, já aqui. Então tem esse muito... e nós temos esse vínculo muito grande com o Fórum de Comunidade Tradicional, né? Todos os trabalhos que são feitos aqui, eles estão lá por dentro, eles estão nos auxiliando também. Se você tem um problema dentro da comunidade, eles vêm pra nos auxiliar. E é muito bom esse fortalecimento. Por exemplo, você tem um trabalho, você tem uma viagem lá no INCRA, então vai todas as comunidades

junto. Não vai só o sertão de Itamambuca. Então vai o Camburi, vai a Fazenda e vai...o Itamambuca e o Caçandoca. Então, a gente se une, né? Aí, quando eu tenho um trabalho que é voltado também para junto com os indígenas, vamos estar junto com eles. Então, a gente está sempre trabalhando junto com esse pensamento, né? Em prol da comunidade, em prol da natureza, para cuidar de tudo isso que nós temos ali. (Mario, liderança do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

**O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) oferece cursos e suporte jurídico para fortalecimento das comunidades através de parcerias e colaboração.** Ao se unirem, as comunidades podem alcançar objetivos que seriam difíceis de serem conquistados se a luta acontecesse apenas com “cada um por si”. Essa ação coletiva cria um movimento regional forte de trabalho junto às necessidades comuns tais como: implementação de políticas públicas, apoio jurídico e preservação cultural e ambiental. Mario complementa a visão de Adriana ao narrar a história do reconhecimento do quilombo, inspirado pela comunidade de Caçandoca, que foi a primeira a ser reconhecida em Ubatuba e no estado de São Paulo. O reconhecimento serviu para que outras comunidades quilombolas, buscassem seus direitos e reconhecimento oficial. Um movimento social em rede permite às comunidades enfrentar os desafios de maneira mais eficaz. Essa união aumenta o impacto das ações e promove um senso de solidariedade e objetivo comum entre as comunidades tradicionais da região.

A gente, através do Fórum, a gente tem essa relação. É e o legal do Fórum é que ele tem trabalho todo dia, né? Ele distribui aí a Rede Nhanderekó, o Projeto Povos, o Projeto Rede, tem uma infinidade de coisas e que eles pegaram o jovem, dois, três jovens de cada comunidade, trabalha dentro do Fórum hoje, dentro dos projetos, né? Pela Petrobras e pela Fiocruz. Então, está tudo englobado dentro do Fórum. É bem grande, é maravilhoso. Então, tem o OTTS, que também traz jovem, traz trabalho, traz bolsa para o jovem. Então, eles uniram as três etnias, que eu achei lindo, maravilhoso. Os indígenas, caçara e quilombola. Então, hoje, eu trabalho todo mundo junto, chora todo mundo junto, pesca todo mundo junto, festeja todo mundo junto, viaja e luta todo mundo junto. A gente tá juntinho. E foi a partir do Fórum. A gente tá unido, unido. Os indígenas, eles eram bem desconfiados, assim. O quilombola também é, mas os indígenas eram mais. Hoje a gente tá unidinho e eu acho isso lindo. (Dona Laura, liderança do Quilombo da Fazenda, em entrevista à autora em Maio de 2024).

É fundamental, porque a união faz a força. Juntos nós somos mais fortes, vamos dizer assim. E praticamente nós, os caçaras, os quilombolas indígenas, nós vivemos a mesma realidade. Sofremos o mesmo preconceito, o mesmo conflito. Então, o caminho que a gente encontrou foi se unir para conquistar as nossas coisas, os nossos direitos. E a gente descobriu que a gente nos unindo, a gente conseguiu muita coisa, muitas conquistas através dessa união. Então, praticamente hoje, quando precisa a gente ir para Brasília, a gente junta os dois ônibus, vai uma galera para lá. Igual, por exemplo, pra gente conquistar energia aqui na comunidade. O parque não deixou a gente pôr energia na comunidade

na época, em 2007. A gente ocupou a sede deles, reunido, com várias comunidades tradicionais. E conseguimos conquistar energia. Então a gente descobriu que através da militância mesmo que a gente consegue conquistar. Do movimento social que a gente conquista as coisas. Se ficar quietinho, esperando direito. E isso foi super importante porque a gente formou um laço, relações com outras comunidades. **E nos deu a oportunidade de ter intercâmbio, de conhecer outros territórios, outras comunidades, de nos unir, trocar saberes, de lembrar o passado, assimilar coisas semelhantes do passado um do outro, o que você fazia aqui na comunidade, que uma outra comunidade fazia, que era parecido.** E isso é muito bom, muito gostoso. É através dessas lembranças que a gente fala, nossa, quanta coisa a gente perdeu, que a gente precisa trazer de volta para o território. E isso nos faz a gente... unir forças e conquistar essas coisas que foram perdidas e trabalhar junto para trazer de volta. Então a gente acaba, muitas comunidades acabam também se espelhando com a gente. Poxa, se a Fazenda conseguiu, se a Almada conseguiu, a gente consegue também, entendeu? (Cristiano, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em dezembro de 2024).

**Não, entre nós, entre essas associações, a gente, quando a gente conversa, a gente sempre conversa, um pede apoio ao outro, a gente se ajuda, a gente sempre se entende, a gente se adota.** Aqui mesmo a gente tem a colheita da Juçara. O meu pai colhe. **A gente colhe a Juçara.** E como a gente não dá conta que a gente... É só nós que temos, né? É só meu pai que tem essa Juçara. Se a gente fosse colher tudo, a gente não daria conta, porque a gente tem muito. Então aí a gente cede até pra Fazenda, porque a Fazenda tem bem pouco, né? E o pessoal, lá são pouquinhos de pessoas. Aí meu pai manda a Laura vir tirar, ela sempre vem, todo ano. Tem ano que ela não consegue vir, né? Porque ela também dependia das pessoas, porque a gente não tem pessoas suficientes que consigam fazer isso, subir no... mas aí a gente divide com a Laura, a gente já falou com o Itamambuca, Itamambuca também, pro ano que vem, eles decidiram vir, porque a gente sozinho não dá conta, a gente não consegue dar conta. (Leila, liderança do Quilombo do Cambury em entrevista à autora em dezembro de 2024).

Agora mesmo o Fórum vai trazer um pessoal para fazer uma medição, trazer um engenheiro para fazer a planta do espaço que a gente quer aumentar o nosso cemitério, porque o nosso cemitério está pequeno. Então a gente... Tá pequeno não. Ele é pequeno, mas como é antigo, né? Aí a gente quer um aumento. E esse aumento do cemitério vai se dar dentro do Camping IP. Só que tem aquele problema. Quando o Camping IP se situou ali, o cemitério já existia. Esse homem que eu falo, ele comprou essa área sabendo que já existia esse cemitério. Portanto, ele deixou o espaço para o cemitério. Só que a gente não tem outro espaço para o cemitério. A gente não tem e a gente também não quer desmatar para fazer um cemitério, porque a gente tem muita nascente, a gente tem muita pedra, a gente vai desmatar um local para fazer um cemitério no meio de pedra ou de nascente? Não dá. Então, aí é um espaço, só que a gente está com uns embaraços, uns problemas. E aí o Fórum ficou de vir dar esse apoio para a gente. Dessa semana já está marcado para vir uma pessoa fazer a medição do espaço lá, o tanto que a gente pediu. O Fórum tá trabalhando junto com a gente também, o advogado do fórum tá trabalhando junto com a gente. O Fórum apoia muito, ajuda muita gente, com muitas questões, nas formações de ata, de reunião, de eleição. É o Fórum que faz pra gente ajudar nessas coisas. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024).

Desafios comuns, como preconceito e exclusão social, exorta a juventude de diferentes comunidades a se unirem em projetos apoiados por grandes instituições em uma busca por integração e o fortalecimento de suas comunidades. Assim, implementa-se intercâmbio cultural e fomenta-se a solidariedade, superando desconfiças iniciais e consolidando um movimento social em conjunto. Colaboração pode ser considerada um importante meio para conquista de direitos e melhorias. A troca de experiências e saberes fortalece o senso de identidade. Também ajuda na evocação da memória de práticas culturais que foram perdidas em função de influências diversas.

As narrativas sublinham a importância da união entre as comunidades tradicionais para superar desafios comuns. O Fórum de Comunidades Tradicionais e as colaborações intercomunitárias são verdadeiros catalisadores de mudança positiva. Há a reunião de recursos, conhecimentos e solidariedade para enfrentar as dificuldades estruturais e sociais. Assim, revitalizam suas culturas e modos de vida, garantindo que seus legados continuem vivos.

## 5.8 O Papel das lideranças na negociação com o Estado e outras instituições

Tem que ter garra, viu? Tem que ter garra, porque se não tiver, não aguenta. Porque é muito trabalho. É muita demanda. É muito chamado, sabe? Todo mundo foca ali em você. E você tem que tá ali resolvendo tudo, ter uma visão ampla, né? Eu ontem mesmo eu tava brava com eles, porque eu falei, falta de um coador vai me chamar? Então é demais, né? Eu tô lá em Santa Catarina, a menina me ligando, que não tinha um coador. Eu falei, gente, vocês têm que se organizar. Eu tenho duas equipes, uma pra praia e uma pro restaurante do quilombo. Dentro dessa equipe, eu tirei coordenadores. Pra mim, Mariana, ficar livre. Porque eu tenho outras coisas. Eu viajo demais. (Dona Laura, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

Ah, o atrito de dentro, acho que é uma coisa que toda a comunidade tem, né? Nós temos um conflito interno. E uma coisa que eu falo, assim, gosto de falar em reuniões, que enquanto a comunidade tiver essa briga interna, a gente sempre vai ser, vai fragilizar sempre o nosso lado. A gente vai se tornar sempre vulnerável, né? Então, eu falo, meu, a gente não pode brigar entre nós, tem tantos outros conflitos para a gente resolver e a gente vai criar rixa entre nós aqui da comunidade. E eu percebi que o capitalismo separou o povo, porque o pessoal hoje tudo está em volta do dinheiro. Então, tipo... O pessoal tá brigando por isso, estão se separando por isso, os laços na comunidade, devido, por causa de um papelzinho desenhado, a galera tá brigando com o fulano, com o vizinho. Então é algo que tá... que separou o povo um pouco assim, né? Eu lembro que antigamente o pessoal não tinha essa noção de valor e eles eram bem mais unidos, sabe? A gente se unia, a comunidade era bem mais unida. A gente sentava mais vezes para olhar um para o outro, conversar, ter essa relação de contar histórias, de ouvir o vizinho. Hoje não, cada vez tá mais difícil essa relação. Todo mundo correndo atrás do seu. E aí hoje o pessoal só quer falar de dinheiro, né? Em questão de associação, eles perguntam cadê a prestação de conta, não sei o quê, e quer ver. Eu falo, meu, tem tanta coisa importante pra

gente se preocupar, eles estão preocupados com dinheiro de associação, do que que tá sendo o gasto, no que, não sei o que. Então, são coisas que me deixam triste, assim. Eu, como, como iniciei como presidente, eu falei, nossa, é difícil lidar com as pessoas, né? E eu não achava que era tão difícil lidar com pessoas da minha comunidade. Já é difícil com pessoas que não são daqui. Imagina com... Achei que era mais fácil, mas é bem complicado. (Cristiano, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Os relatos acima destacam os desafios políticos e sociais que permeiam a função de liderança. Dona Laura afirma a existência de intermitente pressão que recai sobre a líder comunitária. É necessário tomar decisões e resolver problemas cotidianos. Há certa frustração em sua fala com a falta de autonomia e organização entre os membros da equipe, o que reflete um desafio comum em lideranças: a capacitação dos demais membros e a delegação de responsabilidades.

Na narrativa de Cristiano há uma abordagem mais estrutural. Ele critica o impacto negativo do capitalismo nas relações comunitárias. Considera que há um foco excessivo no dinheiro e que essa característica fragmenta os laços comunitários. Disputas internas por questões diversas, preocupação excessiva com a prestação de contas, indicam uma divisão interna. Na visão da liderança, isso enfraquece o senso de comunidade e compromete a sua capacidade de enfrentar desafios mais amplos, como aqueles perpetrados por agentes externos.

Tem muita gente que não aceita ser quilombola. Só se aceita na hora do benefício. Na hora que vem o benefício com a associação, aí se aceita. Caso contrário, não querem. Eu não sou quilombola, não existe quilombo. Então, na luta aqui, fica sempre por mim. Se eu precisar de uma ajuda, de... Ah, tem uma reunião em tal lugar, tem um encontro em tal lugar. É aquela dificuldade para conseguir uma pessoa para pôr no meu lugar se eu não puder ir. Eu fico no grupo o dia inteiro, brigando, pedindo, implorando. E não consigo. Mas na hora do benefício aparece um monte. Na hora do benefício pessoal, na hora da crítica, aparecem muitos. (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Leila evidencia um problema de construção da identidade coletiva. Neste território há dificuldade em fomentar o senso de pertencimento entre os membros da comunidade. A tendência de muitos é se identificarem como quilombolas apenas quando há benefícios tangíveis em jogo. Assim, a identidade quilombola é frequentemente tratada de maneira utilitária por parte de alguns membros do Quilombo de Camburi.

A frustração expressa por Leila ao descrever a dificuldade em encontrar substitutos para representá-la em eventos ou reuniões desenha um desafio da gestão. Leila possui o entendimento de que a construção de uma identidade quilombola coletiva precisa ir além dos

benefícios materiais imediatos. E essa construção é essencial para a resiliência do quilombo. Um dos maiores desafios deste quilombo hoje, é encontrar maneiras de inspirar um senso mais aprofundado de pertencimento e compromisso comunitário entre a população local.

Então, por exemplo, quando a gente vai bater de frente com o (condomínio) do Pulso, a gente sabe que é uma disputa do elefante com a formiga. Só que uma formiga entrar dentro do ouvido do elefante, ela faz um estrago. Então, a gente está entrando dentro do ouvido do Pulso para fazer esse estrago. Porque juridicamente um embate é difícil, porque aí moram juristas, desembargadores, juízes que querem apoiar eles, é uma gente importante. Mas essa luta é antiga, começou com meu padrinho, começou com meus avós, sobre o território, e hoje em dia eu lidero a luta. **E é cansativo, porque a gente não deseja luta pra ninguém. Porque as pessoas querem fazer isso, vir aqui, tomar seu banho de mar, descansar, ir pra casa dormir. A gente que tá na linha de frente, a gente não tem isso. A gente serve 24 horas de atenção. Não tem paz, não tem mesmo.** (Jurandir, liderança do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

A maioria das famílias vive disso aí que você tá vendo, da exploração do turismo. Porque, como eu falei, tem praia, o turista chega e, assim, se você descer pra praia, você vai ver que tem muitos quiosques, todos os que não moram, né, que exploram. E também eu tenho uma discussão interna, que tipo de turismo nós queremos, né? Se esse turismo é predatório de praia, ou se é um turismo de base comunitária. Porque senão a gente cai nessa lógica da exploração do capital. A gente se arrebeta na temporada, ganha um certo dinheiro. E o protagonismo é deles. É, e eu também. Você pega esse dinheiro, você vai gastar tudo e volta pro seu mercado. Aí faz o círculo assim, você já é lógica do capital, você vai perdendo espaço, vai perdendo essa tradicionalidade, essa identidade, por causa do capital. E isso gera uma disputa interna, porque quando chega o dinheiro, gera um disputa interna. Então, ontem até foi para a procuradora, porque nossas disputas aqui, infelizmente, a maioria é por dinheiro. Não é por ancestralidade, não é por identidade, não é por território, é por dinheiro. Porque o capital chega, olha os carros parando, é o capital chegando, não para, o capital vai entrando. Então, é todo mundo pegando dinheiro, pegando dinheiro, e quem pega dinheiro não quer precisar do outro, quer precisar de si. Então, aí, o meu papel fundamental aqui como coordenador é exatamente isso, alertar o pessoal ali na criação, criação de informação, de identidade, ó, você aqui é um quilombola, você está dentro do seu território, esses que estão invadindo o seu território, se eles querem entrar, tem que pagar. É isso, não é somente o dinheiro, mas abrir a cabeça deles sobre essa questão. (Jurandir, liderança do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024)

Eu tô contando os dias, os meses pra acabar, pra focar no que eu quero agora, que é a minha faculdade. Quero ter um tempo mais para mim, quero, sabe, sossegar. Mas eu entrei dentro da associação por tópicos assim, que nem a questão da educação. Eu precisava ter acesso aos espaços, ter essa possibilidade de documento pela associação. E eu entrei também juntamente com a Rafaela para a gente tentar fazer um pouco de melhoria. Porque, assim, você está dentro da associação, é questão de sobrevivência também. Porque a associação gesta todo o espaço, ela tem que ter responsabilidade. E muitos não têm essa responsabilidade. Pegam um cargo e, ah, tá bom, eu só estou na associação para tirar foto. Não, a gente tem que ter responsabilidade. Responsabilidade de receber. Graças a Deus, a gente conseguiu fazer alguns trabalhos, a gente

conseguiu o coletivo, conseguiu o centro comunitário. A gente fez o parquinho das crianças, a gente ajuda a escola em algumas coisas dentro da escola, a luminária no espaço aqui do campo, alimentação, que às vezes tem alguns eventos. A gente tem usado esse dinheiro, que é o estacionamento da entrada e permanência, em prol da comunidade. (Isabel, liderança do Quilombo da Caçandoca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Jurandir e Isabel ressaltam a importância da luta por direitos, da gestão cuidadosa dos recursos e da preservação da identidade comunitária frente às pressões externas. As lideranças do quilombo da Caçandoca demonstram as complexidades associadas à liderança comunitária, tais como a luta por direitos territoriais e a gestão das influências externas. Jurandir utiliza a metáfora da formiga e do elefante para ilustrar a persistência e a resiliência necessárias na luta jurídica e política por direitos territoriais. Ele reconhece a desigualdade da disputa contra forças poderosas do capital, mas enfatiza que mesmo pequenos esforços podem causar grandes impactos. Essa metáfora reflete a dedicação e a estratégia de resistência contínua. Além disso, Jurandir reflete sobre o impacto do turismo e do capital na comunidade. Ele alerta para o perigo de se perder a identidade comunitária ao sucumbir às pressões do capital, que muitas vezes dividem a comunidade e afastam os membros do foco do comunitarismo, ancestralidade e território.

Isabel descreve seu papel dentro da associação comunitária e destaca a importância de responsabilidade e compromisso efetivo para a promoção de melhorias na comunidade. Ações como a implementação do centro comunitário e melhorias em infraestrutura, exemplificam o uso eficaz de recursos para beneficiar a comunidade com iniciativas que promovem o bem-estar coletivo. Segundo a liderança deve haver um compromisso real com a comunidade e isso inclui garantir que os recursos, como os provenientes do estacionamento da praia, sejam direcionados para projetos que beneficiem a infraestrutura e conseqüentemente a coesão social. Sua fala reflete tanto a carga de responsabilidades que vêm com a liderança quanto a satisfação de ver as melhorias implementadas.

## **5.9 Desafios e perspectivas para a juventude quilombola**

Então, os jovens... Que é uma complicação, né? Muito complicado. Muito. O jovem é a coisa que eu mais quero. É trazer o jovem para perto. É fazer eles entenderem essa cultura. Sim. Entendeu? Porque o jovem hoje, Mariana, depois que chegou a luz, a luz chegou para nós em 2000, em 2007. Depois que chegou a energia e a internet... Antes, eles ainda caçavam alguma coisa pra fazer. Agora, a internet ajuda eles a usar droga, ajuda eles a entrar no meio de coisas que não era pra entrar e que a gente não quer que entra. Porque a internet, ela

traz isso. Eles têm acesso a isso, entendeu? E eles, praticamente, eles acham que cidade, que essa mistura, é isso que é pegada, entendeu, pra eles. E a gente não quer isso pra eles. A gente quer eles perto da gente. fazendo a cultura que eles aprenderam, a cultura que tem que ser feita. Eu vou te contar até um lance que aconteceu e que deixou a gente muito triste, muito triste mesmo. Ontem foi sepultado um primo meu, um jovem de 24 anos. É uma coisa muito triste e a comunidade está apavorada, porque a comunidade nunca viu isso dentro do quilombo da Fazenda, uma pessoa ser morta aqui dentro do quilombo. Foi a primeira vez que aconteceu e que é uma coisa que a gente não aceita. E foi por causa de droga. Porque eles fecham com os caras lá de fora. Aqui dentro não tem, assim, biqueira, essas coisas, nada. Mas eles fecham com o cara lá fora e eles ficam devendo os caras e os caras vêm atrás. E o pessoal tá muito perigoso. Tá muito, muito. E aí isso deixou a gente muito triste. Então, a gente quer muito trabalhar em cima dos jovens, trazer eles para perto, fazer eles entenderem que eles têm uma cultura e que eles não precisam disso. Então, eles têm tudo, eles têm um potencial enorme. E só falta eles perceberem isso, entendeu? Essa coisa do centro urbano é uma coisa que chama muito eles. Eles não querem trabalhar com casa de farinha, com plantio. E a gente precisa deles. Porque eles são o futuro de amanhã. A nossa história não pode morrer. Eles são o futuro de amanhã. A gente vai morrer, todos nós vamos partir e eles vão ficando. E o que eles precisam perceber é que a nossa história não pode morrer. Ela tem que ter uma continuidade e a continuação é eles. (Dona Laura, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

A gente está há sete anos aqui na Fazenda (Igreja Assembleia de Deus das Missões). E assim, o nosso objetivo é estar resgatando principalmente os jovens, trazendo eles. Não que a gente faça questão de mudar de religião, mas a gente sabe que dentro do evangelismo, os jovens têm uma outra visão, eles têm regras, eles não podem fazer determinada coisa, entendeu? E tem dado certo. Tanto que depois que aconteceu isso agora, correram um monte para a igreja. Foram lá, para a nossa igreja. Chegaram tudo lá apavorados e estão frequentando com a gente, com medo, entendeu? Só que a gente não quer que eles vão por medo. A gente quer que eles assumam a religião com seriedade também. (Dona Laura, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em Maio de 2024)

Eu acho que, primeiramente, a gente tem que viver o presente, o futuro. O futuro acho que não pertence a nós, mas se um dia for existir esse tal futuro, eu espero que as gerações que estão vindo aí deem continuidade com esse legado que foi deixado para eles, que vai ser deixado para eles. Todo esse trabalho, essa conquista, de carregar essa bagagem com eles, praticamente, das conquistas que a gente teve, e não deixar, como diz o falecido José Pedro, não deixar a peteca cair. Continuar com essa essência mesmo, porque a gente vê um pouco do desinteresse da juventude, e hoje com o crescimento de tecnologias, acabam mudando, tirando eles um pouco do foco. E aí a gente quer, por isso que a gente criou o Núcleo Jovem, que é um Núcleo Jovem também, um movimento social de juventudes, para formar lideranças. E esse Núcleo Jovem a gente está colocando na cabeça deles a importância de como eles olham para o futuro na comunidade e não perdendo essa essência. E aí, praticamente, a gente está colocando lá para os jovens a importância do nosso modo de vida, do que a gente vive na comunidade, da nossa história, Então, o futuro que eu penso pra isso é assim, que eles deem continuidade mesmo pra isso. E que não pare de... Se aprofunde. E eu deixo bem claro, os conflitos vão ser sempre existentes, mas isso nos dá conhecimento pra gente lidar com eles, né? E que essa juventude possa lidar com os conflitos, né? Lidar com eles, porque eles

vão sempre ser existentes, independente do presente ou do futuro, sempre a gente vai ter algumas pressões no território. **E eles têm que ser fortes, têm que se formar lideranças, ter conhecimento político, jurídico, para eles bater de frente com o sistema, o sistema vai ser sempre presente vai estar sempre presente nos nossos dias.** (Cristiano, liderança do Quilombo da Fazenda em entrevista à autora em dezembro de 2024)

A implementação da energia elétrica e da internet proporciona acesso às informações. No entanto, essas influências externas não são vistas como totalmente positivas, pelo contrário. Dona Laura entende que entre os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas na preservação de sua cultura está a influência crescente da urbanização e a tecnologia sobre os jovens. Com a finalidade de equilibrar esta influência deve haver iniciativas que promovam a continuidade da cultura local entre os mais jovens.

Cristiano complementa essa visão ao citar a criação do Núcleo Jovem, iniciativa da FCT destinada a formar lideranças entre os jovens das comunidades tradicionais. O projeto visa prepará-los para o enfrentamento dos múltiplos desafios através do fortalecimento das suas capacidades políticas e jurídicas. Conflitos são inevitáveis, mas há oportunidades de aprendizado e fortalecimento sempre presentes. A esperança é que os jovens sejam remanescentes quilombolas engajados, ou até mesmo lideranças, capazes de defender seus direitos e tradições contra as pressões externas contínuas.

Porque a gente vê aí em outras comunidades, tipo Vale Ribeira, que os jovens crescem, quando eles crescem eles já vão embora, eles não querem ficar dentro da comunidade. É um desafio muito grande para nós, principalmente nós aqui do Sertão Itamambuca, porque os jovens não querem permanecer na comunidade, eles querem ir para fora, eles querem ver outras pessoas, enfim, né? Então, é diferente de mim, que eu optei por ficar aqui e resistindo até hoje aqui na comunidade. (Mario, liderança do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Quando eu montei o meu time de futebol, eu montei porque um dia eu estava na minha casa, na varanda da minha casa, um dia de domingo, e eu vi que a galera estava todos fora de casa, jogando futebol, jogando... Ah, gente, devia ter um time de futebol aqui, devia ter alguém para ajudar a gente, né? E eu vi aquilo lá e eu falei, meu Deus do céu, e eu estou aqui, as crianças estão lá, porque eles jogam futebol, o campinho ali parado. Ah, mas já... Já fui lá, já reuni com eles, ah, eu vou montar o time pra vocês aqui. Aí eu fui lá no outro dia, já fui no Mercado Livre, já comprei os coletes pra eles, comprei a bola, comprei. E aí já montei o primeiro treino. Nossa, aí, cara, então todo final de semana eles têm uma ocupação ali, futebol, né? Mas, assim, é difícil. Ainda bem que tem os pais que ajudam. Eu falo com os pais, ah, a gente precisa comprar um uniforme para a garotada, mas a gente faz um bingo, a gente faz a rifa, e a gente consegue, vai lá e faz o uniforme. Já fizemos dois uniformes para eles. E é assim, né? Dessa maneira. Então, trabalhando com esse pensamento, porque eles vão crescer... Melhor eles estarem no futebol, jogando futebol, do

que eles estarem na rua, sem fazer nada. Isso não é legal. Não só aqui, mas no geral. (Mario, liderança do Quilombo do Sertão de Itamambuca em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Mario e as demais lideranças falam sobre o imenso desafio de engajar os jovens na comunidade. Eles observam que muitos jovens optam por deixar o quilombo em busca de novas experiências e oportunidades que parecem mais modernas e interessantes em um futuro imerso na lógica do capital. Para combater essa tendência, Mario apostou na iniciativa de criar um time de futebol. Ele compreende que proporcionando uma atividade que ocupe e motive os jovens a ficar no território, faz com que eles desenvolvam um cotidiano em que se estabeleça relações comunitárias e criação de boas memórias. Isso pode levar os jovens a fortalecer os laços comunitários. Também há o envolvimento dos pais em atividades de apoio, como a organização de bingos e rifas para financiar os uniformes do time. Mario ilustra um esforço coordenado para revitalização da vida comunitária através da oferta de atividades recreativas.

Tem criança aqui que se você falar que é quilombola, ela briga com você. Você é quilombola, ela vai brigar com você. Não só aqui. Como a Dona Laura falou que na Fazenda existe, como ele falou que na Caçandoca que existe, a Adriana comentou que na Itamambuca também existe isso, então... A gente tem que começar. Se a gente não ter, a gente vai ter jovens pra defender o nosso território? (Leila, liderança do Quilombo do Camburi em entrevista à autora em dezembro de 2024)

Existe uma falta de reconhecimento e aceitação da identidade quilombola entre os jovens. Este é um tema recorrente nas falas das lideranças. Antes mesmo de eu perguntar sobre este tema específico, as narrativas abordaram este tema com preocupação. Não é um desafio exclusivo do Camburi, mas sim, um desafio compartilhado por outras comunidades, conforme mencionado pelas demais lideranças em seus depoimentos.

Algumas crianças reagem de forma negativa quando identificadas como quilombolas. Isso indica uma crise de identidade cultural entre crianças e os jovens. Essa resistência à identidade quilombola pode ser atribuída a diversas causas, tais como: estigmatização social, falta de educação diferenciada e a influência dominante de valores externos. Essa influência externa comumente não reconhece e valoriza as raízes quilombolas. Sem uma identificação de sua herança cultural, os jovens não se sentem motivados a defender seus territórios e direitos. É necessária uma séria construção pedagógica para modificar este quadro.

Dentre algumas possibilidades para a criação dessa construção pode-se citar a criação de espaços de diálogo e atividades que celebrem a história e os valores quilombolas. Isso pode

ajudar a reverter essa tendência de negação da identidade, algo triste e grave. A educação diferenciada e o fortalecimento de estratégias para o engajamento cultural local, como eventos e festivais locais, são ferramentas possíveis para cultivar uma nova geração de quilombolas conscientes e orgulhosos de suas raízes.

Sim, precisa da formação, porque quando a gente começou a recuperar o território, um dos nossos problemas de ocupação era a criança, tinha muito pouca criança. E hoje em dia, graças a Deus, tem uma quantidade boa de criança, porque precisa ter um novo. O novo sempre vem. Então, chega uma hora que você tem que se resguardar, porque a idade chega pra todo mundo. E alguém tem que assumir essa bandeira de luta. Chega uma hora que você não vê o que precisa ver, porque são outros olhares. Assim, porque o meu padrinho e a minha mãe tinham um olhar de luta que é bem diferente do meu. E quando é esse choque de geração, é comum. Assim, meu padrinho, minha mãe, principalmente o meu padrinho, ele não entendeu bem isso, né? Aí ficam muitas mágoas, achando, pô, fiz tanto pra fulano, fulano me respeitou, assim. Fica algumas mágoas, algumas cruces, né? Embora a gente se goste muito. A gente nota que fica mal com esse choque de geração. Esse choque de geração também vai acontecer comigo. Porque tem uma molecada nova aí que vai no território com outros olhares. Um cara não vai entrar no mato e fazer uma picada. Ele vai jogar um drone pra cima e vai embora. Hoje em dia a gente tem dois garotos que fazem produções de filmes. E a comunidade não entende que isso também faz parte dessa pluralidade, desse novo que chega. Então, (existe) esse choque de gerações, e que a maioria não está preparada para isso. (Jurandir, liderança do Quilombo da Caçandoca em dezembro de 2024).

Você tem que fazer um alicerce bom para ter continuidade. E quem dá esses alicerces são os mestres crioulos, com suas histórias, com suas vivências. E passando para as crianças, que são o nosso futuro. Eu sou mais uma tentando fazer a melhoria da minha comunidade. Eu quero que meus filhos cresçam dentro do território, que se não quiserem se formar, que não se formem, mas sejam pessoas dignas, pessoas respeitáveis. Que olhem e vejam o território deles. Que não sejam indiferentes às outras pessoas dentro do seu território. Construa nessa, que aconteça essa reconstrução. Uma comunidade onde não tenha tanto preconceito da sua origem, que as pessoas se reconheçam como quilombola, que lutem por essa diretriz, que as pessoas respeitem o espaço, sabe? Cada um pode ter sua individualidade, mas nunca esquecer quem somos, de onde viemos, né? Estruturalmente, a gente vai conseguir. Mas há muito mais além do que isso, é se reconhecer quem somos. Não somos latifundiários, somos quilombolas. Temos toda uma história a ser resgatada. Tudo é educação. Não tem outro caminho a não ser através da educação. Juro, tô tentando visualizar aqui, eu não tô conseguindo. Não tem. Tudo vem pela educação. Ela é transformadora na vida de qualquer pessoa. Ela é transformadora. Por mais que vá de vez, ah, eu já estudei, já sei... A gente não sabe. Todo dia aprendendo todo dia sabe para mim mesmo por exemplo a educação hoje está fazendo a universidade é me reconectar comigo mesma eu preciso, tava precisando disso porque eu tava precisando de eu também sentir. (Isabel, liderança do Quilombo da Caçandoca em entrevista à autora em dezembro de 2024).

É muito bonita a perspectiva que Isabel compartilha sobre a educação como um meio de reconectar-se com suas raízes e identidade. A liderança enxerga a educação como uma ferramenta transformadora! Traz informação, inspira e fortalece a identidade local. Segundo ela, a educação forma a base fundamental para a transformação e a continuidade cultural. As crianças e jovens precisam crescer com um senso de identidade e dignidade, para além da luta por infraestrutura e reconhecimento territorial. Com a ajuda das histórias locais e dos griôs, os jovens podem se reconhecer e se orgulhar de sua herança ancestral.

Jurandir reflete sobre o choque de gerações que ocorre à medida que novas tecnologias e perspectivas são introduzidas na comunidade. Para ele este movimento é algo inevitável e positivo. Embora as gerações anteriores tenham lutado por direitos territoriais com métodos tradicionais, assim como ele, os jovens de hoje podem adotar novas abordagens. Jurandir reconhece que a formação de futuras lideranças, além de assegurar a continuidade da luta quilombola, pluraliza ideias e tecnologias.

## 6 CONCLUSÃO: A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA E O FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO ATRAVÉS DAS PRÁTICAS DE AUTOGESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A comunidade, para Tönnies (1995), desenvolveu-se a partir de três diferentes instâncias: o parentesco, a vizinhança e a amizade. Pode-se falar de comunidade de sangue, de lugar e de espírito e também notar que, mesmo nomeadas como sendo diferentes comunidades, são encontradas em conjunto e fortemente ligadas. A comunidade de sangue acha-se regularmente ligada às relações e participações comuns, quer dizer, à posse comum dos próprios seres humanos. Na comunidade de lugar, as relações vinculam-se ao solo e à terra; e, na comunidade de espírito, os elos comuns com os lugares sagrados e com as divindades honradas. As três espécies de comunidades estão estreitamente ligadas entre si no espaço e no tempo, e, em consequência, em cada um de seus fenômenos particulares (Mocellin, 2011, p. 110).

A comunidade de sangue é caracterizada por laços familiares, enquanto a de lugar encontra suas bases na conexão com a terra e o território, evidenciada pela íntima e simbólica relação com a terra; é percebida como um recurso físico e também como uma extensão da identidade coletiva. As ligações simbólicas e espirituais de ordem subjetiva relacionadas às crenças e lugares compartilhados dão origem à comunidade de espírito. Nos quilombos de Ubatuba existe uma integração multifacetada entre estas três formas de comunidade, conforme descritas por Tönnies (1995); a inter-relação entre as três formas de expressão comunitária fortalece a continuidade das tradições locais junto à terra e território, em como estes constroem e são construídos.

A presente tese pretendeu demonstrar que o planejamento estatal, com seus mecanismos regulatórios e políticas públicas, atravessa de forma histórica e contínua a vida das comunidades tradicionais do litoral norte do estado de São Paulo. Esta influência afeta práticas culturais, modos de subsistência e laços comunitários. Apesar das incessantes pressões externas, como a implantação de múltiplos projetos de infraestrutura, unidades de conservação ou promulgação de leis, essas comunidades demonstram resistência e adaptação admiráveis.

A manifestação da resistência é vivenciada por meio da reafirmação de identidades culturais e do fortalecimento de redes solidárias internas e externas. As práticas sustentáveis, transmitidas ao longo de gerações, tentam preservar o território e parte de sua estrutura social frente às mudanças impostas. Essas práticas, que nomeio como **epistemologias experienciais** são conhecimentos e saberes que advém dos acontecimentos históricos e cotidianos.

Atualmente, mobilizações políticas e a presença em espaços institucionais ajudam as comunidades tradicionais a articular suas demandas por reconhecimento de direitos territoriais e culturais, desafiando a tentativa de dispersão e desarticulação promovida por planejamentos externos. O estado e o capital em suas tentativas de homogeneização e assimilação demandam que as comunidades tradicionais se organizem e se posicionem politicamente para manter sua integridade frente aos desafios contemporâneos.

Esse é um movimento admirável que está acontecendo nas comunidades tradicionais desta região do estado de São Paulo. Eu espero ter conseguido expor e colaborar de alguma forma para esta luta histórica e intermitente, a despeito dos desafios enfrentados. Espero que as comunidades estudadas encontrem os caminhos para a superação das injustiças históricas; que possamos ver as atuais adversidades serem de fato mitigadas e transformadas.

Com a alegria e a ciência de saber que este trabalho representa um recorte em meio a tantas contradições e diversidades, finalizo citando a Teia dos Povos<sup>54</sup>, que possui um discurso alinhado às características da luta presente nos quilombos e comunidades tradicionais de Ubatuba/SP e também ao movimento nacional da retomada dos povos tradicionais e desenvolvimento dos seus territórios, em seus termos.

A Teia dos Povos é uma rede que unifica e ao mesmo tempo respeita a diversidade de muitos nichos que de alguma forma se relacionam com a luta. Povos tradicionais, quilombolas, indígenas, comunidades periféricas, trabalhadores rurais e urbanos comprometidos com a causa são importantes grupos que fazem parte de uma estrutura viva e atuante.

Os modelos de opressão colonial, patriarcal e capitalista encontram no movimento uma resistência permeada de saberes e articulações que se reinventam de modo criativo e constante. A construção de alternativas sustentáveis e autônomas, como a implementação de práticas agroecológicas, a defesa de territórios ancestrais e a promoção de justiça social e ambiental são metas tangíveis. O reforço das identidades sociais e culturais e a valorização das diferenças, promove a unidade e a colaboração entre diferentes grupos. Isso gera um avanço na transformação estrutural e sistêmica. No livro “Por Terra e Território: Caminhos da Revolução dos Povos no Brasil” (2021), a liderança Mestre Joelson Ferreira em parceria com Erahsto Felício<sup>55</sup> explicam passo a passo como universalizar lutas específicas em suas interseções:

---

<sup>54</sup> [Teia dos Povos – Articulação de povos, organizações políticas, territórios e comunidades em luta por Terra e Território](#), disponível em 06 de fevereiro de 2025.

<sup>55</sup> Mestre Joelson Ferreira tem três décadas de luta por terra, foi dirigente nacional do MST e é o idealizador da transição agroecológica que transformou seu assentamento numa referência no país. Erahsto Felício é educador no ensino básico no interior da Bahia, mestre em história e atua na divisão de comunicação da Teia dos Povos. Idealizador da Teia dos Povos, Joelson Ferreira de Oliveira é: “um homem preto, pai, avô, agricultor, mestre de saberes tradicionais, doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),

Ir contra aquilo que nos é imposto é revolucionário, pois a subserviência, a mansidão diante das ameaças aos nossos direitos e a nossa vida, o conformismo e a assimilação cultural são amarras coloniais que sempre nos quiseram impor ao longo dos séculos. Quando nos colocamos em oposição a isso, é subversão e autonomia que estamos praticando. Nossa jornada, nossa grande luta, é contra o racismo, o capitalismo e o patriarcado. Todos os nossos caminhos, elencados aqui, são para que triunfemos na derrota da branquitude colonial, das classes dominantes e da subjugação das mulheres pelos homens. Para isso, permita-nos explicar a diferença entre jornada e caminhada. O que chamamos de jornada é o devir mais amplo, o grande projeto, o objetivo mais amplo. As caminhadas são as etapas necessárias para percorrer essa jornada. Há ainda os passos, que são as tarefas necessárias para lograr êxito em cada caminhada. A jornada é o esforço de manter em nosso horizonte que tudo que fazemos, fazemos para que triunfem os povos e se libertem das amarras raciais, do capital e do gênero. Então, isso é o que chamariamos de “estratégico” anos atrás. Mas falamos jornada para que as pessoas entendam que, mesmo quando estamos fazendo um mutirão para dar a manutenção numa agrofloresta, estamos lutando contra o capitalismo e o faremos de modo a avançarmos no combate ao racismo e ao machismo. Então, é isso: não se pode perder a dimensão de que há uma grande luta, uma revolução que trilhamos num ritmo muito próprio de nossos povos. Quando falamos em caminhada, estamos falando em uma etapa da jornada. Não é possível guerrear sem armas, como também é impossível viver no chão sem água. Para que a jornada triunfe, precisaremos construir caminhadas que estabeleçam as estruturas e os pilares de nossa nova morada, da grande luta que é a própria jornada. Assim, para que exista a jornada, precisamos produzir muito alimento, vencer a fome, pois, no último século, a fome tem sido a condição de chantagem neste país para que os povos não enfrentem seus algozes. Desse modo, construir soberania alimentar é uma caminhada, sem a qual nossa jornada poderá ficar comprometida; sem a qual todo projeto emancipatório pode ser assediado pelos poderes para se desmobilizar. Além desta, existem muitas outras caminhadas para que construamos a jornada. Acreditamos que, para ter êxito em nossa jornada, será necessário caminhar fazendo alianças, construindo soberanias (alimentar, energética, pedagógica...), fomentando a liderança das mulheres, comunicando etc. Por isso, são muitas as caminhadas. Cada caminhada apruma o rumo dentro da jornada, conta com passos que são as tarefas a cumprir na curta duração, na pequena temporalidade. Então, vejam, se lhes falamos que soberania alimentar rompe com a chantagem da fome e nos torna mais altivos e fortes na luta contra o capitalismo, há que se cumprirem alguns passos, como fazer um banco de sementes, organizar a produção de existência, criar sistemas agroflorestais, construir reservas de alimento para a luta etc. São passos dentro da caminhada. É assim que pensamos, então (p.31).

É ali, na ação concreta no bairro, na horta comunitária, no trabalho com os irmãos no cárcere, na escola criada para meninas pretas e meninos pretos se fortalecerem no enfrentamento ao racismo; é ali que você, de fato, faz o combate racial (p.32).

---

liderança do Assentamento Terra Vista (MST)”. Além de ter sido da diretoria nacional do MST, atuou na formação do PT (Partido dos Trabalhadores) e da CUT (Central Única dos Trabalhadores) nos anos 1980. O que Joelson desenvolveu ao longo dos anos como programa da Teia passou da oralidade para a escrita com a colaboração de Erahsto Felício de Sousa. Professor da educação básica e mestre em história pela Universidade Federal da Bahia, Erahsto é da Divisão de Comunicação da Teia dos Povos (Ver site da nota de rodapé anterior).

Sem entender isso, é difícil avançar, pois ficaremos na radicalidade de boca. Serão horas e horas jogadas ao vento, porque as palavras são jogadas ao vento se não há ação. É isso que colegas marxistas chamam de práxis. Estas palavras jogadas fora nos atrapalham. Muitas vezes, as pessoas que se apaixonam por essas palavras se frustram ao conhecer a (ausência de) prática desses faladores e, com isso, acreditam que as ideias são ruins, falsas. Então, não queremos radicalidade de boca, queremos uma radicalidade poderosa, vinda da terra, com raízes verdadeiras em nossos povos, com disposição para o combate. E, para isso, não há dúvida, é preciso organização (p.33).

Isto significa, por outro lado, que precisamos aprofundar nossos conhecimentos nas diferenças que existem dentro de nossa Grande Aliança Preta, Indígena e Popular. A sedução da simplificação pode levar muitas pessoas a quererem colocar a todos nós numa chave interpretativa de classe. Compreendemos, mas existem razões para não estarmos falando de classe apenas. Ao longo do século XX, a identidade de classe carregada pelos partidos de esquerda tentou dar conta das nossas diferenças criando uma homogeneização enquanto diziam estar produzindo hegemonia na classe. Ou, em outras palavras, dizendo que estavam no processo de organização e inspiração dos povos, mas estavam também tomando-os com a mesma régua, com a mesma forma, tentando encaixá-los em um espaço onde eles não cabiam. Assim, muitas organizações de esquerda puderam ser racistas e desrespeitosas com a espiritualidade dos povos, por exemplo. Nós, por outro lado, entendemos que é fundamental ter conhecimento qualitativo sobre nossas diferenças, pois entendemos que essa grande aliança é heterogênea e não possui qualquer razão para se tornar uma identidade monolítica. Nós queremos unidade na ação, na prática, na construção da superação de nossos inimigos, não na estética, na forma de nos organizar, de falar, de vestir. Aprofundar o conhecimento sobre nossas diferenças ajudará a nos respeitarmos mais e a agir melhor (p.39)

Fica evidente que as comunidades quilombolas de Ubatuba/SP no campo do planejamento urbano e regional lidam com um jogo de forças, muitas vezes antagônicas: de um lado a resistência e autogestão territorial e de outro as determinações e diretrizes do planejamento estatal e neoliberal. As comunidades quilombolas são a personificação de uma resistência contra as imposições “coloniais”. A assimilação e reafirmação cultural, por meio de práticas cotidianas, formam espaços naturalmente engajados, educativos e de pertencimento.

Essa ação e esforço coletivo exemplifica, como proclamado pelas citações acima, uma radicalidade que não se encontra nas abstrações teóricas, mas em **práticas locais fortalecidas por redes e alianças estratégicas**. Ações comunitárias para o fortalecimento da soberania alimentar e o turismo de base comunitária, por exemplo, redefinam seus territórios não como lugares de habitação, mas como terrenos férteis para implementação de novos modos de organização e desenvolvimento econômico pautados em bases contra-hegemônicas. Ou então, utilizam das práticas do capital, mas o fazem em outros termos, outras narrativas, para outras finalidades.

As experiências das comunidades tradicionais requerem uma abordagem de planejamento que priorize o respeito às dinâmicas sociais e às narrativas plurais dessas populações. Desse modo, a estruturação de políticas públicas deve reconhecer e incorporar a diversidade cultural e histórica, com o objetivo de fortalecer a autonomia intrínseca a essas comunidades que são verdadeiros patrimônios brasileiros a serem não só respeitados, mas amplamente valorizados.

## REFERÊNCIAS

ACHADOS E PEDIDOS. **Direito à terra quilombola em risco**: reconhecimento de territórios tem baixa histórica no governo Bolsonaro. São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; Transparência Brasil; Fiquem Sabendo, 2021. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/relatorio-mostra-que-governo-bolsonaro-desacelerou-a-regularizacao-fundiaria-de-territorios-quilombolas>. Acesso em: 10 jan. 2024

ACSERALD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. Calhambolas, quilombolas e mocambeiros: a força mobilizadora da identidade e a consciência da necessidade. **Revista Eletrônica Afros e Amazônicos**, v. 2, n 1, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 9, 31 maio 2004. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102>.

ALVARENGA, D. D. N.; RESCHILIAN, P. R.; ROSEMBACK, R. G. Local de moradia e vulnerabilidade social na região metropolitana do Vale do Paraíba e litoral norte e em São José dos Campos, SP. **Oculum Ensaios**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 149–169, 3 abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v15e2018a3928>. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/3928>.

ARRUDA. Antonio Carlos Diegues; RINALDO, S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

ARRUTI, José Maurício. “Quilombos”. In: PINHO, Osmundo (org), **Raça**: Perspectivas Antropológicas. Salvador: EDUFBA, ABA; Campinas: Unicamp, 2008.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: História e Antropologia do Processo de Formação Quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

ARRUTI, José Maurício. entre campo e cidade: quilombos, hibridismos conceituais e vetores de urbanização. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

BABAU. Retomada. In: CARNEVALLI, Felipe *et al* (org.). **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo: Piseagrama: Ubu, 2023. p. 33.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.11, p. 89-117, 2013.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas; FORMAGIO, Cessimar de Campos; BARBOSA, Rebeca Veiga. Áreas protegidas, uso e ocupação do solo, qualidade de vida e turismo no litoral norte paulista: algumas reflexões sobre o município de Ubatuba. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/439>.

BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 10, n. 2 p. 469-488, maio-ago. 2015.

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BECKER, Howard S. **Evidências: Sobre o bom uso de dados em ciências sociais**; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BIRMAN, Patrícia. “Memória, Política e Gestão Religiosa do Espaço: análise da comunidade de Provetá, na Ilha Grande”. In: ALMEIDA, Ronaldo (org.) **Religião e Cidades**: São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo: CEBRAP, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 9, n. 18, p. 1-23, jun. 2014. DOI: 10.14393/RCT91827067.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 maio 2016.

BRASIL. Decreto nº 3.912, de 10 de Setembro de 2001. Presidência da República Brasília DF, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/IBAMA/DIREC. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina**: encarte n. 5. Brasília: FEC/UNICAMP, 2002.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 nov. 2003.

BRASIL. Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 3.239-9 de 2004 em face do Decreto nº 4887/2003. Brasília, DF, 2004. Disponível em:  
<http://www.cpisp.org.br/acoes/upload/arquivos/Parecer%20%20ProcuradorGeral%20da%20Rep%C3%BAblica.pdf>.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2007a.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007. Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 nov. 2007.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; dispõe sobre a proteção e defesa dos direitos étnico-raciais; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. Convenção nº 169. Brasília: OIT, 2011. V.1. Disponível em:  
<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3764>.

BRASIL. Comissão Pró-índio. Terras Quilombolas Balanço 2011. São Paulo. Disponível em:  
[http://www.cpisp.org.br/terras/html/download\\_baixar.aspx?Arquivo=AF\\_cartilha\\_21x21\\_v1\\_2\\_011112515532.pdf](http://www.cpisp.org.br/terras/html/download_baixar.aspx?Arquivo=AF_cartilha_21x21_v1_2_011112515532.pdf).

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Instrução Normativa Nº 57. Disponível em:  
<http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/243-instrucaonormativa-n-57-20102009>.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CAMPOS, R.; DAHER, A.. A antropologia da natureza de Philippe Descola. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 14, n. 27, p. 495–517, jul. 2013.

CAMPOS, Fábio Luís. Urbanização turística e conservação ambiental: o Litoral Norte de São Paulo sob a ótica da divisão territorial do trabalho. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 14, n. 2, p. 391-409, 2024.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. *In*: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente**. Belém: Cejup, 1997, p. 263-283.

CASTRO, Edna. Territórios em disputa na Amazônia: políticas de desenvolvimento e populações tradicionais. *In*: **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2020.

CARNEVALLI, Felipe (Org.) **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

CHOE, Winny. Com a palavra os Mestres Griôs. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1–113, 2010

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade atnográfica”. *In*: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1998.

CONSORTE, Josildeth Gomes. Os estudos de comunidade no Brasil: uma viagem no tempo. *In*: FALEIROS, Maria Isabel. (Org.). **Humanismo e compromisso**: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. p. 51-68

COSTA, José Pedro Oliveira. **Áreas Protegidas Brasileiras**: Dinâmica de um Processo Histórico Recente. 2009. Relatório Técnico de Pesquisa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, São Paulo, 2009.

CUNHA, M. M. L. C. da. **Cultura com aspas**: e outros ensaios. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S.A. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. São Paulo: Emplasa, 2012.

ESCOBAR, Arturo. **Sentirpensar con la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FAVARETO, A.; DEPONTI, Cidonea Machado; FREITAS, Tanise Dias [Orgs.]. **Três décadas de planejamento em áreas rurais**: balanços e perspectivas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 405p.

FELÍCIO, Júlia Dedini; SILVA, Lara Ramos Monteiro; FANTIN, Marcel. Políticas públicas de saneamento e saúde em comunidades tradicionais: o caso de Cambury, Ubatuba (SP). *In*: SIMPÓSIO REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 8., 2018. **Anais..** Araraquara: UNIARA. Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural - NUPEDOR, 2018. Disponível em: [https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2018/1B/2\\_Julia\\_Felicio.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/1B/2_Julia_Felicio.pdf). Acesso em: 17 fev. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. **NERA**, mar 2008. Disponível em: [www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/marco2008.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/marco2008.pdf).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Revista campo-território**, v. 9, n. 17, p. 111-135, 2014.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. **Por terra e território** : caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (doutorado em desenvolvimento econômico, espaço e meio ambiente) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FLORES GALINDO, Alberto. **La agonía de Mariátegui. la polémica con la Komintera**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, Bianca; NAME, Leo. Epistemologia da laje. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 31, n. 1, p. 153-172, 2019.

GIUMBELLI, Emerson. “Os Azande e nós: experimento de antropologia simétrica”, **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 261-97, jul.-dez. 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Cilene; RESCHILIAN, Paulo Romano; UEHARA, Agnes. Perspectivas do planejamento regional do Vale do Paraíba e litoral norte: marcos históricos e a institucionalização da região metropolitana no Plano de Ação da Macrometrópole Paulista urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.10, n. 1, p. 154-171, 2018.

GOMES, Jones da Silva. **Comunidade e eticidade**: uma contribuição à aventura sociológica no pensamento de Martin Buber. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais na gestão do intelectual Anísio Teixeira: da consolidação ao declínio institucional (1955-1964). **Periferia: Educação, Cultura & Comunicação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 140-160, jan./jun. 2015.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**: revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, n.16, p.109-120, 1985.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niteroi: EdUFF, 1997

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de

São Paulo. Disponível em: <https://catedrataller.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/haesbaert-r-compilacic3b3n-de-textos.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”. Buenos Aires; Niterói: Clacso; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARVEY, D. Neoliberalism as Creative Destruction. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, [S.l.], v. 610, n. 1, p. 21–44, mar. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002716206296780>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002716206296780>.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo, SP: Loyola, 2004

HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. *In*: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

HESPANHOL, R.M.A. Do Campo e Cidade, rural e urbano no Brasil Contemporâneo. **Mescator**, v. 12, n. 2, p.103-112, 2003.

HURTADO, Lina Maria; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Resistir e Re-existir. **GEOgraphia**, v. 24, n. 53, 22 nov. 2022.

INGOLD, Tim. **Antropologia**: Para que serve? Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009. Estabelece procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 out. 2009.

ITANI, Marcia; ZUQUIM, Maria de Lourdes. Zoneamento Ecológico-Econômico e territorialidades: um estudo de caso no Litoral Norte paulista. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 49, 2021.

JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; SMITH, D. M. **The dictionary of human geography**. 2th. ed. Oxford: Blackwell, 1994.

KIDOIALE, Makota. As plantas, nossos ancestrais. *In*: CARNEVALLI, Felipe *et al.* **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo: Piseagrama: Ubu, 2023. p. 90.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidade**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LE PRESTRE, P. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: Senac, 2000.

LEAL, M. C. **Movimentos New Age e a Espiritualidade da Nova Era no Contexto Digital**: Estudo de Caso do “Movimento Natural Vibe”. 2019. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2019.

LEFEBVRE, H. **Le Retour de la Dialectique**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

LEITE, M C F; GASALLA, M A. A percepção dos pescadores artesanais sobre o estado atual dos estoques: um estudo do conhecimento ecológico dos canoeiros de Ubatuba SP). 2010, **Anais...** Itanhaém: SNO, 2010.

LIMONAD, E. A natureza da questão ambiental contemporânea: subsídios para um debate. **Geografias**. v. 3 n. 1, pp. 7-23, 2007.

LIFSCHITZ, J. **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 11, n. 1, p. 35-43, 1999.

MACHADO, G.; SAQUET, M. A. Espaço, território, paisagem: em busca de uma ligação conceitual. **Varia Scientia**, v. 10, n. 17, p. 119-135, 2011.

MAGNANI, J.G. **O Brasil da Nova Era**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênises, características e políticas. *In*: BARTHOLO, R; BURSZTYN I; SANSOLO, D. G. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARCHETTI, F. F. **Alternativas de subsistência da comunidade Caiçara/Quilombola do sertão da fazenda, no núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, Ubatuba-SP**. 2009. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado e licenciatura - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara**: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Edições Paulinas: CEDHAL, 1996.

MARIA, Jéssica Marson. **Região e regionalização**: estudo da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARRA, Natália Cristina. Identidades culturais e a sustentabilidade na criação de parques ambientais. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 349-367, jul./dez. 2011.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, Julia Teixeira. **A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ)**: uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Nhandereko. 139f. 2020. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2020.

MARX, Karl. **O capital**: edição condensada. Edipro, 2019.

MATTA, Roberto. **Relativizando**: Uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

MENDES, Iandara Alves; PEREIRA, Sandra. Impactos ambientais vinculados à urbanização: o caso de Ubatuba-SP. **Geografia**, v. 29, n. 2, p. 281-293, 2004.

MENDONÇA, M. D. **Festas e visitação religiosa em uma comunidade evangélica da Ilha Grande**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; MORAES, Edilaine Albertino; CATARCIONE, Fernanda Lima da Costa. Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 232-248, 2016.

MIGNOLO, W. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF -Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOCELLIN, Alan. “A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea”. In **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.105-125, 2011.

MORAES, A.C.R. **Geografia**: pequena história crítica, 20 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

NASCIMENTO, E. L. **Pan-Africanismo e Sul-América: Emergência de uma Rebelião Negra**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, E. P. Nascimento, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, p. 83-100, 2001.

NEGREIROS, Fabiano Almeida. **Uma análise do papel de líderes comunitários, a partir de seus discursos, em face da desmobilização política de suas comunidades**. 2019. (Dissertação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidade no Brasil. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 17, n. 50, p. 125-135, 2018.

OLIVEIRA, W. **Ubatuba Documentário**. Ubatuba: Editora do Escritor, 1977.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Joelson Ferreira de. Lutar pela nossa terra. In: CARNEVALLI, Felipe *et al.* (org.). **Terra: antologia afro-indígena**. São Paulo: Piseagrama: Ubu, 2023. p. 61.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_236247/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm). Acesso em: 16 de janeiro de 2025.

PAULA, Luís Roberto. **Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Camburi** — Município de Ubatuba/SP. São Paulo: ITESP — Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", abril de 2002.

PAULA, Cristiano Quaresma. A expropriação da terra das comunidades tradicionais de pescadores artesanais. **Revista del CESLA**, n. 23, p. 255-279, 2019.

PEREIRA, Marília de Azevedo. **Preservar e Resistir: Natureza e Cultura em Comunidades Tradicionais situadas em Ubatuba-SP**. 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, 2021.

PIGG, Kenneth. Community leadership and community theory: a practical synthesis. **Journal of the Community Development Society**, p. 196-212, 09, dez 2009.

PIQUET, R. P. da S.; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, ideias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, v. 10, n. 1, 2008.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PROJETO POVOS: Território, identidade e tradição. Territórios do Sul de Ubatuba. Rio de Janeiro : Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 227-278.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do departamento de geografia**, v. 2, p. 93-101, 1983.

RIBEIRO, Darcy. O programa de pesquisas em cidades-laboratório. **Educação e Ciências Sociais**, v. 3, n. 9, p. 13-30, 1958.

RIBEIRO, Thaiana Bossi Oliveira. “**Invisibilidade das Comunidades tradicionais**: análise sobre a aplicação da consulta prévia, livre e informada na revisão do Plano Diretor e Lei de Zoneamento da cidade de São Luís/MA. 2017. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2017.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, 1999.

SANSOLO, Davis Gruber; FERNANDEZ, Leandro Rodrigues Gonzales; MASSARUTTO, Rosemeire Calixto. Turismo comunitário em pequenos núcleos habitacionais no Mosaico Bocaina. *In*: **Encontro Nacional da Anppas**, 4., 2008. Brasília. **Anais...**, Brasília, 2008.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária – potencialidade no espaço rural brasileiro. *In*: BARTHOLO, R; BURSZTYN I; SANSOLO, D. G. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, Clayton Galdino Rosendo dos. **Planejamento Urbano e Regional**: trajetórias do Quilombo da Caçandoca em Ubatuba, SP. São José dos Campos, 2021. 326 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba,

Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, São José dos Campos, 2021.

SANTOS, A. B. **A terra que dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília, DF: INCTI - UnB, 2015.

SANTOS, A. B. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. São Paulo: Novos estudos CEBRAP, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Geosp**, São Paulo, v. 32, p. 89-109, 2012.

SCHMITT, Alessandra. **Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo da Caçandoca, Município de Ubatuba/São Paulo**. São Paulo: ITESP junho de 2000.

SCHIMIT, João Pedro; FONTANA, Eliana. Comunidades e Planejamento Urbano. **Revista Quaestio Iuris**, v. 10, p. 635-652, 2017.

SIMÕES, Eliane. **O dilema das decisões sobre populações humanas em parques: jogo compartilhado entre técnicos e residentes no Núcleo Picinguaba**. 2010. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SILVA, Lara Ramos Monteiro; FANTIN, Marcel. Representações cartográficas no município de Ubatuba (SP): da invisibilidade à valorização das práticas e saberes dos povos e comunidades tradicionais. 2018, **Anais.. Araraquara: UNIARA. Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural - NUPEDOR**, 2018.

SILVA, Luis F. M. **Ilusão concreta, utopia possível: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul)**. 2013. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, F. P. **Em busca da comunidade: caminhos do pensamento crítico no Sul global**. São Paulo: Elefante, 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, S. C. Brandão, A. A. P. Política de Titulação de Terras Quilombolas. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015. **Anais...**, São Luiz - Maranhão, 2015, p. 1-13.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico- ideais. *In*: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade: textos selecionados. *In*: MIRANDA, O. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da USP, 1995. p. 231-342.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VARGAS, F. *et al.* **Desenvolvimento Sustentável**: Introdução Histórica e Perspectivas Teóricas. *In*: Introdução às teorias do desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

YASSU, A. O galpão logístico e a financeirização urbana: da flexibilidade produtiva ao imobiliário. **Cadernos MetrÓpole**, v. 24, n. 53, p. 257-281, 2022.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones**: América Latina en movimiento. Lima: Programa Democracia y Transformación Global; Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2007.

ZIBECHI, R.: **Territórios em resistência**. Cartografia política das periferias latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

**ANEXOS A - LEIS E NORMAS SOBRE COMUNIDADES TRADICIONAIS  
REUNIDAS PELA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO**

**Leis e normas sobre comunidades tradicionais reunidas pela Comissão Pró-índio de São Paulo<sup>56</sup>:**

- Constituição Federal - Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias
- Constituição Federal de 1988 – Artigo 215
- Constituição Federal de 1988 – Artigo 216
- Decreto nº 12.171, de 9 de setembro de 2024
- Altera o Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
- Decreto nº 12.160, de 2 de setembro de 2024
- Altera o Decreto nº 11.203, de 21 de setembro de 2022, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Cultural Palmares, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
- Portaria MDA nº 32, de 8 de agosto de 2024 - Institui o Programa de Apoio ao Acesso à Terra e ao Território e à Proteção Socioterritorial de Povos e Comunidades Tradicionais - Território Tradicional.
- Portaria ICMBio nº 16, de 12 de janeiro de 2024 - Institui Comitê de Acompanhamento e Implementação do Programa Aquilomba Brasil para propor plano de ação para implementação da Política de Gestão Territorial e Ambiental

---

<sup>56</sup> [Comissão Pró-Índio de São Paulo | Com indígenas e quilombolas pela garantia de direitos desde 1979](#) disponível em 16 de janeiro de 2025.

Quilombola no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

- Decreto nº 11.786, de 20 de novembro de 2023 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu Comitê Gestor.
- Portaria Iphan nº 135, de 20 de novembro 2023 - Dispõe sobre a regulamentação do procedimento para a declaração do tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, conforme o previsto no art. 216, §5º da Constituição da República Federativa do Brasil, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan e cria o Livro Tombo de Documentos e Sítios Detentores de Reminiscências Históricas de Antigos Quilombos.
- Portaria de pessoal nº 415, de 29 de junho de 2023 - Constituir a Equipe Nacional de Licenciamento Ambiental Quilombola, para elaborar e desenvolver as atividades de licenciamento ambiental na Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ, apoiando em seu gerenciamento.
- Instrução Normativa Inbra nº 130, de 11 de maio de 2023 - Altera a Instrução Normativa nº 128, de 30 de agosto de 2022.
- Portaria FCP nº 75, de 5 de abril de 2023 - Revoga a Portaria nº 57, de 31 de março de 2022 que instituiu o Cadastro Geral de Remanescente dos Quilombos e estabeleceu os procedimentos para expedição da Certidão de autodefinição na Fundação Cultural Palmares; repristina a Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007, que instituiu o Cadastro Geral de Remanescente das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Pretos, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras

denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003 e institui Grupo de Trabalho.

- Decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023 - Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor.
- Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
- Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
- Decreto nº 11.346, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
- Decreto nº 11.338, de 1º de janeiro de 2023 - (Revogado pelo Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023) Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
- Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

- Portaria nº 2.541, de 28 de dezembro de 2022 - Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
- Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
- Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
- Decreto nº 11.203, de 21 de setembro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Cultural Palmares e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
- Instrução Normativa Incra nº 128, de 30 de agosto de 2022 - Define critérios e procedimentos administrativos e técnicos para a edição da Portaria de Reconhecimento e de decreto declaratório de interesse social, avaliação de imóveis incidentes em terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, e celebração de acordos administrativos ou judiciais.
- Portaria FCP nº 57, de 31 de março de 2022 - (Revogada pela Portaria FCP nº 75, de 5 de abril de 2023) Institui o Cadastro Geral de Remanescente dos Quilombos e estabelece os procedimentos para expedição da Certidão de autodefinição na Fundação Cultural Palmares - FCP.
- Instrução Normativa Incra nº 111, de 22 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas.

- Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021 - (Revogado pelo Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022) Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999 e o Decreto nº 6.010, de 3 de janeiro de 2007.
- Portaria nº 1.223, de 2 de julho de 2020 - (Revogada pela Portaria de pessoal nº 415, de 29 de junho de 2023) Criar a Equipe Nacional de Licenciamento Ambiental Quilombola, para elaborar e desenvolver as atividades de licenciamento ambiental na Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ, apoiando em seu gerenciamento.
- Resolução nº 32, de 11 de maio de 2020 - Altera a Portaria nº 70.389, de 17 de maio de 2017 e dá outras providências | Sobre segurança de barragens.
- Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 - (Revogado pelo Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021) Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
- Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020 - (Revogado pelo Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022) Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

- Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
- Portaria Conjunta nº 876, de 30 de abril de 2019 - Criar Grupo de Trabalho – GT com o escopo de apresentar propostas de transferência das ações de licenciamento ambiental de empreendimentos, obras e atividades que afetam ou possam afetar comunidades quilombolas e seus territórios, da Fundação Cultural Palmares – FCP para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.
- Resolução nº 3, de 13 de março de 2019 - Criar o Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos vinculado à Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.
- Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão, Funções Comissionadas do Poder Executivo e Funções Gratificadas, transforma cargos em comissão do grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.
- Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019 - Revogado | Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão e

funções de confiança e altera o Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008, que dispõe sobre a designação e atuação de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior.

- Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
- Instrução Normativa FCP nº 1, de 31 de outubro de 2018 - (Revogada pela Portaria FCP nº 118, de 31 de maio de 2021) Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem comunidades quilombolas.
- Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018 - Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.
- Portaria nº 306, de 18 de setembro 2018 - Aprova o Regimento Interno do Ministério dos Direitos Humanos
- Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018 - Disciplina a emissão de declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
- Portaria conjunta ICMBio/INCRA/FCP nº 1, de 0 de junho de 2018 - Cria Grupo de Trabalho Interinstitucional-GTI para aprimorar o intercâmbio de informações e elaborar fluxo de procedimentos no que tange as interfaces territoriais e a solução dos casos de sobreposição de interesses
- Portaria FCP nº 123, de 17 de abril de 2018 - Institui o Grupo de Trabalho com a finalidade de revisar a Instrução Normativa nº 01, de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

- Portaria Conjunta SPU/Incra nº 2, de 26 de fevereiro de 2018 - Instituir Grupo de Trabalho Conjunto - GTC com a finalidade de elaborar propostas de normativos e procedimentos visando à regulamentação da Portaria Interministerial nº 210, de 13 de junho de 2014, bem como, propor ações integradas para o aprimoramento do intercâmbio de informações no que se refere à regularização fundiária de territórios quilombolas.
- Portaria nº 49, de 31 de janeiro 2017 - Aprova o regimento Interno do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na forma do Anexo desta Portaria, e altera o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança
- Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.
- Lei nº 13.345, de 10 de outubro de 2016 - Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.
- Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016 - Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
- Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 - Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016.
- Portaria nº 298, de 21 de julho de 2016 - Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de propor diretrizes para elaboração do Plano Nacional de Gestão

Ambiental e Territorial Quilombola e propor ações para sua efetiva implementação.

- Portaria Conjunta n.º 1, de 29 de janeiro de 2016 - Criar Grupo de Trabalho Interinstitucional-GTI com escopo de elaborar propostas de normativos conjuntos e de procedimentos visando ações integradas e ao aprimoramento do intercâmbio de informações em temas de interesse comum das autarquias.
- Instrução Normativa FCP n.º 1, de 25 de março de 2015 - Revogada pela Instrução normativa FCP n.º 1, de 31 de outubro de 2018 - Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.
- Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015 - Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.
- Instrução Normativa n.º 2, de 18 de Dezembro de 2014 - Estabelece os procedimentos utilizados na destinação de imóveis da União para regularização fundiária de interesse social.
- Lei n.º 13.043, de 13 de novembro de 2014 - Isenção de Imposto Territorial sobre a Propriedade Rural (ITR) às terras quilombolas.
- Portaria n.º 397, de 24 de julho de 2014 - Instaura a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, com a finalidade de fortalecer a interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil.

- Portaria Interministerial n.º 210, de 13 de junho de 2014 - Delega ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, a competência para outorgar a beneficiários de projetos federais de assentamento de reforma agrária e a grupos remanescentes das comunidades dos quilombos a Concessão de Direito Real de Uso - CDRU ou a transferência do domínio pleno de terrenos rurais da União, contemplados nos incisos I, III, IV e VII do art. 20 da Constituição Federal, que estejam sob gestão exclusiva da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SPU/MP.
- Portaria n.º 90, de 31 de outubro de 2013 - Altera o inciso XIII, do art. 9º, da Portaria n.º 102, de 6 de dezembro de 2012
- Portaria Interministerial n.º 429, de 21 de Outubro de 2013 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI com a finalidade de elaborar proposta para a regulamentação ambiental em territórios quilombolas estabelecida na Lei n.º 12.651/2012.
- Portaria Normativa n.º 404, de 30 de agosto de 2013 - Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar e propor soluções para os casos de sobreposição entre Unidades de Conservação federal e Territórios Quilombolas, tratados no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, vinculada à Advocacia Geral da União - CCAF/AGU
- Lei n.º 12.854, de 26 de agosto de 2013 - Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica
- Portaria n.º 98, de 3 de abril de 2013 - Institui o Grupo de Trabalho Interministerial-GTI com a finalidade de elaborar proposta para a regularização ambiental em territórios quilombolas estabelecida na Lei n 12.651, de 25 de

maio de 2012, no que concerne ao Cadastro Ambiental Rural-CAR e para a instituição do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental para esses territórios.

- Portaria Interministerial n.º 9, de 19 de Fevereiro de 2013 - Altera a Portaria Portaria Interministerial Nº 35, de 27 de Janeiro de 2012, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de estudar, avaliar e apresentar proposta de regulamentação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, no que tange aos procedimentos de consulta prévia dos povos indígenas e tribais.
- Portaria Interministerial n.º 5, de 21 de novembro de 2012 - Associa e promove a articulação entre o "Selo Quilombos do Brasil", instituído pela Portaria Seppir/PR nº 22, de 14 de abril de 2010, e o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar - Sipaf, instituído pela Portaria MDA nº 7, de 13 de janeiro de 2010, e dá outras providências.
- Decreto n.º 7.775, de 4 de julho de 2012 - Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.
- Instrução Normativa do Incra n.º 73, de 17 de Maio de 2012 - Estabelece critérios e procedimentos para a indenização de benfeitorias de boa-fé erigidas em terra pública visando a desintrusão em território quilombola.
- Portaria n.º 114, de 3 de Abril de 2012 - Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Grupo de Trabalho-GT, para identificar conflitos territoriais que tenham relação com as Unidades de Conservação Federais e propor Plano de Ação para a resolução dos conflitos identificados

- Portaria Interministerial n.º 35, de 27 de Janeiro de 2012 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de estudar, avaliar e apresentar proposta de regulamentação da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, no que tange aos procedimentos de consulta prévia dos povos indígenas e tribais.
- Portaria Interministerial n.º 419, de 26 de outubro de 2011 - Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei n.º 11.516, de 28 de agosto de 2007.
- Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011 - Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n.ºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.
- Instrução Normativa do Incra n.º 63, de 11 de outubro de 2010 - Dispõe sobre o procedimento administrativo de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos Estados na faixa de fronteira.
- Decreto de 15 de Setembro de 2010 - Institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado - PPCerrado, altera o Decreto de 3 de julho de 2003, que institui Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para os fins que especifica.
- Decreto n.º 7.280, de 31 de agosto de 2010 - Altera o início da vigência do Decreto n.º 7.255, de 4 agosto de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

- Decreto n.º 7.255 de 04 de agosto de 2010 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Lei n.º 12.288 de 20 de julho de 2010 - Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n.ºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
- Norma de Execução Conjunta n.º 3, de 21 de junho de 2010 - (Revogada pela Instrução Normativa Incra nº 128, de 30 de agosto de 2022) Estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a edição de decreto declaratório de interesse social das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e para a desintração de ocupantes não quilombolas inseridos nos perímetros objeto do decreto, visando à regularização de territórios quilombolas.
- Lei n.º 12.212 de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nos 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e dá outras providências.
- Lei n.º 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.
- Instrução Normativa n.º 57, de 20 de outubro de 2009 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintração, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

- Instrução Normativa Incra n.º 56, de 7 de Outubro de 2009 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
- Lei n.º 11.952, de 25 de junho de 2009 - Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.
- Decreto n.º 6.872, de 4 de junho de 2009 - Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.
- Instrução Normativa Incra n.º 49, de 29 de Setembro de 2008 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003.
- Instrução Normativa STN n.º 1, de 02 de abril de 2008 - Altera dispositivo, que especifica, da Instrução Normativa n.º 1, de 15 de janeiro de 1997, disciplinadora da celebração de convênios de natureza financeira.

- Norma de Execução Incra n.º 69 de 12 de março de 2008 - Dispõe sobre a execução de projetos de assentamento. Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de reforma Agrária.
- Portaria MDS n.º 86 de 12 de março de 2008 - Publica o regimento interno da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- Portaria MDS n.º 76, de 06 de março de 2008 - Estabelece normas, critérios e procedimentos para a adesão dos Estados ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, e para o apoio à gestão estadual desses programas.
- Instrução Normativa STN n.º 09, de 21 de dezembro de 2007 - Altera dispositivo, que especifica, da Instrução Normativa n.º 1, de 15 de janeiro de 1997, disciplinadora da celebração de convênios de natureza financeira.
- Portaria FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007 - Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares para efeito do regulamento que dispõe o Decreto n.º 4.887/03.
- Decreto n.º 6.261, de 20 de novembro de 2007 - (Revogado pelo Decreto n.º 11.447, de 21 de março de 2023) Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.
- Ato Regimental da AGU de n.º 7, de 11 outubro de 2007 - Entre outras determinações, este ato regimental confere a atribuição ao Departamento de Patrimônio Público e Probidade Administrativa a atuação em ações desapropriatórias, possessórias, reivindicatórias de titulação de áreas de remanescentes de quilombos (art. 8º, inciso III, alínea c).

- Instrução Normativa Incra n.º 41, de 11 de junho de 2007 - Estabelece critérios e procedimentos administrativos referentes à alienação de terras públicas em áreas acima de 500 hectares, limitadas a 15 módulos fiscais, mediante concorrência pública.
- Portaria PGF n.º 144, de 19 de Março de 2007 - Cria o Conselho de Assessoramento Institucional da Procuradoria-Geral Federal.
- Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- Decreto n.º 5.999, de 26 de dezembro de 2006 - Dá nova redação ao art. 3º do Decreto n.º 5.811, de 21 de junho de 2006, que dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES.
- Decreto n.º 5.928, de 13 de outubro de 2006 - Dá nova redação aos arts. 8º, 11, 14, 15, 16 e 17 do Anexo I ao Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
- Medida Provisória n.º 292, de 26 de abril de 2006 - Altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei n.º 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências.
- Decreto n.º 5.758, de 13 de abril de 2006 - Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.

- Resolução FNDE n.º 09, de 28 de março de 2006 - Estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, no âmbito do Ensino Fundamental, em áreas remanescentes de quilombos, para o ano de 2006.
- Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA, e dá outras providências.
- Instrução Normativa Incra n.º 20, de 19 de setembro de 2005 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003.
- - Portaria n.º 267, de 13 de Abril de 2005 - Cria Subgrupo Executivo de Regularização Fundiária e Ambiental e de Moradia no âmbito do Grupo Executivo Interministerial.
- Decreto de 8 de novembro de 2004 - Altera o Decreto de 27 de agosto de 2004, que institui Grupo Executivo Interministerial para articular, viabilizar e acompanhar as ações necessárias ao desenvolvimento sustentável do Município de Alcântara, Maranhão.
- Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004 - Decreto que promulga a Convenção 169 no Brasil
- Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 - Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

- Instrução Normativa Incra n.º 16, de 24 de março de 2004 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- Decreto n.º 5.011, de 11 de março de 2004 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e dá outras providências.
- Portaria FCP n.º 6 de 1º de março de 2004 - Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares.
- Decreto n.º 4.883, de 20 de novembro de 2003 - Transfere a competência que menciona, referida na Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
- Decreto n.º 4.884, de 20 de novembro de 2003 - Altera os arts. 1º e 4º do Decreto n.º 4.723, de 6 de junho de 2003, e os arts. 8º e 15 do Decreto n.º 4.705, de 23 de maio de 2003, que aprovam, respectivamente, a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
- Decreto n.º 4.885, de 20 de novembro de 2003 - Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências.

- Decreto n.º 4.886, de 20 de novembro de 2003 - Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial -PNPIR e dá outras providências.
- Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- Decreto de 22 de agosto de 2003 - Acresce dispositivo ao Decreto de 13 de maio de 2003.
- Decreto de 6 de junho de 2003 - Acresce dispositivo ao Decreto de 13 de maio de 2003.
- Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
- Decreto de 13 de maio de 2003 - Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de rever as disposições contidas no Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001, e propor nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos e dá outras providências (Brasil, 2001).
- Decreto de 21 de março de 2002 - Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de propor e implementar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos e dá outras providências.
- Portaria n.º 24, de 25 de outubro de 2001 - Aprova a proposta de destinação para assentamento de agricultores do imóvel rural Gleba Mamia, e cria o Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras.
- Decreto n.º 3.912, de 10 de setembro de 2001 - Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das

comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas.

- Resolução MEC/FNDE n.º 14, de 16 de maio de 2001 - Estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito dos Programas de Correção do Fluxo Escolar - Aceleração de Aprendizagem e Paz na Escola, da Educação Escolar Indígena e das Áreas Remanescentes de Quilombos, para o ano de 2001.
- Portaria FCP n.º 40, de 13 de julho de 2000 - Estabelece normas que regerão os trabalhos para a identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação, levantamento cartorial, e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos.
- Portaria MINC n.º 447, de 2 de dezembro de 1999 - Delega a competência à titular da Presidência da Fundação Cultural Palmares.
- Portaria n.º 69, de 6 de setembro de 1999 - Cria o Projeto de Assentamento especial Quilombola Erepecuru.
- Portaria n.º 45, de 19 de março de 1999 - Cria o Projeto Especial Quilombola Jamary.
- Portaria n.º 44, de 19 de março de 1999 - Cria o Projeto Especial Quilombola Santa Maria dos Pinheiros.
- Portaria n.º 69, de 16 de julho de 1998 - Cria o Projeto de Assentamento especial Quilombola Itamauari.
- Portaria n.º 46, de 19 de maio de 1998 - Cria o Projeto Especial Quilombola Área Trombetas.
- Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União,

altera dispositivos dos Decretos-Leis n.ºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

- Portaria n.º 49, de 30 de dezembro de 1996 - Cria o Projeto Especial Quilombola Rio das Rãs.
- Lei n.º 9.393, de 19 de dezembro de 1996 - Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.
- Portaria n.º88, de 18 de novembro de 1996 - Cria o Projeto de Assentamento Especial Quilombola Pacoval.
- Portaria n.º 89, de 18 de novembro de 1996 - Cria o Projeto de Assentamento Especial Quilombola Água Fria.
- Portaria n.º 314, de 24 de novembro de 1995 - Cria o Projeto Especial Quilombola Boa Vista.
- Portaria Incra n.º 307, de 22 de novembro de 1995 - Determina que as comunidades remanescentes de quilombos, como tais caracterizadas, inseridas em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação, sob a jurisdição do INCRA, tenham suas áreas medidas e demarcadas, bem como tituladas.
- Decreto n.º 536, de 20 de maio de 1992 - Cria a Reserva Extrativista do Quilombo Flexal.

**ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA  
LIDERANÇAS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE UBATUBA/SP**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA LIDERANÇAS  
QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE UBATUBA/SP**

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas junto às lideranças quilombolas do município de Ubatuba/SP aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVAP, como meio de coleta de dados para a pesquisa.

<b>Número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética:</b>	parecer n. 6.696.193
<b>Número de Identificação do Participante (igual ao constante no TCLE)</b>	

<b>ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS</b>
<p><b>Como você descreveria sua comunidade tradicional em termos de características culturais, sociais e comemorativas? Quais são os principais valores e tradições que são preservados neste território?</b></p>

**Como a comunidade surgiu e como foi a ocupação deste território? Poderia descrever como você enxerga as paisagens? Como a comunidade se configura em termos de áreas?**

**Qual é a relação atual da comunidade tradicional com o centro urbano mais próximo? Quais são os principais desafios enfrentados pela comunidade tradicional em relação à interação com este centro urbano? Como a comunidade tradicional se beneficia das oportunidades oferecidas pelo centro urbano?**

**Quais são as principais formas de colaboração e troca entre a comunidade tradicional e o centro urbano? Como a presença do centro urbano afeta a preservação das tradições e cultura da comunidade tradicional?**

**Quais são os principais efeitos, positivos e negativos, da influência do centro urbano na comunidade tradicional? Como a comunidade se adapta às mudanças trazidas pelo centro urbano? Quais são as principais necessidades da comunidade tradicional que podem ser atendidas pelo centro urbano?**

**Quais são as estratégias adotadas pela comunidade tradicional para preservar sua autonomia e valores diante da influência do centro urbano?**

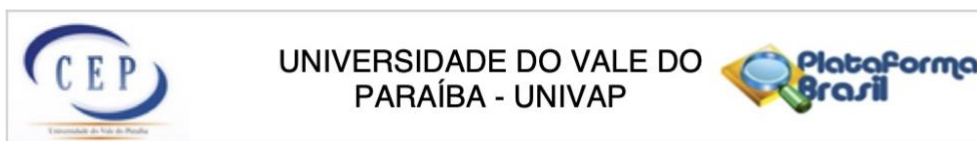
**Como você descreveria a importância da sua comunidade quilombola para a sua identidade e para a preservação da cultura quilombola?**

**Quais são os principais desafios enfrentados por sua comunidade? Quais são as estratégias que vocês adotam para preservar e transmitir os conhecimentos e tradições para as gerações futuras? Como você enxerga a importância da participação e do engajamento dos moradores da comunidade nas tomadas de decisão? Quais são as principais demandas e necessidades de sua comunidade que podem ser abordadas por meio de políticas públicas?**

**Como você promove o diálogo e a cooperação entre a sua comunidade e outras comunidades ou grupos étnicos presentes na região? Quais são as principais conquistas e avanços alcançados pela sua comunidade nos últimos anos? Como vocês buscam fortalecer a autonomia e a sustentabilidade da sua comunidade? Quais são as suas expectativas e visões para o futuro da sua comunidade em relação à preservação da cultura e a ocupação do território?**

**2. Quais são os principais objetivos e diretrizes do plano diretor em relação ao desenvolvimento da comunidade tradicional? Quais são as principais áreas de intervenção previstas no plano diretor, como infraestrutura, habitação, preservação ambiental, entre outras? Como o plano diretor aborda questões de regularização fundiária e acesso à terra para a comunidade tradicional? Quais são as estratégias planejadas no plano diretor para promover a participação ativa da comunidade na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento do território?**

## ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ESPACIALIZAÇÃO TERRITORIAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE UBATUBA/SP: UMA CONTRIBUIÇÃO ANTROPOLÓGICA AO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

**Pesquisador:** Mariana Tereza Diniz Mendonça

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 76317623.1.0000.5503

**Instituição Proponente:** Fundação Valeparaibana de Ensino

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

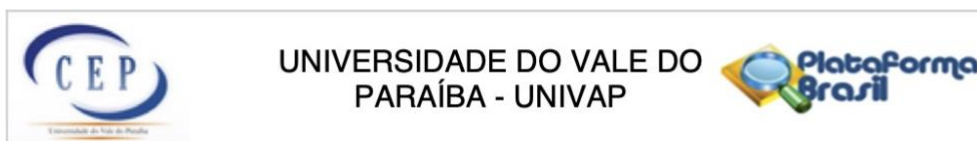
#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.696.193

#### Apresentação do Projeto:

O trabalho visa entender o hiato existente entre os planejadores e seu viés tecnicista e os processos locais de ação social na construção dos territórios. Atualmente diferentes comunidades fazem parte da narrativa contra hegemônica e percebe-se que as mesmas pouco são consideradas no planejamento territorial dos municípios brasileiros. É recorrente que sejam vistas como problemas ao ordenamento territorial. A pesquisa tem como objetivo fomentar uma discussão importante e necessária à disciplina das ciências sociais aplicadas, ao vislumbrar uma mudança efetiva de olhar e práticas na condução de projetos urbanísticos junto a coletivos populacionais. O trabalho sugere que através do olhar antropológico, que pressupõe um mergulho no mundo do Outro para entendê-lo, seja possível desenhar formas resilientes de ação referente a construção, reconstrução e desenvolvimento da produção social do espaço, ou seja, sua espacialização. As práticas cotidianas e ações locais que moldam e formam os territórios podem ser objeto de análise quanto à sua caracterização como planejamento urbano e regional? É importante perceber a presença e o alcance do planejamento à margem das instituições públicas, a compreensão da autorregulação local. Para isso, a pesquisa irá estudar as comunidades tradicionais quilombolas do município de Ubatuba, no estado de São Paulo. Os territórios estudados são quatro quilombos: Caçandoca, Camburi, Sertão de Itamambuca e Fazenda da Caixa. Como matriz conceitual esta pesquisa tem como principal suporte teórico a discussão sobre comunidade tradicional e

**Endereço:** Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
**Bairro:** Urbanova **CEP:** 12.244-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS  
**Telefone:** (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br



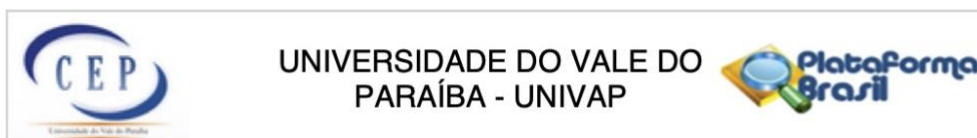
Continuação do Parecer: 6.696.193

comunitarismo, associativismo, decolonialismo, história oral e processos de espacialização territorial quilombola. Para isso haverá estudo bibliográfico sobre as comunidades e desenvolvimento de referencial teórico. Também será necessário o trabalho de campo nas localidades, com realização de etnografia, observação participante e entrevistas semi-estruturadas com as principais lideranças locais de cada comunidade tradicional citada. Também haverá um estudo das diligências do Estado nesses territórios, por exemplo, análises de como o Plano Diretor do município de Ubatuba e a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVALE-LN) entende e se relaciona com essas comunidades tradicionais. Desse modo, o estudo visa mostrar o vínculo entre a lógica positivista do desenvolvimento do capitalismo e sua tendência a formar ordens diversas através da criação de respostas criativas propostas pelos sujeitos em espaços não hegemônicos. A proposta de relativizar o campo do Planejamento Urbano no Brasil propõe considerar o “distante” e o “diferente” como um meio de análise da própria lógica urbana e industrial que estabelece os chamados “problemas sociais”. Este trabalho pretende fazer este movimento analítico: partir do entendimento de comunidades selecionadas, e ao entendê-las ao inverso, realizar uma crítica ao estado de desenvolvimento urbano vivenciado nas cidades brasileiras. Através da escuta e olhar compreensivo e crítico às formas que os homens planejam e organizam seus espaços designados como comunidades tradicionais, a disciplina do Planejamento Urbano e Regional pode obter novas perspectivas e ações. O percurso metodológico, portanto, será de um estudo de caso, exploratório e qualitativo. Serão utilizados dados primários oriundos de revisão bibliográfica, dados do IBGE e dados primários, levantados por meio de entrevista semi-estruturada, etnografia e observação participante. Todos os participantes terão acesso a uma via do TCLE, sua identidade será preservada, definindo-se para cada participante um número de identificação (ID). O mesmo poderá a qualquer momento declinar sobre sua participação durante a execução da pesquisa e terá o contato da pesquisadora para esclarecimento de qualquer dúvida durante o processo.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

O projeto de pesquisa tem como objetivo geral estudar a espacialização territorial das comunidades quilombolas consideradas tradicionais no município de Ubatuba/SP e suas respostas alternativas para a crise permanente do sistema capitalista em um sistema de ação e experiência empírica singular por meio de seus modos de vida tradicionais e comunitários no território. Exemplos de epistemologia experiencial, que encarna de forma profunda um pensamento alternativo de experiências reais e vívidas que indicam uma produção social do espaço com um planejamento territorial diverso e sucessivo ao planejamento do Estado.

**Endereço:** Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
**Bairro:** Urbanova **CEP:** 12.244-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS  
**Telefone:** (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 6.696.193

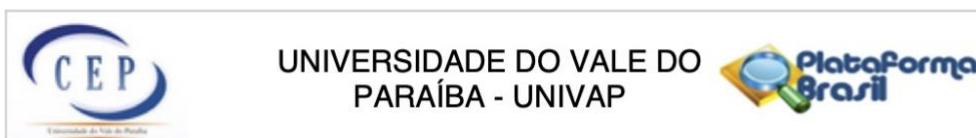
**Objetivo Secundário:**

1. Analisar a formação da representação social sobre a construção das comunidades tradicionais do município de Ubatuba e as suas diversas dinâmicas territoriais;
2. Compreender a forma de atuação desses grupos comunitários quilombolas frente ao desafio da construção de diferentes formas de planejamento do território e espacialização do território;
3. Identificar e analisar as proposições e soluções para a produção e ocupação dos territórios que visam atender aos aspectos de: sustentabilidade e respeito ao meio ambiente;
4. Entender a elaboração de economias produtivas e solidárias geradoras de trabalho e renda;
5. Observar a criação de redes de apoio e solidariedade;
6. Perceber a consolidação de espaços de participação, comunicação, cultura e educação comunitárias;
7. Verificar a existência e analisar as cartografias sociais e planos populares para construção e gestão dos territórios que podem contribuir para desenvolvimento de estudos e estratégias para rever e ampliar as discussões do planejamento urbano.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo Da Matta (1978) o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção. Estes seriam os hóspedes não convidados da experiência etnográfica. Tal intrusão da subjetividade e da carga afetiva que vem com ela, dentro da rotina intelectualizada da pesquisa é um dado sistemático da situação. À saber: Cansaço ou aborrecimento ao responder questionários. Desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio. Alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição social. Medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas. Exposição das lideranças comunitárias tradicionais, quilombolas, que são grupos em vulnerabilidade frente às espoliações que vivem historicamente e também nos dias atuais. No objetivo de minimizar tais riscos, os instrumentos de coleta de dados serão aplicados de forma tranquila, com plena atenção da pesquisadora durante o processo, oferecendo pausas caso necessário, colocando que o participante pode optar por não responder alguma questão apresentada nas interações informais e nas entrevistas semi-estruturadas que lhe cause desconforto. Outras medidas de prevenção ou minimização dos riscos: Ambiente acolhedor; ambiente privativo; perguntas de forma objetiva; estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto; liberdade em interromper a participação; possibilidade de recusa a responder a qualquer pergunta; sigilo dos dados; utilização de nomes fictícios ou outra

**Endereço:** Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
**Bairro:** Urbanova **CEP:** 12.244-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS  
**Telefone:** (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 6.696.193

forma de manutenção do anonimato; assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades tradicionais. Os participantes da pesquisa poderão a qualquer momento solicitar a retirada da pesquisadora dos ambientes em que estiver presente. A qualquer momento durante a pesquisa o participante pode decidir declinar da participação. Será garantido o sigilo de sua identidade na pesquisa, gerando um código de identificação por participante no ato de assinatura do TCLE e as informações fornecidas serão utilizadas de forma agrupada, para proteger ainda mais o sigilo e não poderão ser utilizadas para outra finalidade que não seja para o desenvolvimento desta pesquisa científica.

Os benefícios para o participante da pesquisa é proporcionar espaço às suas prioridades e expressar seu discurso e narrativa criando evidências para apoiar a incorporação de ações voltadas a articulações locais para reivindicação de direitos sociais junto ao Estado; bem como desenvolvimento de estratégias para reconhecimento das potencialidades dos territórios tradicionais.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Ver campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Ver campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Em parecer anterior, este CEP requereu ajustes, agora realizados. Pendências anteriormente indicadas:

1) Retirar arquivos repetidos, contendo informações conflitantes entre si.

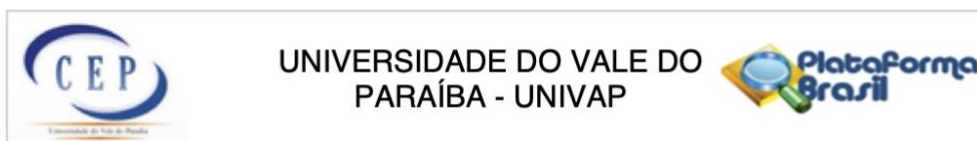
PENDÊNCIA SANADA. A atual versão do projeto de pesquisa mantém apenas os arquivos mais recentes.

2) Ajustar cronograma, uniformizando informação sobre a data de início de contato com os participantes.

PENDÊNCIA SANADA. A atual versão do projeto indica, em todos os arquivos, início de contato a partir de abril/2024.

3) Como são poucos os participantes (8), amplia o risco de expor quem respondeu, ou seja,

**Endereço:** Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
**Bairro:** Urbanova **CEP:** 12.244-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS  
**Telefone:** (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 6.696.193

precisa descrever a forma de minimizar este risco de ser identificado. Ou alterar no TCLE incluindo esta possibilidade de que o participante seja identificado.

PENDÊNCIA SANADA. A atual versão do projeto indica, no TCLE, a possibilidade de identificação do participante.

4) Uniformizar informação entre documentos. O formulário online novo se diferencia do anterior apenas no critério de exclusão.

PENDÊNCIA SANADA. Foi realizado o ajuste no formulário online da Plataforma Brasil em relação aos critérios de inclusão e de exclusão. Contudo, este CEP observa que o critério de inclusão e o critério de exclusão não constam do projeto brochura, estão apenas no formulário online, de modo que permanece sem uniformizar este tema entre os dois documentos citados. Por ser um problema formal, bastando copiar/colar o texto de um documento para outro, este CEP optar por aprovar o projeto de pesquisa com esta ressalva e orienta a pesquisadora a atentar para a importância do critério de inclusão e do critério de exclusão, que definem quem são os possíveis participantes da pesquisa.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

Segundo a Resolução 466/12 (item XI), cabe ao pesquisador "elaborar e apresentar os relatórios parciais e final", sendo esta uma responsabilidade "indelével e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais".  
VER MODELOS DISPONÍVEIS NO SITE DO CEP-UNIVAP.

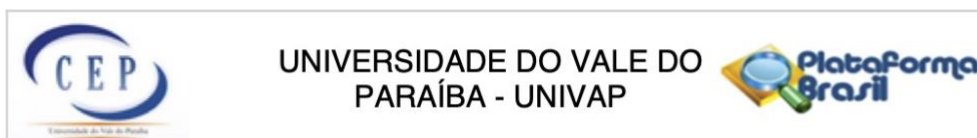
A Resolução 510/16, no art. 28, V, reforça que cabe ao pesquisador "apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção." Segundo a carta circular n. 0226/CONEP/CNS, de 2010, o relatório final deve incluir (veja modelo no site do CEP-Univap):

- Dados do projeto: Registro CONEP e
- Título do Projeto e Dados dos participantes: total de participantes recrutados, incluídos, selecionados, excluídos, retirados/descontinuados, concluintes (em cada centro, se for o caso, e no total). Ocorrendo participantes retirados/descontinuados, indicar principais razões disto. Ocorrendo "eventos sérios", indicar as condutas adotadas. Se houve pedido de indenização por danos causados por este estudo, indicar qual o dano e conduta tomada.

CEP-Univap - (12) 3947-1111

[www.univap.br/cep](http://www.univap.br/cep)

**Endereço:** Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
**Bairro:** Urbanova **CEP:** 12.244-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS  
**Telefone:** (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 6.696.193

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2208034.pdf	29/02/2024 15:59:54		Aceito
Outros	Carta_resposta_29_02_2024.docx	29/02/2024 15:58:53	Mariana Tereza Diniz Mendonça	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Beneficiarios_29_02_2024.pdf	29/02/2024 15:58:43	Mariana Tereza Diniz Mendonça	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_29_02_2024.docx	29/02/2024 15:58:33	Mariana Tereza Diniz Mendonça	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_MARIANA_PLUR.pdf	07/02/2024 07:28:59	Mariana Tereza Diniz Mendonça	Aceito
Outros	Carta_Resposta_16_12_2023.docx	16/12/2023 18:55:59	Mariana Tereza Diniz Mendonça	Aceito
Outros	Confidencial.pdf	22/11/2023 09:48:55	Mariana Tereza Diniz Mendonça	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoz.pdf	01/11/2023 19:36:53	Mariana Tereza Diniz Mendonça	Aceito
Outros	Entrevista.docx	22/10/2023 12:47:39	Mariana Tereza Diniz Mendonça	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO JOSE DOS CAMPOS, 11 de Março de 2024

Assinado por:  
**Mauricio Martins Alves**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
**Bairro:** Urbanova **CEP:** 12.244-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS  
**Telefone:** (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### Dados de identificação

Título do Projeto: ESPACIALIZAÇÃO TERRITORIAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE UBATUBA/SP: UMA CONTRIBUIÇÃO ANTROPOLÓGICA AO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Pesquisador Responsável: Mariana Tereza Diniz Mendonça

Equipe executora: Mariana Tereza Diniz Mendonça

Lidiane Maria Maciel

Contatos: [auroramariana33@gmail.com](mailto:auroramariana33@gmail.com)

[lidianimaciel@gmail.com](mailto:lidianimaciel@gmail.com)

(12) 992396262

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade do Vale do Paraíba

Nome do participante: \_\_\_\_\_ E-mail e  
telefone: \_\_\_\_\_

(N° ID-\_\_\_\_)

Idade:

O (A) Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa que tem como tema/título “ESPACIALIZAÇÃO TERRITORIAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE UBATUBA/SP: UMA CONTRIBUIÇÃO ANTROPOLÓGICA AO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL”, de responsabilidade da pesquisadora Mariana Tereza Diniz Mendonça. Este estudo tem por objetivo estudar a espacialização territorial das comunidades quilombolas consideradas tradicionais no município de Ubatuba/SP e suas respostas alternativas para a crise permanente do sistema capitalista em um sistema de ação e experiência empírica singular por meio de seus modos de vida tradicionais e comunitários no território. Serão convidados lideranças das comunidades quilombolas do município de Ubatuba/SP por meio das ferramentas de obtenção de dados utilizados: **entrevista semi-estruturada e observação participante.**

Sua participação consistirá por meio de respostas a uma **entrevista semi-estruturada**. Solicitamos sua autorização para, durante a realização da pesquisa, gravar em áudio (formato mp3), sendo que você pode não autorizar este registro e pode, a qualquer momento, retirar a autorização dada. Estes áudios serão utilizados apenas nesta pesquisa e poderá permitir a sua identificação. Os benefícios para o participante da pesquisa é dar voz às suas prioridades e opinião em relação ao tema da pesquisa, a partir daqueles que moram no território de pesquisa. O registro dos discursos e narrativas, buscam criar evidências para apoiar a incorporação de ações voltadas a articulações locais para reivindicação de direitos sociais junto ao Estado; bem como desenvolvimento de estratégias para reconhecimento das potencialidades das comunidades tradicionais do município de Ubatuba/SP.

Durante sua participação na pesquisa podem ocorrer alguns riscos referentes ao contato com a pesquisadora como o medo de ser identificado e sofrer algum tipo de punição em relação a suas respostas ou ainda ansiedade por considerar que esta participação poderá lhe ocasionar

algum tipo de constrangimento junto aos órgãos públicos. Ainda pode se sentir desconfortável por temer não saber responder alguma pergunta. No objetivo de minimizar tais riscos, a entrevista será aplicada de forma tranquila, calma, com plena atenção da pesquisadora durante o processo, oferecendo pausas caso necessário e será apresentado que o participante pode optar por não responder alguma questão que lhe cause desconforto. A qualquer momento durante a pesquisa o participante pode decidir remarcar ou declinar da participação, sem constrangimentos, penalidades ou qualquer prejuízo. Sobre a quebra de sigilo, o que será feito, é associar seu nome a numeração de identificação (ID) neste documento, sendo assim identificado ao longo de toda a pesquisa. As informações coletadas serão utilizadas de forma agrupada, para garantir ainda mais o sigilo de sua participação. Tais informações fornecidas não poderão ser utilizadas para outra finalidade que não seja para o desenvolvimento desta pesquisa científica. **Você também poderá optar por ser identificado na pesquisa, por entender ser importante suas posições como liderança local em um estudo científico.** No caso de gastos decorrentes da participação nesta pesquisa você será ressarcido. No caso de algum dano, imediato ou tardio, decorrente desta pesquisa, físico e/ou psicológico, você também tem direito de ser indenizado pelo pesquisador desta pesquisa, bem como a ter assistência gratuita, integral e imediata.

Sempre que desejar, você poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados à pesquisa, com o(a) pesquisador(a) responsável ou equipe executora pelo telefone (12) 992396262 ou por e-mail auroramariana33@gmail.com. Você também pode entrar em contato com o CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), corresponsável por garantir e zelar pelos direitos do participante da pesquisa pessoalmente na Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova – Bloco 11 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento II, sala 13, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h. Este termo está elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador, sendo uma das vias entregue ao participante.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado e concordo em participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa acima descrito. São José dos Campos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do pesquisador